



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

DANIELA APARECIDA FERREIRA

**ENTRE MOÇA [CRIADA] E MENINAS [MAL] CRIADAS: uma arqueologia da  
“mulher solteira” em Fordlândia e Belterra (1927-1945)**

RECIFE/ PE  
2025

DANIELA APARECIDA FERREIRA

**ENTRE MOÇA [CRIADA] E MENINAS [MAL] CRIADAS: uma arqueologia da  
“mulher solteira” em Fordlândia e Belterra (1927-1945)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Arqueologia. Área de concentração: Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Professor Doutor Scott Joseph Allen.

RECIFE/ PE  
2025



.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Ferreira, Daniela Aparecida.

Entre moça (criada) e meninas (mal) criadas: uma arqueologia da "mulher solteira" em Fordlândia e Belterra (1927-1945) / Daniela Aparecida Ferreira. - Recife, 2025.  
305f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação e Arqueologia, 2025.

Orientação: Scott Joseph Allen.

Inclui referências e apêndices.

1. Arqueologia do capitalismo na Amazônia; 2. Paisagem de gênero; 3. Sintaxe espacial; 4. Interseccionalidade; 5. Fordlândia e Belterra; 6. Companhia Ford Industrial do Brasil. I. Allen, Scott Joseph. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central



## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 31 de janeiro de 2025.

ATA Nº 37

Aos trinta e um (31) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025), às catorze (14) horas, em sessão pública realizada de forma presencial, teve início a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso intitulada ENTRE MOÇA [CRIADA] E MENINAS [MAL] CRIADAS: uma Arqueologia da "Mulher Solteira" em Fordlândia e Belterra (1927-1945) da doutoranda DANIELA APARECIDA FERREIRA, na área de concentração Arqueologia e Conservação do Patrimônio Cultural, sob a orientação do Prof. SCOTT JOSEPH ALLEN. A Comissão Examinadora foi aprovada pelo colegiado do programa de pós-graduação em três (03) de dezembro de dois mil e vinte e quatro (2024), sendo composta pelos examinadores: SCOTT JOSEPH ALLEN, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ANA CAROLINA GONÇALVES LEITE, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); DIOGO MENEZES COSTA, da Universidade Federal do Pará (UFPA); MARCOS ANDRE TORRES DE SOUZA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e VIVIAN KARLA DE SENA, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). Após cumpridas as formalidades conduzidas pelo presidente da comissão, professor SCOTT JOSEPH ALLEN, a candidata ao grau de Doutora foi convidada a discorrer sobre o conteúdo do Trabalho de Conclusão de Curso. Concluída a explanação, a candidata foi arguida pela Comissão Examinadora que, em seguida, reuniu-se para deliberar e conceder, à mesma, a menção APROVADA. Para a obtenção do grau de Doutora em ARQUEOLOGIA, a concluinte deverá ter atendido todas às demais exigências estabelecidas no Regimento Interno e Normativas Internas do Programa, nas Resoluções e Portarias dos Órgãos Deliberativos Superiores, assim como no Estatuto e no Regimento Geral da Universidade, observando os prazos e procedimentos vigentes nas normas.

**Dr. DIOGO MENEZES COSTA**

Examinador Externo à Instituição

**Dr. MARCOS ANDRE TORRES DE SOUZA**

Examinador Externo à Instituição

**Dra. VIVIAN KARLA DE SENA**

Examinadora Externa à Instituição



***UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO***

Ata da defesa/apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Arqueologia - CFCH da Universidade Federal de Pernambuco, no dia 31 de janeiro de 2025.

**Dra. ANA CAROLINA GONCALVES LEITE, UFPE**

Examinadora Externa ao Programa

**Dr. SCOTT JOSEPH ALLEN, UFPE**

Presidente

**DANIELA APARECIDA FERREIRA**

Doutorando(a)

*À tia Cleo, que não saiu da minha mente enquanto  
escrevi este texto.*

*Para minhas Marias, que já se foram.*

*Para Fátima, Antonio e Débora, que são e estão sempre  
presentes.*

*Para o Ottinho, presente e parte de mim para o futuro.*

## AGRADECIMENTOS

Nasci, cresci e vivi boa parte da vida em Franca, divisa de São Paulo com o sul de Minas Gerais. Pousei em Recife pela primeira vez em 2011. Me despedi, em 2013, da cidade e mais especificamente da Universidade Federal de Pernambuco, com sentimentos conflitantes, grandes frustrações e incertezas. Com 25 anos, me via em um lugar que não era meu e fazendo algo que não tinha certeza se era para mim. Ali, achei que nunca mais iria voltar.

Seis anos depois, em 2019, já morando e construindo meu lar em Belém, no Pará, retomei os laços com Recife.

Hoje, enquanto concluo este texto no limiar de 2024 para 2025, posso dizer que me encontro com sentimentos renovados. Volto feliz.

Neste processo de grandes mudanças, perdas, lutos e importantes chegadas e ganhos, uma quantidade considerável de pessoas trilhou comigo em múltiplos caminhos e tempos e viabilizaram a escrita desta tese.

Durante a minha vida de aluna, tive professoras e professores que me tocaram e me inspiraram a querer seguir também por este caminho. Algumas e alguns serão aqui mencionados.

Para começar, agradeço às Professoras e Professores do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, por terem aceitado minha proposta de pesquisa e me fornecido a estrutura para a sua conclusão, em especial às professoras Viviane Maria Cavalcanti de Castro e Daniela Cisneiros pelas contribuições nos momentos em que ainda desenhava o que viria a ser esta pesquisa.

Estendo esses agradecimentos à Luciane Borba de Carvalho, secretária do PPGArqueologia, e que desde quando morei em Recife na época do mestrado, sempre me acolheu em conversas alegres e afetuosas. Agora, no doutorado, mesmo com a distância, Luciane é a pessoa a quem posso recorrer em todas as dificuldades burocráticas para permanecer vinculada ao Programa e, sempre que possível, trocamos mensagens nos atualizando sobre a vida. Uma pessoa que guardo com muito carinho e respeito.

Das disciplinas que tive a oportunidade de cursar, agradeço à Professora Bartira Ferraz Barbosa por me ajudar a pensar em como melhor organizar a diversidade de documentos dos quais tive acesso, e agradeço imensamente à Professora Ana Carolina Gonçalves Leite e

aos Professores Daniel Manzione Giavarotti e Erick Jones Gabriel Kluck, por terem me possibilitado ouvir as intensas discussões fomentadas no decorrer da disciplina Capitalismo Contemporâneo e Geografias da Crise e que repercutiram significativamente no direcionamento deste texto.

Retomo o agradecimento à Professora Ana Carolina Gonçalves Leite e agradeço também à Professora Vivian Karla de Sena e aos Professores Diogo Menezes Costa e Marcos André Torres de Souza, por terem aceitado ao convite para compor a banca de qualificação, onde me ofereceram críticas, referências e caminhos para possibilitar a melhoria deste trabalho, e que agora retornam para a etapa de defesa. Recupero também o agradecimento à Professora Daniela Cisneiros, e somo a ela um agradecimento à Professora Bruna Cigaran da Rocha, por terem aceitado compor a banca de defesa na qualidade de suplentes.

Quanto à Professora Bruna Cigaran da Rocha, reafirmo a ela o agradecimento do qual estendo ao Professor Vinicius Eduardo Honorato de Oliveira, ambos vinculados à Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, em Santarém, por terem me convidado a estar com eles na disciplina de campo em Belterra, algo que possibilitou que esta tese ganhasse os contornos que hoje apresento.

Na oportunidade, agradeço às alunas e aos alunos do curso de Arqueologia da UFOPA que estiveram conosco em campo no ano de 2019 em Belterra. Espero que aquela experiência tenha contribuído para a formação de vocês, assim como estar com vocês em campo me trouxe uma oportunidade de ensino que não vou esquecer. Devo dizer que muito me alegra ver que muitos de vocês estão trilhando caminhos de pesquisa com um pezinho na arqueologia histórica.

Permanecendo na UFOPA, agradeço imensamente ao colegiado do curso de Arqueologia e responsáveis pelo Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú, por terem aceitado fornecer o endosso institucional para a pesquisa arqueológica que foi iniciada por nós em 2019, em especial, à Professora Anne Rapp Py-Daniel, pelo apoio em todo o período, e à Camila Jácome (UFOPA) e Sarah Hissa (Universidade Federal do Recôncavo Baiano), pelo convite para publicar parte deste trabalho no livro organizado por elas sobre as arqueologias histórias nos rios Tapajós e Amazonas.

Dos arquivos e acervos documentais os quais tive acesso, agradeço ao Sr. Antonio Evandro Mota de Castro, Coordenador Histórico do Centro de Memória de Belterra, ao Padre Audiney Balattiel Rodrigues dos Santos, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em

Fordlândia, ao Gefferson Ramos Rodrigues do Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas da UFOPA, à Sra. Ivete Castro Botelho, da Primeira Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, à Kathy Makas do Benson Ford Research Center, vinculado ao The Henry Ford Museum e ao Sr. Edilton Mesquita por ter disponibilizado o levantamento topográfico realizado por ele em Fordlândia, no ano 1985, enquanto servidor público na Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

No decorrer da pesquisa, pude conhecer pessoas que compartilharam comigo a vontade de investigar os projetos da Ford na região do Rio Tapajós. Agradeço imensamente ao Yuri Firmeza e à Ádrea Gizelle Moraes Costa Besen pelas conversas, pelas trocas e pelo fortalecimento recíproco nos intensos processos das pesquisas que cada um de nós construiu e que compartilhamos na maior parte.

Me aproximando mais dos sujeitos que me inspiraram a desenvolver esta pesquisa, na última vez que estive em Fordlândia e em Belterra, estava grávida de cinco meses. Andei por todas as ruas das duas cidades e em alguns povoados no entorno e me senti extremamente amparada e cuidada pela comunidade. Agradeço imensamente à população de Fordlândia e Belterra pelo acolhimento, cuidado e confiança nas etapas de campo.

Às interlocutoras e interlocutores, agradeço por terem me possibilitado continuar na pesquisa compartilhando suas memórias e me desafiando a sempre repensar.

De forma especial, não posso deixar de agradecer, em Belterra, à Maria Madalena Silva Farias (Dona Madalena) e à Robenízia Oliveira Gomes, (Dona Rob) e, em Fordlândia, ao Professor Luiz Magno Almeida Ribeiro. O Professor Magno, desde o primeiro momento da pesquisa, se comprometeu e colaborou com o trabalho me ajudando a identificar os lugares, me levou em tantos outros, compartilhou e ainda compartilha comigo suas impressões e preocupações. Acolhedor, recebe de braços abertos quem deságua do Tapajós. O Professor Magno reflete a vida daqueles e daquelas que disputam o direito de serem vistos, reconhecidos e de serem detentores dos seus territórios, desafiando qualquer imaginário de cidade fantasma que frequentemente é direcionado para Fordlândia. Espero que esta pesquisa contribua para o fortalecimento das reivindicações das comunidades frente aos avanços do capitalismo que têm forçado novas formas de exploração e expulsão à região.

Me mudei para Belém em 2016 para trabalhar na Superintendência do IPHAN no Pará. No meu primeiro dia de trabalho, percorrendo por entre as mesas e conhecendo os novos colegas de trabalho, me lembro de ver uma pilha imensa de documentos. Em cima desta

pilha, uma caixa de DVD. Na capa, a foto de uma casa em padrão norte-americano com destaque a um hidrante vermelho e, em cima, o nome: Fordlândia. Dois anos depois, a trabalho pelo IPHAN, fui a Belterra para fiscalizar o sítio arqueológico de nome Vila Americana, um sítio cadastrado como “pré-colonial” de terra preta arqueológica. Neste momento, olhei para o Fernando, colega da arquitetura, e disse: “vou fazer minha tese em arqueologia histórica aqui”. Alguns meses depois, eu estava em Recife conversando com o Professor Scott e me preparando para a seleção.

Após este breve histórico, agradeço à oportunidade que me foi oferecida pelo IPHAN de chegar a Fordlândia e Belterra, assim como de ver um pouco dos bastidores do oneroso e problemático processo de tombamento das duas áreas que culminou em sua negativa. Espero que este trabalho contribua para que outras formas de pensar o passado sejam consideradas em um debate mais integrado e responsável sobre as possibilidades de preservação e, que algum instrumento de proteção seja definitivamente aplicado ao contexto diante do risco de sua completa destruição.

Aos colegas que o IPHAN no Pará me apresentou, agradeço imensamente à Larissa Guimarães, Ana Kallás, Damaris Queiroz, Maryclea Carmona Neves, Fernando Mesquita e Cyro Lins por muitas vezes terem sido o respiro que eu pude acessar no caos que é trabalhar em uma instituição tão importante e tão precarizada. Agradeço especialmente ao Fernando, que esteve comigo na primeira ida a Belterra, leu alguns rascunhos, ouviu ideias, me apresentou referências, corrigiu conceitos e compartilhou sua experiência de aplicação da sintaxe espacial na arquitetura. Agradeço ao Welderson Lula dos Santos e ao Dyorgenes Leal pela ajuda nos momentos finais com a planta arquitetônica da casa analisada na Vila Americana de Fordlândia. Agradeço ainda ao Paulo Guimarães e Cristina Vasconcelos por terem possibilitado meu afastamento para conclusão do texto e aos meus colegas da área de arqueologia, Carlos Palheta Barbosa e Augusto Moutinho Miranda, por assumirem todo o trabalho durante este período.

Saindo do Pará, mas permanecendo no IPHAN, agradeço ao Danilo Curado e ao Francisco Stuchi, colegas que o serviço público me apresentou e que se tornaram grandes amigos. Ora refúgio diante de tantos medos, raivas, frustrações e problemas que compartilhamos, ora o alívio cômico que me permitiu soltar boas risadas em meio à tanta confusão. Para fechar o nosso “Quarteto INPHAME”, agradeço à Rute Ferreira Barbosa, que hoje está no IPHAN, mas que anda comigo desde outros tempos.



Conheci a Rute quando entrei no mestrado da UFPE. Foi amor à primeira vista. Nos grudamos e nunca mais nos separamos, mesmo que hoje distanciadas por 2 mil quilômetros. Estudamos juntas, trabalhamos juntas, moramos juntas. Vivemos juntas processos muito semelhantes em momentos diferentes, nos encontrando e reencontrando o tempo todo. Nunca nos perdemos. Ela entrou no IPHAN, eu entrei no IPHAN. Ela é mãe, eu sou mãe. Entramos no doutorado juntas, viajamos juntas, rimos juntas, choramos juntas. Em um dos momentos de maior dúvida na minha vida, ela foi a pessoa disposta a largar tudo para estar comigo. Ela sempre esteve e está comigo. Se hoje eu termino este texto, é muito graças à presença e apoio dela. Minha amiga, irmã, parceira, marida... foi inspirada em ti que dei boa parte dos meus passos.

E das parcerias que construímos nesta decisão louca que é fazer um doutorado, além da Rute, não posso deixar de agradecer às integrantes que completam a nossa pequena gangue: Mariana Zanchetta (Maricota) e Mariana Freitas (Liroumari). A este grupo, meu divã, devo a manutenção de uma certa sanidade no período. Fomos apoio uma das outras nos momentos e decisões mais difíceis. Nas mudanças de rota mais significativas. Na decisão de ficar e de sair. Seguir este processo com vocês foi a segurança de entender que para qualquer decisão, tudo ficaria bem. Devo também a vocês o apoio necessário para concluir.

Voltando à Belém, valorizo a oportunidade de fazer família em cada lugar em que pude viver. Agradeço à Camila Rodrigues, Mayara La-Rocque, Mayra Faro, Larissa Omi Lare e, especialmente, à Flori Jácamo que foram essenciais na tomada de decisão para voltar à academia e me sentir segura para iniciar o processo do doutorado.

Agradeço à Marcela Nogueira pela amizade, confiança e por ser apoio e torcida. Marcela é aquela pessoa que vibra com a gente e pela gente antes mesmo da gente acreditar. Atitude rara, presença que valorizo e com quem ainda espero poder trabalhar e criar junto.

E para me sentir definitivamente em casa, agradeço aos amigos, foragidos nesta grande capital na Amazônia, nossa rede de cuidados, parcerias e afetos. Grandes artistas, professores e pesquisadores. Pessoas que tenho o maior orgulho de ter por perto e grande admiração: Andreza Gomes, Marcel Vinhas Bertolini, Leonardo Cruz, Michele Escoura, Juliana Canella, Carlos Freire e Gabriela Mainardi. Aqui, agradeço especialmente à Michele que nos 45 do segundo tempo, mesmo sob todo o estresse de um final de semestre da vida da professora universitária, gentilmente cedeu seu tempo amigo para me ajudar na reorganização do capítulo sobre gênero e interseccionalidade e a repensar os marcadores.

Do lar que construímos, agradeço ao Filipe Saraiva pelos nossos últimos cinco anos de parceria. Pela paciência, cuidado, por ser companheiro, e pai do nosso Otto. Por não ter soltado minha mão e por construir comigo as redes que nos fortalecem. Por ser ombro nos momentos mais difíceis. Por não me deixar desistir e me impulsionar a seguir. Se hoje posso comemorar o fato de estar concluindo esta fase, o faço mais feliz por poder comemorar contigo. Ao nosso Otto, mesmo tão pequenininho, agradeço por ser esta criança tão feliz e amorosa. Cada vez que desço para ver o seu sorriso, o abraço que segue é como uma pilha que se recarrega e me dá energia para seguir.

Na mesma medida, agradeço à família que o Filipe me apresentou. Tia Vania, D. Deca, Sr. Saraiva, Lívia, Diego e João que não se furtaram em me apoiar e colaboraram com o cuidado do Ottinho enquanto eu me dedicava à escrita final.

Do lar de onde eu vim e para onde sei que sempre posso voltar, agradeço profundamente aos meus pais, Antonio e Fátima, e à minha irmã, Débora. Por sempre terem acreditado, torcido e enviando as melhores energias para o meu crescimento. À minha mãe e pai, principalmente, por serem pais e avós amorosos, se fizeram presentes em momentos que foram essenciais para que eu pudesse estruturar o texto da escrita.

Agradeço ainda à minha avó materna, Maria, a qual também chamava de mãe, e que me acompanhou por boa parte da vida. As minhas melhores lembranças são com ela. Sempre presente. Foi quando de repente, em meio ao caos da pandemia, veio a notícia da sua morte. Ela foi a Recife. Não deu tempo de ela vir a Belém, de conhecer o Otto. Não fui me despedir. É um tanto difícil pensar em uma vida em que a minha avó não esteja e, por vezes, me recuso a acreditar que ela se foi. Agora mesmo, acreditando que ela está por aqui, agradeço por ter vivido com essa base, colo, carinho, força. Me lembro que por vezes, nas nossas conversas, o quanto sonhamos juntas. Coisas que queríamos fazer, comidas que queríamos experimentar, lugares que queríamos ir. Agradeço a ela por sempre ter sonhado comigo um desejo incansável de viver uma vida melhor e mais feliz. Escrevo por ela porque sei que enquanto mulher que decidiu sair de sua casa para fugir de um casamento infeliz, foi acusada e estigmatizada com vários pesos que carregou pelo resto da vida. Ao terminar este texto, neste meu pequeno sonho, sei que ela estaria extremamente feliz. Continuo sonhando.

Lendo os agradecimentos de vários colegas, percebo que a figura do orientador sempre aparece entre os primeiros parágrafos. Mas longe de significar menor importância, finalizo estes agradecimentos para a pessoa que estava lá no início de tudo. O professor Scott

Joseph Allen foi meu primeiro professor na UFPE. O impacto foi imediato e, sempre que me foi permitido, tentei estar por perto. Me inscrevi em todas as disciplinas e todos os campos. Aprendi com ele a escavar, a perceber detalhes em campo e me atentar que evidenciar manchas em solo não é sinônimo de fazer um palco para elas. Tentou me ensinar a afiar a colher, mas para isso, ainda preciso de ajuda. Me ensinou topografia no teodolito e depois me confiou sua estação total para brincar. Me mostrou a importância de cumprir com os combinados, de me responsabilizar pelos compromissos assumidos e de buscar atuar de forma ética, com o cuidado e respeito aos dados e às pessoas que viveram e se relacionaram em outros tempos e que nós, na arqueologia, de alguma forma nos desafiamos em querer alcançar. Me ensinou a importância de questionar. Quando pisei em Belterra pela primeira vez, foi para ele que quis escrever e contar. Ele, demonstrando uma confiança que eu nem esperava, disse que entraria comigo de cabeça. E entrou. Estudamos juntos, fomos para campo, fizemos novas parcerias que se transformaram em boas amizades. Discutimos, discordamos e bebemos bons vinhos (ruins também). Me deixou ir e me trouxe de volta várias vezes. Quando veio a pandemia, nos frustramos. Compartilhamos a vontade de querer fazer mais. Vendo e vivendo tantas perdas, sobrevivemos e mudamos tudo. Quando disse a ele que teria um filho, ele me disse que não seria o orientador que diria para uma mulher grávida que o texto dela precisaria melhorar. Disse que o prazo não era uma questão e que seria no meu tempo. Quando eu quase parti, reafirmou que quando eu estivesse pronta, ele estaria pronto para ler. No final, me deu estímulo para terminar. Disse que o doutorado é uma etapa a ser vencida e que eu estou pronta para vencer. Algo complexo de assimilar para uma vida inteira pensando que muito do que faço não é bom suficiente. Mas como acredito nele, me desafio a acreditar em mim. Estou pronta (assim espero). Agradeço ao Scott, professor, orientador, colega, amigo, por ter atendido o meu chamado quando decidi voltar e por ter me acompanhado nesta jornada que tem sido incrível.

As mulheres não são passivas nem submissas. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia, à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história. (Perrot, 2007).

“A prostituição me salvou do capitalismo”. (Patrícia Rosa –“Café Puta day dei”, em 09/06/2021).

## RESUMO

Fordlândia e Belterra são duas cidades empresas construídas e administradas pela Companhia Ford no estado do Pará entre 1927 e 1945. Fato nada incomum é que a história sobre esses locais é predominantemente contada a partir da voz, presença e do trabalho dos homens. Em diálogo com pesquisas já desenvolvidas sobre gênero no campo da arqueologia histórica em contextos urbanos e industriais, busquei perceber de que forma as mulheres experienciaram as paisagens de gênero de Fordlândia e Belterra. Os relatos evidenciaram uma possível diferença na forma como a prostituição ocorreu entre as duas áreas, o que me levou a trabalhar com a hipótese de que a prostituição havia sido negociada e renegociada de forma distinta em Fordlândia e Belterra. Para responder à questão, realizei entrevistas exploratórias com moradoras e moradores e recorri a uma diversidade de fontes documentais, tais como fotografias, vídeos, jornais, mapas, relatórios administrativos e, especialmente, processos judiciais. O uso das imagens de satélite associado ao georreferenciamento de mapas da época e ao estudo da organização espacial, por meio da aplicação da sintaxe do espaço, contribuiu para cartografar a presença e o movimento de cinco “mulheres solteiras” nas paisagens das cidades operárias e no seu entorno. Como resultado, ficou evidente que o imaginário sobre a prostituição, tanto em Fordlândia como em Belterra, está fortemente enraizado em aspectos morais que limitavam a sexualidade das mulheres e que se relacionam com a transição entre os papéis sociais atribuídos às mulheres e associado à preservação [ou não] da sua honra sexual. Acredito que a mudança observada no imaginário sobre prostituição se deu como parte das transformações nas relações vivenciadas pelas mulheres e, neste caso, a análise interseccional permitiu perceber que marcadores tais como gênero, raça, classe, sexualidade, localidade, regionalidade e estado civil foram operados de forma articulada e contribuíram para que mulheres morenas, “tapuyas”, pobres e solteiras fossem percebidas como prostitutas, mesmo que não houvesse evidências de que elas tivessem exercido a prostituição em algum momento. Estas transformações repercutiram de forma a contribuir para que as mulheres ocupassem seus lugares, ainda que de forma precária, ignorando as diversas fronteiras que delimitaram o que ocorria dentro e o que estava fora. A análise da paisagem de gênero de Fordlândia e de Belterra vem mostrando que as diferenças observadas na organização dos espaços mantêm relação com as mudanças nas relações de poder e nos papéis sociais que ainda hoje atravessam as mulheres e homens no contexto das cidades operárias e que vão muito além da narrativa masculina dominante.

**Palavras-chave:** Arqueologia do capitalismo na Amazônia; Paisagem de gênero; Sintaxe Espacial; Interseccionalidade; Fordlândia; Belterra; Companhia Ford Industrial do Brasil.

## ABSTRACT

Fordlândia and Belterra are two company towns established and managed by the Ford Motor Company in the state of Pará between 1927 and 1945. A common feature of the histories of these places is that they are predominantly told through the voices, presence, and labor of men. Engaging with existing research on gender within the field of historical archaeology, particularly in urban and industrial contexts, I sought to explore how women experienced the gendered landscapes of Fordlândia and Belterra. The accounts revealed potential differences in how prostitution was practiced in these two areas, leading me to work with the hypothesis that prostitution was negotiated and renegotiated in distinct ways in Fordlândia and Belterra. To address this question, I conducted exploratory interviews with residents and analyzed a diverse range of documentary sources, including photographs, videos, newspapers, maps, administrative reports, and, most notably, judicial proceedings. The use of satellite imagery, in conjunction with georeferenced historical maps and spatial organization analysis through space syntax, contributed to mapping the presence and movement of five "single women" in the landscapes of these company towns and their surroundings. As a result, it became evident that the social imaginary surrounding prostitution in both Fordlândia and Belterra is deeply rooted in moral aspects that restricted women's sexuality and are related to the transition between the social roles assigned to women and their association with the preservation [or not] of their sexual honor. I argue that the observed shift in the imaginary regarding prostitution occurred as part of broader transformations in the relationships experienced by women. In this context, an intersectional analysis made it possible to recognize that markers such as gender, race, class, sexuality, locality, regional identity, and marital status operated in an articulated manner and contributed to the perception of "*morena*", "*Tapuya*", poor, and single women as prostitutes – even in the absence of evidence that they had engaged in prostitution. These transformations reverberated in ways that contributed to women occupy spaces, albeit precariously, transcending the boundaries that separated the inside and outside of these company towns. The analysis of the gendered landscape of Fordlândia and Belterra demonstrates that the observed differences in spatial organization are deeply connected to shifts in power relations and social roles. These shifts continue to shape the experiences of both women and men in these contexts, , extending far beyond the dominant male-centered narrative that has historically defined these spaces.

**Keywords:** Archaeology of capitalism in the Amazon; Gender landscape; Space syntax; Intersectionality; Fordlândia; Belterra; Ford Motor Company.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Projeção georreferenciada das áreas correspondentes às concessões de Fordlândia (poligonal ao sul) e Belterra (poligonal ao norte).....	29
Figura 2: Cemitério de Fordlândia (1930).....	32
Figura 3: Cemitério de Fordlândia (2019).....	32
Figura 4: Cemitério de Belterra (2019). ....	32
Figura 5: Antigo maquinário da Ford dentro de uma das estruturas industriais, Fordlândia.....	33
Figura 6: Antigo maquinário da Ford, utilizado como cenário para o registro fotográfico de visitantes com a inscrição “ <i>I [love] Belterra</i> ” – Belterra.....	33
Figura 7: Exemplar de moradia do período da Companhia Ford – Fordlândia. ....	33
Figura 8: Exemplar de moradia do período da Companhia Ford – Belterra. ....	33
Figura 9: Matéria do jornal “O GLOBO”, de 06 de fevereiro de 1932, p. 2 - “DESTRUÍO A VILLA A FOGO!”. ....	41
Figura 10: “ <i>Organizada, na Fordlândia, uma empresa para explorar as jovens tapuyas!...</i> ”	43
Figura 11: “ <i>Organizando a prostituição na zona da Fordlandia</i> ” .....	43
Figura 12: “ <i>Nacionaes. Pará</i> ”. ....	43
Figura 13: Matéria sobre a saída da Ford do Brasil em 2021 e o abandono anterior de Fordlândia. ....	57
Figura 14: Construção de Fordlândia (1928).....	65
Figura 15: Registro (sem data) de um dos acampamentos localizados em Fordlândia.....	65
Figura 16: Sistema de telefonia, Fordlândia (sem data). ....	66
Figura 17: Estação de rádio, Fordlândia (sem data). ....	67
Figura 18: Hospital de Fordlândia (1933). ....	67
Figura 19: Hospital de Fordlândia (1931). ....	68
Figura 20: Vista da casa de força e da caixa d’água, Fordlândia (1931).....	68
Figura 21: Serraria, localizada na parte de trás da casa de força, Fordlândia (1931).....	69
Figura 22: Abertura da mata para construções, Fordlândia (1929). ....	69
Figura 23: Ferrovia, Fordlândia (sem data). ....	70
Figura 24: Escola Henry Ford, Fordlândia (1932) .....	71
Figura 25: Abertura de estradas - Fordlândia (1929). ....	72
Figura 26: Vista das moradias construídas para os trabalhadores, Fordlândia (1933). ....	72

Figura 27: Vista do antigo alojamento “Paz e amor”, que servia para moradia dos homens solteiros, Fordlândia. ....	73
Figura 28: Vista das moradias construídas para os trabalhadores. Na direita, ao fundo, é possível visualizar a caixa d’água, Fordlândia (1934).....	73
Figura 29: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia. ....	74
Figura 30: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia. ....	74
Figura 31: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia. ....	75
Figura 32: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia. ....	75
Figura 33: Vista de cabanas, instalação de Belterra (1934). ....	78
Figura 34: Serraria, Belterra (1935). ....	78
Figura 35: Belterra (1937). ....	79
Figura 36: Escritório da administração, Belterra (sem data). ....	79
Figura 37: Galpões, Belterra (1939). ....	80
Figura 38: Hospital, à esquerda, e necrotério, à direita, Belterra (1939).....	80
Figura 39: Vista das moradias de palha, Belterra (sem data). ....	81
Figura 40: Corte de seringueira, Belterra (sem data). ....	82
Figura 41: Plantação de seringueiras, Belterra (1937). ....	83
Figura 42: Recorte do mapa da Concessão de Belterra com a progressão das áreas de plantação (1935-1938). ....	84
Figura 43: Grupo Escolar Henry Ford, Belterra (sem data). ....	86
Figura 44: “Mapa imobiliário” de Fordlândia (1939-1936). ....	89
Figura 45: Planta urbana do núcleo central de Fordlândia, 1945 (Ministério da Agricultura).92	
Figura 46: Desenho da planta de Fordlândia de 1945 (Figura 45), georreferenciada em imagem de satélite datada de 2023.....	93
Figura 47: Desenho do levantamento topográfico realizado em Fordlândia (FUNASA, 1985), georreferenciado em imagem de satélite datada de 2023. ....	94
Figura 48: Levantamentos realizados em Belterra das áreas consideradas para o processo de tombamento pelo IPHAN. ....	100
Figura 49: Levantamentos realizados em Fordlândia sobre o período de ocupação (a), identificação das áreas e (b) e poligonais mais recentes consideradas para o processo de tombamento pelo IPHAN ( c ). ....	101
Figura 50: Exemplos de aplicação da Análise Gamma, a partir da elaboração de gráficos de acessibilidade com representação justificada. ....	107
Figura 51: Mapa das estruturas e uso do espaço de Fordlândia. ....	111



Figura 52: Mapa das estruturas e uso do espaço de Belterra.....	112
Figura 53: Mapa axial de Fordlândia.....	113
Figura 54: Mapa por segmentos de Fordlândia. ....	113
Figura 55: Mapa axial de Belterra. ....	114
Figura 56: Mapa por segmentos de Belterra.....	114
Figura 57: Mapa axial de conectividade, Fordlândia. ....	117
Figura 58: Mapa por segmento, Conectividade métrica de raio n, Fordlândia. ....	117
Figura 59: Mapa axial de integração de Raio = 3, Fordlândia ....	119
Figura 60: Mapa por segmento, Integração normalizada métrica de raio n, Fordlândia. ....	119
Figura 61: Mapa por segmento, Escolha normalizada métrica de raio = n, Fordlândia.....	121
Figura 62: Mapa axial de conectividade, Belterra.....	123
Figura 63: Mapa por segmento, Conectividade métrica de raio n, Belterra. ....	123
Figura 64: Mapa axial de integração, Belterra. ....	125
Figura 65: Mapa por segmentos, Integração normalizada métrica de raio n, Belterra.....	125
Figura 66: Mapa por segmento, Escolha normalizada métrica de raio n, Belterra.....	127
Figura 67: Topografia de Fordlândia, onde as cores vermelhas representam áreas de altitude mais elevada e as cores frias representam áreas de menor altitude. ....	129
Figura 68: Topografia de Belterra, onde as cores vermelhas representam áreas de altitude mais elevada e as cores frias representam áreas de menor altitude.....	129
Figura 69: Seringueiros, Belterra (1953).....	159
Figura 70: Ilustração de como Crenshaw observa a sobreposição de marcadores de discriminação.....	178
Figura 71: Ilustração de como Crenshaw observa os marcadores de discriminação como vias que se interseccionam.....	179
Figura 72: Ilustração de como Crenshaw observa os marcadores de discriminação como vias que se interseccionam.....	180
Figura 73: América Lobato, copeira/ servente/ babá na Vila Americana, em Fordlândia. ....	196
Figura 74: Fachada frontal, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia. ....	197
Figura 75: Fachada lateral, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia. ....	197
Figura 76: Fachada latera, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia. ....	197
Figura 77: Vista lateral, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.....	198
Figura 78: Mapa com a indicação da paisagem de América, em Fordlândia.....	200
Figura 79: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloramento de [Ana], ocorrido em Belterra em março de 1942.....	204

Figura 80: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloração de [Taís], ocorrido em Belterra em setembro de 1945. ....	208
Figura 81: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloração de [Neusa], ocorrido em Belterra em outubro de 1945. ....	211
Figura 82: Infográfico de relações entre os locais e personagens de uma briga ocorrida na Ilha dos Inocentes no ano de 1941. ....	216
Figura 83: Mapa dos locais identificados nos casos de defloração de [Ana] em 1942 e de [Taís] e [Neusa] em 1945, Belterra. ....	221
Figura 84: Planta da casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia. ....	226
Figura 85: Gráfico de acessibilidade e análise gamma da planta arquitetônica da casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia. ....	228
Figura 86: Planta de uma das casas localizadas na Vila Operária (a), Fordlândia. ....	230
Figura 87: Planta de uma das casas localizadas no Bairro da Prainha (b), Fordlândia. ....	230
Figura 88: Planta de uma das casas localizadas na Avenida Tapajós (c), Fordlândia. ....	230
Figura 89: Uma das plantas levantadas no Bairro dos Trabalhadores do Campo (d), Fordlândia. ....	230
Figura 90: Crianças utilizando a piscina localizada na Vila Americana, Fordlândia. ....	232
Figura 91: Mapa de localização das Ilhas, Cauassu-ê-Pá e Fordlândia. ....	236
Figura 92: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará. ....	237
Figura 93: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará. ....	237
Figura 94: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará. ....	238
Figura 95: Diferença na vegetação observada na Ilha “do Gato” (período da cheia). ....	239
Figura 96: Diferença na vegetação observada na Ilha dos Inocentes (período da cheia). ....	239
Figura 97: Diferença na vegetação observada na Ilha dos Inocentes (período da cheia). ....	240
Figura 98: Mapa com a localização dos pontos onde foi observada vegetação mais baixa na área das Ilhas. ....	241
Figura 99: Vista de um dos tipos de moradias voltadas para a classe operária, Belterra, com destaque, a topografia plana de Belterra (1937). ....	243
Figura 100: Plantação de seringueiras, com destaque, a topografia plana característica de Belterra (1935). ....	244

Figura 101: Vista para o Rio Tapajós desde a área industrial de Fordlândia, em construção. .....	245
Figura 102: Vista das moradias construídas para os trabalhadores e do Rio Tapajós, com destaque à topografia de Fordlândia (1933). ....	245
Figura 103: Vista desde o Rio Tapajós. Em destaque, a Caixa d'água e a área industrial de Fordlândia. ....	246
Figura 104: Registro fotográfico de América (à esquerda) com mais uma trabalhadora e as crianças Townsend na Vila Americana, em Fordlândia no período de administração da Companhia Ford (1927-1945). ....	248
Figura 105: Casa localizada na Vila Americana, Belterra (1938). ....	249
Figura 106: Vista das casas na Vila Mensalista, Belterra (1939). ....	249
Figura 107: Vista das casas na Vila Viveiros, Belterra (1939). ....	250
Figura 108: Vista frontal de uma das tipologias de casas dos trabalhadores, Belterra (sem data). .....	250
Figura 109: Gráfico da quantidade de empregados e empregadas da CFIB em Fordlândia e Belterra entre o período de Janeiro de 1935 e Julho de 1944. ....	255
Figura 110: Chapas de identificação dos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Ford nos projetos de Fordlândia e Belterra. ....	258

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Lista de jornais pesquisados na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional onde foram verificadas matérias sobre Fordlândia e Belterra (período pesquisado: 1927 a 1950). .....	49
Tabela 2: Identificação das casas construídas em Fordlândia até o ano de 1933.....	71
Tabela 3: Custos fixos da CFIB com salários em Fordlândia (1933 e 1941) e Belterra (1941). .....	85
Tabela 4: Dados sobre a população em relação à quantidade e localização das casas em Fordlândia (1936). ....	87
Tabela 5: Número de vínculos de trabalho identificados entre 1928 e 1942 para Fordlândia e Belterra e organizados por Costa (1981). ....	90
Tabela 6: Distribuição da força de trabalho distribuída entre os setores da empresa para o ano de 1929, em Fordlândia. ....	91
Tabela 7: Quantidade de empregados e empregadas da CFIB em Fordlândia e Belterra entre o período de Janeiro de 1935 e Julho de 1944.....	254
Tabela 8: Diferença entre valor das diárias pagas pela Companhia Ford para Mulheres e Homens em Fordlândia e Belterra nos anos de 1935, 1937, 1939 e 1943.....	256
Tabela 9: Registros de batismo realizados exclusivamente com indicação da mãe e relacionados ao contexto de Fordlândia e entorno.....	260

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO.....</b>	<b>25</b>
<b>INTRODUÇÃO - EU, “MULHER SOLTEIRA” .....</b>	<b>27</b>
1º questionamento – paisagens iguais, mas diferentes .....	30
2º questionamento – a “mulher solteira” .....	35
O problema .....	38
Os caminhos que percorri .....	45
A organização do texto .....	51
<b>PARTE I – CONHECENDO AS PAISAGENS DE GÊNERO .....</b>	<b>55</b>
<b>CAPÍTULO 1 - “DE CASA, POSSO OUVIR O APITO DA FÁBRICA” .....</b>	<b>56</b>
1.1 Semeando <i>hevea</i> : O trabalho nos seringais entre o final do século XIX e início do século XX .....	57
1.2 De “Bôa Vista” à Plantação racional: Conhecendo as paisagens de Fordlândia e Belterra .....	63
1.3 As vilas operárias no contexto da Amazônia .....	95
<b>CAPÍTULO 2 – A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE FORDLÂNDIA E BELTERRA. ....</b>	<b>104</b>
2.1 A sintaxe espacial .....	105
2.2 O uso da sintaxe espacial na Arqueologia do Capitalismo.....	106
2.3 Aplicação da sintaxe espacial em Fordlândia e Belterra .....	115
2.3.1 Fordlândia .....	115
2.3.2 Belterra .....	122
2.3.3 Evidenciando diferenças .....	128
<b>CAPÍTULO 3 - “PAISAGENS DE GÊNERO” NA ARQUEOLOGIA DO CAPITALISMO .....</b>	<b>131</b>
3.1 Arqueologia e as “paisagens de gênero” .....	136

<b>PARTE II – “MULHER SOLTEIRA” .....</b>	<b>157</b>
<b>CAPÍTULO 4 – “MULHER SOLTEIRA NÃO É MOÇA”: GÊNERO, RAÇA E OS PAPEIS SEXUAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX SOB UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL .....</b>	<b>158</b>
4.1 Sobre a categoria “mulher”: Gênero, sexo, raça e poder .....	166
4.2 Articulando diferenças: uma introdução à interseccionalidade .....	176
4.2.1 A interseccionalidade como ferramenta de análise .....	181
<b>CAPÍTULO 5 – CARTOGRAFANDO “A MULHER SOLTEIRA” .....</b>	<b>194</b>
5.1 Dentro da área planejada para Fordlândia: América .....	195
5.2 Dentro da área planejada para Belterra: estradas de três Flores .....	201
5.3 No entorno de Fordlândia: as Ilhas .....	212
<b>CAPÍTULO 6 - MOÇA E “MULHER SOLTEIRA” NAS PAISAGENS DE GÊNERO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA .....</b>	<b>217</b>
6.1 Meninas [mal] criadas: As Estradas 2, 8 e 10 como espaços segregados .....	218
6.2 Moça: a Vila Americana como espaço para se criar [e casar] .....	224
6.3 “Mulher solteira”: Um rio secando fronteiras .....	234
6.4 As armadilhas da visibilidade .....	242
6.5 “Moça” e “Mulher solteira” para além do estado civil: Atravessamentos entre gênero, classe, raça, sexualidade, idade, localidade e regionalidade .....	247
<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>263</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>280</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>293</b>
Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	293
Apêndice 2 – Consentimento da participação da pessoa como voluntário (a) .....	295
Apêndice 3 – Termo de Autorização de uso de imagem e depoimento .....	297
Apêndice 4 – Modelo utilizado de carta de anuência com autorização para uso de dados .....	299

Apêndice 5 – Tabela de índices da sintaxe espacial identificados através do uso do depthmapX, Fordlândia .....	301
Apêndice 6 – Tabela de índices da sintaxe espacial identificados através do uso do depthmapX, Belterra.....	303

## PRÓLOGO



*Autoretrato (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 133.*

Aurora Cursino nasceu em São José dos Campos, estado de São Paulo, no ano de 1896. Enquanto criança, era chamada de “*a caipirinha*”. Aos 16 anos, foi forçada pelo seu pai a se casar, fato que a levou a fugir poucas horas após a cerimônia.

Em 1919, se colocou em luta quando um rapaz, que circulava pela aristocracia carioca, tentou, sem a sua vontade, “*praticar atos libidinosos*” com ela na casa onde morava, no Rio de Janeiro. O registro policial do episódio não repercutiu em nada sobre o rapaz, apenas



em Aurora, que viu a violência a ela infligida reduzida sob os véus da desonra inerente à sua conjuntura de “mulher perdida”.

De volta ao estado de São Paulo, mas já na capital, Aurora estudou enfermagem e atendeu soldados feridos da Revolução de 1932. *“Trabalhou como doméstica, mas nunca se livrou das marcas da prostituição, que a seguiram pela vida e arte”* (Jeha e Birman, 2022).

Em 1941, foi internada no Hospital Psiquiátrico de Perdizes e, em 1944, foi transferida para o Hospital Psiquiátrico do Juquery, em Franco da Rocha, interior do estado, onde passou por diversos procedimentos hoje amplamente rejeitados por serem considerados invasivos e violentos.

Foi lobotomizada em 1955.

Morreu em 1959, aos 63 anos de idade.

Durante a sua internação em Juquery, Aurora pintou cerca de 200 obras.

De acordo com Ferraz (1989), Aurora

alcançou, com sua produção, níveis pictóricos marcantes. (...) A transposição para a pintura de fatos vividos e imaginados, misturavam-se a uma linguagem expressiva, frases soltas e colorido intenso. Envolvia-se no seu trabalho, produzindo intensamente. Pintando e falando ao mesmo tempo, vivia na ambivalência do mundo real e imaginário (...).

Nas palavras de Jeha e Birman (2022),

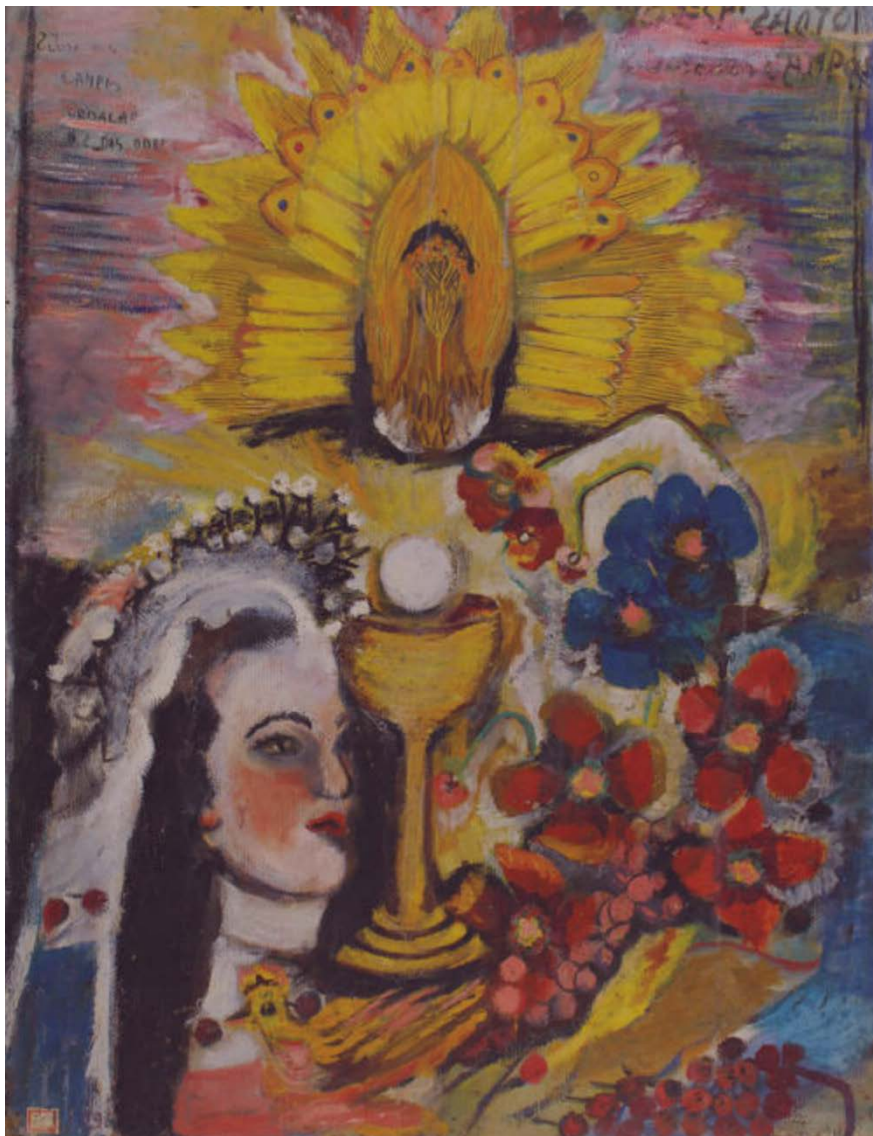
Aurora era prostituta, uma profissão ainda hoje discriminada mesmo em meios progressistas. Importa ouvir o que ela gritou e narrou não só porque ela exercia a prostituição. Mas, principalmente, porque ela era uma mulher violentada e revoltada. A memória, o delírio e a imaginação aparecem de mãos dadas misturando fabulação e realidade.

Uma certa – e como não dizer, triste – conexão com algumas das experiências das “mulheres solteiras” que serão apresentadas neste trabalho e de tantas outras mulheres “violentadas e revoltadas” que provavelmente foram lembradas no decurso da leitura deste trecho.

Aurora me acompanhou na escrita e seguirá ilustrando este texto até o final.

## INTRODUÇÃO - EU, “MULHER SOLTEIRA”

Na imagem de abertura desta Introdução, é possível ver uma “moça” posicionada no canto esquerdo do desenho e que parece usar um véu. No centro da imagem, um cálice e uma hóstia, símbolos da igreja católica que, por sua vez, cobrem parcialmente seu rosto. Do outro lado, flores. Logo acima, como em um trono dourado de um altar, a ilustração que remete a uma vagina.



*Sem título (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 116.*

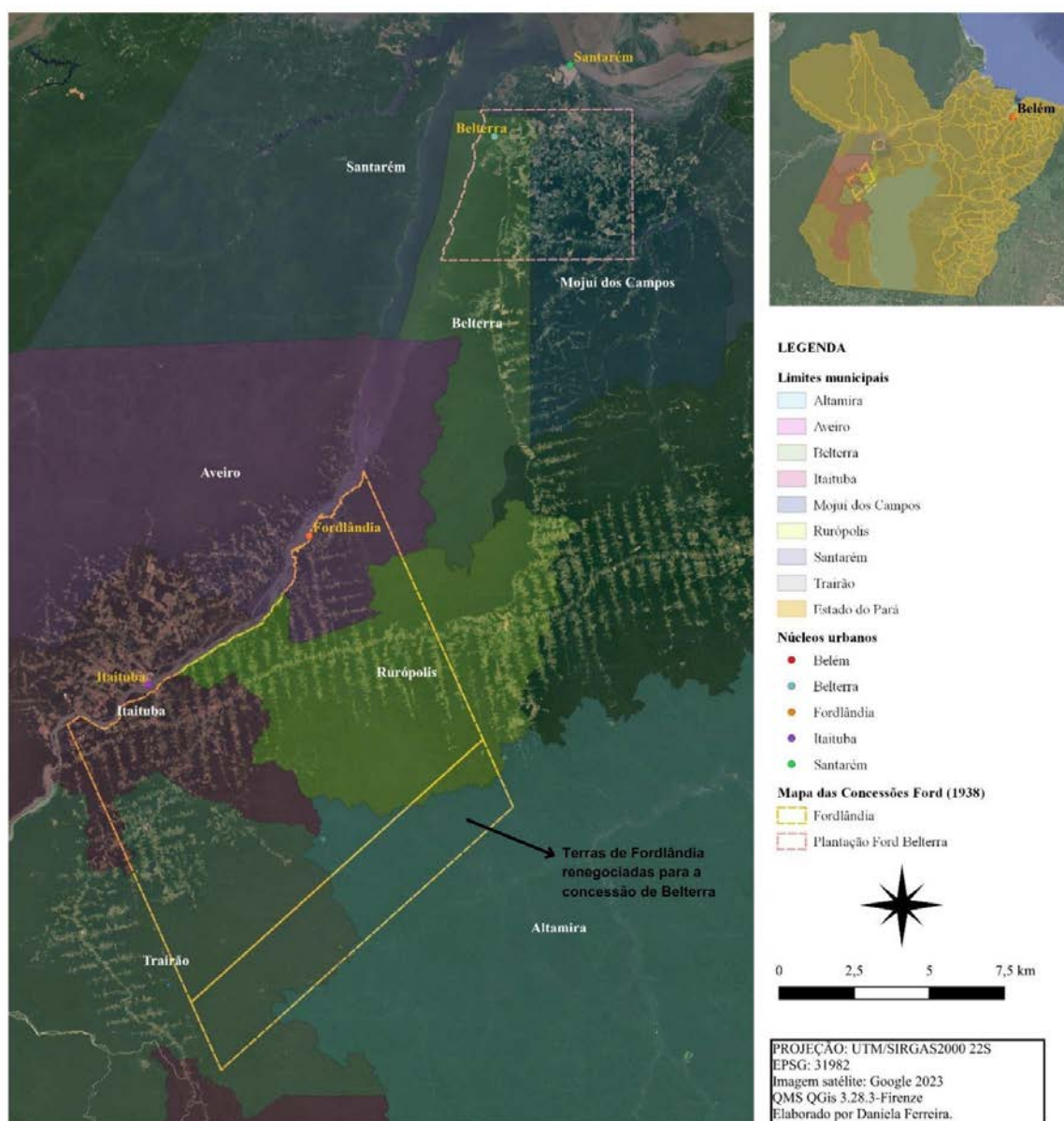
Com o objetivo de disputar o controle da produção da borracha necessária para a indústria de seus automóveis, no final da década de 1920, a Companhia Ford iniciou o empreendimento denominado Fordlândia, o primeiro projeto de cidade operária da referida empresa na região do Baixo Rio Tapajós, localizado mais precisamente entre os municípios de Santarém e Itaituba, no estado do Pará.

Na época, a construção de Fordlândia movimentou as expectativas ocidentais relacionadas à expansão da industrialização, progresso e aos ideais de modernidade, forjados sobre alicerces patriarcais que evocavam o avanço do capitalismo, a possibilidade de domínio do território amazônico, predominantemente difundido como selvagem, passível de ser controlado, higienizado e povoado.

Este projeto industrial, que visava a implantação de uma plantação industrial de seringueiras, seria responsável por oferecer as estruturas básicas para a moradia dos sujeitos identificados enquanto trabalhadores e suas famílias e, para desenvolver, naquela região, uma comunidade baseada nos regramentos morais impostos pela Ford.

Poucos anos do início da construção, ainda no início da década de 1930, e diante de seringais que não produziam a quantidade de látex esperada, a Companhia Ford foi, aos poucos, dividindo a atenção inicialmente direcionada exclusivamente para o projeto de Fordlândia, em prol do novo empreendimento localizado em área mais próxima ao município de Santarém, em um local que passou a ser conhecido como “Plantações Ford Belterra”, hoje correspondente ao município de Belterra. Belterra permaneceu sob a administração da Companhia Ford, juntamente com Fordlândia, até o ano de 1945, quando a empresa renegociou com o governo brasileiro a devolução das terras anteriormente concedidas (ver Figura 1).

Figura 1: Projeção georreferenciada das áreas correspondentes às concessões de Fordlândia (poligonal ao sul) e Belterra (poligonal ao norte).



**Fonte:** Ferreira e Allen, 2024a.

A história das duas cidades operárias administradas pela Ford no estado do Pará é muitas vezes contada a partir do relato de episódios que ocorreram nos primeiros anos de Fordlândia. Fato nada incomum é que essa história é predominantemente contada a partir da voz, presença e do trabalho dos homens.

Hoje, Fordlândia, que mantém a duras penas as estruturas do período de administração da empresa sob um alto estágio de degradação, segue sob os véus de um

imaginário que a coloca na maioria das vezes como “cidade fantasma”. Já Belterra, com parte das estruturas íntegras e museus abertos para visitação, reivindica seu espaço na memória e no imaginário enquanto legado da Ford na região do Tapajós.

Nos tópicos seguintes desta introdução, buscarei apresentar o problema de pesquisa levando em conta os questionamentos que tive enquanto o desenvolvia e como fui redirecionando minha formação e meu pensamento durante o percurso do curso de doutorado, a fim de viabilizar a elaboração da tese e evidenciando o modo como levantei, organizei e analisei os dados.

Durante a elaboração deste trabalho, sobrevivente de uma pandemia e de uma gestação, a forma de olhar para o problema de pesquisa mudou incontáveis vezes e, na mesma proporção, esta pesquisa me mudou por completo.

A partir do breve cenário apresentado, esta pesquisa de doutorado teve como base a problematização refletida em dois questionamentos principais: o primeiro, relacionado à observação das paisagens na dicotomia entre preservação e destruição/ abandono; e, o segundo, meu ponto norteador, relacionado ao lugar da “mulher solteira” nas cidades operárias.

### **1º questionamento – paisagens iguais, mas diferentes<sup>1</sup>**

No ano de 2019, em viagem realizada por mim em Fordlândia e Belterra, as comparações entre os dois projetos foram inevitáveis. Dentre as diferenças inicialmente observadas, destaco o sentimento dos moradores em relação à empresa Ford e visíveis na preservação das estruturas relacionadas ao período da Companhia.

Em Fordlândia, não pude ver as casas com as mesmas características daquele passado recente. Muitas delas foram alteradas para atender as necessidades da população atual ou totalmente demolidas. Os galpões da indústria se mantêm em pé, mas com aspecto de abandono, onde as antigas máquinas com inscrições em inglês se misturam com carros em uso pela Prefeitura Municipal de Aveiro que, por sua vez, utiliza as estruturas como uma espécie

---

<sup>1</sup> Sobre especificamente as diferenças observadas entre Fordlândia e Belterra, foi escrito o artigo de minha autoria em parceria com o professor Scott Allen, denominado “Um olhar arqueológico sobre as paisagens industriais de Fordlândia e Belterra na Amazônia Paraense”, publicado em 2024 na Revista de Arqueologia Pública da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e disponível em: <https://doi.org/10.20396/rap.v19i00.8671445>

de oficina mecânica ou estacionamento. Em Belterra, além da maior quantidade de estruturas preservadas (em comparação à Fordlândia), a sirene que despertava os trabalhadores para cumprir suas funções nos seringais da Ford continua a tocar.

Os cemitérios da época se apresentam de forma bastante simbólica quando comparadas as duas cidades operárias: em Fordlândia, o cemitério ainda em uso, possui lápides mais recentes e diversas cruzes antigas feitas em material resistente (concreto), gravadas com nomes e datadas da década de 1930, muitas delas retiradas e empilhadas sob a sombra de uma árvore, ou em monte esperando serem recolhidas e esquecidas. Um cenário que marca Fordlândia sob o imaginário de “cidade fantasma”, mesmo que ainda viva e ocupada. Em Belterra, no cemitério, também em uso, são mantidos os sepultamentos do período da Companhia em cruzes feitas em madeira que, por já terem sofrido os processos do tempo, com muito esforço, ainda é possível identificar uma ou outra inscrição.

No caso de Belterra, em conversa com os moradores, é perceptível o interesse em conhecer sobre o passado local, incluindo aquele passado associado, arqueologicamente, aos sítios de Terra Preta, verificados em grande quantidade na região<sup>2</sup>. Mas, há um interesse especial sobre como a cidade de Belterra teria sido construída “*a partir da semente da seringueira*”. Belterra, de certa forma, parece buscar se dissociar do discurso de “sonho” e “utopia” difundido e vinculado à Fordlândia, para se colocar como “*o projeto da Ford que deu certo*”.

Se em Fordlândia, o atual estágio de degradação das estruturas associadas ao período da companhia e o relato dos moradores trazem à luz um sentimento de forte oposição, contradição e conflito entre o que restou do tempo da companhia e o discurso da empresa no período do projeto, em Belterra, dentre todas as representações saudosas que ainda persistem, a lembrança da sirene diariamente ativada é a materialização, no presente, da “*ideologia do tempo*” que, “*no capitalismo corta a atividade diária em fragmentos que parecem mais racionais e, portanto, mais controlável*”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Em consulta ao Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi verificado que, atualmente, Belterra possui o cadastro de cinquenta e nove (59) sítios arqueológicos com descrição similar e caracterizada pelo contexto pré-colonial, com evidência de Terra Preta Arqueológica e fragmentos cerâmicos em superfície e em profundidade - Disponível em: <<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1699>>> Acesso em Maio de 2021.

<sup>3</sup> Do original: “The ideology of time in capitalism cuts up daily activity into fragments which appear more rational and which thus become more controllable” (Leone, 1984, p. 26).



Figura 2: Cemitério de Fordlândia (1930).



**Fonte:** The Henry Ford Archives.

Figura 3: Cemitério de Fordlândia (2019).



**Fonte:** Da autora, 2019.

Figura 4: Cemitério de Belterra (2019).



**Fonte:** Da autora, 2019.



Figura 5: Antigo maquinário da Ford dentro de uma das estruturas industriais, Fordlândia.

Figura 6: Antigo maquinário da Ford, utilizado como cenário para o registro fotográfico de visitantes com a inscrição “I [love] Belterra” – Belterra.



**Fonte:** Da autora, 2019.



**Fonte:** Da autora, 2022.

Figura 7: Exemplar de moradia do período da Companhia Ford – Fordlândia.

Figura 8: Exemplar de moradia do período da Companhia Ford – Belterra.



**Fonte:** Da autora, 2022.





A diferença na questão da preservação previamente apontada também foi percebida por Lima (2019), que abordou em sua pesquisa de mestrado o tema da patrimonialização nas duas cidades operárias. A autora, moradora da cidade de Itaituba, tinha interesse inicial apenas sobre Fordlândia, onde decidiu produzir seu trabalho de conclusão de curso em Arquitetura (Lima, 2015).

Já na fase do mestrado, Lima (2019) estabeleceu uma comparação entre as duas cidades numa tentativa de melhor compreender o que levou a um *“intenso processo de modificação das casas”* em Fordlândia, *“enquanto em Belterra aparentemente procuravam conservá-las”*. Considerou, sobretudo, o processo de tombamento em nível federal que se encontrava em disputa até 2024 e que tratava sobre as duas áreas de forma integrada.

Com metodologia direcionada para a realização de entrevistas e através da comparação entre os discursos proferidos pelas pessoas entrevistadas em ambas as cidades, como resultado, Lima (2019) reiterou que apesar de existir *“um certo saudosismo”* e *“uma memória afetiva dos tempos da Companhia”*, que estas, por si só, não se mostravam *“suficientes como forma de salvaguardar o bem imóvel, principalmente em Fordlândia”*.

Para o caso de Belterra, Lima (2019) inferiu que a escolha de parte da população em manter nas casas as cores verde e branco que remetem ao período da Companhia, se configura como uma tradição inventada, nos termos de Hobsbawm (1997) e, por isso, seria um meio pelo qual a população buscou *“se referir ao passado continuamente de forma simbólica”*, podendo ser *“uma forma de se reconhecer ou de ser reconhecido”*.

Ainda como parte da conclusão, Lima (2019) alertou para uma contradição entre a inclusão de *“diferentes formas de construir”* nas políticas de preservação e a *“falta de conhecimento e rejeição por outros tipos de construções, como por exemplo a arquitetura em madeira, principalmente quando de traços simples, como as das vilas operárias em Fordlândia e Belterra (...)”*.

Apontando possíveis caminhos para explicar mais objetivamente à diferença entre elas, sob o aspecto do bem edificado, Lima (2019) indicou a dificuldade apontada por moradores sobre a manutenção das casas de madeira e sua preferência por estruturas em alvenaria.

A questão fundiária, que recai sobretudo Fordlândia, e a emancipação política e administrativa de Belterra, foram outros fatores que Lima (2019) indicou como importantes para a diferença verificada na preservação das áreas, por esses gerarem dificuldades quanto a tomada de decisão sobre o possível tombamento das cidades.

Apesar de questionar o tombamento como instrumento efetivo de preservação, Lima (2019) indicou como fator preponderante para a questão da preservação nas duas áreas, o distanciamento e as dificuldades de interiorização das “*práticas de preservação, orientação e principalmente de fiscalização*” das instituições que possuem como competência a preservação do patrimônio cultural, seja em âmbito Federal ou Estadual.

## **2º questionamento – a “mulher solteira”**

Ainda rememorando a viagem até as duas cidades operárias realizada em 2019, na ocasião, eu e meu orientador, professor Scott Allen, ministramos, em conjunto com a professora Bruna Cigaran e o professor Vinícius Honorato, da Universidade Federal do Oeste do Pará, uma disciplina de campo voltada para alunas e alunos do curso de graduação em Arqueologia.

Na ocasião, nosso plano para a pesquisa de doutorado se relacionava com a tentativa de melhor compreender as diferenças entre as classes operárias, tanto de Fordlândia, como de Belterra. Para isso, imaginamos que seria possível realizar escavações nos quintais de algumas casas e, em sequência, comparar os materiais coletados. Um caminho que ainda está em aberto e que um dia pretendo seguir.

Contudo, por se tratar da primeira experiência de campo para a turma de discentes, nosso foco na escavação foi priorizar o ensino e, diante de um conhecimento ainda superficial que até o momento tínhamos sobre as cidades operárias, assumimos como atividade transversal fazer um reconhecimento da paisagem de ambos os lugares e estabelecer conversas com a população para, com isso, orientar novas escavações e uma posterior coleta de dados que pudesse contribuir com o desenvolvimento da pesquisa.

Diante das dificuldades logísticas para acesso à Fordlândia que, naquele momento, não tínhamos condições de superar, para viabilizar a atividade de campo, optamos por concentrar a escavação em Belterra. Sobre a nossa visita de reconhecimento em Fordlândia, decidimos seguir em uma equipe reduzida formada apenas por mim, Scott e Ádrea Gisele, moradora de Belterra que, na época, desenvolvia sua pesquisa de doutorado no âmbito do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe.

Em Belterra, estabelecemos várias conversas e buscamos por casas abandonadas cujos proprietários pudessem ser localizados e estivessem dispostos a autorizar a nossa atuação

em campo. Dentre as autorizações que tivemos, escolhemos escavar uma casa que teria servido para moradia de trabalhadores/ trabalhadoras do hospital, em uma vila atualmente conhecida como Vila Timbó.

Contudo, algumas outras construções foram apontadas pela população e, dentre elas, um dos lugares mais citados foi a “*casa dos homens solteiros*”, também conhecida como “*alojamento paz e amor*”. Essa casa, como o primeiro nome já indica, servia de moradia dos homens que trabalhavam para a Companhia Ford, mas que não possuíam vínculo demarcado pelo casamento.

Mesmo já tendo iniciado as escavações, enquanto estávamos em campo, recebemos a visita de várias pessoas da comunidade que se interessaram pelo nosso trabalho. Nessas visitas, a casa dos homens solteiros sempre voltava a ser assunto.

Em algum momento, talvez provocada pelas recentes leituras sobre feminismo, a “insistência” quanto a indicação e constante referência do lugar me incomodou, e quando uma senhora me recomendou novamente que eu deveria pesquisar a casa do homem solteiro, provoqueei, sem grandes intenções: “mas, e a casa da mulher solteira?”.

Como resposta, houve uma sequência de constrangimentos, silêncios, engasgos, até que uma resposta foi pronunciada: “*Ahhh, tinha também!*”.

Fato é que naquele momento eu mesma me identificava e me reconhecia enquanto mulher solteira. Perceber o tom e o constrangimento da senhora me despertou grande curiosidade, mas também me senti provocada e incomodada pela percepção negativa do termo, afinal de contas, eu era uma “mulher solteira” e não gostei de onde me vi. A partir dali a pergunta: “e a casa da mulher solteira?”, passou a fazer parte do meu repertório.

Depois de alguns dias sem muito avanço com relação ao assunto, uma outra visitante na nossa escavação, esclareceu: “*sabe quando uma mocinha faz algo errado? Então, por exemplo, aqui nessa casa, tinha uma **mocinha** que era filha do trabalhador da Ford. Vamos dizer que ela se envolveu com um americano. Aí o pai descobriu e expulsou ela de casa. Essa casa de mulher solteira era onde ela ia morar*”.

Em outra conversa, questioneei se elas trabalhavam, e uma mulher completou: “*Trabalhavam!*”. Já quase no final do campo, atravessei o pudor que também me atravessava e pelo preconceito e incomodo moral que também me acometia e perguntei para outra moradora se eram prostitutas. Respondeu: “*Eram!*”.

Quando questionei sobre como eram então chamadas as mulheres que eram solteiras, mas que não eram prostitutas, me respondeu: “*Moça*”.

Apesar do detalhe da memória, não sei se pelo efeito do sol ou se pelo estresse de coordenar um campo e, ao mesmo tempo, estar à frente de uma disciplina pela primeira vez, nada disso havia me chamado atenção.... Até chegar em Fordlândia.

Lá, nossa equipe de três foi acolhida pelo Professor Magno Ribeiro, morador de Fordlândia que ainda hoje contribui de forma imensurável para esta pesquisa. Ele, que assumiu para nós o papel de anfitrião, e o faz também para a grande maioria das pessoas que visitam a cidade, foi logo apresentando todas as estruturas do período da Ford e contando sobre vários episódios, conflitos, regras, muitos deles também documentados no livro de Grandin (2010)<sup>4</sup>.

Nas conversas que tivemos, não só com o professor Magno, mas com outros moradores e moradores a quem tivemos acesso, de forma bastante corriqueira, ouvimos sobre a Ilha dos Inocentes, um lugar onde “*não haviam inocentes*”, ou onde teriam “*nascido muitos inocentes*”.

O que ficou posto naquele momento foi que, por algum motivo, a prostituição em Fordlândia era um assunto fácil de ser comentado em qualquer lugar. Já em Belterra, não.

Os relatos sobre a Ilha dos Inocentes, que faziam referência, sem pudores, à prostituição como atividade desenvolvida em Fordlândia, se distanciava das conversas que tive em Belterra, onde o termo “homem/ trabalhador solteiro” chamou atenção e me fez questionar sobre a presença da “mulher/ trabalhadora solteira” que, por vezes, interpretei, e posteriormente confirmei, que estava associado, mas de forma velada, à prostituição.

Esses relatos evidenciaram uma oposição que, entre ausência e presença, memória e esquecimento, termos próprios ou no sentido figurado, me direcionaram a observar na prostituição e no controle moral da mulher uma possibilidade para discutir as relações sociais que se estabeleceram no período de administração da Companhia Ford e, como um caminho

---

<sup>4</sup> Posso afirmar que a principal produção existente sobre os empreendimentos da Ford no Tapajós faz referência ao livro Fordlândia: ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva, escrito por Greg Grandin e publicado em português no ano de 2010. Apesar de seu conteúdo ser quase que totalmente voltado para relatar os primeiros anos de Fordlândia, na pesquisa bibliográfica e nas conversas realizadas durante a etapa de campo, foi possível notar que seus dados são utilizados e apropriados também para recuperar os acontecimentos vivenciados em Belterra. Nos trabalhos de Pereira (2012) e Pereira (2016) é possível acessar dados que remetem ao cotidiano de Belterra.

para me aprofundar sobre as diferenças materializadas nas estruturas e na organização das cidades operárias evidenciadas no 1º questionamento, sobre a questão da preservação.

Nesse aspecto, o problema identificado e respondido por Lima (2019) que se relaciona às diferenças nas paisagens e na preservação entre as vilas, e que também me contempla, ao meu ver, se conecta com possíveis diferenças entre as experiências pelas quais as pessoas vivenciaram no contexto de Fordlândia e Belterra e que não estão claramente postas e, por isso, a questão ainda continua em aberto.

## **O problema**

Nas últimas quatro décadas, arqueólogas e arqueólogos têm se voltado a identificar estratégias para aproximar o conhecimento científico produzido no âmbito da universidade à prática cotidiana das comunidades onde suas pesquisas estão inseridas e, indo além, buscar, através do método arqueológico, olhar para os seus contextos de estudo e, a partir deles, compreender e avaliar as questões que as/os tocam pessoalmente (McGuire, 1992; Patterson, 1994).

A arqueologia, como alternativa científica para a nossa aproximação com o passado, não está isenta de julgamentos morais (Benavides, 2011). Nela, pode ser percebido o teor político, ideológico, e de caráter dominante, no momento em que são propostas interpretações sobre as relações construídas em outro tempo.

Tais interpretações, quando reconhecidas pelas comunidades no presente, podem contribuir para aumentar ou mascarar as desigualdades, naturalizando e criando precedentes - formas de representações ideológicas e de poder que são características importantes para a manutenção do sistema capitalista industrial em sociedades modernas (Leone, 1984; Little, 1994; Eisenstein, 1980; Saffioti, 2004; Santos Souza, 2015; Lerner, 2019) e utilizadas para disfarçar a arbitrariedade da ordem social (Leone, 1984).

Para o caso de Fordlândia e Belterra, uma diversidade de pesquisas e publicações já foram realizadas em diferentes áreas do conhecimento: Costa (1981); Amorim (1995); Grandin (2010); Pereira (2012); Damasceno Neto (2015), Pereira (2016) e Lima (2019) são os trabalhos os quais fiz maior referência.

Como possibilidade para contribuir sobre o conhecimento já produzido sobre as cidades operárias, passei a refletir sobre as diferenças observadas entre Fordlândia e Belterra, dialogo com perspectivas que tratam sobre o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em contextos sob a influência do sistema capitalista (Little, 1994).

Em relação a todo o exposto, acredito que a empresa Ford operava em Fordlândia e em Belterra diferentes formas de representação ideológica de modo a sustentar na região e na diversidade de sujeitos, as estruturas hierárquicas características do sistema capitalista. Em oposição, e como parte da relação, a população local, marcada pela multiplicidade de identidades, poderia negociar, rejeitar ou transformar os discursos a partir de suas experiências individuais e coletivas.

Retomando ao período de atuação da Companhia Ford na região, e como poderei apresentar de forma detalhada nos capítulos que seguem, tanto Fordlândia quanto Belterra se apresentariam como alternativas para proporcionar à população da Amazônia Paraense, as condições compreendidas por uma parcela da população como “ideais” para o estabelecimento de uma sociedade urbana moderna e industrialmente produtiva.

Buscando compreender os impactos do sistema capitalista na luta operária e as relações entre o proibicionismo norte-americano e o fordismo no início do século XX, Gramsci (2008) destacou as características do americanismo e do fordismo como modelos forjados na criação de um novo modo de produção onde não era possível a separação entre o trabalho, o modo de viver, o pensar e a percepção individual e coletiva sobre o sentido da vida.

Apesar do teórico não se aprofundar nas diferenças de gênero nessas reflexões, destaca que a questão sexual ocupou um lugar prioritariamente reprimido pela sociedade caracterizada pelo desenvolvimento industrial e marcada pelo sistema fordista (Gramsci, 2008).

Associados a essa discussão, no contexto da Companhia Ford, dois comportamentos são citados como desvios e considerados inaceitáveis dentro de uma conduta moral esperada: o consumo de bebida alcóolica e a prostituição.

Para o caso de Fordlândia, Grandin (2010) relatou uma série de acontecimentos que evidenciaram a forma como a interferência direta do modelo da Ford superava os limites da indústria, transpunha a área da plantação e, afetava as relações - tanto no trabalho como no convívio - e eram baseadas em controle, disciplina e higiene, o que resultava em conflitos, protestos, levantes e agressões físicas entre os gerentes, identificados como o grupo de norte-

americanos, demais estrangeiros e brasileiros qualificados e, os trabalhadores com menor qualificação que, por sua vez, reivindicavam condições melhores de trabalho e tratamento.

De acordo com Grandin (2010), durante os dois primeiros anos da plantação, Fordlândia contava com a presença de soldados armados a fim de manter a ordem e, como rotina desde a sua instalação, todos os horários eram controlados através dos apitos e sirenes que tocavam em horários marcados, desde o despertar até o momento do recolhimento, como fica exposto no relato de Franco (1998):

A usina possuía um poderoso apito que marcava as horas em que os diferentes turnos de trabalho começavam e terminavam, e, esse apito de som grave, passou a ser o ‘relógio’ pelo qual se guiavam as localidades próximas, uma vez que era ouvido em um raio de mais de dez quilômetros (Franco, 1998, p. 80).

Para forçar o respeito à lei seca, os galpões e as casas dos trabalhadores eram supervisionados e qualquer bebida alcoólica encontrada era apreendida, resultando, como medidas punitivas, nos cortes salariais e na alimentação. As orientações para a manutenção da “*higiene*” eram consideradas “*radicalmente invasivas*”. Exigia-se dos trabalhadores a coleta de amostras de sangue para exames de verificação de doenças, além de serem obrigados a tomar medicamentos ao fim do dia de trabalho, sem qualquer comprovação da necessidade. As famílias que não adotavam as práticas consideradas “*adequadas*” eram submetidas a multas (Grandin, 2010, p. 196-197 e 230-235).

Sobre esses desvios, o imaginário que permanece sobre Fordlândia e Belterra relega ao “lado de fora” tudo aquilo que não deveria acontecer “dentro”, impondo limites e expulsões.

Um dos episódios mais conhecidos e frequentemente contados sobre Fordlândia, diz respeito à “*Revolta das Panelas*”<sup>5</sup>, que teria levado a Companhia Ford a demitir praticamente todos os funcionários e solicitado o fechamento dos bares, bordéis, assim como a expulsão dos moradores (Grandin, 2010).

---

<sup>5</sup> A “Revolta das Panelas” foi um movimento da classe trabalhadora predominantemente contado como uma manifestação violenta e de destruição. Ao relatar sobre o episódio que teria ocorrido no ano de 1930, Grandin (2010) contextualizou que, na ocasião, os trabalhadores protestavam diante da péssima qualidade dos alimentos oferecidos pela empresa e teriam destruído várias estruturas administrativas, dentre elas, um dos elementos mais simbólicos da relação capitalista: o relógio de ponto. Para além, teriam ameaçado os funcionários norte-americanos, que teriam fugido pelo rio ou se escondido na mata por vários dias, até que a segurança no local fosse reestabelecida através do apoio da força policial disponibilizada pelo governo do Pará.

Perto de dois anos após o ocorrido, numa matéria do Jornal “O Globo”, publicada em 06 de fevereiro de 1932 (Figura 9), foi exposta a intervenção do Estado, a partir de um pedido da Companhia Ford, para a destruição de “300 e tantas barracas existentes no rio Tapajoz, perto da Fordlandia” que, apesar de ficarem “fôra das terras da concessão” facilitariam a “venda de bebidas alcoolicas”.

Figura 9: Matéria do jornal “O GLOBO”, de 06 de fevereiro de 1932, p. 2 - “DESTRUIO A VILLA A FOGO!”.

## DESTRUIO A VILLA A FOGO!

Como o major Cardoso  
Barata atendeu aos desejos  
da Empresa Ford

O narrador de facto  
tão grave acabou  
nas mãos da policia

BELEM, 6 (A. B.) — Foi chamado á policia e retido por 48 horas o advogado Seraphim Barreiros. Declarou-lhe o chefe de policia, juiz da capital, servindo na chefatura de policia, apesar de flagrante incompatibilidade em lei federal, ser a ordem de prisão emanada directamente do interventor Barata, por ter Barreiros referido a diversas pessoas que o interventor mandára queimar 300 e tantas barracas existentes no rio Tapajóz, perto da Fordlandia, quando de sua viagem áquella região.

As barracas formavam já uma villa, onde havia um pequeno commercio. Interpellado pelo chefe de policia, se era verdade que elle referira aquelle facto, o advogado respondeu affirmativamente, por ser publico e notorio o acontecimento, não havendo triplante de embarcação que por ali viage que não saiba do facto.

Ha tempos, a empresa Ford vem lutando com aquelle abarracamento, que ficava fóra das terras da concessão, combatendo-o, porque ali se facilitava a venda de bebidas alcoolicas. A queixa da poderosa empresa foi levada a conhecimento do major Barata. O interventor resolveu mandar destruir as 300 e tantas barracas pelo fogo.

Fez jús, assim, o interventor á gratidão da importante empresa norte-americana.

Fonte: Acervo Digital “O Globo”, disponível em: <https://acervo.oglobo.com>

A relação focada no papel do trabalhador, enquanto homem, evidencia algo que é comum de se ouvir quando estamos em Fordlândia: que durante um “*bom tempo*”, não era permitido, “*de forma alguma*”, a presença de mulheres na área atribuída à construção da cidade operária.

Com o tempo, e nos direcionando também para Belterra, o que fica implícito é que em primeiro momento a empresa privilegiou a contratação de homens vinculados a um



núcleo familiar (mulher e filhos), mas que não deixou de contratar mulheres para ocupar funções compreendidas mais apropriadas para pessoas do sexo feminino.

Sobre este aspecto, dentre os documentos pesquisados por Grandin (2010) e trabalhados em seu livro, foi citado um relatório em que um dos gerentes de Fordlândia escreveu que os “*maus hábitos*” dos trabalhadores seriam reprimidos pela presença das mulheres norte-americanas, onde: “*As esposas tinham um efeito benéfico sobre a aparência geral de todos os homens por aqui*” (Grandin, 2010, p. 190).

Neste último relato, chama atenção o dito “mal comportamento” de um trabalhador [homem], em primeira escala, o norte-americano que deveria ter sua postura orientada/ corrigida pela sua esposa. Mas também fica evidente, em segunda escala, o efeito moral da presença desta mulher que, sendo percebida dentro de um código de posturas, serviria como exemplo para as outras mulheres do lugar e, por consequência, essas últimas refletiriam na postura dos seus respectivos maridos e trabalhadores homens.

Este papel direcionado para as mulheres e disfarçados de cuidado com a comunidade e com a família carregam consigo o peso de um trabalho não remunerado estruturado nas sociedades capitalistas e corrobora para que a mulher [esposa] cumpra o seu papel social de “*rainha do lar*” (Goldman, 2021; Rago, 1985), que está devidamente alinhado às políticas praticadas no Brasil no período da industrialização e que repercutia no controle moral das mulheres.

Grandin (2010, p. 191) analisou que, para a perspectiva da Ford aplicada ao seu projeto no Brasil, “*os homens e as máquinas de Ford civilizariam a Amazônia, mas as mulheres eram necessárias para civilizar os homens*”.

Os papéis ocupados pelas mulheres como força de trabalho no contexto das cidades industriais da Ford quase não foram identificados nas pesquisas já desenvolvidas. Quanto ao peso moral que recai sobre as mulheres, as informações se limitavam a referenciá-las como esposas, filhas ou prostitutas, sendo a prostituição considerada uma falha moral passível de punição (Amorim, 1995; Grandin, 2010).

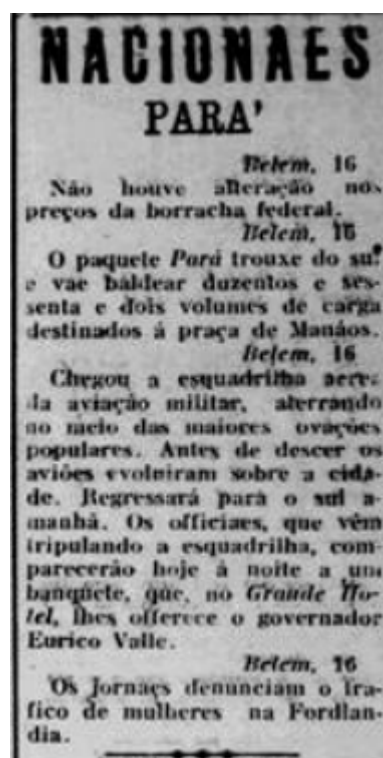
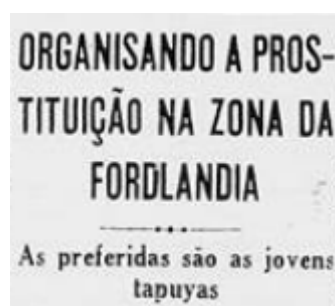
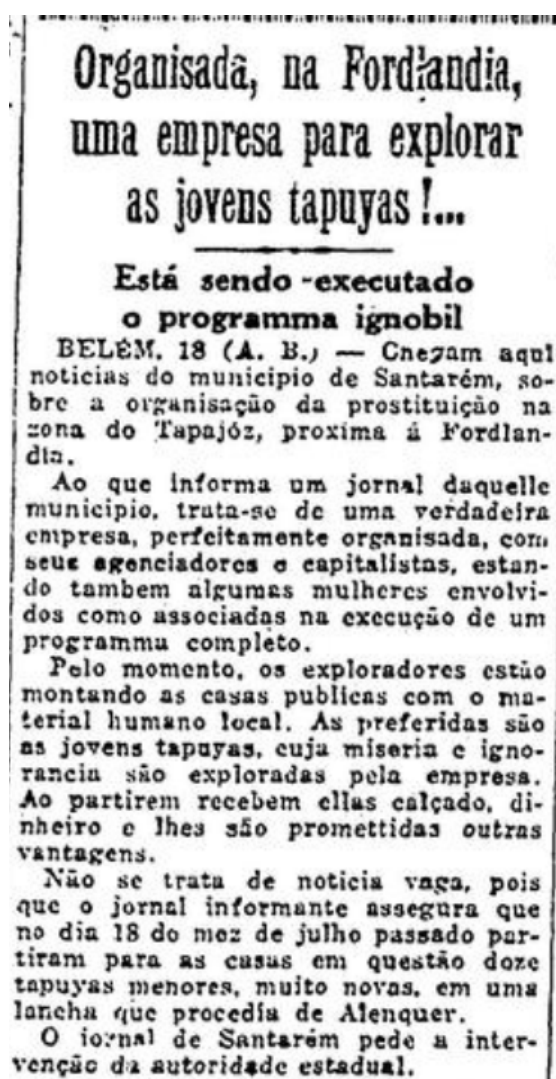
Numa denúncia verificada em um conjunto de matérias publicadas sobre o mesmo episódio no ano de 1930, constam informações relacionadas ao desenvolvimento da prostituição no entorno de Fordlândia, atividade esta que, como já mencionado, era considerada como “desvio” o qual deveria sofrer repressão visando a sua total inexistência.

Na publicação sob o título “*Organisada, na Fordlandia, uma empresa para explorar as jovens tapuyas!...*”, está relatado que “*agenciadores e capitalistas*”, dentre eles, “*algumas mulheres*”, estariam à frente de uma “*verdadeira empresa, perfeitamente organizada*” para a prostituição de “*jovens tapuyas, cuja miseria e ignorancia são exploradas pela empresa*”, sendo elas o “*material humano*” oferecido nas “*casas públicas*”.

Figura 10: “*Organisada, na Fordlândia, uma empresa para explorar as jovens tapuyas!...*”

Figura 11: “*Organizando a prostituição na zona da Fordlandia*”

Figura 12: “*Nacionaes. Pará*”.



**Fonte:** Figura 10: Jornal “O GLOBO”, Rio de Janeiro, de 18 de agosto de 1930, p. 2 - “Organisada, na Fordlandia, uma empresa para explorar as jovens tapuyas!...”. Acervo Digital “O Globo”, disponível em: <https://acervo.oglobo.com>; Figura 11: Jornal “A Gazeta de Notícias - na cidade”, Rio de Janeiro, 1930 - “Organizando a prostituição na zona da Fordlândia - as preferidas são as jovens tapuyas”. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>; Figura 12: “Jornal do Commercio”, Manáos, Estado do Amazonas, p. 2, “Nacionaes, Pará”, 17 de agosto de 1930. Hemeroteca da Biblioteca Nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

As matérias destacadas nas Figuras 10, 11 e 12 relatam ter sua fonte diretamente de um jornal de Santarém, e evidencia o Tapajós, o rio, como um local-dentro, uma “zona” onde estaria organizada a prostituição. Ao mesmo tempo, o define como fronteira, um dos marcos que delimitavam o que era e o que não era Fordlândia, mas também, como caminho, por onde as “doze tapuyas menores, muito novas”, percorreram desde Alenquer.

Como num “telefone sem fio”, a matéria publicada na Figura 11, recuperou na íntegra o texto do Jornal “O Globo” e acrescentou que “A Folha do Norte”, jornal de circulação no Estado do Pará, assim como um outro jornal independente de Alenquer, o qual o nome não foi possível identificar, apuraram

ser verdade que indivíduos de baixos sentimentos montaram casas nas quaes exploraram infelizes em Tapajós, nas proximidades de Boa Vista, sede da empresa Ford.

Taes indivíduos, accrescenta, estabelecem-se ali com o duplo fim de explorar (...) tapuyas ignorantes e (...) trabalhadores que vem lutando pela vida e deslocaram-se se deus sítios para servir aquella empresa yankee.

Em julho último, partiu de Alenquer com aquelee destino uma duzia de moças, raparigas alliciadas como para trabalhos honestos e que foram atirados na vida baixa (...) (A Gazeta de Notícias - na cidade, 1930).

Em trecho de um relatório da gerência que destaca o posicionamento da Companhia Ford quanto ao acesso aos hospitais administrados pela empresa por mulheres prostitutas identificadas com infecções ginecológicas e venéreas, é possível ler: “*Não queremos ter nada a ver com elas e temos recusado seu tratamento, qualquer que seja a maneira. Esperamos que, assim fazendo, elas serão forçadas a sair*” (Grandin, 2010, p. 169).

A partir dos cenários da prostituição exemplificados e buscando dar especial atenção às diferenças e às desigualdades econômicas e sociais existentes entre os contextos destacados, refleti sobre o conhecimento que até o momento guardava sobre Fordlândia e Belterra, e levantei a **hipótese** que, para além das diferenças já evidenciadas entre as cidades industriais localizadas na região do Tapajós, **a prostituição teria sido negociada e renegociada de forma distinta nas duas cidades operárias.**

Neste caso, acredito que na primeira tentativa de instalação da plantação industrial, Fordlândia, a atividade considerada como “desvio moral” sofreu repressão, visando a sua total inexistência, mesmo fora dos limites administrativos e contratuais definidos para a

atuação da Ford. Enquanto que na segunda tentativa, Belterra, a atividade foi negociada de forma a ser desenvolvida dentro do cotidiano vivenciado e no espaço organizado e administrado pela Companhia.

No tempo presente, esta leitura pode ser concebida através dos relatos que foram obtidos junto à população local e no imaginário sobre a prostituição no período da Companhia. Já na tentativa de olhar para o passado associado ao período da empresa, acredito que a realização desse estudo comparativo entre as duas cidades operárias, que objetiva a análise da paisagem construída, possibilitou interpretar alguns dos significados por trás da espacialidade que foi verificada.

## **Os caminhos que percorri**

Como objetivo geral para o desenvolvimento da pesquisa, busquei **construir uma análise comparativa entre as paisagens de gênero de Fordlândia e Belterra, para então elaborar uma cartografia da “mulher solteira”<sup>6</sup> em consideração às suas nuances morais.** Com isso, pretendi **interpretar os discursos não-verbais e os processos ideológicos que poderiam caracterizar as desigualdades entre homens e mulheres através das diferenças que podem ser percebidas no espaço urbano e nas memórias sobre as duas cidades operárias.**

Na tentativa de alcançar o objetivo central indicado, tracei os seguintes objetivos específicos que foram previamente levantados:

- 1 A percepção de como se deu a organização das cidades operárias e a identificação e localização georreferenciada das áreas em consideração às hierarquias verificadas através das relações de trabalho;
- 2 A identificação e, se possível, a localização georreferenciada das áreas de prostituição;

---

<sup>6</sup> O termo “mulher solteira” foi considerado para esta tese como categoria de silenciamento, ou como um “fantasma que nos perseguiu a nós mulheres por muitas décadas” (Rago, 1990), tanto para mulheres prostitutas, quanto para mulheres que exerciam outras atividades remuneradas consideradas apropriadas dentro das condutas morais e que não estavam socialmente vinculadas à uma união socialmente amparada através do casamento heteronormativo.

- 3 A caracterização de como era a prostituição desenvolvida nas cidades operárias, em sua possível diversidade;
- 4 A identificação de atividades consideradas apropriadas em relação ao trabalho desenvolvido por mulheres para as áreas e, se possível, a localização georreferenciada desses locais de trabalho;
- 5 A verificação, através da sintaxe espacial, das características de acessibilidade, integração e conexão para as áreas identificadas como de prostituição em comparação às outras áreas onde habitavam ou frequentavam as mulheres.

Para responder ao problema e alcançar os objetivos elencados, realizei entrevistas com moradoras e moradores e recorri a uma diversidade de fontes documentais, tais como fotografias, vídeos, jornais, mapas, relatórios administrativos e processos criminais.

No caso das entrevistas, por se tratar de um tema sensível e em consideração à dificuldade de acesso às pessoas que conseguiam desvincular a memória sobre os fatos relacionados ao período da Companhia Ford e do que teria ocorrido já sob a administração do governo brasileiro, optei por aplicá-las apenas para caráter exploratório, com o objetivo de obter algumas pistas para melhor investigar a relação das informações com outros dados coletados.

Dessa forma, utilizei o método de amostragem não probabilística conhecida como “bola de neve”, onde um interlocutor me levou a outro (Vinuto, 2014).

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas de forma a organizar os dados e correlacionar as informações obtidas nas demais fontes. Na ocasião, e como já exposto, por se tratar de entrevistas de caráter exploratório, não houve submissão de projeto para apreciação do Conselho de Ética e Pesquisa. Contudo, com o objetivo de melhor atender à transparência científica, todos os participantes, mulheres e homens, foram apresentados ao **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** acompanhado do **Consentimento da Participação da Pessoa como Voluntário (a)** e do **Termo de autorização de uso de imagem e depoimento**, elaborados conforme modelos disponibilizados na página digital do Conselho de Ética em Pesquisa – CEP, da Universidade Federal de Pernambuco<sup>7</sup>. Esses documentos podem ser visualizados dentre os apêndices desta tese.

---

<sup>7</sup> Os modelos utilizados para a elaboração dos documentos utilizados para a realização das entrevistas foram retirados da página: <https://www.ufpe.br/cep/manual-e-modelos>

As entrevistas foram realizadas no mês de março de 2022, sendo que em Belterra foram ouvidas oito pessoas e, em Fordlândia, cinco pessoas. Para a escrita deste trabalho, as informações selecionadas para reprodução no texto foram identificadas apenas como “entrevistada” ou “entrevistado”, visando preservar a identidade das/ dos participantes.

Com relação pesquisa documental, alguns acervos foram consultados, sendo eles:

- 1 **Centro de Memória de Belterra**, onde tive acesso a plantas e desenhos deixados na cidade pela administração da Companhia Ford;
- 2 **Instituto Cultural Boanerges Sena**, em Santarém, onde tive acesso a algumas publicações sobre Fordlândia e Belterra, assim como pude registrar exemplares da “chapa de identificação”<sup>8</sup> dos operários da Companhia Ford;
- 3 **Paróquia Sagrado Coração de Jesus**, em Fordlândia, onde tive acesso aos registros de batismo e de casamento;
- 4 **Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas**, da Universidade Federal do Oeste do Pará, onde pesquisei o acervo do judiciário do estado do Pará, em especial, os processos relacionados às ações trabalhistas, crimes de estupro, sedução e defloração, ferimentos leves e homicídio;
- 5 **Centro Cultural dos Povos da Amazônia**<sup>9</sup>, vinculado ao Governo do Estado do Amazonas. Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Gerência de Acervos Digitais, onde tive acesso remoto a publicações sobre Fordlândia e sobre a economia da borracha na Amazônia;
- 6 **Fundação Nacional de Saúde – FUNASA**, Superintendência Estadual do Pará, onde tive acesso a um levantamento topográfico realizado em Fordlândia no ano de 1985;
- 7 **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN**, Superintendência no Estado do Pará, onde tive acesso a todos os

---

<sup>8</sup> Chapa de metal produzida pela Ford e distribuída para os trabalhadores que possuíam vínculo formal de trabalho. A chapa, elaborada em formato que respeitava os desenhos da logomarca da Ford, continha o número de identificação do trabalhador.

<sup>9</sup> Consulta realizada por solicitação através do endereço eletrônico: [acervodigitalsec@gmail.com](mailto:acervodigitalsec@gmail.com)

documentos que estão relacionados ao processo de tombamento de Fordlândia e Belterra (Processo 01458.002985/2010-82 – acesso público via Sistema SEI IPHAN);

- 8 **Primeira Comissão Demarcadora de Limites**, do Ministério das Relações Exteriores, onde pude acessar cinco mapas que evidenciam as estruturas das concessões na década de 1930;
- 9 Acervo digital do **Instituto Durango Duarte**<sup>10</sup>, onde foi identificada uma publicação sobre Fordlândia;
- 10 **The Henry Ford Archives**<sup>11</sup>, onde tive acesso remoto a uma série de relatórios administrativos e contábeis, mapas e registro fotográficos do período da administração da Ford;
- 11 Acervo digital do **The U.S. National Archives and Records**<sup>12</sup>, onde foram localizados vídeos produzidos pela Companhia Ford no período da instalação e administração de Fordlândia e Belterra; e
- 12 Acervo digital da **American Geographical Society Library**<sup>13</sup>, onde tive acesso a três mapas relacionados às áreas das concessões da Ford.

As matérias jornalísticas foram consultadas através de pesquisa realizada no arquivo digital do Jornal “O Globo” e na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional<sup>14</sup>, onde os seguintes jornais apresentaram alguma informação relacionada às concessões:

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://idd.org.br>

<sup>11</sup> Consulta realizada por solicitação através do endereço eletrônico [research.center@thehenryford.org](mailto:research.center@thehenryford.org) e também através da consulta ao acervo digital disponibilizado na página digital <https://www.thehenryford.org/collections-and-research/digital-collections/archival-collections/>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://catalog.archives.gov>

<sup>13</sup> Disponível em: <https://agslibraryblog.wordpress.com/tag/fordlandia/>

<sup>14</sup> Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Tabela 1: Lista de jornais pesquisados na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional onde foram verificadas matérias sobre Fordlândia e Belterra (período pesquisado: 1927 a 1950).

ESTADO	IDENTIFICAÇÃO DO JORNAL	ANO
Pará	O Liberal	(1947)
Amazonas	Jornal do Commercio	(1928 a 1930, 1932, 1935 a 1940, 1944 a 1950)
Ceará	A Razão	(1931 e 1936)
	O Ceará	(1928)
Pernambuco	Pequeno jornal, Jornal pequeno	(1931, 1933, 1940)
	A Província	(1932);
	Jornal de Recife	(1930 a 1932 e 1934);
	Lavoura e criação	(1949).
Maranhão	Pacotilha	(1935);
	Diário de São Luís	(1946 e 1949).
São Paulo	Diário nacional - a democracia em marcha	(1929 a 1932)
	Gazeta Popular	(1938)
	Correio Paulistano	(1930, 1934, 1936 a 1941, 1945, 1948 e 1949)
	A Gazeta	(1931 a 1933)
	Jornal de Notícias	(1947 a 1949)
Rio de Janeiro	Gazeta de notícias	(1928)

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir da pesquisa realizada no acervo na Hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional.

A análise do conjunto de dados me permitiu selecionar duas personagens mulheres para o contexto de Fordlândia e três personagens para o contexto de Belterra e, através das micro-histórias dessas “mulheres solteiras”, pude compreender aspectos particulares das paisagens de gênero (Wilkie e Hayes, 2006) de Fordlândia e de Belterra.

Na micro-história (Ginzburg, 2007; Ginzburg e Poni, 1989; Levi, 2016, 1992) reconheço os instrumentos que me possibilitaram direcionar o olhar sobre as cidades para a escala das pessoas identificadas como “mulheres solteiras” e, a partir delas, visualizar pormenores das relações sociais que passariam despercebidos se tentasse exclusivamente estabelecer comparações olhando em outra escala.

Neste caso, o estudo intensivo de fontes históricas, da sua diversidade tipológica e o processo de produção desses documentos (Cerutti, 1998) possibilitaram um olhar mais completo sobre o contexto pesquisado.

Como referencial na arqueologia, Beaudry (2010, p. 144) refere-se à micro-história como uma prática que permite às arqueólogas e aos arqueólogos históricos a adoção de



uma “*postura exploratória (...) que permite examinar o evento de vários lados, explorando as múltiplas maneiras pelas quais diferentes indivíduos perceberam e reagiram a um evento*” e como uma alternativa para “*reconstruir biografias arqueológicas de indivíduos que, de outra forma, permaneceriam anônimos*”

Para a análise espacial das paisagens de gênero (Wilkie e Hayes, 2006) associadas às personagens identificadas para o contexto da pesquisa, e com foco na busca pelos significados não-verbais<sup>15</sup> observados na arquitetura capitalista<sup>16</sup> passíveis de serem lidos nas áreas relacionadas à Fordlândia e Belterra, fiz uso de ferramentas da sintaxe do espaço.

De acordo com Bermejo Tirado (2009, p. 48) este método de análise espacial se apresenta como um conjunto de ferramentas que podem contribuir para estudos que tenham como objetivo “*interpretar determinados aspectos sociais e ideológicos contidos nos desenhos e na distribuição dos espaços arquitetônicos*”<sup>17</sup>, evidenciando, através de representações gráficas e valores numéricos, possíveis relações entre as formas percebidas nas construções e as forças sociais que operaram no espaço observado.

Do mesmo modo que a sintaxe linguística estuda as relações de ordenamento e hierarquia entre os diferentes membros de uma oração (sem entrar em seu conteúdo semântico concreto), a sintaxe espacial estuda as formas as quais se vinculam e organizam os espaços de um conjunto arquitetônico, tratando de inferir aqueles aspectos da estruturação social que puderam influenciar no seu desenho. Através deste método, podemos, por exemplo, registrar o grau de hierarquização que opera na configuração espacial de um âmbito concreto, mas não identifica o tipo de estrutura social que habitou esse mesmo espaço (Bermejo Tirado, 2009, p. 50)<sup>18</sup>.

---

<sup>15</sup> Sobre os significados não-verbais associados à leitura da paisagem, me remeto especialmente ao entendimento sobre o poder de manipulação verificado na arquitetura em relação à sua materialização sobre a paisagem. Para isso, recorro às pesquisas de Leone (1984), Zarankin (1999 e 2002) e Souza (2002) que verificaram nas paisagens por eles pesquisadas, mecanismos que funcionaram de forma a controlar o movimento dos sujeitos e, com isso, promover ou reduzir as possibilidades de encontros.

<sup>16</sup> Como arquitetura do capitalismo, para esta pesquisa, faço uma limitação, em específico, às transformações das paisagens observadas a partir da expansão industrial vivenciada entre o final do século XIX e início do século XX. Na arqueologia, os estudos sobre a paisagem capitalista que se alinham a esse entendimento, em geral, estão enquadrados sob a chamada Arqueologia da Arquitetura (são alguns exemplos: Zarankin, 2002 e Zarankin e Niro, 2009; Moreira, 2015; Seabra, 2019 e 2020; Klink, 2023).

<sup>17</sup> Traduzido do original: “*interpretar determinados aspectos sociales y ideológicos, contenidos en el diseño y distribución de los espacios arquitectónicos*” (Bermejo Tirado, 2009, p. 48).

<sup>18</sup> Traduzido do original: “*Del mismo modo que la sintaxis lingüística estudia las relaciones de ordenamiento y jerarquía entre los distintos miembros de una oración (sin entrar en su contenido semántico concreto), la space syntax estudia las formas en las que se vinculan y organizan los espacios de un conjunto arquitectónico, tratando de inferir aquellos aspectos de la estructuración social que pudieron influir en su diseño. A través de este método podemos, por ejemplo, registrar el grado de jerarquización que opera en la configuración espacial de un ámbito concreto, pero no el tipo de estructura social que habitó ese mismo espacio*” (Bermejo Tirado, 2009, p. 50).

Diante do problema previamente apresentado, para a construção da cartografia das “mulheres solteiras”, fez-se necessário identificar, dentre as ferramentas disponíveis na sintaxe espacial, aquelas que permitiriam perceber as paisagens das cidades operárias de forma a visualizar a dinâmica social e, com isso, reconstruir a movimentação que aconteceu, no passado, no entorno das estruturas construídas e em consideração à configuração urbana projetada para as áreas.

Para isso, foi priorizada a análise realizada a partir do uso do QGis<sup>19</sup> através do plug-in “*Space Syntax Toolkit*” e da sua conexão ao programa depthmapX, onde foram gerados gráficos axiais e de segmentos aplicados sobre as plantas das configurações urbanas de Fordlândia e Belterra, previamente tratadas também no QGis.

A partir dos materiais gráficos e índices gerados, foi possível perceber nas cidades operárias quais as áreas que estavam mais ou menos integradas, identificar quais locais tiveram maior e menor probabilidade de atravessamento e, como alguns lugares específicos se comportaram em relação ao todo da configuração urbana verificada. Com isso, foi possível comparar e discutir os lugares das “mulheres solteiras” nas paisagens de gênero de Fordlândia e de Belterra.

## **A organização do texto**

No **Capítulo 1**, “*De casa, posso ouvir o apito da fábrica*”, apresento uma breve contextualização sobre a área pesquisada, desde as relações de trabalho estabelecidas na região antes da instalação das cidades operárias da Ford, até os discursos que foram utilizados para justificar a implantação desses projetos na Amazônia.

Disponibilizo também informações para permitir que a leitora e o leitor possam visualizar as paisagens das duas cidades, com uma descrição mais detalhada sobre suas estruturas, divisões e, evidenciar o que pude acessar de informações com relação à formação populacional de cada uma delas.

---

<sup>19</sup> QGis - Software de Sistema de Informação Geográfica de acesso livre e código-fonte aberto.

Ainda neste primeiro capítulo, reflito sobre a importância de conceber este estudo arqueológico em consideração ao contexto da região Amazônica. Para isso, dialogo com os conceitos de cidade da/na floresta trabalhados por Trindade Junior (2010).

A explicação e demonstração do método da sintaxe espacial e a análise das paisagens de Fordlândia e Belterra estão apresentadas no **Capítulo 2**, “*A organização espacial de Fordlândia e Belterra*”. Neste capítulo, como uma forma de aprofundar a contextualização apresentada no capítulo anterior, eu descrevo as paisagens de Fordlândia e Belterra a partir dos índices de conectividade, integração e escolha verificados através do uso da sintaxe espacial.

No **Capítulo 3**, denominado “*Paisagens de Gênero’ na arqueologia do capitalismo*”, em atenção às paisagens de Fordlândia e Belterra apresentadas nos Capítulos 1 e 2, busco entrar no campo próprio da arqueologia, e contextualizo os temas que perpassam as pesquisas desenvolvidas em contextos históricos e industriais, direcionando para o debate sobre gênero na arqueologia histórica. Para isso, me debruço sobre alguns estudos de caso de pesquisas arqueológicas desenvolvidas com foco nas paisagens de gênero em contextos industriais nos Estados Unidos (Metheny, 2010; Hardesty, 2010; Delle e Levine, 2010; Baugher, 2010; e Battle-Baptiste, 2010), que serviram como base para refletir sobre possíveis caminhos para a leitura das paisagens de gênero de Fordlândia e Belterra.

Já no **Capítulo 4**, “*“Mulher solteira’ não é ‘moça’: gênero, raça e papéis sexuais na primeira metade do século XX sob uma abordagem interseccional*”, apresento mais especificamente o referencial teórico voltado a problematizar a questão do termo “mulher solteira”. Para isso, começo a escrita a partir de uma discussão de gênero apresentando as disputas sobre “mulher”, como categoria de análise, em relação à sua articulação com marcadores de sexo, raça em meio às relações de poder.

Na sequência, introduzo o conceito de interseccionalidade (Piscitelli, 2002 e 2008; Brah, 2006 e Collins e Bilge, 2021) e seu uso como ferramenta analítica, buscando perceber as articulações entre gênero, sexo, raça, sexualidade e poder para refletir sobre as informações iniciais que tinha disponível em relação à presença das mulheres nos projetos da Ford na região do Tapajós.

Ainda neste capítulo, apresento uma contextualização sobre a construção dos papéis sociais direcionados às mulheres na primeira metade do século XX, com base principalmente nas pesquisas de Rago (1985, 1990) e nos escritos de Soihet (1989), Caulfield (2000) e Nunes (2017), para refletir sobre os aspectos morais que recaem sobre as mulheres na

intersecção entre gênero e sexualidade, e como o contrato do casamento, baseado na noção de família heteronormativa, contribuiu para os estigmas relacionados à prostituição.

Finalizo este quarto capítulo com uma contextualização sobre a construção da noção de raça no Brasil, em articulação com a noção de gênero, para compreender como as diferenças são percebidas e como elas são relevantes para o contexto específico da região Amazônica.

No **Capítulo 5**, “*Cartografando a ‘Mulher solteira’*”, apresento as personagens que foram essenciais para analisar as paisagens de gênero de Fordlândia e Belterra. Neste capítulo, começo apresentando trechos da história de *América Lobato*, relatada no documentário “Fordlândia” (2008). América foi uma copeira/ servente/ babá que trabalhou desde os 14 anos para uma das famílias norte-americanas que se mudou para Fordlândia para administrar a cidade operária.

Em seguida, trago relatos dos processos de defloração das menores [Ana], [Tais] e [Neusa], através dos quais pude explorar com mais detalhes as paisagens das Estradas 2, 7, 8 e 10 de Belterra. Para encerrar este capítulo, narro o episódio vivido por uma mulher de 27 anos, solteira, de serviços domésticos, não sabendo ler e escrever, e que testemunhou uma briga entre homens ocorrida na Ilha dos Inocentes, no entorno de Fordlândia.

Através da análise comparativa entre Fordlândia e Belterra, e como resultado desta pesquisa, no **Capítulo 6** “‘Menina’, ‘moça’ e ‘mulher solteira’ nas paisagens de gênero de Fordlândia e Belterra”, exponho a cartografia arqueológica das “mulheres solteiras” nas paisagens de gênero das cidades operárias, levando em consideração suas nuances morais.

Partindo dos casos relatados no Capítulo 5 e os associando às análises da sintaxe espacial, me debruço com mais detalhe sobre as diferenças que foram percebidas no espaço urbano e nas memórias respectivas às duas cidades operárias, em relação aos discursos e aos processos ideológicos que evidenciaram [e ainda evidenciam] as desigualdades entre homens e mulheres.

Nas **Considerações**, destaco que a mudança observada no desenvolvimento da prostituição entre as cidades operárias se deu em resposta às transformações nas relações entre as mulheres, demais sujeitos, e a administração de Fordlândia e Belterra. Além disso, mudanças no contexto econômico, social e político do período estabeleceram precedentes para que as

mulheres ocupassem, ainda que de forma precária, outras frentes de trabalho sob a administração da Ford.

A análise da paisagem de gênero de Fordlândia e Belterra revelou que as diferenças observadas na organização dos espaços nas cidades operárias estão diretamente relacionadas com mudanças nas relações de poder e nos papéis sociais que ainda atravessam mulheres e homens no contexto do estudo, indicando que a história desses dois lugares vai muito além da narrativa masculina dominante e supera os limites das configurações urbanas projetadas pela empresa.

Espero que as páginas seguintes proporcionem uma boa leitura!

## **PARTE I – CONHECENDO AS PAISAGENS DE GÊNERO**

## CAPÍTULO 1 - “DE CASA, POSSO OUVIR O APITO DA FÁBRICA”

Na pintura, um homem de terno, gravata e chapéu está posicionado em frente a uma casa simples desenhada em meio ao campo. Talvez estivesse aguardando o apito da fábrica para seguir seu caminho.



*São José dos Campos antigo (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 88.*

No ano de 2021, a notícia sobre o encerramento das atividades da Ford depois de 100 anos de operação no Brasil, fez com que as memórias de abandono de outrora fossem novamente acessadas e uma nova onda de matérias jornalísticas sobre as concessões administradas pela empresa no estado do Pará, na primeira metade do século XX, fossem publicadas (ver exemplo na Figura 13).

Figura 13: Matéria sobre a saída da Ford do Brasil em 2021 e o abandono anterior de Fordlândia.

## Ford deixa o país agora, mas antes abandonou toda uma cidade no meio da Amazônia

Artista Romy Pocztaruk fotografou os vestígios da montadora em Fordlândia, erguida do zero nos anos 1920

**Fonte:** Matéria escrita por Clara Balbi e publicada na Folha de São Paulo em 21 de janeiro de 2021.

Como no exemplo exposto na Figura 13, Fordlândia, especialmente, é quem retrata a maioria dos títulos e chamadas. O nome, que remete diretamente à empresa e ao seu idealizador, é chamativo, intrigante e, de alguma forma, parece responder ao imaginário construído ao longo dos anos sobre ali ser uma cidade fantasma, mesmo que viva e ocupada. Contudo, apesar da aparente relação, o contexto de Fordlândia e Belterra entre as décadas de 1930 e 1940 era outro.

### 1.1 Semeando *hevea*: O trabalho nos seringais entre o final do século XIX e início do século XX

Antes da chegada da Companhia Ford no estado do Pará, a região norte do Brasil já havia vivenciado o primeiro ciclo da borracha (Benchimol, 2010; Souza, 2003 e 2009; Reis, 1997; Weinstein, 1993). O uso da matéria-prima extraída da *Hevea brasiliensis*, árvore nativa da região amazônica, já era conhecido pelas comunidades indígenas e foi documentado pelos colonizadores europeus ainda no século XVIII, quando observaram grupos indígenas da região realizarem a retirada da substância que, após coagulado, era modificado para uma característica maleável passível de ser moldado em uma variabilidade e diversidade de objetos (Weinstein, 1993).

Como afirma Barbara Weinstein (1993), no século XIX, a demanda para o uso da goma já se apresentava em crescimento contínuo não só na região Amazônica, mas em nível de exportação e, com o aprimoramento das tecnologias, limitações anteriormente percebidas na utilização da matéria-prima foram compensadas, e uma nova diversidade de produtos, de melhor qualidade e mais resistentes, surgiram, contribuindo para modificações importantes no processo de industrialização mundial.



Por ser hábitat da *Hevea brasiliensis*, a Amazônia foi virtualmente o único fornecedor de borracha até a década de 1880; e ainda na virada do século, a produção amazônica de borracha de alta qualidade excedia de muito a de seu concorrente mais próximo, a África Ocidental. Apenas depois de 1912, com a aclimação bem-sucedida da hévea, é que as plantações asiáticas de borracha arrebatarem da Amazônia a posição de primeiro produtor mundial. Assim, por mais de sessenta anos, a indústria de produtos de borracha - setor chave do crescimento econômico das nações industrializadas - recebia toda ou a maior parte de sua matéria-prima da região amazônica (Weinstein, 1993, p. 23).

Como indicado na citação exposta, para Weinstein (1993) e Lima (2013), a borracha foi uma importante matéria-prima que fomentou a transformação do sistema de produção em nível global e, nesse sentido, o desenvolvimento industrial ficou implicado diretamente na otimização da extração e no aperfeiçoamento dos processos envolvendo o seu tratamento. Contudo, apesar desse ponto, havia contrastes importantes entre os sistemas econômicos percebidos nas metrópoles industriais, “*tecnologicamente avançada e altamente capitalizada*”, e na região amazônica, percebida como “*essencialmente pré-capitalista*”, algo que teria interferido significativamente na vida da população local e, conseqüentemente, nas relações de trabalho.

Como defende a autora (Weinstein, 1993), o “*sistema primitivo de extração de borracha da Amazônia*” tinha como ênfase uma “*economia colonial*” baseada nas “*expedições coletoras*”, e não na “*agricultura organizada ou mineração*” observadas em outras áreas no Brasil.

Para explicar esta ênfase extrativista, Weinstein (1993) apresentou como argumentação, em princípio, as diferenças observadas na paisagem e nos aspectos ambientais que distanciaram a Amazônia de outras áreas colonizadas sob um “*modelo europeu de cultura*”, predominantemente português que, apesar de estimular empreendimentos agrícolas, verificou que o solo na Amazônia não apresentava as mesmas características com as quais já estavam acostumados na região nordeste do Brasil e, mesmo com pequenas áreas produtivas nas proximidades do município de Belém e na ilha do Marajó, ambas no estado do Pará, não se comparava com a àquelas observadas nas grandes fazendas açucareiras.

Com este contraste entre as regiões, os colonizadores localizados na região amazônica não tinham acesso aos mesmos recursos que estavam disponíveis em outras regiões produtivas e, a maior parte dos trabalhadores escravizados trazidos forçadamente do continente

africano para o Brasil não chegavam na região norte. Como consequência, a extração da matéria-prima se mostrava mais eficiente na região Amazônica, quando realizada através da coleta realizada pelas populações indígenas:

As técnicas agrícolas transpostas da Europa para o Novo Mundo mostravam-se problemáticas no meio ambiente da Amazônia e requereriam enorme investimento de capital. Em contraposição, era muito barato financiar um empreendimento de coleta; não havia terra para desbravar, colheita para cuidar, maquinaria para comprar. Tudo que se precisava fazer era equipar uma turma de trabalhadores índios e reunir um comboio de canoas. E se determinada mercadoria não estava atingindo preços suficientemente altos no mercado externo, ou havia sido extinta por expedições anteriores, sempre havia outras especiarias, óleos, castanhas e madeiras que os coletores poderiam extrair em seu lugar (Weinstein, 1993, p. 27).

Para a formação das chamadas “*expedições coletoras*” das matérias-primas, os colonos passaram então a arregimentar a população indígena, fosse pela negociação junto aos grupos, fosse através do trabalho forçado - o que iria de encontro à indicação da coroa portuguesa para o aumento da importação de escravos vindos do continente africano e, ao projeto missionário já em andamento na região que visava a conversão das populações indígenas ao modo de vida europeu ocidental para a sua posterior disponibilização aos colonizadores enquanto “*trabalhos assalariados*” (Weinstein, 1993, p. 26-27).

Assim, para garantir a força de trabalho necessária, os colonos da Amazônia passaram a colocar sobre os ombros da população nativa os seus interesses de exploração, fator que, de acordo com a autora, “*criou todo um novo conjunto de problemas para os colonos - para não falar de seus efeitos devastadores sobre a população nativa*” e a formação de uma crescente “*população ‘cabocla’ da Amazônia*” (Weinstein, 1993, p. 25 e 27).

Geralmente de descendência índia ou mestiça, a família cabocla típica era pobre, sem propriedades e sem identidade cultural, tendo perdido todos os vínculos com a comunidade tribal. Vivendo por sua própria conta, a família cabocla tinha de contar com uma associação entre caça, pesca, cultivo de mandioca, a qual, mesmo em condições favoráveis, oferecia uma subsistência deficiente e comumente deixava uma sobre muito pequena para trocar por outros bens, ou para estocar como garantia para os tempos ruins. Havia, porém, vastas extensões de floresta não reclamadas onde o caboclo, como parte de uma expedição, ou por sua conta, podia extrair diversos tipos de material para vender aos portugueses. (...). Devido a sua falta de capital e de contatos externos, o coletor geralmente tinha de fazer algum tipo de acordo com um comerciante local, a fim de adquirir os bens que desejava ou que necessitava. Em termos imediatos, isto significava que uma certa parte do que o coletor produzia iria acabar nas mãos de um comerciante (...). E, a longo prazo, a posição política e socialmente inferior do caboclo tornava-o vulnerável a que o que de início fora uma

associação puramente voluntária se transformasse num relacionamento coercitivo (Weinstein, 1993, p. 27-28).

Nesse ponto, é interessante dialogar com o estudo realizado por Lúcio Kowarick em seu livro *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*, publicado inicialmente em 1987 com sua última edição no ano de 2019. No referido livro, Kowarick (2019) remonta ao início do século XIX até o início do século XX, com foco especial nas contradições trabalhadas por ele diante da degradação do trabalho dentro do contexto dos cafezais localizados na região sudeste do Brasil e, como as relações de trabalho percebidas nos cafezais desencadearam no estabelecimento de outras atividades, inclusive no início do processo de industrialização e urbanização da cidade de São Paulo.

Para Kowarick (2019), nas regiões sul e sudeste do Brasil, a caricatura criada para o trabalhador livre ainda era muito marcada pelo estereótipo da vadiagem e havia ainda uma atitude hostil quanto a transferência da mão de obra interna da região Nordeste, que pressionada pela seca, possuía excedente de população passível de ser transformada em mão de obra, e direcionada para outras regiões do Brasil.

Ocorre que esse processo de migração representaria uma perda de poder político e problemas de abastecimento para os seringais localizados na região norte que já se apontava como um dos principais exportadores de borracha no mundo. Dessa forma, como decisão política, a mobilização interna de trabalhadores livres foi consideravelmente reduzida para as produções de café e priorizadas para os seringais da região norte do Brasil (Kowarick, 2019).

De acordo com Santos (1980), no ano de 1840 a estimativa da população para o estado do Pará era de 109.960 habitantes, enquanto para a região amazônica brasileira este número era de 129.530 habitantes. Já no ano de 1910, década que marca o declínio do primeiro ciclo da borracha, o estado do Pará apresentava uma população de 783.845 habitantes, enquanto a região da Amazônia brasileira apresentava uma população de 1.217.024 habitantes, representando um crescimento da população entre sete e dez vezes mais entre os períodos comparados.

Dentre as características que marcam o processo de territorialização na Amazônia, Leal (2017) destaca o controle dos recursos naturais da região através da exploração e extração não organizada (dentro de um referencial colonial identificado como organizado) e

a utilização de estratégias de imobilização da força de trabalho, seja ela formada pelos povos indígenas, comunidades ribeirinhas ou migrantes.

Paz e De Castro (2017, p. 05) alertam que as discussões que envolviam o trabalho na Amazônia até a década de 1970 apresentavam narrativas onde pessoas indígenas, pretas, pobres livres e libertas “*figuravam como coadjuvantes de uma história que parecia ocorrer alheia às suas presenças*”.

Tanto os grupos de migrantes oriundos da região nordeste quanto a população local, foram marcados, de diferentes formas, pelas desigualdades impostas pelo sistema capitalista colonial e experienciaram caminhos diversos de perdas, abandonos, resistências e conflitos que resultaram na construção de novos papéis sociais e na formação de novas identidades.

A despeito das vulnerabilidades delineadas para esta população diversa, dependente, prioritariamente, da extração da borracha e do acesso aos meios de subsistência, o sistema de coletas característico da extração das matérias-primas exigia um grupo móvel e com organização diferente daquela percebida nas metrópoles industriais. A depender da região onde se encontrava, os coletores conseguiam assumir maior ou menor controle sobre a sua mobilidade e, com isso, uma certa autonomia para resistir às condições de trabalho, quando se deparava com “*exigências intoleráveis*”.

O conflito surgia com mais frequência como reação às tentativas do aviador de criar vínculos de endividamento entre ele e seus aviados. Era comum que o comerciante adiantasse ao seringueiro recém-chegado ferramentas, víveres e remédios, a preços altamente inflacionados, de modo que aquele já ficava, de saída, endividado com o patrão. (...).

De sua parte, o patrão tirava uma série de vantagens pelo fato de ser “credor” do seringueiro. (...) a ausência de um mercado interno desenvolvido fora das vizinhanças de Belém, Santarém e Manaus, em combinação com o isolamento físico das estradas de seringueiras resultava em que o seringueiro ficava parcial ou totalmente dependente do patrão em relação às necessidades que não poderia prover por si mesmo, além da caça e pesca ocasionais. Desse modo, o seringalista ou o comerciante local estavam bem à vontade para fixar os preços, tanto para a borracha como para os suprimentos, e muitos observadores afirmam que o patrão lucrava tanto com a “venda” de mercadorias, quanto com o próprio negócio da borracha. Além disso, (...), acusavam o patrão de adulterar suas contas para trapacear ainda mais o seringueiro analfabeto de desestimular a pequena agricultura no tempo da estação morta, e de forçar o seringueiro a aceitar mercadorias desnecessárias ou supérfluas” (Weinstein, 1993, p. 37 e 38).

No caso da economia da borracha, a cadeia produtiva se apresentava de forma bastante complexa, formada não exclusivamente pelo seringueiro e pelo patrão, mas por uma cadeia de exploração que permitia a produção e troca da matéria-prima. Além do seringueiro, responsável pela coleta da matéria-prima, e do seringalista, proprietário da terra, havia ainda o “aviador”, um comerciante local “*que controlava informalmente a produção e o comércio da borracha*”.

A casa aviadora era o elo mais importante da cadeia comercial da Amazônia, em termos tanto de sua posição central quanto de suas múltiplas funções. Conhecida também como “casa recebedora” da borracha (para distingui-la das verdadeiras exportadoras), era essa firma que decidia quando e a quem vender a borracha. E eram os grandes aviadores que negociavam, com as casas importadoras, as mercadorias a ser, a seguir, passadas ao negociante do vilarejo, ao “regatão”, ao seringalista e, finalmente, ao seringueiro. Era também a casa aviadora que providenciava o transporte e a distribuição dos retirantes que fugiam da seca do Nordeste para trabalhar nos seringais, e que atuava como representante legal e financeiro de seus clientes mais ricos residentes no interior (Weinstein, 1993, p. p. 33 e 34).

Ao pesquisar os efeitos políticos e sociais associados especialmente à economia da borracha, sobretudo nos estados do Amazonas e Pará entre 1850 até 1920, Weinstein (1993) trata em seu livro “*A borracha da Amazônia: expansão e decadência*” uma “releitura” sobre a existência dos seringueiros, tanto homens quanto mulheres que, mesmo no contexto diverso de exploração e violência que caracterizava as tentativas de dominação do seu modo de viver e da sua força de trabalho, assumiram para si o papel de “*produtores*” e buscavam, dentro de suas possibilidades de lutas individuais e coletivas, alternativas para resistir e manter um certo nível de “*autonomia*” e “*auto-suficiência*”.

Forma particularmente grave de “resistência” do seringueiro era a venda da borracha a um regatão e não ao patrão habitual do seringueiro - violação da relação patrão-cliente que os aviadores consideravam muito comum. Segundo o gerente de uma propriedade inglesa produtora de borracha que faliu no Pará, “Nas regiões de borracha no Brasil, o produto não pertence ao dono da propriedade. Pertence ao coletor - o seringueiro - que a vende ao dono, por dinheiro ou em troca de mercadorias, a um preço um pouco inferior ao preço do mercado do centro mais próximo, Pará ou Manaus. Se o seringueiro vai a um armazém do seringal e não encontra ali o que deseja, sente-se muito à vontade para vender sua borracha a estranhos, e dificilmente poderá ser impedido de fazê-lo” (Weinstein, 1993, p. 37).

Ainda na economia do primeiro ciclo da borracha, baseada nas relações de controle e dominação, a força de trabalho nativo, quando escassa, passou a ser suprida pela migração das famílias da região Nordeste para os seringais que, fugindo da seca, carregaram consigo, além dos pertences materiais, a dívida do transporte.

Francis Gow Smith I (*apud* Gradim, 2010, p. 19-20), em um relato sobre sua viagem à região do Xingu, descreveu seu encontro com o “*Rei do Xingu*”, um dos senhores do látex. No texto, o viajante detalhou como este senhor cometia extremos abusos com os trabalhadores das plantações, presos a um sistema de “*dívida perpétua*” e controle social. Para o viajante, o projeto de Henry Ford na região do Tapajós, seria responsável pelo “*fim do monopólio da borracha do Rei do Xingu, a libertação dos seus peões e a aurora de um novo tempo para a prosperidade brasileira*”.

A competição foi chamada de uma luta por procuração: Ford representava o vigor, o dinamismo e a energia que definiam o capitalismo no início do século XX; a Amazônia incorporava a imobilidade primitiva, um mundo antigo que até então havia se mostrado inconquistável. Se a máquina, o trator, puder abrir uma brecha na vasta parede verde da selva amazônica, se Ford plantar milhões de seringueiras onde nada havia senão a solidão da selva (...) então a história romântica da borracha terá um novo capítulo. Uma nova e titânica luta entre a natureza e o homem moderno está começando. (Hölriegel 2 *apud* Grandin, 2010, p. 18).

Diante do contexto relacionado ao primeiro ciclo da borracha, o projeto de Ford na região do Rio Tapajós representava, para muitos, o suspiro que faltava para a retomada da ascensão econômica da região amazônica, vislumbrando uma nova perspectiva de concorrência com as plantações da Ásia e controladas pela Inglaterra. Neste novo projeto, era refletida a normatização das relações de trabalho, prometendo um avanço ao desenvolvimento local, à urbanização e o acesso para o “*mundo moderno*”, movimento percebido enquanto progresso, mas que repercutiu em violências e expropriação.

## **1.2 De “Bôa Vista” à Plantação racional: Conhecendo as paisagens de Fordlândia e Belterra**

O objetivo de disputar o controle da produção da borracha necessária para a produção de seus automóveis fez com que, no final da década de 1920, a Companhia Ford

iniciasse a construção de Fordlândia – o primeiro projeto de cidade operária da referida empresa na região do Baixo Rio Tapajós.

Era necessário que Fordlândia oferecesse as estruturas básicas para a moradia dos trabalhadores e para a implantação de uma plantação industrial de seringueiras, assim como para o desenvolvimento de uma comunidade baseada nos regramentos morais idealizados pela Ford.

Enquanto o projeto ainda estava apenas no papel, a matéria publicada pela revista Time, de 28 de outubro de 1927, tratava sobre a pretensão de Ford em aumentar anualmente as suas plantações de seringueiras *“até que toda a selva esteja industrializada”*. Como parte da construção de uma *“Amazônia Fantástica”*, é imaginado que *“logo as jiboias irão para o meio da selva; os macacos farão um grande alarido. Índios armados com pesadas lâminas liquidaram seus antigos perseguidores para abrir caminho para limpadores de para-brisas, tapetes e pneus”* (Grandin, 2010, p. 18).

Durante a instalação de Fordlândia, *“os trabalhadores dormiam ao relento em redes ou em choças cobertas de folhas de palmeiras e, seus capatazes, se amontoavam num barracão construído às pressas, sufocante e tomado por malária”*. Por esse motivo, para a devida organização da cidade idealizada, *“o plano era permitir que os trabalhadores vivessem em acomodações provisórias separadas do povoado principal até que fossem considerados aptos, por médicos da Ford, a entrar na Fordlândia”* (Grandin, 2010, p. 144-145).

No terceiro ano da cidade, os trabalhadores brasileiros ainda não haviam conseguido suas moradias fixas, sendo certo que alguns deles atravessaram o rio para residir em outro vilarejo. Já *“os trabalhadores solteiros viviam em galpões coletivos ou em aldeias”* próximas às plantações, enquanto os trabalhadores mais bem remunerados, viviam em casas, em geral feitas de madeira, cobertura em palha e piso em terra batida (Grandin, 2010, p. 195-196) (ver Figura 14).

Figura 14: Construção de Fordlândia (1928)



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Figura 15: Registro (sem data) de um dos acampamentos localizados em Fordlândia.



**Fonte:** Retirado do Processo IPHAN n. 01458.002985/2010-82.



Em 1928, Fordlândia contava com estruturas temporárias, como hospital e em 1929, já contava com uma estação de rádio e o sistema de telefonia para residências e escritórios (ver Figura 16 e Figura 17).

As obras das estruturas de Fordlândia começaram a ganhar forma com a instalação dos equipamentos de saneamento básico, distribuição de água e rede elétrica, construção de um refeitório, hospital e, uma ferrovia, que ligaria a “*serraria aos acampamentos mais afastados, encarregados de desmatar mais terras para o plantio de seringueiras*” (Grandin, 2010, p. 194) A casa de força e as bombas de elevação de água do rio foram construídas em 1930 (Costa, 1981) (ver Figura 18, Figura 19, Figura 20, Figura 21 e Figura 22).

Figura 16: Sistema de telefonia, Fordlândia (sem data).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Figura 17: Estação de rádio, Fordlândia (sem data).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Figura 18: Hospital de Fordlândia (1933).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 19: Hospital de Fordlândia (1931).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 20: Vista da casa de força e da caixa d'água, Fordlândia (1931).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Figura 21: Serraria, localizada na parte de trás da casa de força, Fordlândia (1931).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 22: Abertura da mata para construções, Fordlândia (1929).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 23: Ferrovia, Fordlândia (sem data).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

A escola Henry Ford foi instalada em Fordlândia no ano de 1931, inicialmente sob o nome de escola Boa Vista, que remete ao nome anterior ao local onde Fordlândia foi instalada, ou *Grupo Escolas de Fordlândia*. A escola foi construída às margens da vila direcionada para a moradia da classe trabalhadora (Pereira, 2016). De acordo com Pereira (2012), havia ainda duas outras escolas, porém menores e de localização desconhecida.

Figura 24: Escola Henry Ford, Fordlândia (1932)



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Para viabilizar o transporte e deslocamento, em 1933 “*foram construídos 38,7 km de estradas (...) entre asfaltadas e de piçarra*” e, até maio do mesmo ano, foram construídas 5 casas com 5 ou 6 cômodos localizadas na Vila Americana, 12 alojamentos para trabalhadores solteiros (ver Figura 27) e 150 moradias (ver Figura 28 a Figura 32), distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2: Identificação das casas construídas em Fordlândia até o ano de 1933.

QUANTIDADE DE CASAS	QUANTIDADE DE APOSENTOS	IDENTIFICAÇÃO DOS RESIDENTES
104	2	Trabalhadores
3	3	Trabalhadores
10	2	Capatazes
1	1	Capataz
32	3	“Funcionários e elementos brasileiros da Staff”

**Fonte:** Elaborada pela autora a partir dos dados disponibilizados em Costa (1981, p. 199)



Figura 25: Abertura de estradas - Fordlândia (1929).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 26: Vista das moradias construídas para os trabalhadores, Fordlândia (1933).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 27: Vista do antigo alojamento “Paz e amor”, que servia para moradia dos homens solteiros, Fordlândia.



**Fonte:** Da autora, 2022.

Figura 28: Vista das moradias construídas para os trabalhadores. Na direita, ao fundo, é possível visualizar a caixa d'água, Fordlândia (1934).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).



Figura 29: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia.



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 30: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia.



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 31: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia.



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 32: Tipo de moradia direcionada para trabalhadores, Fordlândia.



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Em 1934, apesar de Fordlândia já contar com a estrutura urbana básica, a plantação das seringueiras não respondia ao que era esperado, o que levou a Companhia Ford a renegociar com o governo brasileiro uma nova porção de terras, iniciando assim a instalação de Belterra.

De acordo com Grandin (2010), a proximidade da nova plantação, em “Bella Terra”, com a área urbana de Santarém, somada à experiência anterior em Fordlândia teriam permitido uma melhor interação entre os atores envolvidos.

A partir de meados de 1934 a CFIB começa a ter acesso à nova área. Esse acesso era feito através da primitiva comunidade “Samaúma”, constituída praticamente das famílias Castro e Chagas, e situada à foz do igarapé do mesmo nome, na margem direita do rio Tapajós. Nesse local a Companhia implantou um ancoradouro e deu-lhe a denominação de Porto Novo. Um pouco afastado da margem do rio, à beira do igarapé Samaúma, foi instalado o canteiro de obras (escritório, posto de saúde, cantina, etc. ), que passou a ser conhecido como “Acampamento”, denominação até hoje mantida, e local onde, anos mais tarde, a CFIB implantou a estação de captação d’água para atender as “oito Quadras” e finalmente a toda à cidade.

No dia 09 de agosto a CFIB efetivou as primeiras contratações de trabalhadores, iniciando imediatamente a derrubada da floresta para o plantio, com a área planejada dividida em 8 blocos [ou “oito quadras”] de 16 hectares cada um. Ao todo foram derrubados e queimados, até o final de 1934, 1052 hectares. O plantio das seringueiras teve início pela Estrada 2 em frente à conhecida “Cabeça da Serra”.

O empregado Deodoro Riker, descendente de uma família de confederados norte-americanos<sup>20</sup>, foi quem realizou o plantio da primeira seringueira em Belterra. Era o seu primeiro emprego e tinha à época 17 anos (SANTOS, 2004, p. 41).

Assim como Fordlândia, Belterra foi projetada para disponibilizar as estruturas básicas necessárias para o funcionamento da cidade operária. Havia uma casa de força, um sistema de captação, tratamento e distribuição de água que atendia as “casas, lojas e dependências administrativas da Companhia” e contava com 32 km de encanamento, assim como sistema de telefonia entre as estruturas de Belterra.

---

<sup>20</sup> Com relação à identificação da família Riker, buscando recuperar a presença norte-americana na região do Rio Tapajós antes da chegada da Ford, Damasceno Neto (2019), realizou pesquisa sobre jornais e documentos da época e identificou que a presença de confederados na região desde antes da chegada da Companhia teria contribuído para as relações entre a Ford e a comunidade local, já que essas famílias já estavam “*bem integradas à sociedade brasileira*”. Damasceno Neto (2019, p. 130) faz menção em sua pesquisa a um dos relatos registrados no livro de memórias escrito por David Afton Riker, norte-americano que veio ainda criança para o Brasil junto de sua família, e que, tanto ele como seus filhos “*Robert, Rubim e Octávio, acabaram tendo envolvimento direto nas atividades de Fordlândia (...), primeiramente como tradutores e como guias na região do Tapajós, e posteriormente acabaram sendo enviados para os Estados Unidos para trabalhar para Ford Motor Company, em cargos administrativos da empresa de Henry Ford*”. David teria ainda trabalhado no empreendimento da Ford no setor de abastecimento de carnes, onde “*era responsável pela fazenda que recebia o gado vindo do Marajó*”.

Para organização das construções, Belterra foi projetada a partir de lotes entrecortados por estradas numeradas pelos eixos norte/ sul (numeração par) e leste/ oeste (numeração ímpar). De acordo com Costa (1981), até o ano de 1937, foram construídos 33 km de estradas e um porto flutuante.

Pereira (2016) descreveu que Belterra começou a ser construída a partir do lugar chamado “Porto Novo”, localizado a 12 km do local escolhido para ser instalado o núcleo urbano e de onde chegavam os trabalhadores e os equipamentos necessários para a estruturação do novo projeto. Neste primeiro local, “havia posto médico, almoxarifado e cantina”. Em 1935, o porto de Pindobal foi finalizado e permitia o funcionamento independentemente do nível de água em que se apresentava o Rio Tapajós.

Este porto construído sobre trilhos que o trazem ao nível ou paralelo com a superfície da água. Trilhos foram colocados em águas rasas e o porto desliza sobre eles. Com o início das chuvas e a elevação do rio, o porto é empurrado para o trilho inclinado, em direção ao armazém. Na verdade, quando os carregamentos são recebidos no nível baixo do rio, eles são descarregados no porto, e, o porto, o carregamento e tudo é levado para a plataforma do armazém, o porto sendo construído a uma altura diferente com o fim dos trilhos na plataforma tudo é simples. (JOHNSTON, [ca.1941a], s/p apud Pereira, 2016, p. 165-166).

De acordo com Pereira (2012), a organização da cidade operária se deu a partir da utilidade dos espaços, conforme texto em destaque:

Já a definição dos lugares segundo sua utilidade pode ser apresentada da seguinte forma: a) as estradas para assegurar o deslocamento dos trabalhadores, dos equipamentos e da produção; b) as quadras onde floresciam os seringais; c) os barracões e oficinas para o armazenamento do látex, produção das peças, equipamentos e utensílios necessários à atividade industrial, e o escritório, de onde se controlava a mão de obra, a produção e o cumprimento das metas e prazos estabelecidos pela empresa; d) o hospital, responsável pela vacinação, prevenção e do tratamento dos doentes; e) os portos e o campo de pouso, para deslocamento das pessoas, mercadorias, mantimentos e garantia da conexão do lugar com a totalidade-mundo; f) um pequeno centro comercial com bar, sapataria barbearia, alfaiataria e padaria; e g) o sistema de abastecimento de água, todos esses locais fazem parte da estrutura construída para dar suporte ao empreendimento. (PEREIRA, 2012, p. 85).

Figura 33: Vista de cabanas, instalação de Belterra (1934).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Figura 34: Serraria, Belterra (1935).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.



Figura 35: Belterra (1937).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 36: Escritório da administração, Belterra (sem data).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 37: Galpões, Belterra (1939).



**Fonte:** Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, retirado de Pereira (2012, p. 80).

Figura 38: Hospital, à esquerda, e necrotério, à direita, Belterra (1939).



**Fonte:** Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, retirado de Pereira (2012, p. 82).

Com relação às moradias em Belterra, Pereira (2012, p. 84) informou que a organização era dividida entre a “*Vila Americana, Mensalista, Operária, Timbó, Viveiros I e II e Pequía; do alojamento dos solteiros e das cabanas dos seringueiros e campeiros*”.

Pereira (2016) completou que essas moradias se apresentavam a partir da hierarquia entre os trabalhadores, sendo que: a Vila Americana, era direcionada para moradia dos membros da administração; a Vila Timbó, era direcionada para funcionários do Hospital; e a Vila Mensalista, Vila Operária e Vila Viveiro, que eram direcionadas aos gerentes e trabalhadores mais graduados.

A partir de levantamento realizado por Costa (1981), até o ano de 1941, em Belterra, foram construídas

844 casas para trabalhadores casados, dos quais eram casas de palha [ver Figura 39]. Para os trabalhadores solteiros, 15 alojamentos sendo que 8 desses eram construídos com palha. A American Staff Village era composta de cinco casas, um clube e uma casa de solteiro. Duas casas foram construídas junto ao hospital para os médicos. Os membros brasileiros do Staff moravam em 17 casas e numa casa de solteiro (Costa, 1981, p. 199).

Figura 39: Vista das moradias de palha, Belterra (sem data).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.



Na Figura 40 e Figura 41 estão ilustradas uma seringueira e a plantação em Belterra e, na Figura 42, é possível observar o planejamento em lotes que foi atribuído à Belterra, assim como a progressão da plantação de seringueiras entre os anos de 1935 e 1938.

Figura 40: Corte de seringueira, Belterra (sem data).



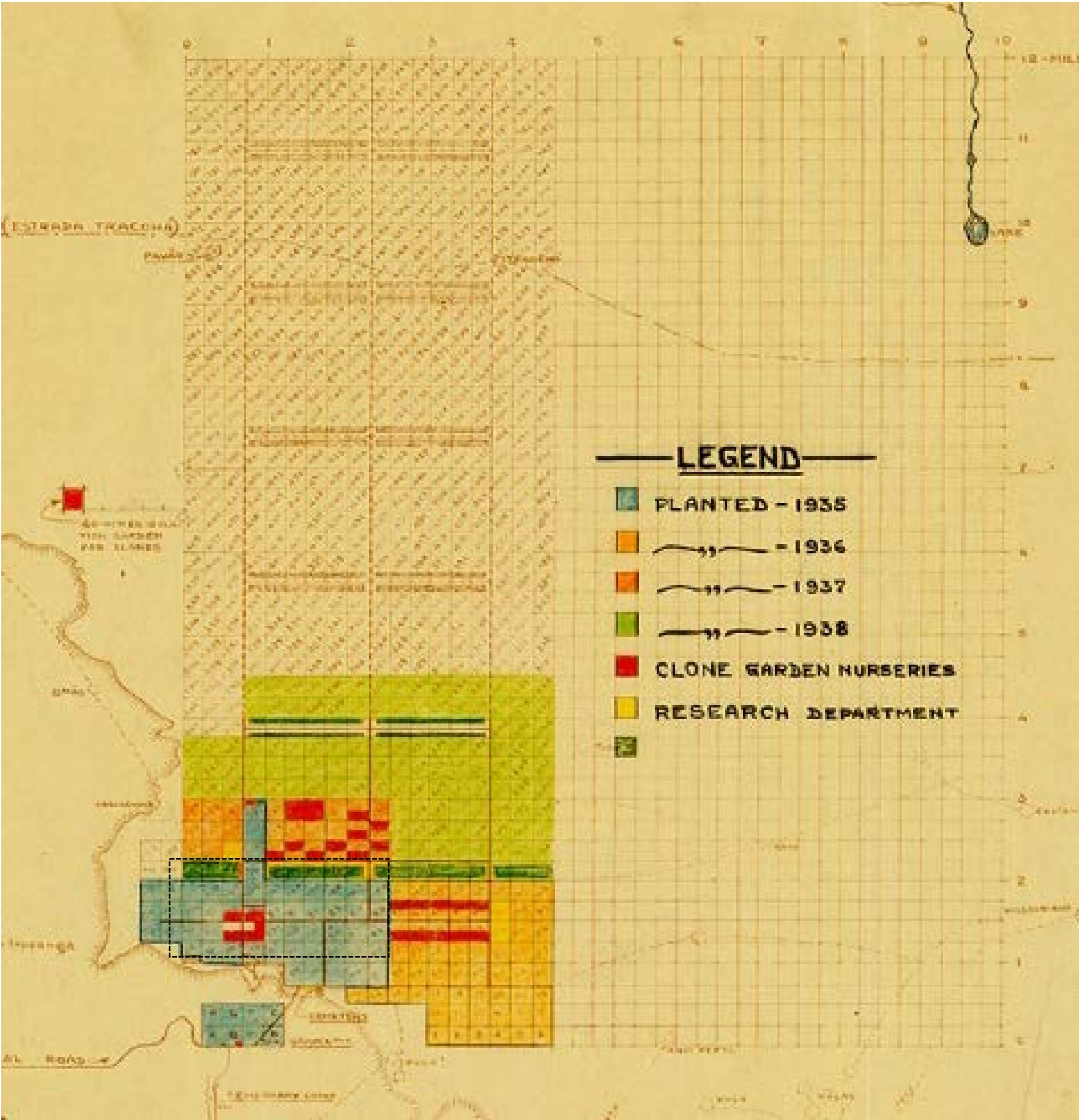
**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 41: Plantação de seringueiras, Belterra (1937).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 42: Recorte do mapa da Concessão de Belterra com a progressão das áreas de plantação (1935-1938).



**Fonte:** Recorte de mapa elaborado pela Companhia Ford Industrial do Brasil - CFIB (1935-1938). Acervo da American Geographical Society Library.

**Nota explicativa:** Na poligonal tracejada está localizada as estruturas relacionadas à configuração urbana de Belterra. As linhas em marrom com espessura mais acentuada representam as estradas que serviam para a mobilidade na área do projeto.

Em Costa (1981) consta tabela com os dados relacionados aos custos fixos da Companhia Ford no ano de 1941 (ver Tabela 3). Através dos dados disponibilizados na referida tabela, é possível perceber que apesar do discurso predominantemente propagado sobre o “abandono” de Fordlândia pela Companhia Ford que teria acontecido após o início do projeto em Belterra, no ano de 1941, por exemplo, a empresa ainda direcionava recursos para o pagamento de salários de trabalhadores alocados no primeiro projeto.

Tabela 3: Custos fixos da CFIB com salários em Fordlândia (1933 e 1941) e Belterra (1941).

ITENS	1933	1941	
	FORDLÂNDIA (Valor em Rs. 1\$000=1,00)	FORDLÂNDIA (Valor em Rs. 1\$000=1,00)	BELTERRA (Valor em Rs. 1\$000=1,00)
Salários anuais para mover meios infra-estruturais	1.800.000,00	1.512.000,00	2.100.000,00
Salários anuais de administração	3.420.465,00	1.011.116,00	2.345.592,00
Administração superior	192.000,00	-	-
Chefes de seções	1.932.465,00	-	-
Empregados	1.296.000,00	-	-

**Fonte:** Elaborada pela autora a partir dos dados recortados das tabelas disponibilizadas por Costa (1981, p. 165-166)

Apesar de se tratar de um montante menor que o anteriormente investido no ano de 1933, ou até em comparação com Belterra no mesmo ano de 1941, o dado informa sobre a presença da Companhia na cidade operária (ver Tabela 3).

Ainda de acordo com Costa (1981), em Fordlândia, para além do quantitativo de moradias já exposto na Tabela 2, até 1940, foram construídas “*mais 79 casas e 4 alojamentos de trabalhadores. No total de 229 casas e 16 alojamentos para trabalhadores solteiros. E mais 4 casas da American Staff Village*”.

Quanto às escolas, Pereira (2016) analisou documento onde consta que ainda no ano de 1941, havia, em Fordlândia, as três escolas já referenciadas, que contavam com 166 alunos e 6 professores e uma turma de inglês ministrada no período noturno para 19 alunos. Já em Belterra, esse mesmo documento informou sobre a existência de

3 escolas principais e 2 mais afastadas com um total de 958 alunos matriculados incluindo uma turma noturna de 49 alunos. Tem um adicional de 306 crianças em idade escolar que estarão prontos para ir a escola em janeiro de 1941. Uniformes

escolares padronizados estão sendo feitos por conta da companhia. Então todos os alunos estarão vestidos igualmente. Estima-se, portanto, que seu total de matrículas será maior que 1250 quando a escola abrir em janeiro: após os 3 meses usuais de férias que ocorrem em outubro, novembro e dezembro. Existem 3 classes noturnas em Belterra, com um total de matrículas de 105 estudantes. Estes estão a cargo de 3 instrutores que são pagos pela companhia. Eles são supervisionados por um diretor que tem uma equipe de 27 professores. Os padrões escolares mantidos são melhores que aqueles requeridos pelas escolas estaduais. A grade escolar é equivalente aquela requerida para a entrada na Junior High School nos Estados Unidos, embora este curso seja dividido em 5 séries. A escola funciona 6 dias na semana. Estudantes e professores têm somente um turno diário. Nos locais onde todas as crianças não podem ser acomodadas pela manhã, a escola é mantida à tarde, professores substitutos são contratados para estas aulas. Cada escola possui áreas de lazer com brinquedos tradicionais [como] em qualquer outra escola nos Estados Unidos. A Escola Edsel Ford e a Escola Benson Ford agora sendo construídas, terão também um campo de futebol. (JOHNSTON, A. The Ford Rubber Plantation. [ca.1941], p. 16 *apud* Pereira, 2016).

Figura 43: Grupo Escolar Henry Ford, Belterra (sem data).



**Fonte:** The Henry Ford Archives (Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction).

Com relação à população de Fordlândia e Belterra, os dados predominantemente divulgados não permitem alcançar um detalhamento em relação ao sexo e idade das pessoas que moraram nas cidades operárias no período de administração da Companhia Ford. A população, em geral, é caracterizada como formada por trabalhadores solteiros ou casados com família e, em alguns casos, observa-se a indicação da origem, sobretudo quando de países estrangeiros.



Em um dos documentos consultados, datado do ano de 1932 e intitulado *“Fordlandia ou A descrição da cidade maravilhosa que Henry Ford está edificando no interior do Estado do Pará”*, consta o relato de “W.G.N.” sobre sua viagem à Boa Vista, nome do povoado que havia no local onde foi instalada Fordlândia. Neste documento, “W.G.N.” descreveu que: *“atualmente são 2000 as almas que operam naquela colmeia imensa. Dentro de pouco tempo, haverá ali, com certeza, umas 3000 pessoas, variando o número sempre, em escala ascendente à proporção que as terras de forem alargando”*.

Alguns dados sobre a população de Fordlândia também são passíveis de observação na planta desenhada pela Companhia Ford disponibilizada na Figura 44. Na parte inferior da planta, na tabela, podem ser observadas informações acerca da quantidade de moradias, localização, divisão e quantidade de pessoas que ocupavam as moradias. Estas informações foram transcritas e podem ser verificadas na Tabela 4.

Tabela 4: Dados sobre a população em relação à quantidade e localização das casas em Fordlândia (1936).

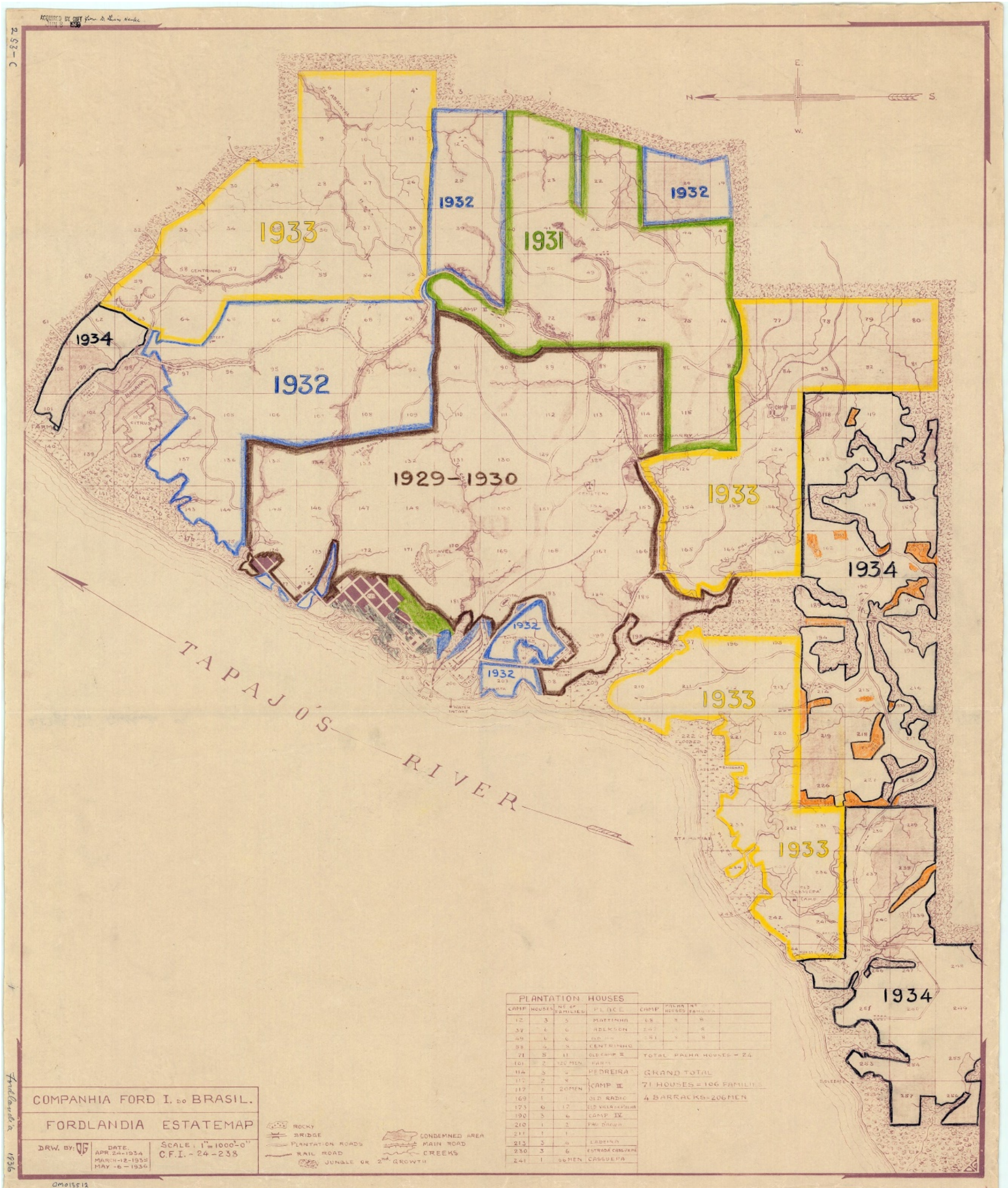
Nº DA QUADRÍCULA NO MAPA	QUANTIDADE DE CASAS	NÚMERO DE FAMÍLIAS
12	3	3
37	6	6
49	6	6
58	4	8
71	5	11
101	2	120 (homens)
114	3	6
117	2	8
117	1	20 (homens)
169	1	1
173	6	12
190	3	6
210	1	2
211	1	1
213	3	6
230	3	6
241	1	66 (homens)
68	8 (de palha)	8
242	8 (de palha)	8
251	8 (de palha)	8

**Fonte:** Mapa elaborado pela Companhia Ford Industrial do Brasil - CFIB (1934-1936). Acervo da American Geographical Society Library.

Na mesma planta (Figura 44), é possível observar também uma marcação em cores relacionada às áreas de expansão da cidade operária entre os anos de 1929 a 1934, informação esta que evidencia como se deu a atuação da empresa pela área da concessão. Os limites demarcados em marrom, evidenciam a expansão entre os anos de 1929 e 1930. Os limites em verde evidenciam a expansão ocorrida em 1931. Os limites em azul são respectivos às expansões ocorridas no ano de 1932 e os limites em amarelo são respectivos ao ano de 1933. Por fim, os limites em preto fazem referência à expansão realizada no ano de 1934. Nos retângulos pintados em marrom, nos limites com o rio Tapajós, é possível verificar as quadras construídas para a configuração urbana de Fordlândia.



Figura 44: “Mapa imobiliário” de Fordlândia (1939-1936).



Fonte: Mapa elaborado pela Companhia Ford Industrial do Brasil - CFIB (1934-1936). Acervo da American Geographical Society Library.



Quanto às pessoas com vínculo de trabalho com a Ford, alguns números foram organizados por Costa (1981) a partir de relatórios administrativos os quais teve acesso. Em seu levantamento, constam, especificamente, o número de trabalhadores nos anos de 1928 a 1931; 1933 e 1938 a 1942 (ver Tabela 5). Na Tabela 6 é possível visualizar para o ano de 1929 como estava distribuída a força de trabalho entre os diferentes setores (funções) organizados pela empresa.

Tabela 5: Número de vínculos de trabalho identificados entre 1928 e 1942 para Fordlândia e Belterra e organizados por Costa (1981).

ANO (DIA/MÊS)	FORDLÂNDIA	BELTERRA	TOTAL
1928	300	-	300
1929	2975	-	2975
1930	3000	-	3000
1931	3100	-	3100
1932	...	-	...
1933 (27/05)	1307	-	1307
1934	...	...	...
1935	...	...	...
1936	...	...	...
1937	...	...	...
1938	500	1200	1700
1939 (01/02)	...	...	2000
1940 (20/02)	...	...	1900
1940 (out.)	...	...	2500
1941 (17/02)	...	...	2500
1942 (25/02)	...	...	2184

**Fonte:** Costa (1981, p. 174)

Tabela 6: Distribuição da força de trabalho distribuída entre os setores da empresa para o ano de 1929, em Fordlândia.

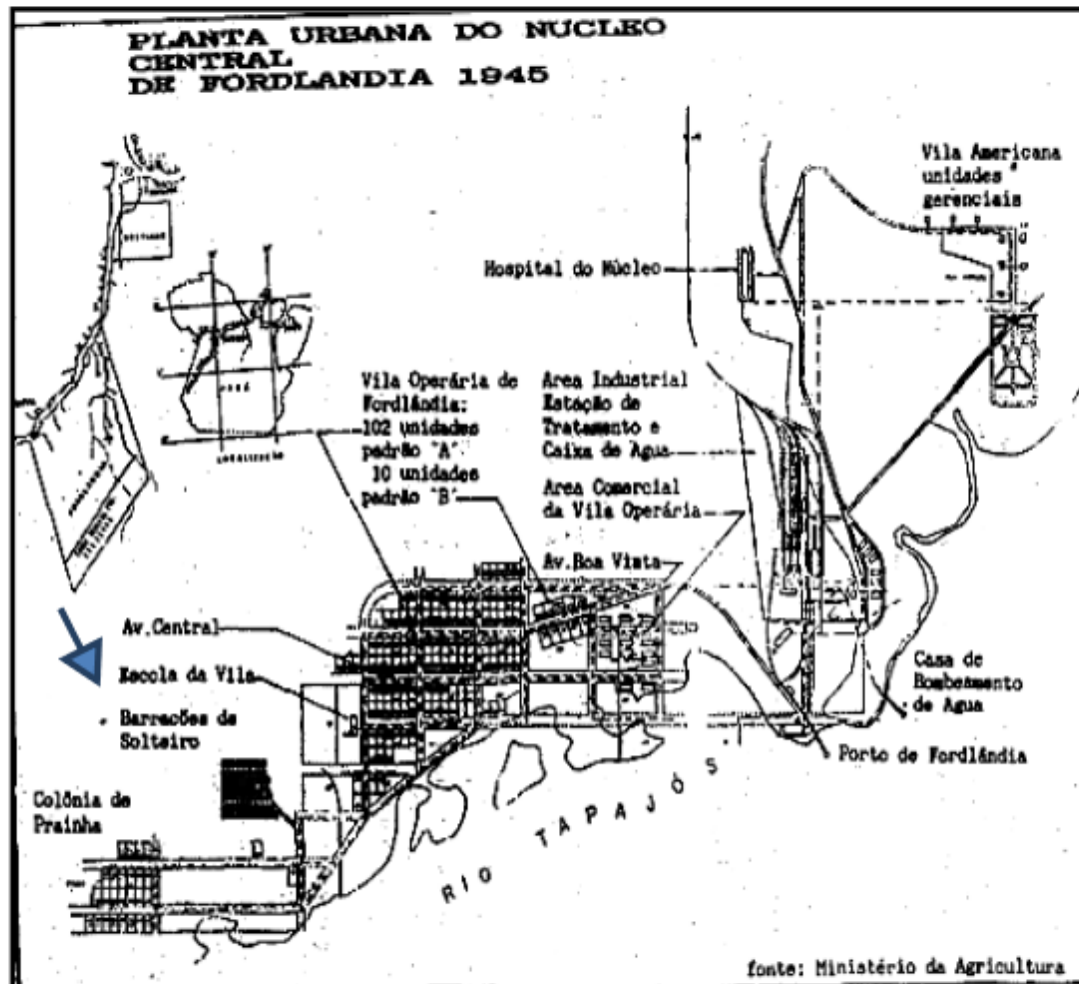
SETORES DE TRABALHO	1*	2*	3*	4*	5*	6*
Oficina de máquinas	25	...	...	25		50
Carpintaria	90	...	...	60		150
Eletricidade	30	...	...	20		50
Pintores	40	...	...	10		50
Pedreiros	30	...	...	20		50
Usina de força	75	...	...	...		75
Encanadores	50	...	...	...		50
Serraria	40	...	...	10		200
Garagem	25	...	...	50		75
Marinha	25	...	...	...		25
Almoxarifado e armazém	...	50	...	...		50
Serviço de estiva	50	...	...	...		50
Fazenda	...	...	...	...	75	75
Horta	...	...	...	...	75	75
Serviço médico	50	...	...	...	...	50
Cozinha	200	...	...	...	...	200
Higiene e serviço sanitário	150	...	...	...	...	150
Escritórios	...	100	...	...	...	100
Construção de ruas	200	...	...	...	...	200
Serviços gerais	60	40	...	...	...	100
Serviços gerais (capatazes e apontadores)	...	50	...	...	...	50
Brocas e derrubadas	...	...	500	...	...	500
Canteiros e viveiros	...	...	100	...	...	100
Conservação e limpeza do terreno	...	...	200	...	...	200
Plantações	...	...	200	...	...	200
Lenha para usina	100	...	...	...	...	100

**Fonte:** Costa (1981, p. 158)

Após a saída da Companhia Ford de Fordlândia e Belterra, algumas transformações na paisagem puderam ser percebidas. Na Figura 45 é possível observar o desenho da planta de Fordlândia do ano de 1945<sup>21</sup>, a qual executei o seu georreferenciamento sobre a imagem de satélite datada de 2023 (ver Figura 46). Como é possível perceber na imagem, os limites do desenho urbano de Fordlândia permaneceram praticamente os mesmos desde a saída da Companhia Ford do local.

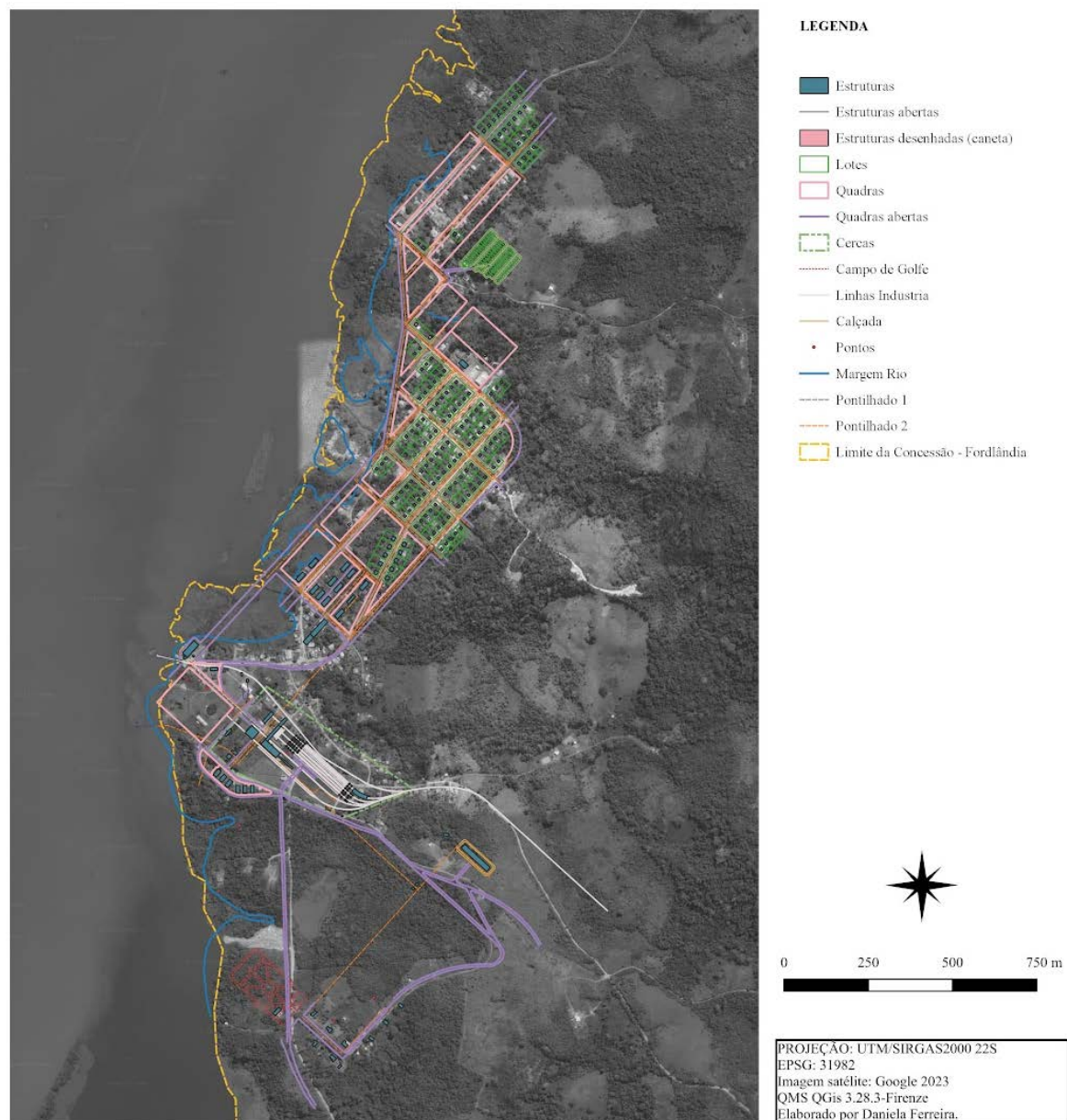
<sup>21</sup> Ano em que a Companhia Ford negociou as concessões de Fordlândia e Belterra com o governo brasileiro.

Figura 45: Planta urbana do núcleo central de Fordlândia, 1945 (Ministério da Agricultura).



Fonte: Pereira (2016, p. 265).

Figura 46: Desenho da planta de Fordlândia de 1945 (Figura 45), georreferenciada em imagem de satélite datada de 2023.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir da Figura 45.

Ainda para o caso de Fordlândia, tive acesso a um levantamento topográfico realizado pela FUNASA no ano de 1985, o qual também georreferenciei sobre a imagem de satélite de 2023 (ver Figura 47). Nesta imagem, é possível verificar que a área inicialmente indicada para o alojamento dos solteiros (ver Figura 45) já não estava mais desenhada.

Considerando que não há nenhuma anotação sobre estruturas nessa área, esta ausência pode indicar que, nessa época, os alojamentos ali localizados já haviam sido desmontados.

Figura 47: Desenho do levantamento topográfico realizado em Fordlândia (FUNASA, 1985), georreferenciado em imagem de satélite datada de 2023.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir do levantamento topográfico realizado pela FUNASA (1985).

Como buscarei explorar na continuação deste capítulo e nos próximos, apesar de Fordlândia e Belterra disputarem a alcunha de “projeto da Ford na região do Tapajós”, nelas

podem ser verificadas características particulares que mostram que cada uma delas vivenciou experiências distintas.

Para as duas cidades operárias, argumento que as ferramentas utilizadas para propagar e defender um modo de vida idealizado para a época, sobretudo aquele refletido na paisagem das cidades industriais, foi também adaptado em detrimento de um modo de vida local considerado inapropriado e atrasado.

No caso em específico, a participação das mulheres enquanto força de trabalho nos projetos foi suprimida das narrativas predominantemente contadas sobre as cidades operárias devido à noção de trabalho ser construída sobre pilares androcêntricos e em decorrência de um ideal de comportamento atravessado por regramentos morais.

### **1.3 As vilas operárias no contexto da Amazônia**

A construção de Fordlândia e Belterra, remete a uma das complexas contradições inerentes ao capitalismo, que perpassa entre o discurso de “bem-estar” social e paternalismo, até o controle social por parte da Companhia Ford, onde, além de abrigo, as moradias e demais estruturas associadas à indústria eram carregadas de significados para disciplinar os trabalhadores e trabalhadoras em favor da maior produtividade, e as famílias e moradores e moradoras em geral, a partir de aspectos morais valorizados no período.

Como buscarei demonstrar através deste texto, o estudo arqueológico da paisagem de gênero a partir da análise espacial de Fordlândia e de Belterra, e em associação aos dados do levantamento documental, possibilitou uma melhor compreensão sobre as paisagens das duas cidades operárias, assim para perceber e destacar as suas diferenças.

Disto isto, esclareço que por todo o processo de pesquisa, tentei não limitar as experiências vivenciadas na Ford exclusivamente nos relatos, mas, a partir deles, pretendo demonstrar que a narrativa contada a partir da Companhia e dos “trabalhadores”, em geral homens, não dá conta da complexidade de vivências que foram atravessadas e que atravessaram o empreendimento capitalista instalado na região do Tapajós.

Com isso, buscando fazer o exercício de olhar para as cidades operárias na atualidade, reflito que *“definir a cidade na Amazônia para além da paisagem pressupõe levar em conta elementos outros que consideram a relação das mesmas com seu respectivo entorno*



*e com os processos que a região vivenciou a partir de sua efetiva integração nacional*” (Trindade Junior, 2010, p. 117).

Sob este aspecto, (Trindade Junior, 2010, p. 120) reitera a importância de observar as cidades na Amazônia no contexto da divisão territorial do trabalho e em consideração às características da região na dinâmica da modernização do território, onde prevalece *“uma diferenciação intrarregional a ser considerada, que referenda a forma desigual e diferenciada da difusão da modernidade no território brasileiro”*.

Dito isto, tanto Fordlândia como Belterra, são empreendimentos que podem ser lidos a partir da proposta de Trindade Junior (2010) como “cidades na floresta”, um conceito que foi trabalhado pelo referido autor a partir das colocações de Milton Santos (Castro, Moura e Maia, 1995) num momento em que Santos situava os grandes projetos, ou “grandes objetos”, instalados na Amazônia, como *“parte de um sistema de ações em nível global e que imprimiram uma nova dinâmica territorial àquela região”*.

Trindade Junior (2010) buscou compreender como os grandes empreendimentos, instalados, sobretudo a partir da década de 1960, impactaram [e ainda impactam] o contexto da Amazônia oriental, representada pelos estados do Pará, Amazonas, parte do Tocantins e do Maranhão, em comparação à Amazônia ocidental.

Diferente das “cidades ribeirinhas”<sup>22</sup> e das “cidades da floresta”<sup>23</sup>, as “cidades na floresta” são caracterizadas por se tratarem de *“núcleos urbanos criados para atender aos*

---

<sup>22</sup> Como cidades ribeirinhas, acompanho a conceituação oferecida por Trindade Junior (2010). Elas se apresentam como cidades com *“fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; enraizamentos estes que traduzem estreita relação com o rio, não simplesmente pela localização absoluta, devido ao fato de estarem à beira do rio, mas, e principalmente, por apresentarem uma interação funcional com esse elemento natural. São exemplos disso, a circulação fluvial, de subsistência material (fonte de recursos alimentares, uso doméstico etc.), a utilização lúdica (uso do rio para o lazer) e simbólica (a importância do rio no imaginário sociocultural). Por isso, são, a rigor: a) cidades pequenas quanto ao seu tamanho populacional e à extensão de seu formato territorial; b) localizadas às margens dos rios, e, em geral, de grandes rios, seja considerando a sua largura, seja levando em conta o volume de água e, ainda, o tamanho de seu curso fluvial, sendo este, inclusive, um importante atributo fisiográfico a ser considerado; c) tradicionais, no sentido do ordenamento espacial do conjunto espacial onde se inserem, do padrão de seu ordenamento intra-urbano, da produção econômica e das relações socioculturais locais e regionais. Em decorrência destes últimos atributos, são cidades com pouca modernização econômica e territorial, onde o chamado maio técnico-científico informacional se faz presente de maneira muito tímida, se comparadas a outras cidades brasileiras e mesmo da região amazônica em específico”* (Trindade Junior, 2010, p. 118-119).

<sup>23</sup> As cidades da floresta são *“pequenas cidades associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiram a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). Ainda que muitas cidades venham perdendo essas características, consideradas rurais, elas não desapareceram efetivamente, e ainda são marcas fortes de algumas sub-regiões da Amazônia”* (Trindade Junior, 2010, p. 118).

*‘grandes objetos’ econômicos” e “que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica” (Trindade Junior, p. 116-118).*

Essa dinâmica da Amazônia oriental deve-se, em grande parte, à forte presença de frentes de expansão econômica e de grandes projetos que, diferentemente da Amazônia ocidental, não proporcionaram a excessiva concentração econômica, urbana e demográfica na metrópole e seu entorno, mas pulverizaram não de obra, investimentos, capitais, redes técnicas etc. Pelo interior da região, atendendo às estratégias de povoamento, de exploração de recursos e de integração econômica e territorial, estabelecidas pelo Estado brasileiro a partir da segunda metade do século XX (Trindade Junior, 2010, p. 121).

Como já exposto, apesar da discussão proposta por Trindade Junior (2010) sobre cidades na floresta estar mais precisamente vinculada aos empreendimentos instalados a partir da década de 1960, suas observações trazem um importante referencial para refletir sobre as particularidades da instalação de empreendimentos como os casos de Fordlândia e Belterra situando essas duas áreas como experiências vivenciadas no período de industrialização do Brasil, contudo, localizadas fora do centro industrial privilegiado nas políticas econômicas da época.

De acordo com Loureiro (2002, p. 109), o percorrer do século XX marcou a Amazônia como *“terra da superabundância e o celeiro do mundo”*, como *“um lugar bíblico ao qual, no período de escassez, como ocorreu no passado, todos poderiam recorrer para dele sobreviver”*

a história dos homens<sup>24</sup> na Amazônia tem sido construída a partir de dois eixos norteadores, mas conflitantes: de um lado, a visão paradisíaca criada pela magia dos mitos da região e sobre a região; de outro, a violência cotidiana gerada pela permanente exploração da natureza e desencadeada pelos preconceitos em relação a ambos – homem e natureza (Loureiro, 2002, p. 109).

---

<sup>24</sup> Termo “homens” utilizado como representativo de um grupo.



Contudo, conforme a mesma autora em escritos mais recentes, é necessário compreender a outrocidade da Amazônia a partir do neocolonialismo em que a região vivencia com relação a outras regiões administrativas do Brasil (Loureiro, 2022).

A primeira consideração é a de que, como consequência de séculos de exploração e abusos, restou hoje uma estranha sensação de sermos estrangeiros: a sensação de vivermos num lugar desconhecido para nós, lugar onde o outro, o de fora, continua a nos apontar o tipo de cultura desejável para nós, aquilo que devemos valorizar, que coisas devemos explorar, a que sonhos devemos aspirar e o que devemos esperar como futuro. É essa pesada história de esmagamento da identidade cultural dos habitantes da região que nos faz sentir, hoje, como estrangeiros vivendo em nossa própria terra (Loureiro, 2002, p. 118).

A partir das considerações de Trindade Junior (2010) e Loureiro (2002, 2022), os empreendimentos da Ford na região do Tapajós são representativos no que diz respeito às pressões, não tão recentes, mas que ainda permanecem e que a região sofre com relação às promessas proferidas por várias forças, tanto políticas, como econômicas, quanto ao alcance de um possível progresso na região. Discurso este que se atualiza constantemente.

A instalação de vilas operárias e de cidades empresas, ou “cidades na floresta”, como sugerido por Trindade Junior, 2010, para tratar aqui, mais especificamente, sobre Fordlândia e Belterra, pode ser pensada a partir da expansão da industrialização ocorrida entre o final do século XIX e início do século XX.

Quase oitenta anos se passaram desde a saída da Ford de Fordlândia e Belterra, uma das experiências que ainda marcam a memória e o cotidiano das pessoas que moram e que passam pelas duas áreas e, assim como outrora, atualmente, algumas disputas pressionam as áreas onde foram instaladas as cidades operárias de Fordlândia e Belterra e que continuam a reverberar na transformação das paisagens de ambas.

Em vídeo gravado e publicado no ano de 2018, chama atenção o relato do Professor Magno, onde fica exposto o sentimento contraditório em relação à presença da companhia Ford na região. No conteúdo do audiovisual, o professor questiona:

Às margens do Rio Tapajós, de um lado você vê Fordlândia, do outro Uricurituba. Possessões criadas por nenhum Amazônida. De um lado os americanos. De outro, os portugueses. O que trazem esses homens à essa região? Portugueses fugindo da Cabanagem? Americano querendo um povo que não briga por direitos trabalhistas? Que não briga por um futuro capitalista: (...). O que trouxe meu pai à Fordlândia? O

desemprego na Amazônia, a falta de oportunidades, a falta de educação, falta de saneamento básico, ou cansou de ser ribeirinho? (...). Uma cidade empresa, onde você deixa os hábitos de ser ribeirinho e passa a ser um operário. (...) Apenas 5 mil conseguiram suportar todas as regras, todos os hábitos e as mudanças de costumes. A cultura do povo foi abandonada. Isso não foi respeitado. A culinária foi desrespeitada. As crenças foram desrespeitadas. Os vícios e os costumes também. Tudo isso em prol de uma única ambição: “Meu sonho tem que ser realizado”. Que sonho é esse, Ford? (...). É fácil olhar para Fordlândia e ver o saudosismo de meu pai, dos meus avós, dos meus vizinhos. De pessoas que nunca souberam o que foi ser empregado. Ou vieram do ‘regatão’, ou vieram do escambo. De repente você passa a ser um assalariado e não sabe o que isso significa. (...). Mas aquele povo sem cultura. Aquele povo sem educação. Mentalizou por 90 anos “O Ford é bom”. (...). O que ficou para nós? Prédios? Lembranças?<sup>25</sup>

No campo da preservação, houve um oneroso processo de tombamento em nível federal pelo qual as duas áreas foram submetidas e que tramitou junto ao IPHAN desde a década de 1980. Além da questão do tempo, o debate sobre a aplicação do referido instrumento de proteção passou por transformações importantes nos aspectos do valor cultural, e para o caso dos projetos da Ford no Tapajós, questões fundiárias implicaram boa parte do processo e, a materialidade, foi observada predominantemente a partir dos bens edificados<sup>26</sup> e da arquitetura (ver Figura 48, respectivo à Belterra e Figura 49, referente à Fordlândia).

Só recentemente, houve manifestação com relação ao seu potencial arqueológico<sup>27</sup> e, toda a situação, que se relacionava especificamente a um processo administrativo para aplicação, ou não, do instrumento de proteção, foi judicializada em 2021. Só neste ano de 2024, foi emitido parecer definitivo onde o pedido de tombamento em nível federal foi indeferido. As memórias sobre o período, contudo, permanecem em disputa.

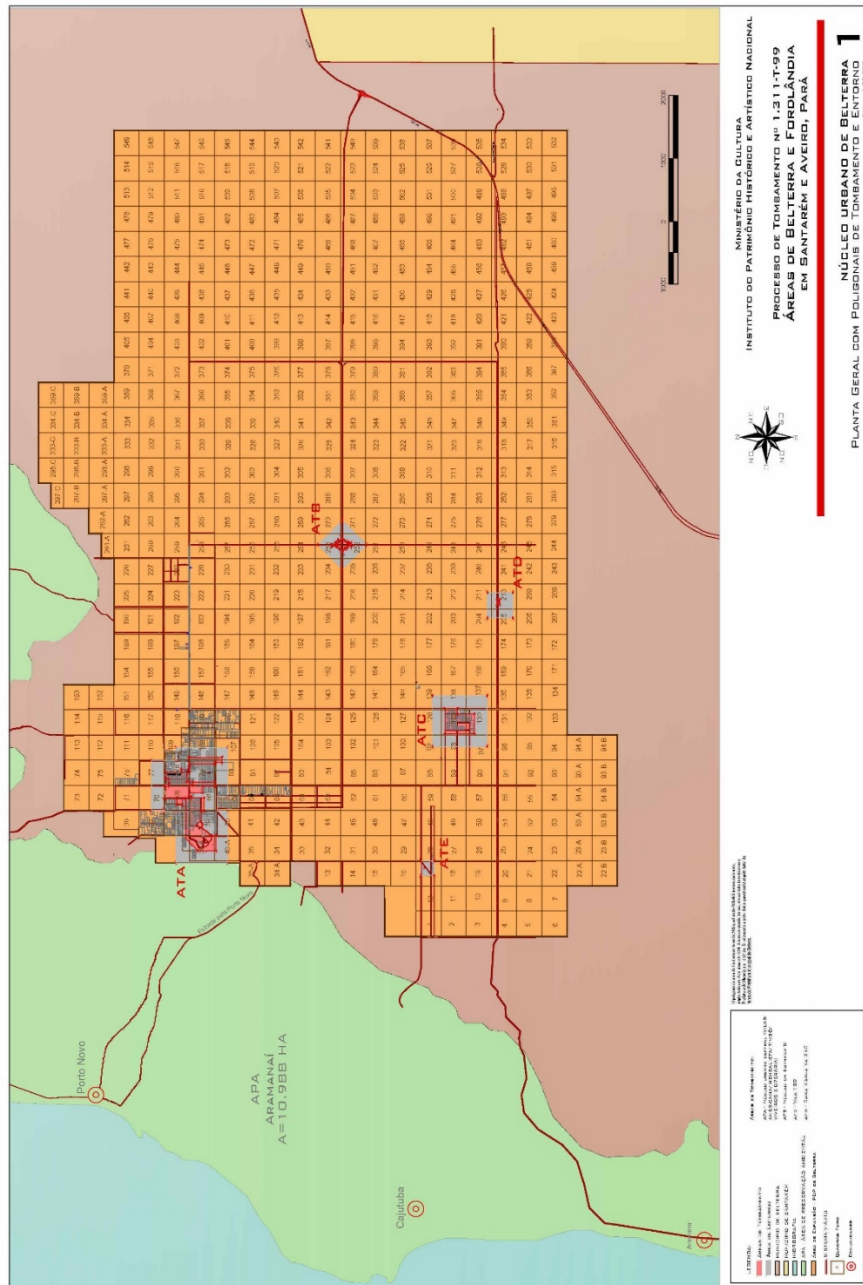
---

<sup>25</sup> Vídeo gravado em setembro de 2018, em Fordlândia por Débora Flor, Véronique Isabelle e Mireille Pic. Disponível em: <<<https://www.youtube.com/watch?v=3mi-Bh9BysM>>> Acesso em maio de 2021. Texto traduzido para o francês publicado em: RIBEIRO, Luiz Magno. Que sonho é esse, Ford? (2020). In **Fordlândia – Suspended Spaces** nº 5. p. 216-218.).

<sup>26</sup> No **PARECER TÉCNICO** nº 54/2022/CGID/DEPAM (Processo n. 01458.002985/2010-82, documento n. 3604197) consta o “indeferimento do pedido de tombamento” com base nos problemas fundiários e da impossibilidade de localização dos proprietários dos imóveis, fato que implicaria a efetiva gestão dos bens por parte do Instituto, assim como a devida atuação técnica nas áreas.

<sup>27</sup> No **PARECER TÉCNICO** nº 232/2022/CONAC/CNA/DEPAM (Processo n. 01458.002985/2010-82, documento n. 3998594), foi informado que tanto Fordlândia como Belterra possuem alto potencial arqueológico.

Figura 48: Levantamento realizados em Belterra das áreas consideradas para o processo de tombamento pelo IPHAN.



**Fonte:** Processo IPHAN n. 01458.002985/2010-82, documento n. 1435694.





Outro aspecto que hoje interfere diretamente na paisagem das duas cidades operárias diz respeito aos conflitos territoriais e a expansão e chegada dos grandes empreendimentos na região do Tapajós e Baixo Amazonas que vem sendo denunciada por diversas frentes (Pereira, 2012; Documentário *Beyond Fordlândia*, 2017; Rocha, et al., 2020; Vieira, 2023 são alguns exemplos).

No caso de Fordlândia, que atualmente é um distrito administrativamente subordinado ao município de Aveiro, estão em operação duas mineradoras para exploração de calcário e gipsita. E além, Rocha (et al., 2020) reitera a denúncia em relação a pressão pela qual toda a região e as comunidades tradicionais do baixo Tapajós vem sofrendo com a instalação de Estações de Transbordo de Cargas como parte do corredor para escoamento de soja desde o estado do Mato Grosso.

Já no caso de Belterra, como analisou Pereira (2012, p. 233), inicialmente “*se transformou em distrito do município de Santarém e ganhou as características da cidade na floresta para, 66 anos depois [da saída da Ford], experimentar a sua emancipação como município e nas quadras dos antigos seringais ver renascer a vida urbana construída no passado*”.

Ainda de acordo com Pereira (2012, p. 234), a atividade rural em meio ao urbano que já havia sido experienciada em Belterra no período da Ford, ganhou novos formatos a partir da chegada de agricultores que levaram os processos de modernização capitalista da região a uma forma predatória e excludente que se constituíram a partir de “*estratégias do agronegócio*” que, por sua vez, inclui “*a fragilização da base social dos agricultores familiares nos enfrentamos seguintes por conta da estratégia de cooptação de sua base política desenvolvidas pelo sindicato patronal ligado à soja e das ameaças de morte que vêm sofrendo várias lideranças*”.

A partir de indícios sobre a existência de minérios passíveis de exploração em Belterra, o autor estabeleceu uma preocupante comparação diante da pressão que a cidade ainda pode vir a sofrer para a instalação de novos empreendimentos. Com destaque ao município de Juriti, localizado no interior do estado do Pará, onde existe uma intensa exploração de minérios, Pereira (2012) alerta que:

Os conflitos socioambientais são intensos e provocaram o deslocamento de populações rurais, o aumento da violência, a contaminação do lago que abastece a

cidade de água, a prostituição e a chegada de 25 mil pessoas para o lugar, cuja população era de 37 mil habitantes antes da implantação do empreendimento. Caso este fato venha a ocorrer em Belterra, as condições da vida do lugar vão mudar significativamente (Pereira, 2012, p. 236).

No palco das violências, a prostituição, novamente, entrou em cena e, se ela já era vista como um problema para a sociedade capitalista ocidental, construída sobre os alicerces fundados na culpabilização da mulher, antes e na época da Ford, hoje<sup>28</sup>, como se nada tivesse mudado, construído ou debatido, permanece como algo a ser escondido, suprimido, ao mesmo tempo em continua manifestada, resistente, em caminhos a continuar.

Em Belterra, que conta com uma das praias paradisíacas mais conhecidas do Estado do Pará, não é difícil encontrar nas páginas online anúncios de serviços de acompanhantes (homens e mulheres) e da oferta de serviços sexuais (para homens e mulheres). Pela cidade, o assunto continua em suspenso.

Já na periferia de Fordlândia, há quem diga que uma mulher está organizando a prostituição para atender aos funcionários das empresas de mineração que estão em operação no pequeno distrito.

*“Mas nós não vamos deixar ela continuar”*, disse um dos entrevistados desta pesquisa. Algo que poderia ter sido proferido há 90 e poucos anos por um dos administradores da Ford em um cenário em que as mulheres parecem apresentar um risco maior à comunidade e à região do que o avanço das empresas capitalistas.

---

<sup>28</sup> Não é objetivo deste texto debater a questão da leitura que predominantemente percebe a prostituição enquanto problema a ser resolvido. Contudo, para o debate sobre a prostituição enquanto direito sexual, a separação da prostituição das violências e da exploração infantil, e sobre as discussões que perpassam pela busca por superação dos estigmas morais sobre a prostituição, recomendo a leitura de Piscitelli (1996, 2003 e 2008); Leite (2009a e 2009b); Blanchette (2012); Blanchette e Silva (2011); Prada (2018) e Murray (2024).



## CAPÍTULO 2 – A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DE FORDLÂNDIA E BELTERRA

Na pintura, uma mulher caminha entre as construções que estão dispostas no entorno de uma praça onde está instalado um monumento central.



*Sem título (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 82.*

Para a análise da paisagem das mulheres em Fordlândia e Belterra durante o período de administração da Companhia Ford na região, cumpre neste momento evidenciar a organização espacial de Fordlândia e Belterra através da aplicação da sintaxe espacial.

## 2.1 A sintaxe espacial

Foi na tentativa de compreender as diferenças entre Fordlândia e Belterra e com maior foco na configuração urbana que me voltei para a sintaxe espacial, em especial a análise alpha e nas publicações de Hillier (2007), Hillier (et al., 2012) e Hillier (et al., 1993), para tentar perceber espaços mais e menos segregados e com isso buscar possíveis significados que poderiam explicar algumas diferenças entre as duas cidades industriais que já chamavam atenção.

Para viabilizar a aplicação do método, foi utilizado a ferramenta *dephtmapx*, que foi vinculada ao QGis e possibilitou a análise das configurações urbanas de Fordlândia e Belterra já dentro de uma base georreferenciada.

Dentre os índices avaliados pela sintaxe espacial e considerados nesta pesquisa, a **conectividade** evidencia a quantidade de conexões que cada linha/ segmento/ rua possui, ou seja, para cada segmento, sendo este equivalente a uma das vias das cidades operárias, ficam evidenciadas quais outras estariam a ela conectadas e, com isso, é possível verificar quais delas possuem maior potencial de acesso.

Continuando com as análises possíveis na sintaxe espacial, no mapa axial, a medida da **integração** permite observar a lógica por trás da localização de determinadas estruturas em relação ao seu uso e aos possíveis encontros sociais. No referido índice, é avaliada a profundidade, ou seja, a distância de uma linha axial em relação às demais linhas existentes no sistema espacial analisado (Hillier et al., 1993).

De acordo com Hillier (2007), a integração é uma medida baseada na centralidade e na proximidade e, através dessa medida, é possível verificar as melhores formas de se movimentar entre um ponto e outro da cidade. Para Holanda (2012), um índice maior de integração repercute em áreas onde é evidenciado a maior probabilidade de encontros, fato que tem relação direta com a acessibilidade e a mobilidade no sistema espacial analisado.

Para a compreensão deste índice, Hillier e Hanson (1984) propuseram que as vias são consideradas mais “rasas” quando estão mais próximas das outras, indicando as áreas integradas do sistema ou, no outro extremo, as vias mais profundas que, por estarem mais distantes, indicam as áreas mais segregadas do espaço observado.



Hillier et al. (2012) detalharam que medidas de integração que apresentam índice superior a 1,67 podem ser consideradas muito integradas, enquanto as que possuem um índice menor que 1, podem ser consideradas muito segregadas.

O terceiro índice calculado na sintaxe espacial através do mapa axial, é a medida de **escolha** que, por sua vez, leva em consideração a possibilidade de atravessamento de uma linha, ou segmento, em específico, a partir de todas as demais linhas e segmentos distribuídos no sistema espacial analisado. Na sintaxe espacial, a medida da escolha evidencia as vias que apresentam maior potencial de tornar os trajetos dentro do sistema espacial analisado mais curtos e em consideração a uma menor mudança angular (Hillier et al., 2012).

Hillier et al. (2012) detalharam que medidas de escolha que apresentam índice superior a 1,4 podem ser consideradas com alto potencial de escolha, enquanto as que possuem um índice menor que 0,8 podem ser consideradas com baixo potencial de escolha.

## **2.2 O uso da sintaxe espacial na Arqueologia do Capitalismo**

Na arqueologia, a sintaxe espacial já foi utilizada em contextos diversos: em instituições de ensino de Buenos Aires (Zarankin, 2002); em um centro de detenção do período da ditadura também em Buenos Aires (Zarankin e Niro, 2009); em um engenho localizado em Goiás e construído em 1800 (Souza, 2002); em uma vila operária do final do século XIX localizada no Rio de Janeiro (Stanchi, 2008); em um educandário localizado em Cotijuba, uma das ilhas de Belém/PA (Seabra, 2019 e 2020); e, em ruínas de um casarão do século XIX localizado na região sul de Minas Gerais (Klink, 2023); sendo esses apenas alguns exemplos. Para estes trabalhos, a sintaxe espacial foi utilizada especialmente através da análise Gamma que, foi utilizada nesta pesquisa em apenas uma casa localizada na Vila Americana de Fordlândia.

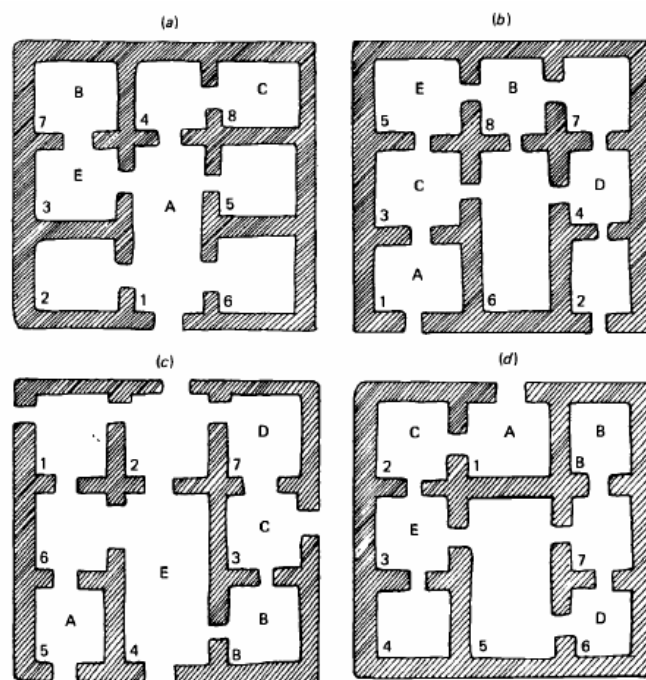
De acordo com Zarankin (2002), quando aplicada aos estudos em arqueologia, a análise Gamma pode contribuir para a demonstração objetiva de como os “*mecanismos de controle e poder*” podem ser percebidos através da análise das estruturas construídas.

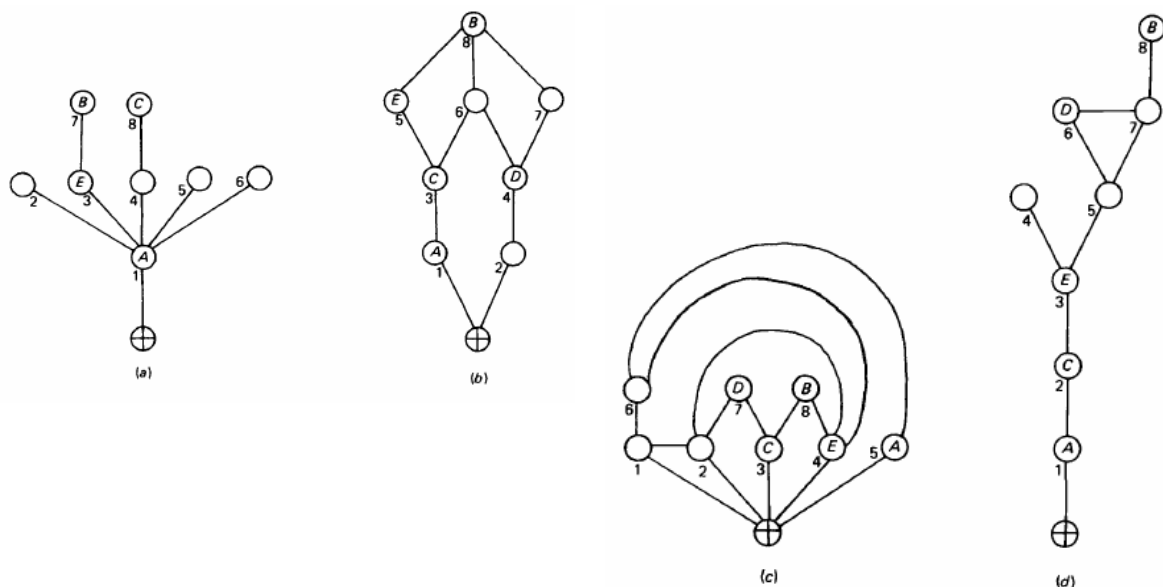
O “modelo Gamma” proposto por Hillier e Hanson (1984) permite que se estabeleça uma base concreta para discutir a representação, quantificação e interpretação da configuração espacial de edifícios e estruturas arquitetônicas. Assim, mediante a

análise de variáveis como forma, função e organização espacial, é possível obter-se um panorama básico sobre o modo como os mecanismos de controle e poder encontram-se presentes em uma determinada estrutura (Zarankin 2002, p. 86).

A análise Gamma (Figura 50) é utilizada para representar e interpretar a configuração interna das construções a partir da identificação da presença e da permeabilidade, ou seja, do nível de acesso entre as unidades espaciais. Para isso, cada unidade espacial deve ser representada a partir de um círculo. Já as transições, ou conexões entre as unidades espaciais, são representadas por linhas. A demonstração dos círculos e linhas em relação à planta arquitetônica corresponde ao gráfico de acessibilidade “não justificado”. Para a elaboração do gráfico de acessibilidade “justificado”, deve-se reordenar, em níveis, as unidades espaciais e conexões identificadas em relação ao espaço exterior (Bermejo Tirado, 2009).

Figura 50: Exemplos de aplicação da Análise Gamma, a partir da elaboração de gráficos de acessibilidade com representação justificada.





**Fonte:** Retirado em Hillier e Hanson (1984, p. 150 e 151)

Após a elaboração da análise Gamma, dentre as interpretações obtidas através da leitura morfológica do gráfico de acessibilidade, é possível perceber se a estrutura é distributiva ou não distributiva, sendo que as estruturas consideradas distributivas são aquelas que apresentam espaços com mais de uma opção de acesso e, devido à maior quantidade de entradas disponíveis, a circulação de pessoas tem menores condições para o controle. Inversamente, as estruturas não-distributivas são caracterizadas por apresentarem unidades espaciais com um único acesso, denotando um maior controle na circulação (Hillier e Hanson, 1984).

Dos trabalhos citados, Stanchi (2008) talvez se apresente com a pesquisa com contexto mais próximo ao que me debrucei em Fordlândia em Belterra. Contudo, sua análise foi voltada mais especificamente à distribuição dos espaços internos das casas localizadas na vila operária e não uma análise da espacialidade dessas em relação à cidade do Rio de Janeiro.

Por sua vez, Seabra (2020) buscou perceber possibilidades de circulação e acesso ao edifício do educandário por ela pesquisado a partir da sintaxe espacial. Sobre esta análise, Seabra (2020) pôde inferir sobre quais os locais que se apresentaram com maiores possibilidades de encontros, algo que também nos chama atenção para esta pesquisa.

Dentre as ferramentas disponíveis na sintaxe do espaço, os mapas axiais, mapas de convergência, ou análise Alpha, podem ser elaborados com o objetivo de visualizar a dinâmica social e reconstruir a movimentação no entorno da estrutura construída e, foi sobre esta ferramenta que me debrucei mais.

Para a análise Alpha, a configuração urbana a ser interpretada é observada ao ponto de serem identificadas uma sequência de “linhas axiais” que partem da análise de cada espaço construído, se prolongando, em linha reta, até alcançar outra. Os pontos de interseção entre as linhas axiais formam as áreas de convergência que “servem para ilustrar os principais nodos de reunião social dentro de um complexo urbanístico” (Bermejo Tirado, 2009, p. 51).

Do mapa axial, é possível elaborar o mapa de segmentos que, por sua vez, divide o espaço analisado em segmentos de linhas, onde cada um dos segmentos identificados pode representar uma linha para movimentação. Na configuração urbana, essas linhas podem ser caminhos, ruas, corredores e, sua análise possibilita a verificação dos índices de integração (o quão acessível é o segmento observado em relação a todos os outros do mapa), escolha (que indica a probabilidade do segmento observado ser escolhido como rota para viabilizar a movimentação) e conectividade (onde é verificado quantos segmentos estão conectados àquele observado, sendo que quando mais conectado é o segmento, maior a facilidade de movimentação) (Hillier, et al.,1993).

Considerando que meu objetivo é alcançar a paisagem das cidades operárias no período de administração da Companhia Ford, como base georreferenciada para a análise espacial de Fordlândia, utilizei as informações verificadas no mapa produzido Companhia e já disponibilizado na Figura 44, e no mapa do Ministério da Agricultura, datado de 1945 e já demonstrado na Figura 45 e Figura 46.

Importa esclarecer que a separação entre ruas e quadras foi a base utilizada para a aplicação da sintaxe espacial. Alguns detalhes sobre a existência de ruas, demais acessos, e a identificação das construções, se fez possível através das pesquisas já realizadas em Fordlândia, em especial em Grandin (2010).

Para Belterra, as informações georreferenciadas foram obtidas através da consulta ao trabalho de Pereira (2012) e em consideração ao levantamento realizado por mim em campo, onde foi possível verificar e mapear as estruturas que guardavam características equivalentes daquelas identificadas nos registros fotográfico da época. Para ambas as cidades operárias, foi considerado também parte do levantamento disponibilizado no processo de tombamento de Fordlândia e Belterra pelo IPHAN (FIDESA-IPHAN, 2010)<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Do levantamento de FIDESA-IPHAN (2010) optei por utilizar apenas uma das plantas arquitetônicas disponibilizadas no estudo (casa 2, Vila Americana, Fordlândia) pelo fato dela se conectar ao cotidiano de uma das personagens que serão apresentadas nesta pesquisa e por considerar que os dados seriam relevantes para descrever e discutir a paisagem da personagem. Para o caso das demais plantas verificadas no levantamento, optei

Como resultado do acúmulo de dados, foram identificados para o núcleo urbanizado de Fordlândia: seis áreas de moradias, sendo duas dessas compostas por barracões de trabalhadores solteiros e, as demais, para trabalhadores com família; uma área industrial; uma área portuária; uma área comercial; duas áreas de lazer, sendo uma associada à Vila Americana e, a outra, direcionada para os demais trabalhadores; um conjunto de edificações voltadas para o abastecimento de água, um refeitório; uma escola; um hospital; e um cemitério (ver Figura 55)

Já para a cidade operária em Belterra, foram identificadas: quatorze áreas de moradias, sendo duas compostas por alojamentos para trabalhadores solteiros, cinco áreas construídas com material durável e divididas através da hierarquia percebida dentre os trabalhadores e sete áreas onde estariam as moradias construídas em palha direcionadas para os trabalhadores com menor remuneração; uma área comercial; uma área industrial; duas áreas portuárias; uma área administrativa; três conjuntos de edificações voltadas para o abastecimento de água; três edificações para apoio; três escolas e uma creche; um hospital; um cemitério; um campo de golfe, área de cinema; um hotel; duas guaritas; uma cadeia; e, uma pista de pouso (ver Figura 52).

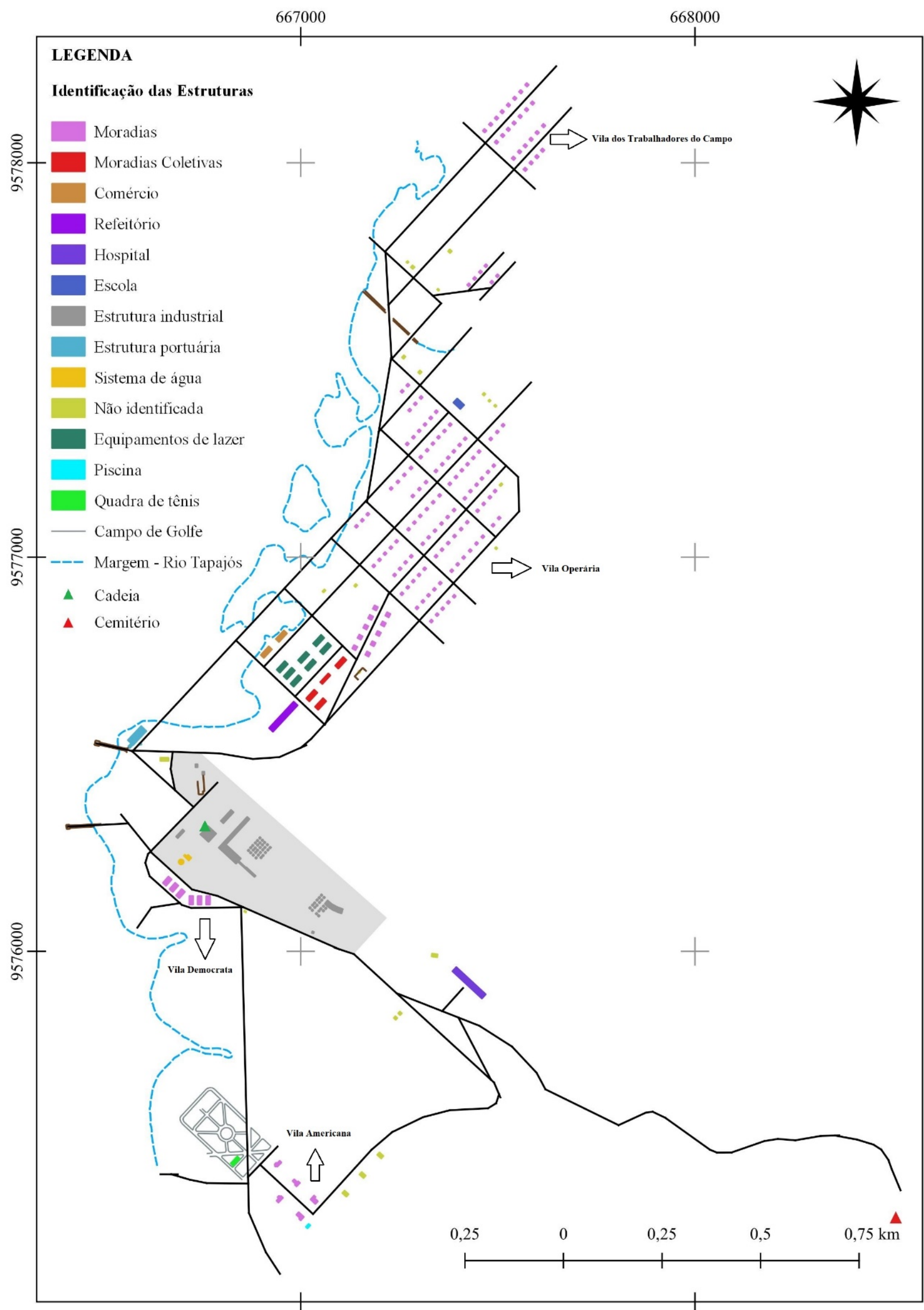
No caso da pesquisa aqui apresentada, a aplicação da sintaxe espacial só foi possível para as duas cidades operárias, graças à conexão do QGis com o plugin “*Space Syntax Toolkit*” e da sua conexão ao programa *depthmapX*<sup>30</sup>, onde foram gerados os gráficos axiais (ver Figura 53 e Figura 55) e os mapas de segmentos (ver Figura 54 e Figura 56) aplicados sobre os desenhos urbanos de Fordlândia e Belterra que, como já exposto, também foram previamente tratados no QGis.

---

por não as utilizar devido a inconsistências percebidas nos desenhos que iriam prejudicar a análise da sintaxe espacial. Dentre as inconsistências verificadas, destaco: cômodos desenhados sem a indicação de acesso; ausência de legenda que permitiria identificar detalhes dos desenhos; ausência de informações relacionadas às possíveis modernizações e alterações que as estruturas identificadas como da época da Ford podem ter sofrido.

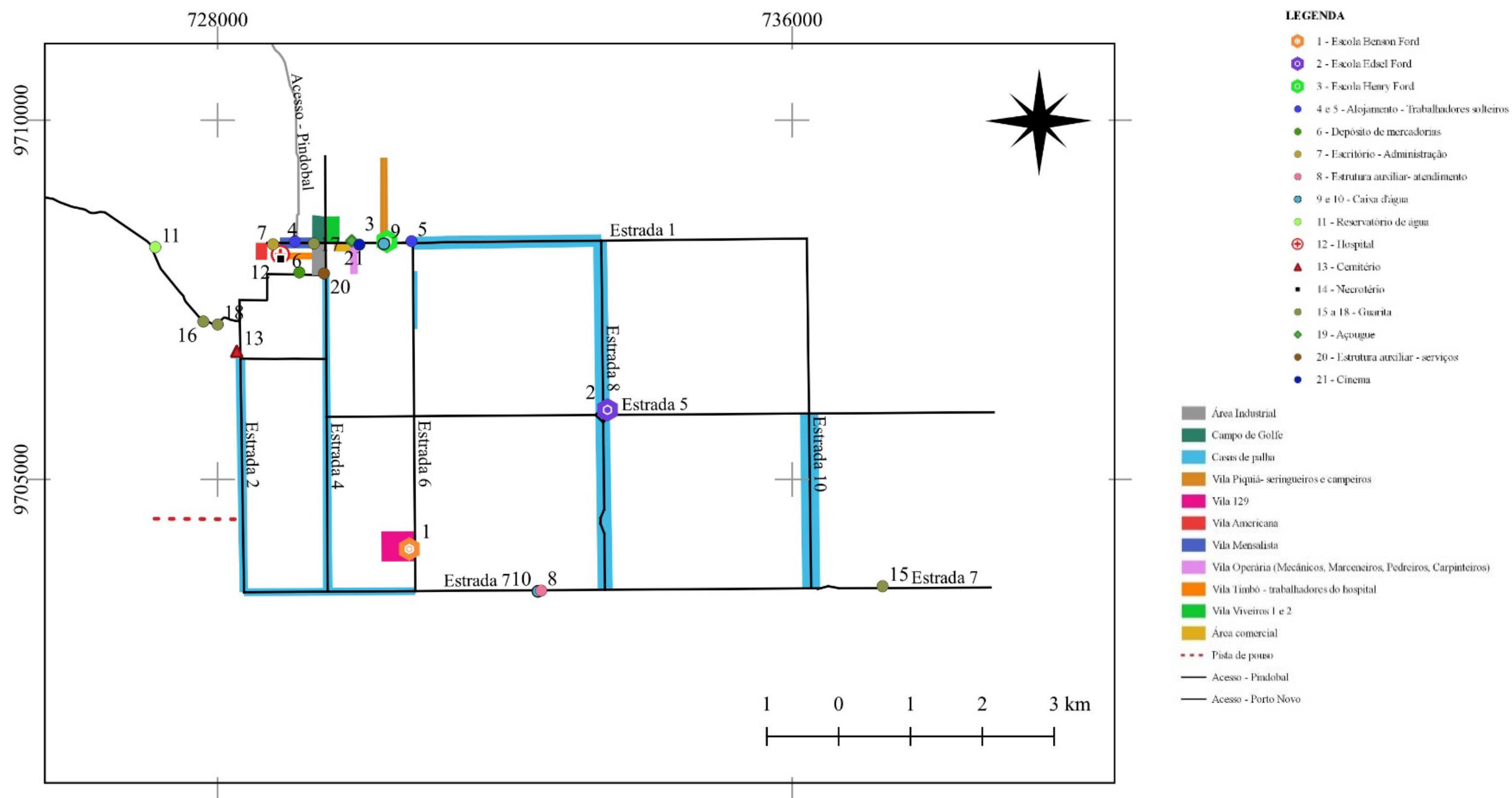
<sup>30</sup> *depthmapX* é um software desenvolvido pelo Laboratório de Sintaxe Espacial da Barlett School of Architecture, na London's Global University – UCL. Este software, que teve orientação de Bill Hillier (precursor da teoria da sintaxe espacial), permite o cálculo automatizado das medidas necessárias para a análise dos índices da sintaxe espacial de forma a possibilitar sua utilização em configurações espaciais maiores. O *depthmapX* é um software de código aberto e uso gratuito, sendo disponível seu download a partir da página: <https://www.spacesyntax.online/software-and-manuals/depthmap/>

Figura 51: Mapa das estruturas e uso do espaço de Fordlândia.



Fonte: Ferreira e Allen, 2024a.

Figura 52: Mapa das estruturas e uso do espaço de Belterra.



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Pereira (2012).



Figura 53: Mapa axial de Fordlândia.

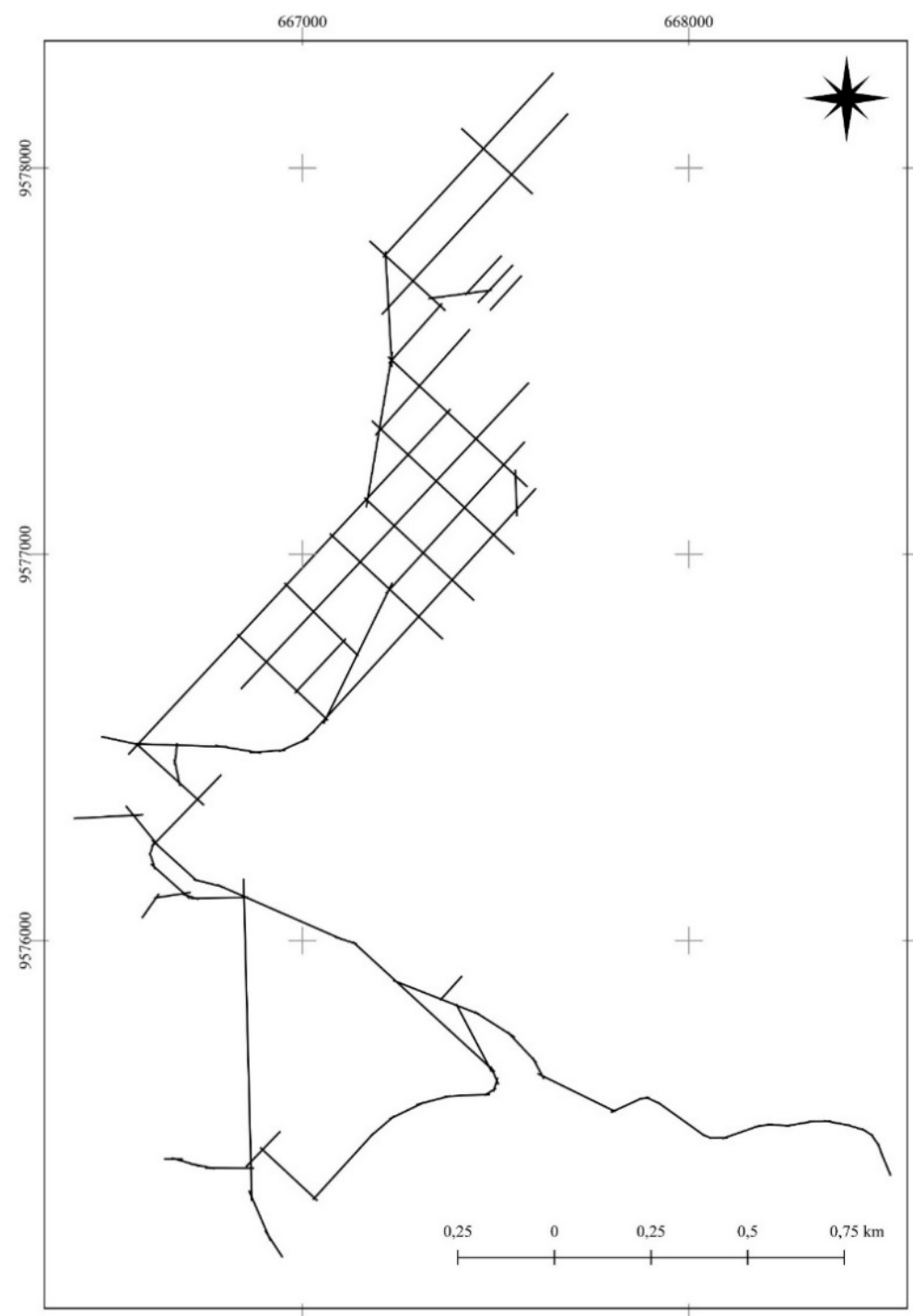
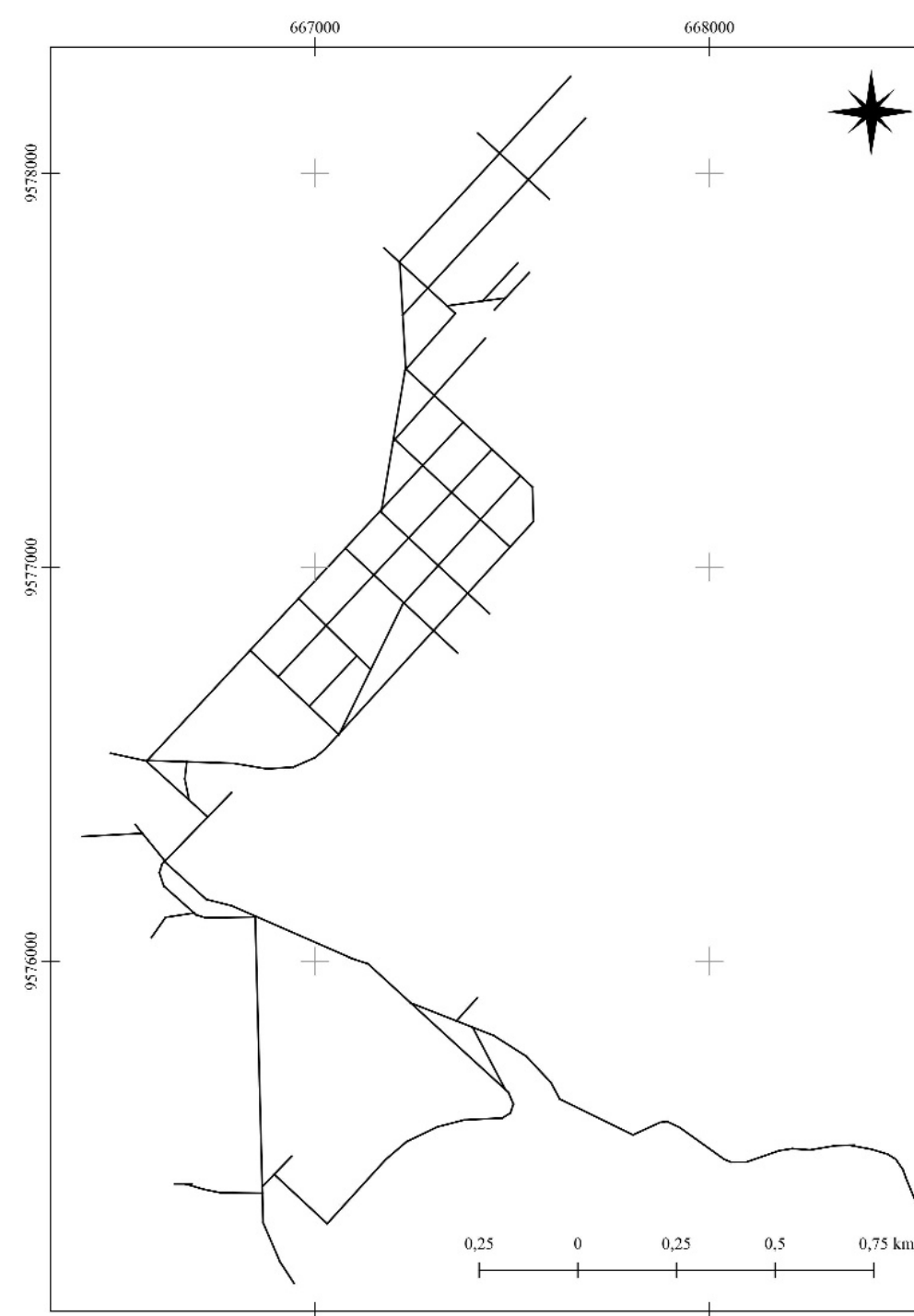


Figura 54: Mapa por segmentos de Fordlândia.



**Fonte:** Ambas as imagens foram elaboradas pela autora no programa QGis e a segunda (de segmentos), foi tratada através do “*Syntax Space Toolkit*” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Para a elaboração do mapa axial, disponibilizado à esquerda da página, foi utilizada como base os mapas obtidos através do levantamento documental e as linhas axiais foram desenhadas sobre base georreferenciada no QGis. As linhas axiais fazem referência às ruas e estradas identificadas na referida documentação e as linhas axiais foram desenhadas seguindo as orientações para buscar manter a maior extensão possível da via com o menor número de conexões. Já o mapa de segmentos, foi obtido através do tratamento do mapa axial na plataforma depthmapX. Para a elaboração do mapa de segmentos, a plataforma depthmapX analisa o desenho axial e verifica todas as linhas e conexões, identificando os segmentos e, a partir daí se faz possível o cálculo dos índices que são avaliados na sintaxe espacial.

Figura 55: Mapa axial de Belterra.

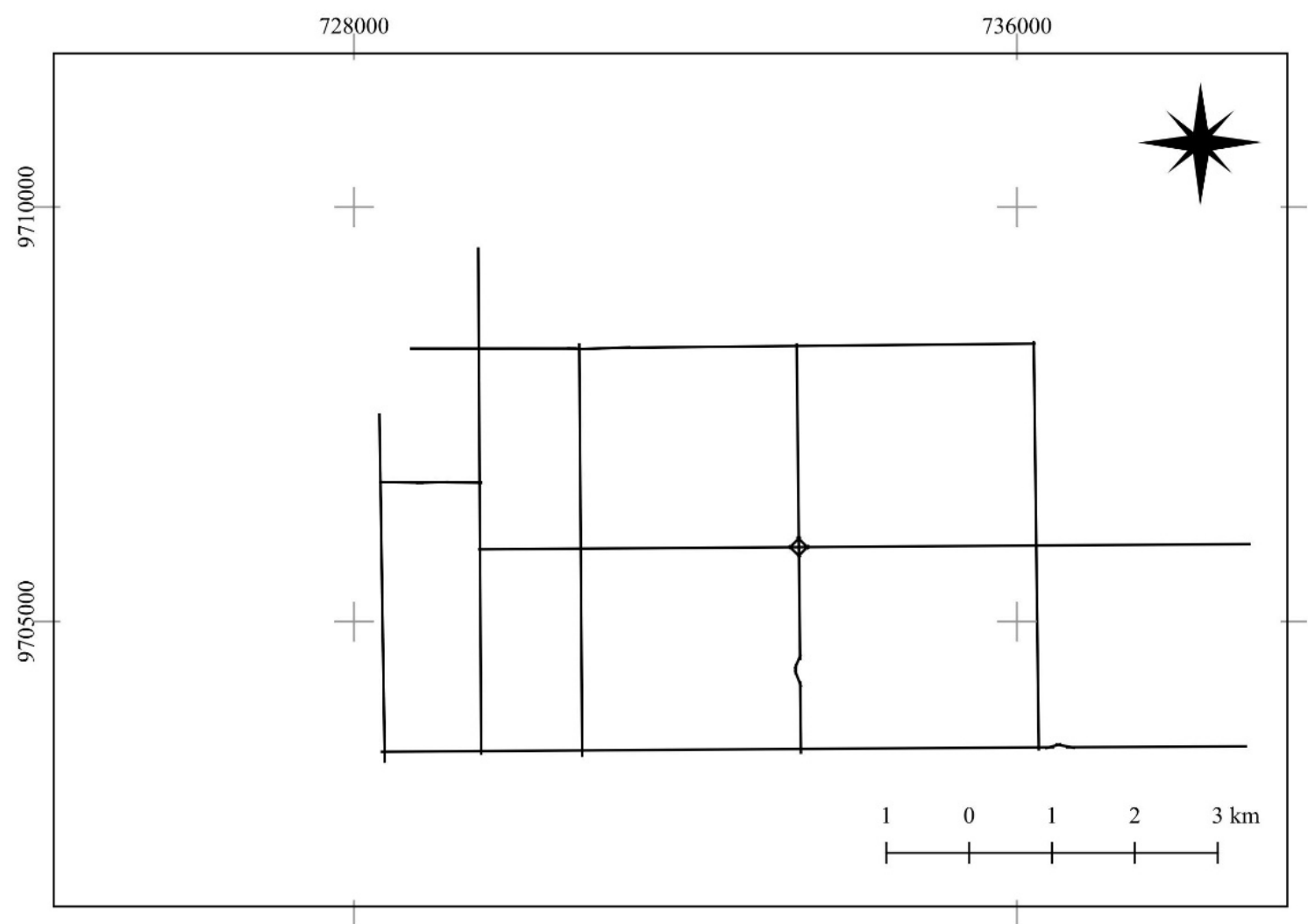
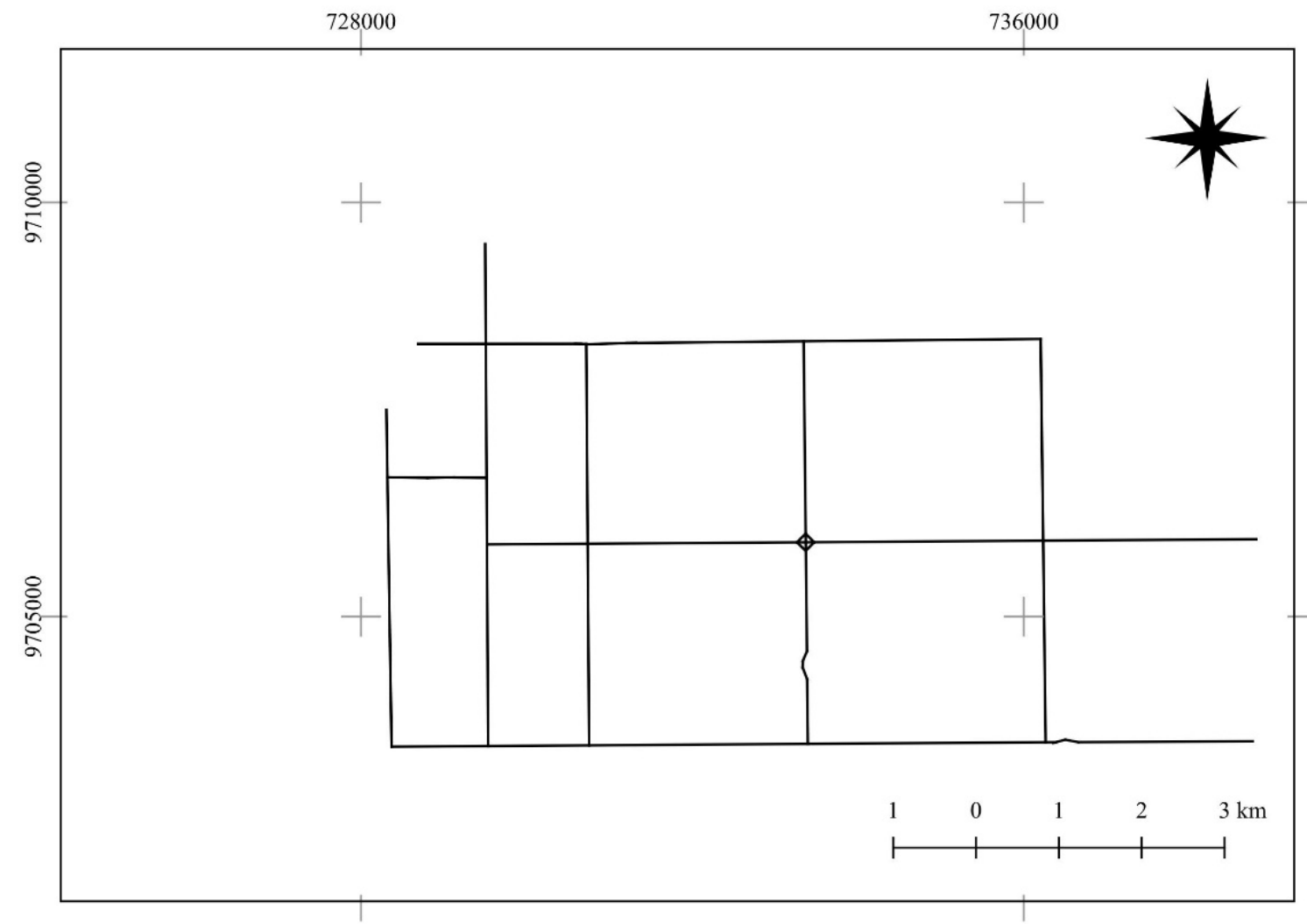


Figura 56: Mapa por segmentos de Belterra.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Para a elaboração do mapa axial, disponibilizado na parte superior da página, foi utilizada como base os mapas obtidos através do levantamento documental. As linhas axiais foram desenhadas sobre base georreferenciada no QGis. As linhas axiais fazem referência às ruas e estradas identificadas na referida documentação e as linhas axiais foram desenhadas seguindo as orientações para buscar manter a maior extensão possível da via com o menor número de conexões. Já o mapa de segmentos, foi obtido através do tratamento do mapa axial na plataforma depthmapX. Para a elaboração do mapa de segmentos, a plataforma depthmapX analisa o desenho axial e verifica todas as linhas e conexões, identificando os segmentos e, a partir daí se faz possível o cálculo dos índices que são avaliados na sintaxe espacial.

## 2.3 Aplicação da sintaxe espacial em Fordlândia e Belterra

Para o caso desta pesquisa, os índices gerados pela análise da sintaxe espacial relacionados à conectividade, integração e escolha foram calculados através do uso da ferramenta depthmapX e estão disponibilizados entre os apêndices desta tese, sendo que os dados de Fordlândia podem ser visualizados no apêndice 5 e os dados de Belterra no apêndice 6.

### 2.3.1 Fordlândia

Iniciando a observação sobre a configuração urbana planejada pela Ford na primeira cidade operária administrada pela empresa na região do Tapajós, a maior distância percorrida por Fordlândia é de 4,745 km e corresponde ao traçado iniciado desde o extremo da rua posicionada ao norte e, a partir dela, percorrendo até o local de acesso ao cemitério, à sudeste.

Quanto à área, para a melhor percepção, uma poligonal simples desenhada no entorno da área projetada pela Companhia Ford corresponde a uma área de 2,5 km<sup>2</sup>.

Diante da observação geral sobre a configuração urbana das cidades operárias analisadas, para o caso de Fordlândia, foi possível identificar uma possível setorização dividida cinco partes:

- Na primeira delas, mais ao norte, estão localizadas as moradias para as famílias e um conjunto de alojamentos para trabalhadores solteiros;
- Na segunda, correspondente à área mais ao centro, com maior dimensão, está localizada a maior quantidade de casas direcionadas para a classe operária, assim como alojamentos e as estruturas de comércio e lazer;
- Na terceira parte, observada no centro-sul e onde estão posicionadas as estruturas industriais e hospital;
- A quarta divisão, ao sul, está localizada a Vila Americana;

- Como quinta divisão, na direção sudeste da configuração urbana, o cemitério se apresenta completamente isolado das demais estruturas planejadas para a cidade operária.

#### Índice de conectividade:

No caso de Fordlândia, o mapa axial apresentou uma via com maior conectividade (ver Figura 57) e, no mapa por segmentos (ver Figura 58), duas áreas apresentaram vias com maior conectividade entre elas, sendo uma na porção norte e, a maioria delas, posicionadas na área central.

Observando a questão da conectividade na configuração urbana de Fordlândia, a via com maior índice no mapa axial faz referência àquela que conecta a área portuária de entrada e saída da cidade operária com a área comercial e a área de moradia da classe trabalhadora. Já no mapa por segmentos, chama atenção o conjunto de vias localizadas no centro de uma das áreas de moradia da classe trabalhadora.

As vias que estão conectadas ao rio Tapajós são aquelas que apresentaram menor índice de conectividade, sendo a área do porto com uma conectividade baixa, limitando a intersecção entre a área das moradias da classe trabalhadora e a área industrial. O hospital, cemitério e a Vila Americana se encontram em vias que também apresentaram baixa conectividade.

Figura 57: Mapa axial de conectividade, Fordlândia.

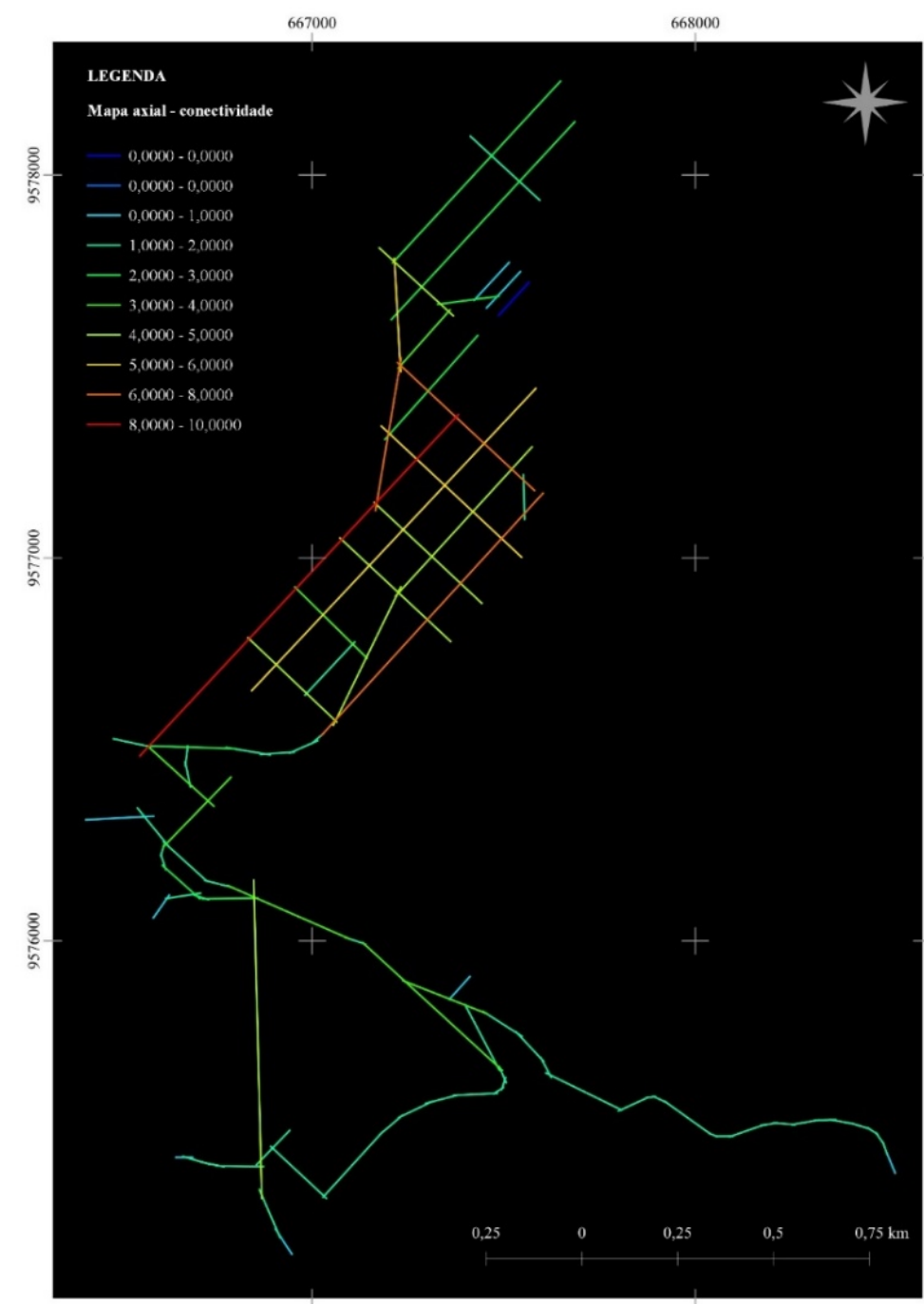
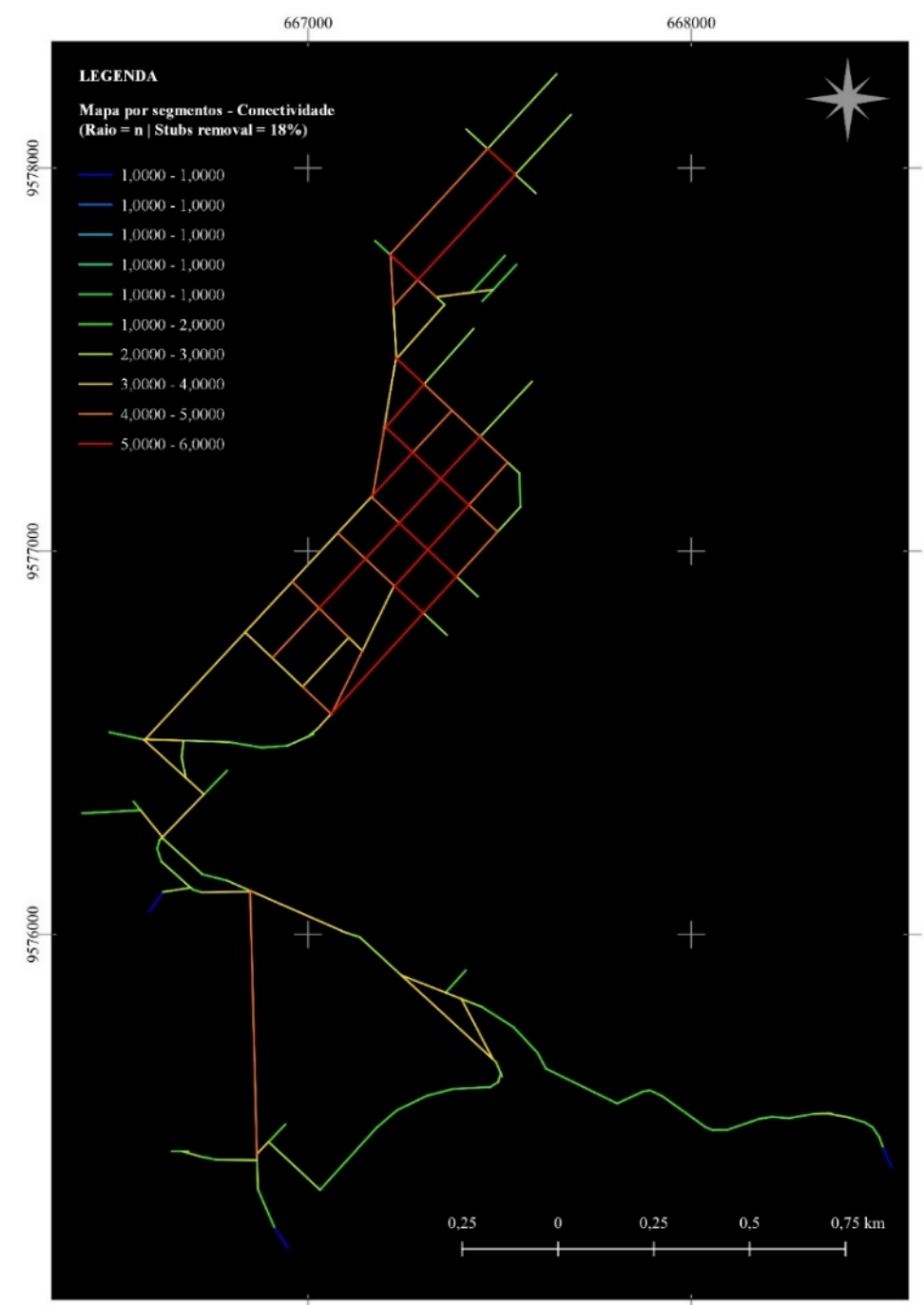


Figura 58: Mapa por segmento, Conectividade métrica de raio n, Fordlândia.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam menor conectividade, enquanto as cores mais quentes (vermelho) representam os segmentos com maior conectividade. Para o mapa de segmentos, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.

### Índice de integração:

No caso do mapa axial de integração de Fordlândia (ver Figura 59), o conjunto de ruas que compõem a área mais central do mapa e correspondente às moradias da classe trabalhadora, a área de acesso à cidade industrial via rio Tapajós, considerando os eixos de conexão para a área das moradias e a área industrial e a estrada que liga a Vila Americana da área industrial apresentaram alto grau de integração com valores superiores a 1,67.

Já as áreas que podem ser consideradas muito segregadas, foram identificados os outros três pontos de conexão com o Rio Tapajós, a área de moradias localizada na porção norte de Fordlândia, a Vila Americana, e as áreas onde estão localizados o hospital e o cemitério.

Já o mapa de integração por segmentos (ver Figura 60), apresentou uma configuração diferente, indicando que nenhuma área de Fordlândia alcançou índice para ser considerada com alto grau de integração, sendo que o maior índice observado foi de 1,07, evidenciando um sistema espacial que tende à ser mais caracterizado por ser segregado. Ao mesmo tempo em que chama atenção o alto grau de segregação da Vila Americana e do cemitério, que apresentaram índice de integração menor que 0,5.

Figura 59: Mapa axial de integração de Raio = 3, Fordlândia

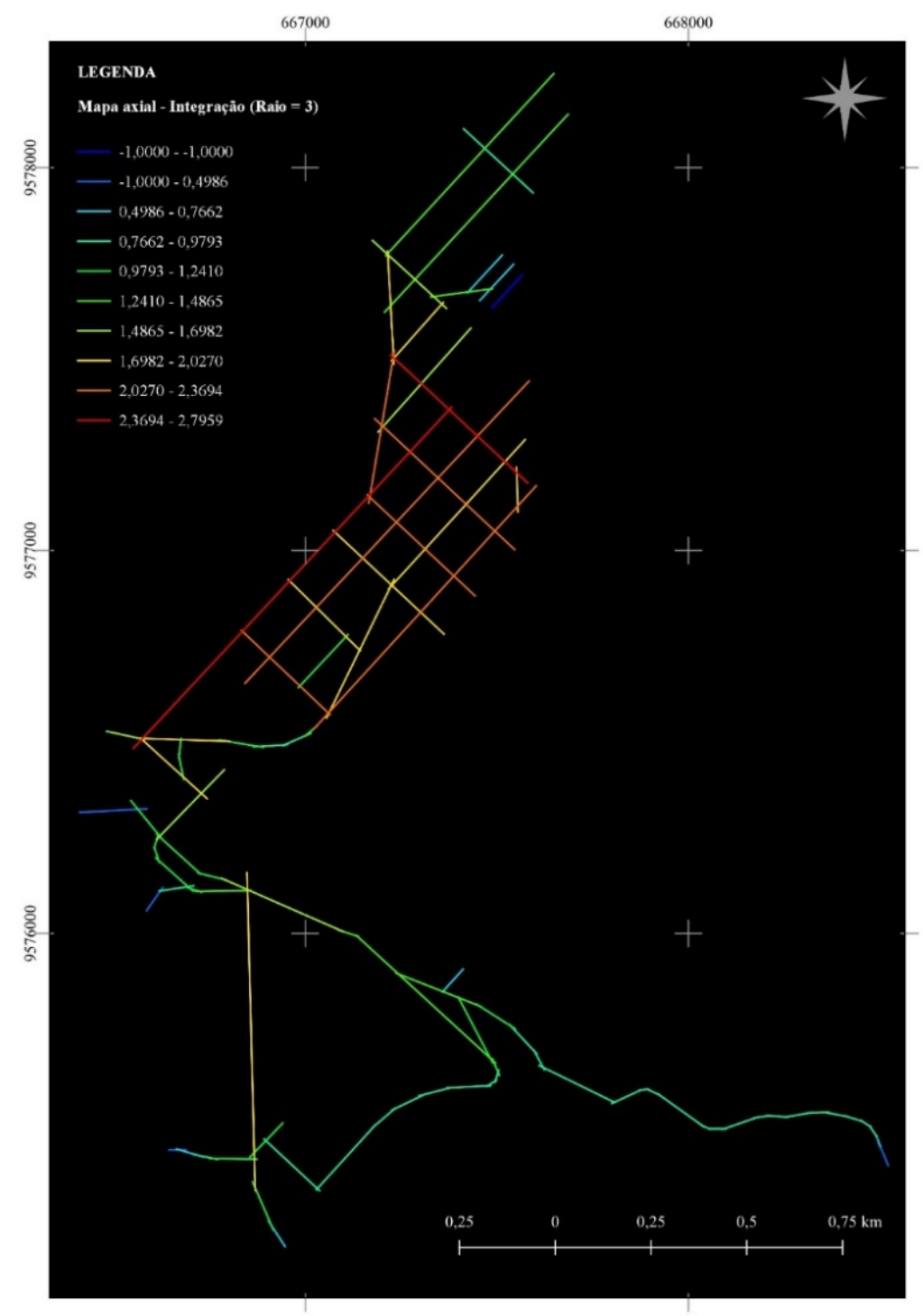
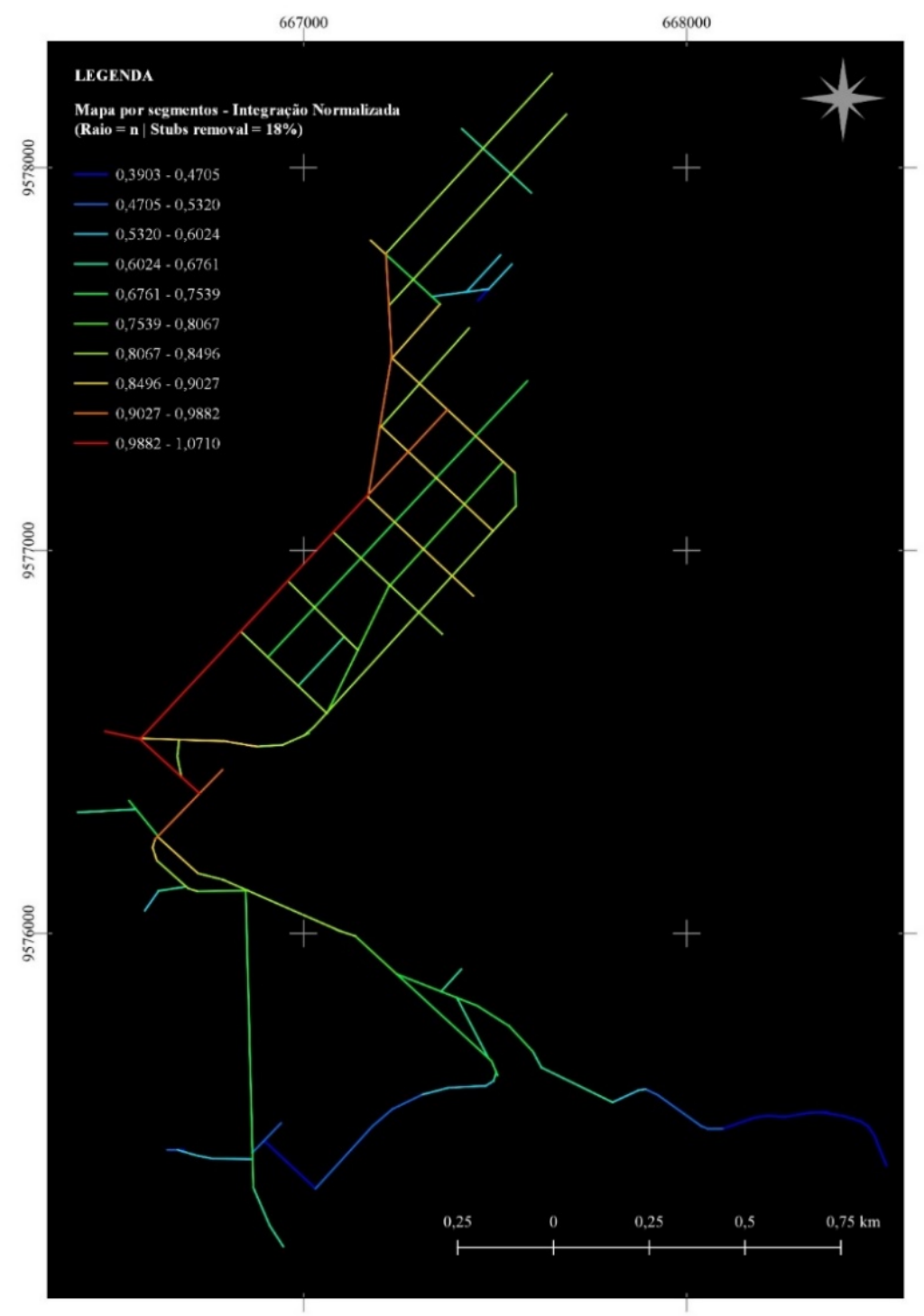


Figura 60: Mapa por segmento, Integração normalizada métrica de raio n, Fordlândia.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Nota explicativa: Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam menor integração, enquanto as cores mais quentes (vermelho) representam os segmentos com maior integração. Para o mapa axial, o raio=3 significa que para a análise em específico, foram consideradas as relações em terceiro nível das linhas. Ou seja, para cada linha analisada, foi considerada as linhas diretamente conectadas a ela, e às três sequências de conexões seguintes. Para o mapa de segmentos, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.



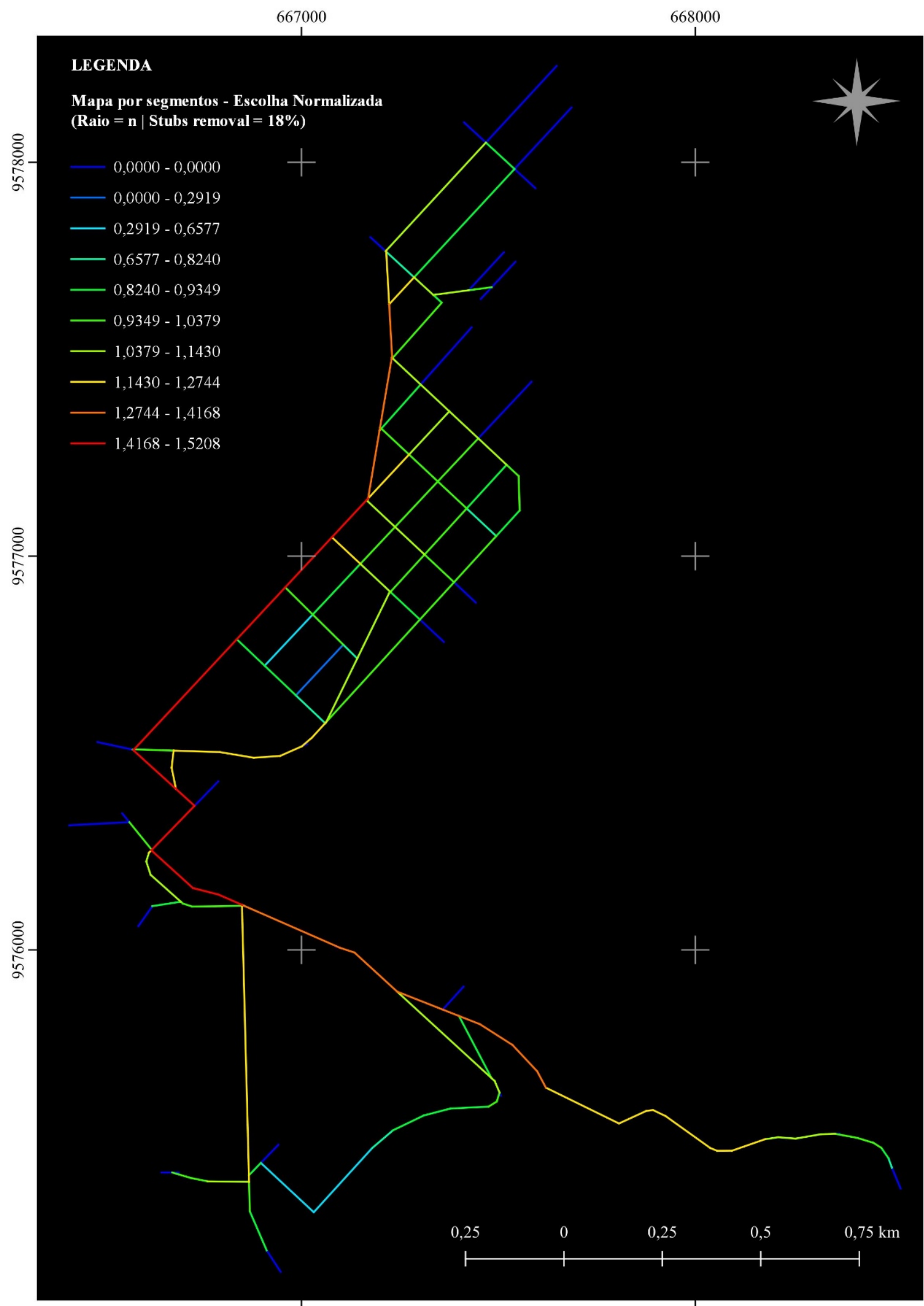
### Índice de escolha:

Para o caso do desenho urbano de Fordlândia verificado através do mapa por segmentos (ver Figura 61), os trechos que apresentaram maior potencial de escolha com índice maior que 1,4 estão concentrados na via que conecta desde a área portuária e segue em direção nordeste para a área comercial e as moradias da classe trabalhadora e, em direção sudeste, seguindo para a área industrial e em direção ao hospital.

Por outro lado, dentre as vias que apresentaram menor potencial de escolha para atravessamento, estão duas linhas que cortam a área central do desenho e que estão nas proximidades do refeitório e os alojamentos para trabalhadores solteiros, assim como as vias que estão conectadas à Vila Americana e, mais próximo ao extremo norte, aos alojamentos para trabalhadores solteiros construídos em palha.

Todas as pequenas linhas posicionadas nos extremos apresentaram índice de escolha no valor 0, inclusive a entrada portuária principal que conecta Fordlândia ao rio Tapajós e, conseqüentemente, aos povoados e cidades que só poderiam ser acessados, ou acessar Fordlândia, via rio.

Figura 61: Mapa por segmento, Escolha normalizada métrica de raio = n, Fordlândia.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Nota explicativa: Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam vias com menor potencial de escolha, enquanto as cores mais quentes (vermelho) representam os segmentos com maior potencial de escolha. Para o mapa de segmentos, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.

### 2.3.2 Belterra

Belterra, construída no alto do platô em uma altitude de aproximadamente 170 metros de altitude, possui como característica uma topografia mais plana. A área planejada pela Companhia Ford foi desenhada para a aplicação da sintaxe espacial a partir do desenho de 25 linhas axiais, sendo que dessas, 9 correspondem as Estradas que atravessam a área da cidade operária em eixos orientados com angulação em 90° norte/ sul e leste/oeste.

As demais linhas axiais, correspondem aos pequenos traços que foram necessários para corresponder às mudanças de angulação percebidas no traçado e que impediram o desenho de uma linha reta do início ao fim.

Em Belterra, a maior Estrada, a de número 7, localizada mais ao sul do projeto, possui uma extensão de 10,440 km e, a área total que compreende as estradas e quadras correspondentes ao período de administração da Ford, em Belterra, corresponde a aproximadamente 57 km<sup>2</sup>.

Índice de conectividade:

Em Belterra, o mapa axial apresentou a Estrada 5 com maior conectividade e, no mapa por segmentos, o trevo central entre as Estradas 5 e 8 apresentou maior conectividade, seguido da Estrada 5 (ver Figura 62 e Figura 63).

A Estrada 5 a qual apresentou maior conectividade no mapa axial, é aquela que conecta as Estradas transversais onde estavam localizadas as moradias da classe trabalhadora com menor remuneração. Na intersecção com a Estrada 8, o trevo marca a existência da escola Edsel Ford e da creche Darcy Vargas.

A menor conexão para Belterra foi identificada na Estrada 7, à leste da Estrada 10. O extremo oeste da Estrada 1 e a Estrada 2 também se apresentaram com um baixo índice de conectividade, sendo que a Estrada 2 dá acesso ao cemitério e a Estrada 1 dá acesso à área administrativa e a Vila Americana.

Figura 62: Mapa axial de conectividade, Belterra.

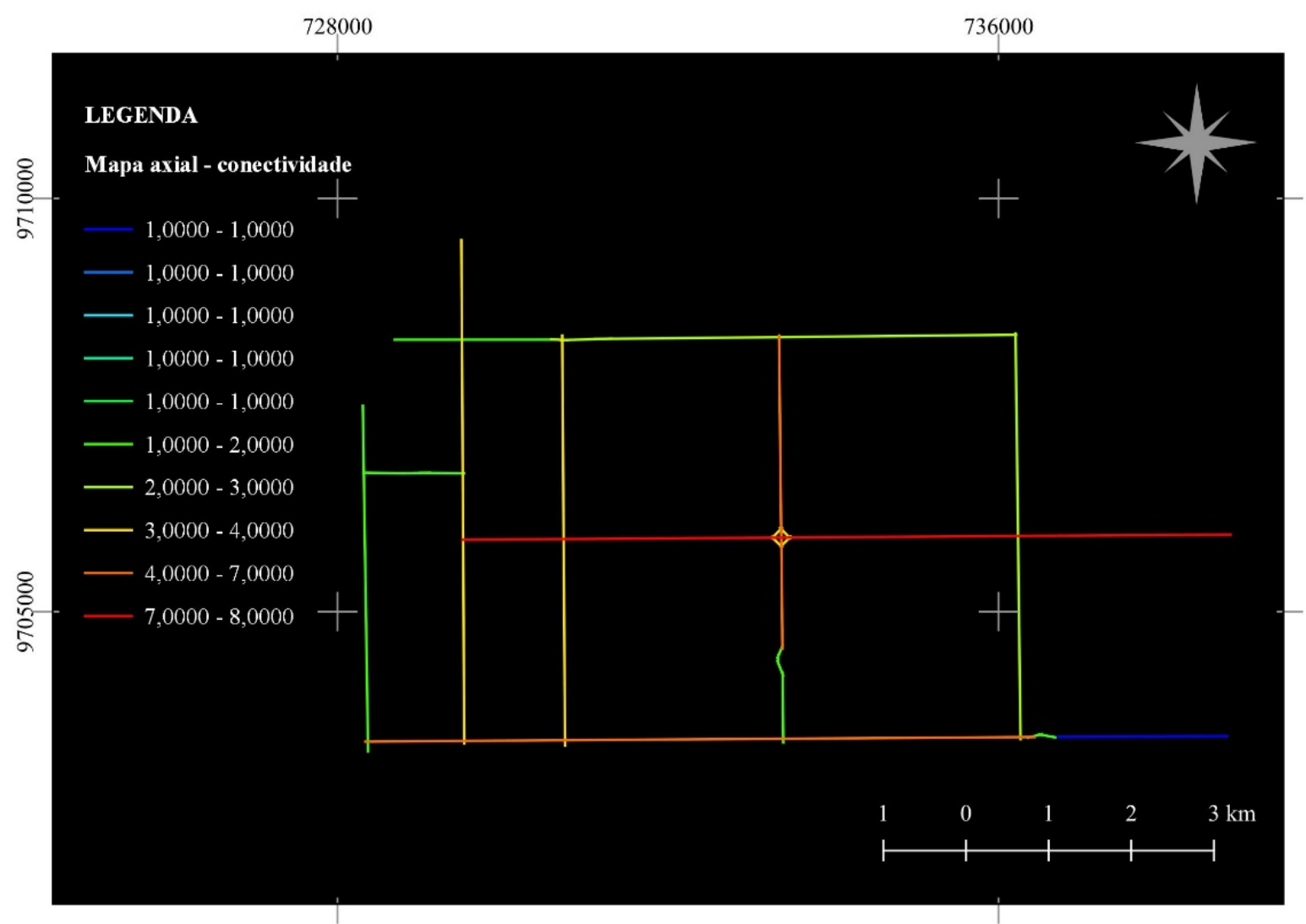
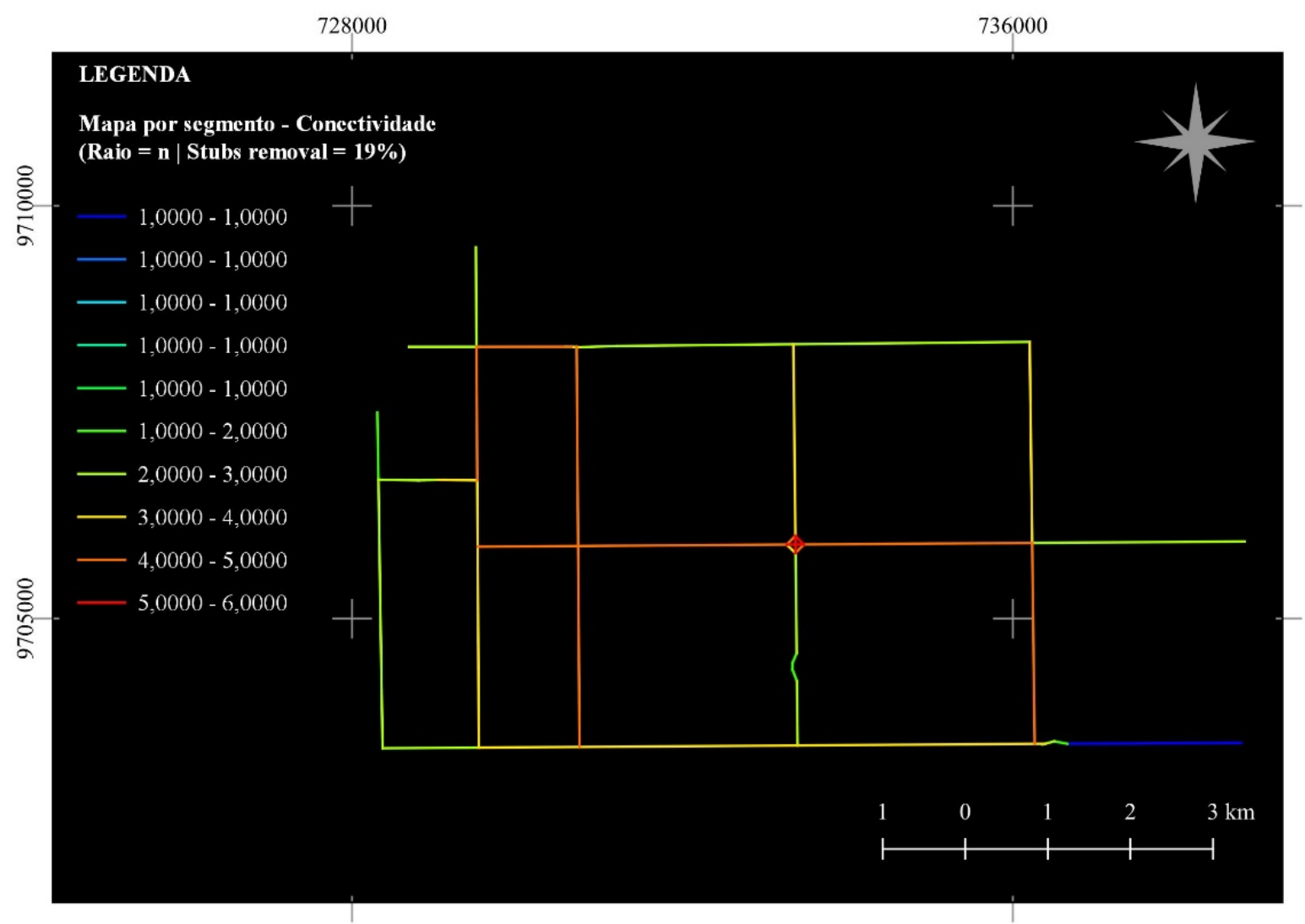


Figura 63: Mapa por segmento, Conectividade métrica de raio n, Belterra.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam menor conectividade, enquanto as cores mais quentes (laranja/vermelho) representam os segmentos com maior conectividade. Para o mapa de segmentos, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.

### Índice de integração:

Na análise do mapa axial correspondente ao índice de integração, apesar das áreas mais segregadas estarem relacionadas com os limites da cidade operária de Belterra, no extremo oeste da Estrada 1 está localizada a Vila Americana e a maior parte das estruturas administrativas e industriais de Belterra (ver Figura 64).

Já a Estrada 7, a de maior extensão da configuração de Belterra, é aquela que possui maior integração, ou seja, possui mais intersecções com as demais Estradas. A Estrada 7 delimita a configuração urbana de Belterra em seu extremo sul.

No mapa por segmentos (ver Figura 65), as Estradas mais segregadas continuam as mesmas verificadas no mapa axial. Já como as estradas mais integradas, foram identificadas as Estradas 5 e 8, sendo que a intersecção das duas corresponde com a localização de uma das escolas e creche.

Ainda sobre a intersecção entre as Estradas 5 e 8, é possível observar a construção de 4 pequenas vias formando uma praça central. Esta configuração chama atenção pois é a única do tipo verificada na planta e parece evidenciar ainda mais a importância dos estabelecimentos construídos no seu entorno para o projeto da Ford.

Figura 64: Mapa axial de integração, Belterra.

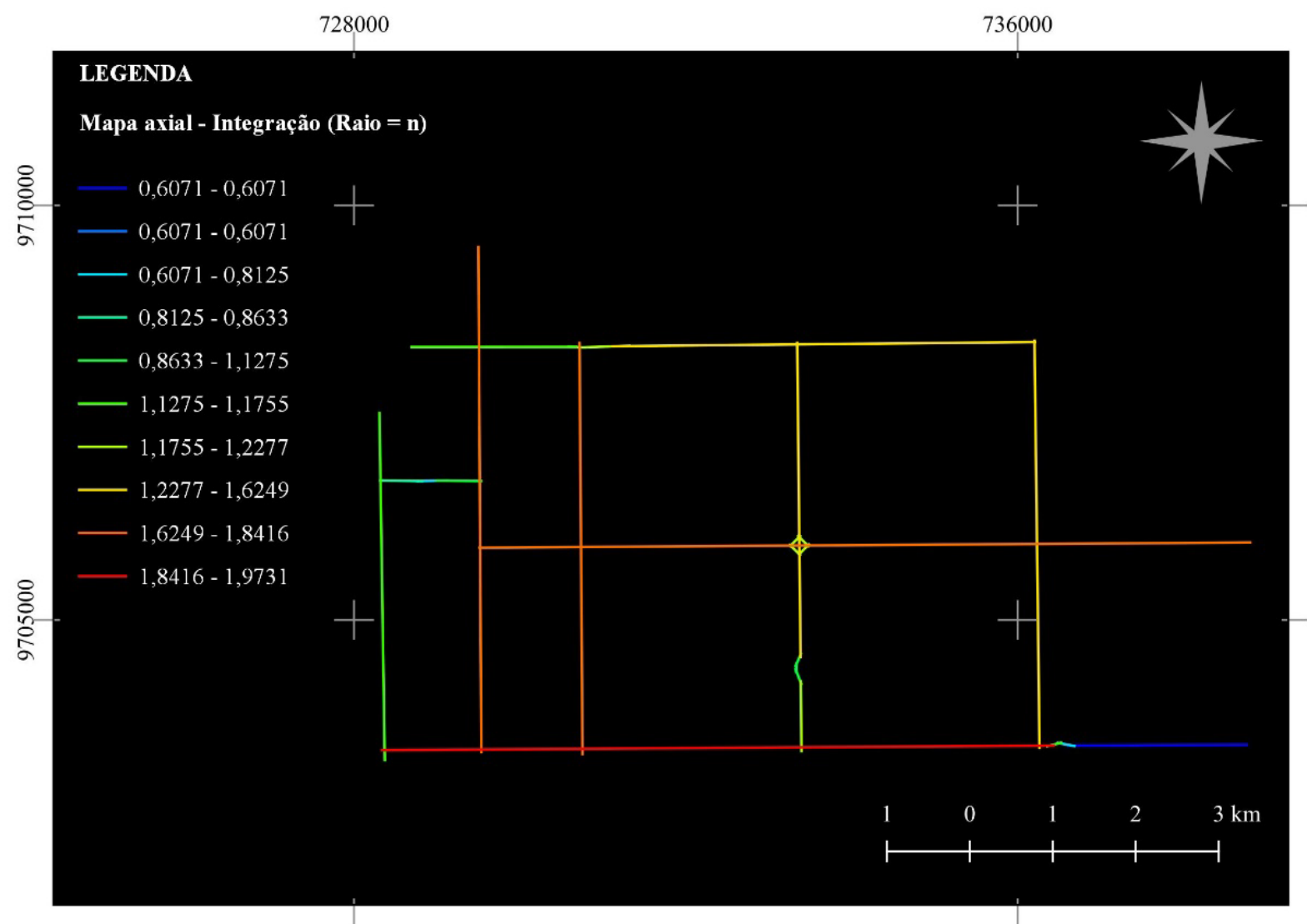
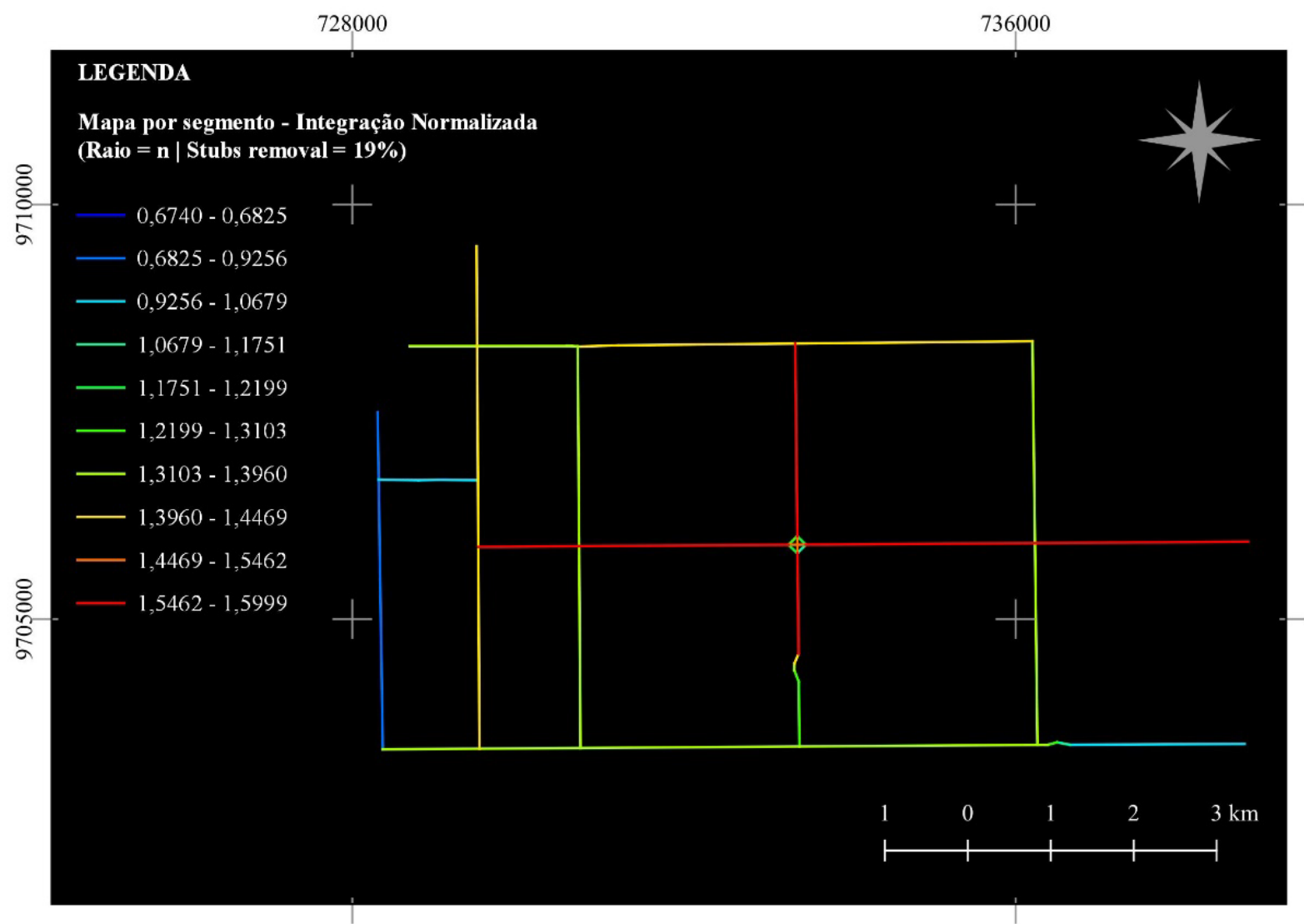


Figura 65: Mapa por segmentos, Integração normalizada métrica de raio n, Belterra.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Nota explicativa: Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam menor integração, enquanto as cores mais quentes (vermelho) representam os segmentos com maior integração. Para ambos os mapas, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.

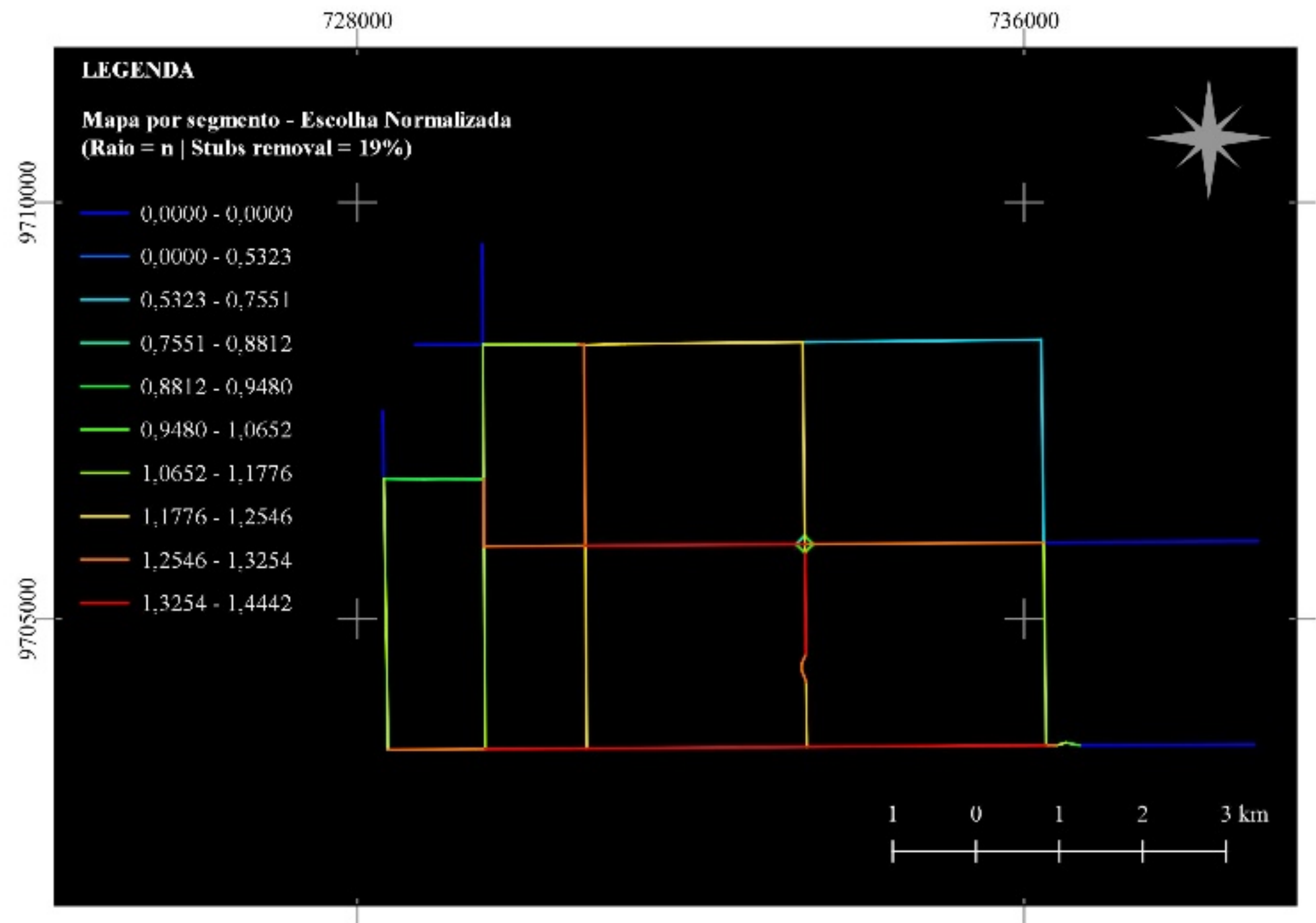
Índice de escolha:

No desenho urbano verificado nos mapas por segmentos de Belterra (ver Figura 66) ficou evidenciado que o trecho da Estrada 5 entre a Estrada 6 e a Estrada 8 foi aquele que apresentou maior potencial de escolha, com índice equivalente a 1,44, valor muito próximo ao parâmetro definido por Hillier (et al., 2012).

Em contrapartida, os trechos que evidenciaram menor potencial de escolha para atravessamento fazem referência ao trecho da Estrada 2, localizado ao norte da Estrada 3 e próximo ao cemitério, e ao trecho da Estrada 1, especialmente o que está localizado a oeste da Estrada 4 e que dava acesso ao escritório da administração e à Vila Americana.



Figura 66: Mapa por segmento, Escolha normalizada métrica de raio n, Belterra.



**Fonte:** Elaborado pela autora no programa QGis através do “Syntax Space Toolkit” em associação à plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** Na escala de cores verificada nos mapas, as cores mais frias (azul) representam vias com menor potencial de escolha, enquanto as cores mais quentes (vermelho) representam os segmentos com maior potencial de escolha. Para o mapa de segmentos, o raio=n significa que, cada segmento em específico está sendo analisado em relação à rede de segmentos que compõe a configuração urbana analisada, independente da sua distância e levando em consideração todas as conexões possíveis verificadas no mapa.

### 2.3.3 Evidenciando diferenças

À primeira vista, ao observar os mapas disponibilizados na Figura 53, Figura 54, Figura 55 e Figura 56, duas diferenças entre os desenhos de Fordlândia e Belterra chamam atenção: a dimensão e a forma.

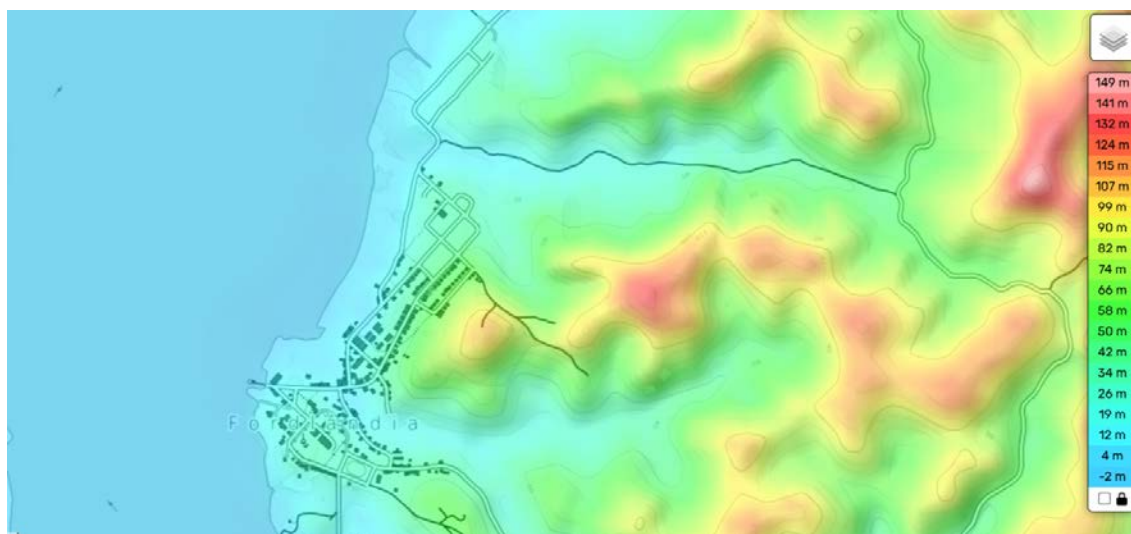
A área correspondente à configuração urbana planejada pela Ford para Fordlândia possui uma área 4 vezes menor que a área planejada para Belterra. Em Belterra, as Estradas que organizam a movimentação estão distanciadas por quadras com extensões variadas, mas os valores se mostram bastante superiores em relação à Fordlândia.

Observando a área de Belterra, e tomando como base as Estradas 8 e 10, estas estão distanciadas por quadras de 3 km de extensão. Em Fordlândia, a maior quadra que está localizada paralelamente ao rio Tapajós possui 500 metros de extensão.

Em contrapartida ao dimensionamento onde Belterra é consideravelmente maior que Fordlândia, a densidade das vias se apresenta maior em Fordlândia do que em Belterra.

Para a construção do mapa axial de Fordlândia, foi necessário o desenho 65 linhas axiais a mais do que foi necessário para efetuar o desenho de Belterra e, diante da topografia irregular que varia entre aproximadamente 10 e 60 metros de altitude (ver Figura 67), fica exposto um esforço no planejamento de Fordlândia para que nela seguisse um desenho quadrangular a partir das vias organizadas com uma angulação de 90°.

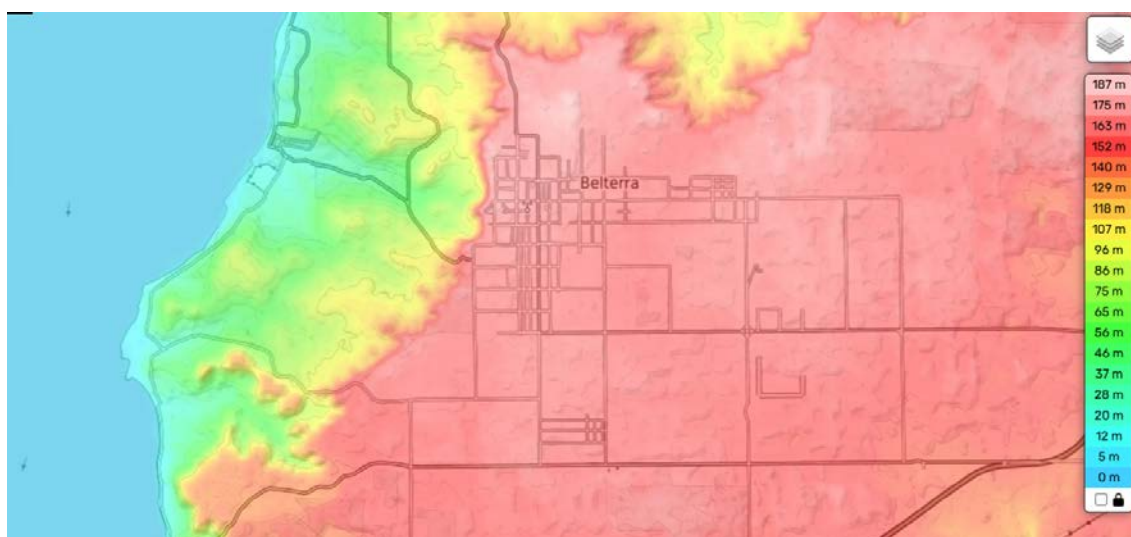
Figura 67: Topografia de Fordlândia, onde as cores vermelhas representam áreas de altitude mais elevada e as cores frias representam áreas de menor altitude.



**Fonte:** Base utilizada – OpenTopoMap. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-4wt4tp/Fordl%C3%A2ndia/?center=-3.82983%2C-55.48914&base=2&zoom=15>

Em Belterra, a Figura 68 evidencia que toda a extensão da configuração urbana projetada pela Ford está organizada em um plano cartesiano norte/sul, leste/oeste, e localizada no alto do platô, chamando atenção para a sua topografia plana, onde a variação de altitude não ultrapassa 2 metros.

Figura 68: Topografia de Belterra, onde as cores vermelhas representam áreas de altitude mais elevada e as cores frias representam áreas de menor altitude.

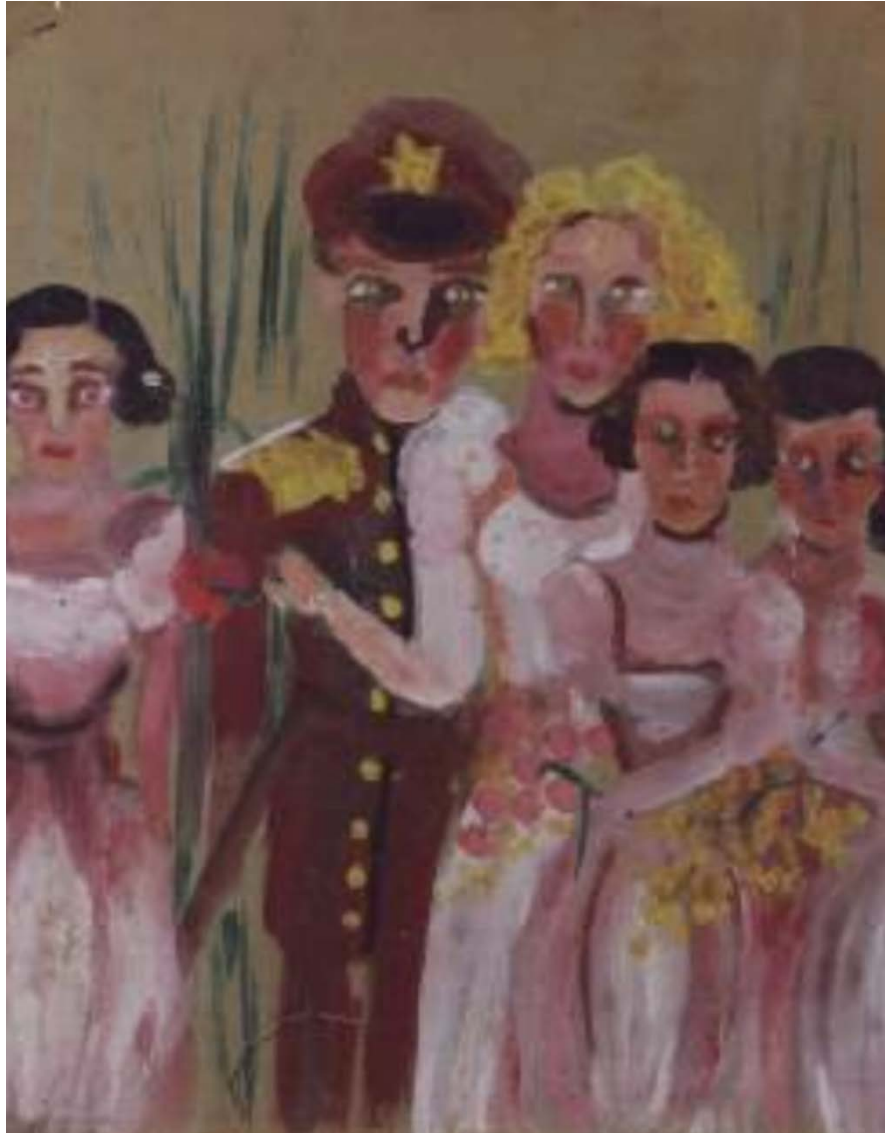


**Fonte:** Base utilizada – OpenTopoMap. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-3231h/Belterra/?center=-2.65105%2C-54.93374&zoom=13&base=2>

Agora que já foram apresentadas a análise da sintaxe especial aplicada nas paisagens de Fordlândia e Belterra, no capítulo que segue, apresento a forma como estou percebendo a paisagem, assim como sua análise aplicada na arqueologia do capitalismo e de gênero e onde me volto, prioritariamente, às paisagens de gênero (Baugher e Spencer-Wood, 2010), as quais foram conectadas aos estudos de arqueologia em contextos contemporâneos, em especial em grupos sociais e localidades que foram atravessadas pelo colonialismo e pelo capitalismo.

### CAPÍTULO 3 - “PAISAGENS DE GÊNERO” NA ARQUEOLOGIA DO CAPITALISMO

Na imagem, um homem fardado está centralizado, porém atrás das mulheres, todas vestidas de branco enquanto carregam flores.



*Sem título (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 95.*

Sob uma abordagem multidisciplinar, estudos realizados a partir arqueologia histórica e com foco nas transformações que se deram em decorrência da modernização das relações de trabalho e da expansão do capitalismo, podem elucidar a respeito da vida cotidiana das trabalhadoras e trabalhadores. Através desses estudos, busca-se perceber a forma como as pessoas pensavam, valorizavam e usavam os objetos, assim como as variáveis que poderiam explicar as formas de ocupação e transformação das suas paisagens.

A identificação de acontecimentos, motivações, sensibilidades e informações sobre indivíduos e famílias, permite que arqueólogas e arqueólogos desenvolvam biografias mais complexas sobre as relações entre pessoas e objetos e, viabiliza que as narrativas arqueológicas sejam construídas trazendo à luz questões e reflexões sobre os contextos observados (Beaudry, 2017).

Como tendência para o campo de estudos arqueológicos em contextos sob a influência do sistema capitalista, Little (1994) destaca sobre a necessidade de se construir análises integrativas onde os conceitos de poder, ideologia, desigualdade e heterogeneidade sejam centrais para permitir interpretações mais complexas e com foco nas pessoas que, até então, não encontraram voz nos registros formais.

A construção de uma arqueologia sob uma perspectiva crítica, como alternativa científica para alcançar interpretações sobre o passado, não está isenta de julgamentos morais (Benavides, 2011). As interpretações propostas sobre as relações sociais que foram construídas em outro tempo, remetem para o teor político, ideológico e, em muitos casos, de caráter dominante.

Tais interpretações, quando reconhecidas pelas comunidades no presente, podem contribuir para aumentar ou mascarar as desigualdades, naturalizando e/ou criando precedentes - formas de representação ideológicas utilizadas para disfarçar a arbitrariedade da ordem social (Leone, 1984; Leone et al., 2021).

A partir dos parágrafos precedentes, destaca-se que uma das chaves principais utilizadas para o desenvolvimento dos estudos em arqueologia do capitalismo é o conceito de ideologia (Leone et al., 2021).

Buscando na Teoria Crítica<sup>31</sup> as bases para apreender o conceito de ideologia<sup>32</sup>, Leone (1984; e Leone et al. 2021, p. 146) recorrem à perspectiva de Althusser, compreendendo

---

<sup>31</sup> A Teoria crítica (Escola de Frankfurt) é compreendida aqui como uma abordagem que critica os precedentes ideológicos que sustentam o sistema capitalista questionando as estruturas de poder e as condições sociais que reproduzem formas de desigualdade e opressão. No caso da arqueologia, pesquisas sob esta abordagem, buscam repensar a atuação e a forma de pensar e interpretar o passado de forma a questionar as relações de dominação.

<sup>32</sup> Ao pesquisar sobre a ideologia no sistema capitalista, Theodor Adorno e Max Horkheimer buscaram criticar a apropriação burguesa do conhecimento e do discurso científico, dos meios de produção e dos meios de comunicação visando a manutenção do poder e da concentração de riqueza. Nesta abordagem teórica, o “*mito da razão instrumental*” é operado através das técnicas de dominação nas quais não haveria a preocupação com a verdade, mas sim com o “*modus operandi*”, de forma “*a prover a vida em troca de lucro*”. De acordo com Adorno e Horkheimer, a ciência, entendida como construção histórica, é tão falível como o homem - e o homem, responsável pelo conhecimento científico produzido, pode ser manipulado para fins de dominação. Nessa perspectiva, independente do conhecimento científico alcançado, este só faria sentido se pudesse, de alguma forma, ser reproduzido pela lógica capitalista. Assim, a ideia de uma neutralidade do pensamento científico serviria apenas

que o termo “*pressupõe contradição, conflito potencial ou violência periódica na sociedade (...). É relevante para a estratificação de classes, posse de riqueza e relações de poder e, em geral, seu estudo pode iluminar o que já se sabe das sociedades antigas*”, em especial, no âmbito da Arqueologia Histórica em decorrência às suas raízes na modernidade. De acordo com os autores:

(...) a ideologia compreende os dados da vida cotidiana, aqueles despercebidos e vistos como certos, ativados e reproduzidos no uso. Ela é o meio pelo qual a desigualdade, a escravidão, a frustração etc. se tornam aceitáveis, racionalizadas ou ocultas. A ideologia serve para reproduzir a desigualdade intacta; o conhecimento ou consciência da ideologia pode levar ao esclarecimento ou emancipação (Leone, Potter Jr. e Shackel, 2021, 146)

Para Leone et al. (2021, p. 147), estudos que consideram a Teoria Crítica tem o potencial para “*desmistificar a Arqueologia, ensinar sobre como um passado é construído e descobrir como o passado foi usado localmente para compreender a ideologia local e identificar que aspectos dessa ideologia precisam ser esclarecidos*”.

Na obra de Althusser (1971), o conceito de ideologia foi explicado como um sistema de representação das diferentes classes sociais que, se inicia no inconsciente, no plano das relações imaginárias, partindo para a consciência, no mundo real. No texto que destaco a seguir, Althusser (1971) elucidou que as representações ideológicas no sistema capitalista, quando relacionadas às classes operárias, acabam por ser subordinadas em comparação àquelas associadas ao capitalista e aos industriais:

Para colocar isso de forma mais científica, devo dizer que a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de suas habilidades, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida. Ou seja, uma reprodução de submissão à ideologia dominante para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular a ideologia dominante corretamente para os agentes de exploração e repressão, de modo que eles, também, providenciarão o domínio da classe dominante ‘em palavras’.

(...)

A reprodução da força de trabalho revela, assim como sua condição, *sine qua non*, não apenas a reprodução das suas ‘habilidades’, mas também a reprodução da sua sujeição à ideologia dominante ou da ‘prática’ dessa ideologia, com a condição de que

---

para mascarar a intenção da dominação, e “*a ciência e a técnica permanecem nas mãos do capitalista como instrumento para dominar a natureza, mas só aparentemente, pois, de fato, quem realiza a ação são os trabalhadores organizados em diferentes funções*” (Braga e Arraes Neto, 2012, p. 38, 41 e 42).



não é suficiente dizer: 'não apenas, mas também'. Pois é claro que é nas formas, e sob as formas de sujeição ideológica, que se prevê a reprodução das habilidades da força de trabalho.

Mas isso é reconhecer a presença efetiva de uma nova realidade: a ideologia.<sup>33</sup> (Althusser, 1971).

Assim, para o estabelecimento de uma ruptura, faz-se necessária a transformação da ideologia da classe operária em uma nova ideologia, sendo esta, de caráter revolucionário (Motta e Serra, 2014).

No contexto industrial, as diversas formas de resistência da classe operária, como greves, motins, roubo ou destruição dos instrumentos da fábrica, se apresentam como estratégias e exemplos de resistência e desobediência em oposição às representações ideológicas impostas pelos grupos que se encontram no poder.

Pauls (2006) defende que estudos descritivos podem trazer informações relevantes sobre a relação entre grupos de artefatos e áreas de trabalho e habitação, ou sobre a relação entre um aglomerado de casas e uma cidade, redes de comércio e serviços, fortificações ou com áreas de fronteira.

Além dos artefatos e dos documentos, o espaço e as relações espaciais percebidas nas paisagens ocupam importantes papéis nos estudos arqueológicos e, no caso das vilas operárias, a subversão do uso dos espaços, a alteração, reconfiguração e aspectos da preservação podem trazer informações relevantes sobre aspectos ideológicos materializados na paisagem.

Ao tratar sobre a relação entre trabalho, espaço, identidade e gênero em comunidades “pesqueiras” do litoral da região Nordeste do Brasil, Woortmann (1992) buscou evidenciar como o espaço e o tempo se relacionavam com a condição feminina. Para isso, dedicou-se a perceber o processo recíproco de [re]construção entre o espaço e o tempo e as mulheres e, através desse processo, discorreu sobre a maneira desigual como as comunidades pesquisadas vivenciaram as transformações nas suas relações de trabalho.

---

<sup>33</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “*To put this more scientifically, I shall say that the reproduction of labour power requires not only a reproduction of its skills, but also, at the same time, a reproduction of its submission to the rules of the established order, i.e. a reproduction of submission to the ruling ideology for the workers, and a reproduction of the ability to manipulate the ruling ideology correctly for the agents of exploitation and repression, so that they, too, will provide for the domination of the ruling class ‘in words’. (...) The reproduction of labour power thus reveals as its sine qua non not only the reproduction of its ‘skills’ but also the reproduction of its subjection to the ruling ideology or of the ‘practice’ of that ideology, with the proviso that it is not enough to say ‘not only but also’, for it is clear that it is in the forms and under the forms of ideological subjection that provision is made for the reproduction of the skills of labour power. But this is to recognize the effective presence of a new reality: ideology*” (Althusser, 1971).

Um dos argumentos do trabalho de Woortmann (1992, p. 2) que vem contribuindo para refletir sobre o contexto de Belterra é a classificação dos espaços sociais e os “*domínios pertinentes a cada gênero*”.

No contexto pesquisado por Woortmann (1992), a classificação do espaço natural era refletida na classificação do espaço social e nos territórios compreendidos a partir de uma bipolaridade, como de domínio dos homens e das mulheres, o mar e a terra, respectivamente. O mar, local onde ocorria a atividade pesqueira, enquanto território de domínio do masculino, possuía maior valor social e, a partir dele, foi construída a identidade do grupo — o discurso público. Já a terra, local onde se realizava a agricultura, era território de domínio do feminino e de onde as mulheres obtinham o seu reconhecimento social, mesmo que ainda a partir de um ponto de vista masculino e, por isso, assumia um menor valor social.

A classificação do espaço depende do contexto em que se produz o discurso. Se a ênfase está na separação entre os gêneros, a classificação operada é a mais geral, opondo o mar à terra, o homem à mulher. E também a classificação que melhor convém à identidade geral da comunidade e ao discurso público, em que essa identidade se funde com a masculina. Contudo, se a ênfase se coloca na variedade das atividades desenvolvidas, na cooperação entre homens e mulheres e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza. A oposição mais ampla é aquela apresentada ao estranho, inclusive o pesquisador, quando este vai à procura do ponto de vista “do grupo”, isto é, “de pescadores”. Os homens não ignoram a subdivisão de cada domínio natural; a divisão do mar em de fora e de dentro é fundamental enquanto apropriação de recursos naturais necessários à reprodução social.

Para eles, contudo, há como que uma diferença hierárquica entre os dois mares: o mar de fora tem maior valor social que o mar de dentro, pois é através dele que se constrói sua identidade; é nele que realizam o saber característico de seu gênero e exercitam sua coragem no enfrentamento do perigo. Do ponto de vista das mulheres, o espaço tradicional mais importante era o das terras onde se realizava a agricultura - as terras soltas, de apropriação comunitária, de onde elas derivavam o seu reconhecimento social. A praia era o domínio secundário no que se refere à sua identidade, ainda que também um espaço de trabalho.

(...)

O espaço, porém, não permaneceu sempre o mesmo, ainda que no plano do discurso público a oposição terra/mar, como espaços de gênero, tenda a se manter. (Woortmann 1992, p. 2 e 3)

Para o caso de Fordlândia e de Belterra, destaca-se que as narrativas das cidades operárias tendem a reconhecer no território do trabalho masculino, focado no desenvolvimento da cidade e na produção da borracha, o valor social que identifica a comunidade como um todo, ao mesmo tempo que limita esses trabalhos enquanto realizados exclusivamente por homens.

Por esse ângulo, a busca por visibilizar as mulheres no contexto das duas cidades operárias vem acompanhada pelo desafio de não ignorar a existência dos demais sujeitos que vivenciaram diferentes experiências nesse mesmo lugar, num passado considerado multivocal.

### 3.1 Arqueologia e as “paisagens de gênero”

Para Pauls (2006) nos estudos realizados em contextos pós-coloniais, é possível explorar o papel do espaço nas relações de poder, visto que “*colocar alguém em seu lugar é literalmente o objetivo de grande parte da arquitetura doméstica, comercial e cívica*”<sup>34</sup> (Pauls, 2006, p. 66) e, como enfatiza Zarankin (2002, p. 3), “*a capacidade de controlar o espaço é uma condição para o funcionamento do poder*”.

Estudos arqueológicos aplicados em contextos históricos objetivando a análise das paisagens construídas podem contribuir para que pesquisadoras e pesquisadores se aproximem das experiências diversas vivenciadas no passado, e lidas a partir dos significados e dos discursos ideológicos de poder não-verbais que podem ser interpretados através da análise organização espacial.

Como apontam Furini e Góes (2006, p. 35), “*identificar as inter-relações entre ideologia e espaço geográfico permite superar possíveis desencontros na relação sujeito objeto, além de possibilitar abordagens com um maior grau de aprofundamento teórico*”.

No caso das vilas operárias, captar a organização dos espaços de produção, administração, circulação, comercialização e moradia, em associação à identificação de informações sobre o cotidiano e aos conflitos locais, se apresentam como um caminho possível para a compreensão das mudanças nas estratégias de negociação, dominação e resistência, e nas relações de poder.

Influenciado pelos preceitos da Teoria Marxista e Crítica, Leone (1984) analisou a ordem na composição da paisagem do jardim projetado por William Paca no século XVIII, no município de Anápolis, estado de Maryland (EUA). Leone (1984) observou que na organização da paisagem do jardim, constavam símbolos que permitem refletir as contradições entre o desejo pela liberdade e a realidade da sociedade escravista em que William Paca, um

---

<sup>34</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “*Historical archaeologists also explore the role of space in power relations, as “putting someone in their place” is literally the goal of much domestic, commercial, and civic architecture*” (Pauls, 2006, p. 66).

influyente político norte-americano, estava inserido e que atuava enquanto figura pública de destaque.

No estudo de Leone (1984) é proposto que o jardim de Paca, projetado como um lugar para pensar, não era passivo, mas sim a expressão de uma ideologia onde os objetos e as plantas poderiam ser vistos como chaves para exemplificar como o passado pode ter sido utilizado como precedente para controlar as narrativas construídas naquele tempo e, com isso, garantir os interesses dos grupos que controlavam, naquele contexto, os instrumentos de poder.

Nesse sentido, segundo o pesquisador, Paca teria encontrado na lei e na criação de narrativas transformadas posteriormente em precedentes, as estratégias para validar a manutenção da sua posição de vantagem naquela sociedade e consolidar esta ideia como um “direito natural” (Leone, 1984).

Com o objetivo de observar a relação da instituição escolar pública de Buenos Aires, Argentina, com o sistema de poder capitalista, e para interpretar a ideologia por trás das estruturas escolares, Zarankin (2002, p. 120) parte da análise da sintaxe do espaço de onze plantas arquitetônicas. Com a análise, o pesquisador buscou observar três aspectos básicos para interpretar os significados das construções: a forma, relacionada à “*morfologia da estrutura arquitetônica*”; a função, “*em referência ao tipo de atividades que são pensadas e que se realizam dentro dessa estrutura arquitetônica*”; e a organização espacial, onde é observada “*a maneira segundo o qual os espaços se vinculam e se relacionam entre si dentro da estrutura arquitetônica*”<sup>35</sup>.

Em sua análise, Zarankin (2002, p. 196-198) identificou quatro momentos na evolução histórica nas escolas analisadas de Buenos Aires, onde os edifícios foram ficando cada mais compartimentados, através da incorporação de espaços que funcionaram como filtro para “*controlar e vigiar a circulação das pessoas*”.

A primeira fase identificada por Zarankin (2002) estaria associada à uma busca por um modelo de espaço escolar ideal onde o foco estaria mais no controle do que no ensino.

---

<sup>35</sup> Para a análise da forma, função e organização espacial, Zarankin discutiu sobre a importância das escalas de observação e define que “*uma escala macro implica uma visão do edifício como unidade ou totalidade, enquanto uma abordagem a partir de uma escala micro diz respeito a uma análise das partes ou de aspectos particulares dentro da estrutura*”. Diante disso, esclarece que para o estudo sobre a escala micro da forma e função seriam necessárias “*referências relativas às atividades que foram pensadas para cada um dos espaços durante o projeto*” e, devido à carência dessas informações, esta escala foi utilizada exclusivamente “*para aprofundar a análise sobre a organização espacial*” (Zarankin, 2002, p. 121).

Já o segundo momento, apresentou uma forma panóptica simples, indicando a existência de um eixo central na estrutura de onde eram distribuídos os demais cômodos.

Na terceira fase, a análise de Zarankin (2002, p. 198) alcançou interpretações mais complexas. A análise evidenciou que as estruturas ganharam formas panópticas complexas verticais, onde se percebeu “*um alto grau de profundidade em relação ao exterior*”. Este distanciamento com o exterior indicava que o controle seria exercido através do confinamento, permitindo inferir que a proteção era necessária diante de um “inimigo” que estaria fora.

Já no quarto momento, a necessidade de vigilância indicou que o “inimigo” já não estava somente fora, mas dentro do sistema escolar. Nesta fase da construção escolar, observou-se uma forma panóptica complexa horizontal, onde todos os indivíduos, internos e externos à instituição, precisavam ser observados (Zarankin, 2002).

Ao relacionar os resultados das análises realizadas junto às estruturas escolares ao contexto político em que experienciou a Argentina a partir da década de 1960, Zarankin (2002, p. 199-200) interpretou que a organização espacial escolar mais complexa coincidia com “*as políticas de defesa nacional (...) contra as ideologias de esquerda durante a ditadura mais feroz que a Argentina viveu*”. Nesse caso, o comunismo, compreendido como o inimigo antes visto apenas fora do ambiente escolar (até a terceira fase), passava a ser visto também dentro (quarta fase), ampliando a necessidade de vigilância contra todos os que utilizavam o espaço, alunos, professores ou demais funcionários.

Diante dos resultados, em sua conclusão, Zarankin (2002) interpretou que a instituição escolar de Buenos Aires ainda não experienciou uma mudança radical. Para o autor, a população continua reafirmando posturas associadas ao modelo disciplinar tradicional e, por isso, ainda parece resistir às estruturas mais adaptativas e integrativas.

Motivada pelos estudos arqueológicos aqui ilustrados e retomando a conjuntura apresentada no primeiro capítulo e das percepções iniciais sobre o lócus desta pesquisa, acredito que, sobre Fordlândia e Belterra, eram operadas diferentes formas de representação ideológica de modo a investir e fixar na região e na diversidade de sujeitos, as estruturas hierárquicas caracterizadas pelas contradições e desigualdade intrínsecas ao sistema capitalista, e as transformações nas relações de trabalho orientadas, nesses contextos, pela administração da Companhia Ford e apoiadas pelo Estado.

Para Little (1984), a desigualdade é uma das variáveis mais estudadas por arqueólogos históricos, e se apresenta como chave importante para análise e compreensão dos contextos observados. Reiterando o posicionamento de Leone (1984) e Leone et al. (2021), o estudo arqueológico da ideologia cumpre um papel importante para compreender como e a serviço do quê, ou de quem, essas desigualdades e contradições são mascaradas ou naturalizadas.

Retomando aos dados mais bem explorados sobre as cidades operárias aqui estudadas, evidencia-se que, na diversidade de pessoas que chegavam em Fordlândia e Belterra, as mulheres não eram protagonistas, mas sim invisibilizadas em comparação aos discursos relacionados aos homens e, como demonstramos, as narrativas existentes acabaram por privilegiar referências que as limitavam, principalmente, enquanto esposas, filhas ou prostitutas, indicando uma relação desigual a partir do gênero.

Como apontam Santos Souza (2016) e Lerner (2019), sob este olhar, a atividade feminina é ideologicamente desvalorizada e subordinada, em oposição àquela associação ao masculino, sendo este, reconhecido por produzir valor novo, administrar a riqueza, e deter a hegemonia.

De acordo com Purser (1991) e Díaz-Andreu (2005), o gênero, como princípio estruturante da cultura, não pode ser observado como uma categoria opcional passível de ser ignorada na busca por se compreender o registro arqueológico. Ao abordar sobre a construção teórica e contextual que sustenta a arqueologia de gênero, Díaz-Andreu (2005) argumentou que:

(...) a sociedade é formada por indivíduos que atuam como agentes sociais ativos, por indivíduos cujas atividades e negociações diárias formam uma parte essencial da dinâmica histórica. Na interação constante, ou em outras palavras, na prática social contínua, as relações de gênero cumprem um papel essencial como um dos princípios estruturantes essenciais e básicos que organizam as relações sociais. O gênero é uma identidade que está na base das relações sociais e, na prática dessas relações, é produzida uma contínua renegociação e, com isso, mudança. É isto que explica não apenas as diferenças entre como grupos distintos compreendem o gênero, mas também a transformação de como o conceito pode ser compreendido no mesmo grupo ao longo da construção histórica (Díaz-Andreu, 2005, p. 16-17)<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup> Traduzido a partir do trecho em espanhol: “(...) la sociedad está formada por individuos que actúan como agentes sociales activos, por individuos cuyas actividades y negociaciones diarias forman una parte esencial de la dinámica histórica. En la constante interacción, o lo que es lo mismo, en la continua práctica social, las relaciones de género cumplen un papel esencial como uno de los principios estructurantes esenciales y básicos que organizan las relaciones sociales. El género es, por tanto, una identidad que está en la base de las relaciones sociales y en la práctica de las mismas se produce una continua renegociación y por tanto cambio. Es esto lo que explica no

Para Scott (1994), a consciência de como o viés de gênero aplicado nos estudos arqueológicos reduziu nossa compreensão sobre a vida de pessoas do passado, sobretudo em relação à vida das mulheres, só se deu a partir de uma aproximação da arqueologia com as teorias feministas e, de acordo com Wilkie e Hayes (2006) arqueólogas e arqueólogos históricos só se voltaram para questões que se relacionavam com sexo e gênero mais de uma década depois de outras áreas das ciências sociais.

(...) estamos constantemente classificando o mundo à nossa volta, sempre que nos relacionamos com ele. E os modelos de gênero dão importantes diretrizes para a forma como iremos classificar pessoas, condutas e objetos nesse mundo. Mas esses modelos não são iguais para todos nós. Assim, embora possam existir modelos mais gerais do que a sociedade considera masculino ou feminino, a forma como isso se traduz nas relações sociais concretas depende muito da relação e do contexto em que as pessoas estejam.

(...).

Se é verdade que o gênero está na cultura, temos que cuidar para não acreditar simplesmente que a classificação que fazemos dos seres humanos em dois sexos esteja inscrita na natureza. Segundo essas críticas, o corpo de mulheres e homens não é um terreno “natural”, sobre o qual a sociedade edifica o “gênero”. A própria tendência que temos a ver o corpo como o lugar da natureza é uma tendência de nossa cultura, de nossa visão de mundo e, por isso, é marcada por nossos preconceitos. Dessa forma, ao escolher o corpo como o diferenciador entre mulheres e homens, a sociedade já está operando seus modelos de gênero (Simião 2006, p. 12).

Em levantamento realizado por Wilkie e Hayes (2006, p. 243) em pesquisas “*arqueológicas históricas de gênero*”<sup>37</sup>, foram identificadas três agendas as quais esses estudos buscavam atender: 1. compreender como os papéis de gênero foram construídos e negociados na sociedade moderna; 2. demonstrar “*a natureza fluida das ideologias e dos papéis de gênero e desafiar as noções de família normativa e estrutura familiar*”<sup>38</sup>; e, 3. interpretar o passado de forma a torná-lo mais acessível ao público geral e acadêmico e rever a centralidade da autoridade arqueológica<sup>39</sup> na construção dessas interpretações.

---

*sólo las diferencias entre distintos grupos en relación a cómo cada uno entiende el género, sino su transformación en el <<mismo>> grupo a lo largo del devenir histórico*”. (Díaz-Andreu, 2005, p. 16-17).

<sup>37</sup> “Engendered historical archaeology” - o levantamento em questão fez referência às pesquisas em arqueologia histórica desenvolvidas em contexto norte-americano desde a década de 1980 e que abordaram questões do sexo e do gênero como parte do seu tema ou em seu desenvolvimento metodológico (Wilkie and Hayes 2006, p. 243).

<sup>38</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “(...) *demonstrate the fluid nature of gender ideologies and roles and to challenge notions of normative family or household structure*” (Wilkie e Hayes, 2006, p. 243).

<sup>39</sup> A revisão da autoridade arqueológica, como percebida no trecho em destaque, parte da abordagem orientada pela Teoria Crítica. Para esta pesquisa, compreendo a pesquisa arqueológica como um processo em que a ruptura

Ao considerar perspectivas feministas para os estudos e para a prática em arqueologia, Voss (2017) compreende o conceito de gênero como uma construção cultural dos papéis e identidades de homens e mulheres<sup>40</sup>. Para a autora, este entendimento sobre o conceito de gênero, leva, como consequência, a perspectiva de uma construção histórica, onde a conjuntura dos “*papéis, símbolos e identidades de gênero*” é elemento fundamental para a compreensão da organização social e política dos grupos e sociedades e, por isso, é chave importante para as interpretações dos contextos arqueológicos.

Por compreender que a principal fonte de dados na arqueologia ainda faz referência ao “*lixo doméstico e institucional*”, Wilkie e Hayes (2006, p. 245) afirmaram que boa parte da pesquisa arqueológica de gênero realizada nos Estados Unidos até meados dos anos 2000 esteve implicada em associar em suas análises os artefatos a um sexo específico sem questionar rótulos históricos, como “homens” e “mulheres”, o que acabava “*encobrendo a oportunidade de estudar sexualidades alternativas*”. Com isso, havia uma consequente tentativa de selecionar para a realização de escavações locais compreendidos como “*de sexo único*”.

Nos estudos analisados por Wilkie e Hayes (2006), dentre os locais inicialmente compreendidos como de “*sexo único*” e priorizados nas pesquisas arqueológicas, estavam os bordéis, identificados enquanto “*lares femininos*”, e os reformatórios de mulheres.

Seifert (1991), Meyer et al. (2005), e Spude (2005) desenvolveram pesquisas em áreas de prostituição e evidenciaram como esses lugares, a priori compreendidos como “*de sexo único*” e relacionados às mulheres, foram analisados no âmbito das pesquisas arqueológicas.

Em estudo publicado sobre as áreas dos bordéis localizados em Washington (EUA) entre o final do século XIX e começo do XX, para caracterizar os depósitos associados

---

não se dá de forma abrupta, mas faz parte de uma construção e que carrega consigo contradições. No caso desta pesquisa, por exemplo, apesar da tentativa de romper com narrativas que resumem aos acontecimentos do passado ao universo predominantemente masculino, minha leitura para o contexto das cidades operárias ainda se apresenta de forma binária, homem/mulher.

<sup>40</sup> Ao falarmos sobre gênero, há, contudo, de se observar a dualidade provocada pelas definições construídas a partir do sexo biológico. (diferença entre sexo e gênero). Nesse aspecto, Wilkie e Hayes (2006) destacam como positivo, a integração das fontes textuais às pesquisas em arqueologia histórica de gênero, que podem contribuir, além da identificação de pessoas específicas que ocuparam os locais estudados, a verificação do número de pessoas por sexo, e a revisão desses locais como potenciais para “*estudos de sexualidades normativas e transgressivas*” (Wilkie e Hayes, 2006, p. 244-245). Díaz-Andreu (2005) chama atenção para outras categorias de sexo que superam a dualidade homem e mulher e que podem, ou não, se relacionar a categorias distintas de gênero. A arqueologia cuir vem se apresentando como uma abordagem alternativa que busca evidenciar e reconhecer as expressões de gênero e sexualidade que escapam das categorias convencionais (Geller, 2009; Voss e Casella, 2012; Hartemann, 2019; Gontijo e Schaan, 2017).



às áreas de prostituição, Seifert (1991) procedeu com uma análise comparativa entre os materiais arqueológicos evidenciados nessas áreas com aqueles verificados nos quintais de residências da classe trabalhadora e, em soma, recorreu a uma extensa pesquisa documental que possibilitou a localização e a identificação de informações específicas sobre o cotidiano das mulheres prostitutas e dos homens que frequentavam as casas.

Para o estudo em questão, a pesquisadora inferiu que os conjuntos arqueológicos evidenciados poderiam refletir as escolhas de consumo feitas pela mulher prostituta, pela pessoa que administrava o bordel e também pelos clientes. Como resultado, interpretou que a prostituição, naquele contexto, se apresentou como uma estratégia para a manutenção da família, para possibilitar o acesso a determinados itens de consumo ou para a ascensão econômica da mulher que, de acordo com a autora, não seria possível, naquele contexto, caso ela desenvolvesse outro tipo de trabalho.

Em outra pesquisa, Meyer et al. (2005) analisaram depósitos evidenciados nas obras da Unionstation, em Los Angeles (EUA), associados à áreas de prostituição e, estabeleceram como coleções comparativas àquelas associadas às casas vizinhas. Para tanto, foi realizado um levantamento documental e de fontes orais juntos aos descendentes de pessoas ligadas às áreas pesquisadas. As informações junto aos familiares, ajudaram na compreensão sobre o funcionamento e a proibição da prostituição, assim como o movimento de expulsão da cidade em consideração aos diferentes tipos de prostituição identificados no decorrer da pesquisa.

A pesquisa de Meyer et al. (2005) evidenciou disputas políticas entre os bordéis, as pensões femininas e as políticas de higienização colocadas em prática na cidade que, por sua vez, definiam as nuances entre proibição e a legalidade da prostituição que dependia da área onde era desenvolvida. Como interpretação, a equipe de arqueologia observou que a prostituição era encoberta por uma fachada de comércio lícito, onde objetos relacionados ao consumo de álcool, alimentos, higiene e saúde se apresentaram com maior diferença dentre os depósitos analisados.

Já na pesquisa desenvolvida por Spude (2005) em comunidades minerárias localizadas no oeste norte-americano, foi realizada uma comparação entre a materialidade verificada em depósitos evidenciados em áreas de bordéis e em locais identificados como “saloons”, onde a prostituição era desenvolvida sob os véus do comércio de bebidas e de

refeições. Através das oito coleções pesquisadas, Spude (2005) buscou tipologias arqueológicas que indicariam variáveis relacionadas ao gênero.

Os métodos estatísticos utilizados pela pesquisadora evidenciaram uma forte relação entre o consumo de bebidas e de medicamentos para o contexto dos bordéis e analisou que a frequência de artefatos domésticos nos depósitos pesquisados teria maior relação com o tempo de ocupação do local do que com a sua associação a um contexto de prostituição.

Quando se trata de pesquisas desenvolvidas em contexto recentes, um dos desafios verificados e que se apresenta de forma bastante complexa, tem relação com as dificuldades de vinculação dos depósitos escavados com os episódios conhecidos. Como alerta Wilkie e Hayes (2006, p. 14) a observação, em conjunto e de forma integrada, das diversas fontes de dados que estão disponíveis para a análise em uma pesquisa arqueológica histórica “*pode fornecer sobreposições, conflitos ou percepções totalmente diferentes sobre o passado*”<sup>41</sup>. Somado a este, os estudos trazidos aqui para o debate informam muito sobre as dificuldades que recaem sobre os estudos arqueológicos de gênero quanto às associações de materialidades e lugares às categorias específicas de sexo.

Os artigos publicados por Seifert (1991), Meyer et al. (2005), e Spude (2005) são exemplos de pesquisas arqueológicas desenvolvidas em áreas de prostituição que, inicialmente percebidas como locais que poderiam informar mais sobre o cotidiano das mulheres, trouxeram à luz alguns caminhos metodológicos e problemáticas que permitiram refletir sobre a aplicação de uma abordagem de gênero para além da atividade predominantemente vinculada ao feminino, mas que está também conectada à existência de uma diversidade de atores.

As pesquisas aqui relatadas nos convidam a refletir sobre formas de olhar os contextos arqueológicos de Fordlândia e Belterra de maneira integrada, com foco em trazer informações que sejam relevantes sobre as relações de poder e de gênero em consideração à análise espacial das cidades industriais da Companhia Ford.

Estudos arqueológicos sobre o espaço e a paisagem que objetivam a construção de narrativas que sejam capazes de registrar, no contexto da cidade e nas transformações nas

---

<sup>41</sup> Do original: “*These additional windows may provide overlapping, conflicting, or entirely different insights into the past*” (Wilkie e Hayes, 2006, p. 14).

relações de trabalho, a presença de uma diversidade de atores que não se reduzem ao homem, têm tomado corpo a partir das perspectivas de gênero apontadas.

Quando voltamos ao objetivo desta tese e a tentativa de se perceber os lugares das mulheres nas paisagens de Fordlândia e Belterra, não podemos deixar de considerar a complexidade da população local, marcada pela multiplicidade de identidades, que poderia assimilar, rejeitar ou transformar os discursos de forma diferente e a partir das suas experiências, sejam elas individuais ou coletivas.

A busca por visibilizar as mulheres no contexto aqui pesquisado não pode servir de artifício para invisibilizar demais sujeitos que vivenciaram diferentes experiências em um mesmo lugar, num passado que era multivocal. Ao questionar o seu leitor, Massey (2000, p. 182) alerta: como podemos “*manter a noção de diferença geográfica, de singularidade e até mesmo de enraizamento, se as pessoas o quiserem, sem ser reacionário?*”.

Como possível resposta ao problema exposto, faz-se necessário buscar ferramentas que permitam a reflexão sobre a construção do espaço urbano e a percepção sobre as forças que representam as relações entre o lugar e o cotidiano e que podem revelar “*os usos contratados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores*” (Santos, 2008, p. 15).

Para Santos, o espaço pode ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida, e o tempo histórico é um dos elementos fundamentais para o entendimento desse espaço. A temporalidade representa os tempos pretéritos (formação socioespacial, rugosidade, periodização) e o tempo presente, onde o espaço pode ter objetos originados de tempos pretéritos, mas se inscrevem no presente devido a suas novas funções sociais desempenhadas. (Silva, 2009, p. 01)

Ao refletir sobre os efeitos dos processos de globalização e sobre as discussões pertinentes à compressão do espaço-tempo e a pós-modernidade, Massey (2000) sugere repensar o sentido de lugar a partir de uma alternativa não eurocentrada e não economicista que, em soma, possa incluir nas análises perspectivas tais como raça e gênero, e buscar ir além daquelas focadas em determinar a nossa vivência do espaço exclusivamente em consideração às forças econômicas e do capital.

Palavras são sempre simplificações extremas para nossos conceitos, mas elas podem estar repletas de significados. “Desencaixar” e “alongar” (devemos tomar as duas expressões conjuntamente) dignificam a possibilidade de “desprender-se”, liberar-se, no caso, dos constrangimentos locais, acessando outros espaços, em outras escalas ou situações completamente diferentes da nossa. “Comprimir”, espacialmente falando, significa a possibilidade de traduzir em áreas menores fenômenos geograficamente muito mais amplos. O que une estas duas possibilidades é a multiplicidade de espaços-territórios que elas envolvem. (Haesbaert, 2007, p. 164).

Tal discussão, a partir do campo da geografia crítica, vai remeter ao conceito de fronteira que, associados ao poder de mobilidade e comunicação, de forma ampla, tem relação com uma diferenciação social complexa, onde diversos grupos participam/ colaboram/ recebem os efeitos, de variadas formas, da compressão do espaço-tempo, refletindo e/ ou reforçando condições de poder (Massey, 2000).

(...) volte para o satélite e olhe para o globo. Desta vez, no entanto, imagine não apenas todo o movimento físico, ou toda a comunicação invisível, mas também - e especialmente - todas as relações sociais, todas as ligações entre as pessoas. Preencha essa visão com todas aquelas experiências da compressão de tempo-espaço -, pois o que está acontecendo é que a geografia das relações sociais está mudando. Em muitos casos, essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, estendem-se pelo planeta em todos os diferentes níveis, da família à área local e até internacional.

É dessa perspectiva que se torna possível imaginar uma interpretação alternativa do lugar. Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. Se você voltar do satélite para o globo, retendo todas essas redes de relações sociais, de movimentos e comunicações na mente, então, cada lugar pode ser visto como um ponto particular, único, dessa interseção.

Trata-se, na verdade, de um lugar de *encontro*. Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local. (Massey, 2000, p. 184).

Pelo exposto, a forma de refletir sobre como olhar as mulheres nesses espaços é importante para o contexto deste estudo, pois não é intenção definir traçados que possam limitar as relações dessas mulheres entre si, com outros, no passado, ou no imaginário percebido no presente.

Para Massey (2000), uma interpretação alternativa sobre o espaço é possível a partir da percepção de que as relações econômicas, políticas e socioculturais possuem, em suas especificidades, estruturas internas de dominação e subordinação e que, as estruturas se estendem pelo planeta a partir de diferentes escalas - da família, à comunidade, à cidade, até o internacional.

Sob este olhar, a noção de lugar pode ser percebida a partir de uma “*constelação de relações sociais que se encontram e se entrelaçam em um locus particular*”, onde cada lugar pode ser percebido a partir dos pontos onde os encontros acontecem e não de limites arbitrários (Massey, 2000, p. 184). Assim, cada possibilidade de observar a paisagem é única e integrada com o global e o local. As diversas possibilidades de relações sociais e a identificação dos lugares onde os encontros acontecem evidenciam também diferentes formas de se olhar e interpretar aquilo que vemos.

Retomando a pesquisa arqueológica de Leone (1984), para o pesquisador a cidade pode ser uma pista de como os eventos do passado poderiam ser ordenados. No cenário urbano, percebido a partir de várias perspectivas, podem ser evidenciadas distâncias e a ilusão de distâncias que podem permitir ao pesquisador a busca pelos significados dessas profundidades. Na perspectiva, caracterizada pelas diferentes possibilidades de olhar e compreender a construção da paisagem urbana, é revelado que “*a cada instante existe mais do que a vista alcança*” (Lynch, 1960, p. 11).

Dentro dessas diferentes possibilidades de se perceber o espaço, Massey (2008) o compreende como um produto de *relações-entre*, sempre em construção e como resultado de uma “*simultaneidade de histórias-até-agora*”, o que, de acordo com a autora, implica em um argumento não apenas espacial, mas sobretudo político.

Para Massey (2008, p. 30), pensar o espaço a partir de um modo específico pode “*perturbar a maneira em que certas questões políticas são formuladas*”. Esta leitura implica ainda em perceber as identidades em um processo de co-construção com a noção de um espaço de multiplicidade e, em adição, as formas como essas se relacionam. Sob essa perspectiva, “*o espaço não existe antes de identidades/ entidades e de suas relações. De um modo mais geral, (...) [as] identidades/ entidades, as relações “entre” elas e a espacialidade que delas faz parte são todas co-constitutivas*”.

Outro ponto importante da escrita de Massey (2008) é a crítica às noções de desenvolvimento e progresso empregadas a partir dos ideais da modernidade priorizados nas

das sociedades ocidentais capitalistas. De acordo com a autora, perceber o espaço como algo em construção implica em uma necessidade de “*escapar*” das narrativas que evidenciam “*uma convicção implícita da direção*” na qual a história poderia seguir. Nesse sentido, para se pensar o espaço em consideração à pluralidade de experiências, seria necessário deixá-lo em aberto:

O espaço jamais poderá ser essa simultaneidade completa, na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas e no qual todos os lugares já estão ligados a todos os outros. Um espaço, então, que não é nem um recipiente para identidades sempre já constituídas nem um holismo completamente fechado. É um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes. Para que o futuro seja aberto, o espaço também deve sê-lo. (Massey, 2008, p. 32).

Tratando sobre as possibilidades de se perceber trajetórias múltiplas através da arqueologia, Metheny (2010, p. 323) defende que a experiência humana na paisagem é “*tão essencial para as nossas reconstruções e interpretações das paisagens históricas quanto os dados que extraímos do registro arqueológico a partir da observação*”<sup>42</sup>. Deste aspecto, a autora reafirma que a descrição dos lugares pode trazer à luz sentimentos e emoções que retratam a experiência de diferentes indivíduos. Por isso, avalia que fontes arqueológicas e históricas associadas às narrativas orais ajudam a perceber essas diferentes experiências e a compreender a complexidade da paisagem a partir da sua multivocalidade.

A partir das considerações expostas, acredito que Fordlândia e Belterra podem ser mais bem compreendidas se assumirmos o desafio de perceber as contradições correspondem ao contexto, e propondo leituras das paisagens em observação às perspectivas possíveis, onde as fronteiras que aparentemente limitam os espaços e as relações podem ser movidas em consideração à multiplicidade de sujeitos e vozes.

Os documentos pesquisados e o discurso acadêmico construído sobre Fordlândia e Belterra e discutidos nos dois primeiros capítulos desta tese, com raras exceções, evidenciam que, em geral, as atividades produtivas desenvolvidas no período da administração da Companhia Ford na região do Tapajós, seja por pessoas estrangeiras ou de nacionalidade brasileira, estão associadas aos homens enquanto atores que teriam protagonizado as relações sociais. Contudo, como será exposto adiante, Fordlândia e Belterra não possuem exclusividade

---

<sup>42</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “*We need to recognize that the non-visual or cultural landscape – that is, past human experience of the landscape – is as essential to our reconstructions and interpretations of historical landscapes as the observables we extract from the archaeological record*” (Metheny 2010, 323).

na quase total ausência de narrativas sobre o cotidiano de pessoas não limitadas àquelas do sexo masculino.

Para o caso desta pesquisa, a predominância do discurso que insere o homem como único ator que protagonizou as relações sociais e, em especial, a ausência de relatos sobre as trajetórias e experiências de uma diversidade de mulheres, reverbera, como uma das consequências, no desafio para se fazer leituras arqueológicas, no presente, sobre a complexidade das paisagens de gênero do passado.

Objetivando contribuir para o debate, me debrucei a buscar pistas de como olhar para as mulheres de Fordlândia e Belterra que vivenciaram a administração da Companhia Ford para além dos discursos limitadores já explicitados. Estudos arqueológicos sobre o espaço e a paisagem que objetivam a construção de narrativas que sejam capazes de registrar, no contexto da cidade e nas transformações nas relações de trabalho, a presença de uma diversidade de atores que não se reduzem ao homem, têm tomado corpo a partir das perspectivas de gênero aplicadas aos estudos arqueológicos.

Diante desta questão, com foco na paisagem, estudos que conciliaram perspectivas de gênero ao método de pesquisa arqueológica foram de extrema importância para o desenho desta pesquisa. Neste aspecto, o livro editado por Baugher e Spencer-Wood (2010), foi especialmente considerado.

O livro em questão foi publicado a partir de uma lacuna identificada pelas editoras e representada pela necessidade de situar o estudo sobre as paisagens na arqueologia histórica norte-americana para além dos lugares de homens de elite, ou apenas sobre lugares de elite, mas que não consideravam o gênero como categoria de análise. Para além disso, coube ao volume apresentar reflexões acerca da preservação de paisagens culturais abarcando a complexidade das relações que foram vivenciadas nos contextos pesquisados, o que cumpriu incluir narrativas que se refletiram também a partir das trajetórias e experiências de grupos minoritários (Baugher e Spencee-Wood, 2010).

Dos artigos publicados no referido livro, seis deles trouxeram análises das paisagens de gênero em contextos pós-colonial e industrial e onde foram mobilizadas categorias de desigualdade como classe, raça, etnia, e que me possibilitaram identificar pistas de potenciais caminhos para a análise da paisagem de gênero em Fordlândia e Belterra (Metheny 2010; Hardesty 2010; Delle e Levine 2010; Baugher 2010; e, Battle-Baptiste 2010).

Muitas das pesquisas arqueológicas históricas desenvolvidas nos Estados Unidos com o objetivo de se compreender as paisagens industriais partiram de contextos da mineração (Crumley 1994), Metheny (2010) e Hardesty (2010) apresentaram dois casos de análise arqueológica em paisagens da mineração que levaram em consideração abordagens de gênero.

Desenvolvida em um contexto de cidade operária, a pesquisa realizada por Metheny (2010) em *Helvetia*, cidade construída no estado da *Pennsylvania* (EUA) e que funcionou de 1891 a 1954 para atender a exploração de carvão, dentre as variáveis observadas, a hierarquia e a ideologia corporativa foram reproduzidas na planta da cidade operária. Esta hierarquia pôde ser demonstrada pela autora a partir da identificação de áreas destinadas exclusivamente para o desenvolvimento de determinadas atividades e da disposição das moradias em relação às estruturas da empresa e áreas de comércio e de serviços.

Em sua análise, Metheny (2010) observa que os funcionários da gerência recebiam moradias unifamiliares com qualidade superior e em áreas de melhor acesso para a área da mina, área comercial e de serviços. Já para os trabalhadores da mina, as moradias dispostas em casas duplas geminadas, eram organizadas na paisagem da cidade operária de forma a sublimar os interesses em comum e dividir a classe operária.

Nesse caso, a estrutura urbana e de serviços foram pensadas para servir de atrativo para homens casados e com família. Como destacou Metheny (2010, p. 319), apesar das diferenças existentes entre as classes de trabalhadores, algumas estratégias para a sua estabilização eram priorizadas e “(...) *quer essas diferenças tenham origem na etnia, prática cultural, idioma, religião, raça ou classe - as empresas esperavam evitar que os trabalhadores descobrissem seus interesses comuns*”<sup>43</sup>.

Contudo, após análise dos dados arqueológicos e históricos, Metheny (2010) evidenciou uma série de negociações que alteraram a paisagem das famílias que moravam na cidade operária e que perpassaram desde o direito pelo uso da terra até a alteração funcional dos cômodos das casas que eram direcionadas aos operários, para melhor atender as necessidades individuais de cada família e em diálogo às suas bases étnicas, religiosas e socioeconômicas. Assim, o núcleo familiar (homem, mulher e filhos) e as relações de parentesco são percebidos como central para a construção e alteração da paisagem.

---

<sup>43</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “(...) *wheter those differences stemmed from ethnicity, cultural practice, language, religion, race, or class - companies hoped to prevent workers from discovering their common interests in disputes between management and labor*”(Metheny, 2010, p. 319).



No trabalho de Metheny (2010), o que fica evidente é que a análise da paisagem de gênero<sup>44</sup> de *Helvetia* parece abrigar, restritivamente, as mulheres casadas nas tarefas domésticas e secundariamente às atividades dos seus maridos e às necessidades da família, enquanto as mulheres solteiras recorriam a trabalhos como professoras, garçonetes, lavadeiras e empregadas domésticas, haja vista que a limitação de cargos direcionados a elas pela empresa.

Outro exemplo de pesquisa arqueológica com interpretação da paisagem industrial em consideração a uma perspectiva de gênero em contexto de mineração, foi a desenvolvida por Hardesty (2010), que buscou perceber as mulheres a partir da análise das paisagens de três vilas construídas nos estados de *California* e *Nevada*, nos Estados Unidos.

Ao tratar sobre o início da cidade mineira de *Bodie*, Hardesty (2010) trouxe como referência o relato de um jornalista que visitou a vila em 1864, e que nos permite perceber a forma como as mulheres eram percebidas nos contextos da vila de mineração, além de apontar para uma possível relação entre este tipo de empreendimento com o desenvolvimento da prostituição:

Os homens machos dominam este período inicial; o jornalista de mineração J. Ross Browne comentou sobre as “alegrias” da vida doméstica sem mulheres em Bodie durante sua visita em 1864. No entanto, há evidências documentais de que pelo menos três famílias se mudaram para Bodie do campo de mineração vizinho de Aurora no ano de 1863. Browne também se referiu a uma “Maiden Lane” nas proximidades do que mais tarde se tornou a cidade de Bodie, o que implica a existência de um distrito da luz vermelha (Hardesty 2010, 297).<sup>45</sup>

Com a consolidação dos assentamentos de mineração enquanto vilas operárias, diferentemente do contexto observado por Metheny (2010), Hardesty (2010) identificou uma

---

<sup>44</sup> A “paisagem de gênero” [gendered landscapes] tratada por Metheny (2010) parece fazer referência a uma tentativa de observar a paisagem da cidade operária para além de uma predisposição inicial em perceber a cidade a partir da atividade masculina relacionada ao trabalho na mina de carvão. Enfatiza que a paisagem da cidade é resultado de relações sociais e econômicas complexas vivenciadas por vários membros da comunidade, no caso, da pesquisa citada, a família formada a partir de noções de parentesco se apresenta como grupo central para a articulação dessas relações. Ao contrário da paisagem da mineração que, por sua vez, não seria de gênero por ser dominada por homens.

<sup>45</sup> Traduzido por mim a partir do trecho em inglês: “Males dominates this early period; mining journalist J. Ross Browne remarked on the “joys” of domestic life without women in Bodie during his visit in 1864. Nevertheless, there is documentary evidence that at least three families moved to Bodie from the neighboring mining camp of Aurora in 1863. Browne also referred to a “Maiden Lane” in the vicinity of what later became the townsite of Bodie, which implies the existence of a red-light district” (Hardesty 2010, 297).

gama de atividades desenvolvidas, sobretudo por mulheres casadas, e que podem indicar que a vida delas era mais dinâmica do que aquela restrita ao lar.

Aliando a leitura da paisagem aos dados identificados em documentos históricos, como censos demográficos e textos publicados em jornais, Hardesty (2010) identificou diferentes ocupações, desde aquelas relacionadas à manutenção da casa ou funções enquanto costureira, lavadeira, empregada doméstica, até cargos como hoteleira, gerente de loja, professoras, enfermeiras, médicas, mineradoras e prostitutas.

Um dos pontos da análise da paisagem apresentada por Hardesty (2010) identificou que, nas vilas operárias, as famílias de classe média e aquelas casadas moravam nas áreas centrais e/ ou comerciais. Baseado em dados censitários, verificou ainda que as mulheres que possuíam alguma ocupação fora do cuidado da casa eram em sua maioria casadas com homens que possuíam cargos característicos de uma classe média: comerciantes, artesãos, sendo apenas 30% delas casadas com operários/ mineiros. O cruzamento desses dados indicou que as mulheres da classe média conseguiram contribuir com o status econômico da família e evidenciou que a geografia das mulheres nessas vilas operárias estava relacionada às categorias como classe social, ocupação e etnia:

Dados documentais sobre a cidade de *Bodie* sugerem que, durante esse período, as mulheres tendiam a se agrupar em alguns bairros. Como exemplo, a *Green Street*, localizada no extremo sudeste da cidade, era repleta de empresas e residências e era o local mais comum para mulheres que viviam em famílias de classe média.

Já a *Bonanza Street*, no canto nordeste da cidade, era o local mais comum para mulheres que trabalhavam em bordéis e salões de dança. A comunidade chinesa de *Bodie* também morava perto da *King Street*, na mesma parte da cidade. As mulheres que viviam em famílias da classe trabalhadora viviam em outras partes da cidade (Hardesty, 2010, p. 297-298)<sup>46</sup>.

A partir da pesquisa realizada por Hardesty (2010), é possível perceber que, por estarem geograficamente posicionadas mais próximas às áreas comerciais e com a disponibilidade de serviços, as mulheres casadas de classe média podem ter conseguido acessar

---

<sup>46</sup> Traduzido por mim a partir do trecho em inglês: “*Documentary data on the town of Bodie suggest that during this period women tended to be clustered in a few neighborhoods. Green Street at the southeast end of the town, for example, which was lined with businesses and residences, was the most common location for womens living in middle-class family households. Bonanza Street at the northeast corner of the town was the most common location for women working in brothels and dance halls; Bodie’s Chinese community also lived nearby on King Street in the same part of the town. Women living in working-class family households lived in other parts of the town*” (Hardesty 2010, p. 297-298).

mais facilmente trabalho nesses locais. Esta observação talvez informe também sobre a dificuldade das mulheres dos operários/ mineiros, ou mesmo das mulheres solteiras em exercer outras formas de trabalho para obtenção de renda, seja pela distância de suas casas do centro comercial, seja pela necessidade de subsistência, implicando na sua permanência no entorno da casa em que residiam.

Em soma, a categoria de gênero observada conjuntamente à questão étnica trouxe para a análise contornos dramáticos, em especial quando observada a paisagem e o contexto social das mulheres chinesas que, além de se apresentarem em quantidade consideravelmente inferior ao número de homens chineses que residiam nas vilas mineiras, os arranjos que envolviam casamento e prostituição repercutiram também em segregação.

Na paisagem de gênero analisada por Hardesty (2010), e diante da tipologia do empreendimento o qual a paisagem se conecta<sup>47</sup>, a organização espacial parece apresentar como foco os agrupamentos familiares baseados em ajuda mútua, seja pela ocupação ou pela identificação associada aos grupos de trabalho. Nesse caso, as diferenças observadas na composição familiar das residências, seja ela lugar de moradia exclusivamente por homens, ou por mulheres, ou por grupos mistos, foram importantes para compreender que os agregados familiares que não estavam organizados pelo casamento ou parentesco também compunham os arranjos da organização doméstica nas vilas de mineração.

Deslocando os estudos de caso aqui abordados para o contexto urbano, o estudo realizado por Delle e Levine (2010) em uma área localizada na cidade de *Lancaster*, também no estado da *Pennsylvania* (EUA) teve como foco um único lote, de número 134, e sua história foi contada a partir da paisagem de quatro residências que, em determinado momento, foram chefiadas por mulheres que tiveram também suas histórias evidenciadas.

O ponto de partida da pesquisa foi Lydia Hamilton Smith, filha de uma mulher afro-americana e um homem branco, que começou a residir no lote 134 enquanto trabalhava como governanta de um influente político local e, depois, enquanto proprietária após ter

---

<sup>47</sup> Ao abordar sobre a organização doméstica nas vilas de mineração pesquisadas, Hardest (2010) faz referência sobre qual seria o papel das mulheres dentro de um “sistema mundial de mineração”, a partir da identificação da “casa” inserida nesse sistema. Nesse caso, um padrão na organização social em que homens e mulheres membros da casa viveram poderia ser verificado, mesmo em áreas de mineração localizadas em diferentes lugares. Para o caso das áreas pesquisadas pelo autor, o papel das mulheres é observado muitas vezes no contexto da casa, tanto em funções domiciliares em uma atitude conservadora (vitoriana), quanto em funções diversas que poderiam servir de apoio econômico para a renda da família.

ascendido socialmente e economicamente ao ponto de adquirir várias propriedades, tendo sido uma das primeiras mulheres proprietárias na cidade (Delle e Levine, 2010).

A partir de um conjunto de dados, dentre eles censos demográficos e mapas aliados aos registros obtidos através de escavações arqueológicas, Delle e Levine 2010 detalharam sobre a mudança que o crescimento e a industrialização provocaram na configuração urbana e nos espaços masculinos e femininos da cidade de *Lancaster* que, inicialmente planejada para abrigar pequenas casas em lotes abertos, foi aos poucos sendo transformada e passou a abrigar uma paisagem densamente compactada.

Já a pesquisa realizada por Baugher (2010) em um asilo localizado na cidade de Nova Iorque (EUA) também trouxe um referencial interessante sobre a análise da paisagem de gênero. O *Sailors' Snug Harbor* foi um asilo de caridade idealizado por Robert Randall, um comerciante que, após a sua morte, destinou toda a sua fortuna para a instalação de uma instituição que pudesse acolher marinheiros aposentados. Com sua construção iniciada em 1831, o asilo era direcionado para o abrigo exclusivo de homens. Contudo, homens e mulheres faziam parte da equipe de trabalho e residiam nas construções direcionadas à classe trabalhadora.

A análise da paisagem de gênero realizada por Baugher (2010) demonstrou que apesar do asilo parecer um porto seguro e disponibilizar conforto, os residentes e funcionários e funcionárias viveram sob limitações econômicas e sociais em decorrência de questões raciais, de gênero, classe e ocupação (Baugher 2010).

Baugher (2010) evidenciou através do olhar arqueológico sobre a paisagem que apesar de se tratar de uma instituição de caridade, o asilo oferecia melhor qualidade de vida tanto para os residentes quanto para os trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, os papéis de gênero da época, as hierarquias de poder e as lutas pelo poder foram refletidas na paisagem e as disputas entre os funcionários, homens e mulheres, administrador e resistentes, puderam ser lidas através observação sobre a colocação e posicionamento dos edifícios e da existência [ou não] de caminhos, jardins e pomares, aliados aos materiais arqueológicos evidenciados durante as escavações.

Outra pesquisa que trata sobre paisagem de gênero, dessa vez sobre o período colonial escravocrata norte-americano, é a desenvolvida por Battle-Baptiste (2010) que buscou observar o contexto da *plantation* de algodão localizada em *Nashville*, estado do *Tennessee*, que foi de propriedade de Andrew Jackson, sétimo presidente dos Estados Unidos.

Battle-Baptiste (2010) parte da observação sobre a materialidade da fazenda, de nome *Hermitage*, que teria servido ideologicamente para construir uma narrativa que parecia favorecer a imagem de Andrew Jackson como apto para ser presidente da república. Nesse caso, *First Hermitage*, a primeira cabana de madeira, datada de 1804, era considerada modesta para os padrões de construção observados na época e ocupou lugar simbólico importante para afirmar as origens humildes de Andrew, como no trecho em destaque:

A projeção de Jackson como um homem comum, um homem do povo, o humilde filho que ficou órfão em tenra idade para se tornar presidente dos Estados Unidos, sempre negligenciou mencionar seu papel como um dos maiores proprietários de plantações na região do centro do Tennessee (Battle-Baptiste 2010, p. 83)<sup>48</sup>.

Contudo, a pesquisa arqueológica na paisagem da *First Hermitage* possibilitou novas narrativas onde outros atores foram destacados, sobretudo a respeito do cotidiano dos trabalhadores escravizados e, em especial, sobre as mulheres.

Ao analisar especialmente o período em que a *First Hermitage* foi ocupada por trabalhadores escravizados no período entre 1821 e 1850, Battle-Baptiste (2010) observou que, por a plantação ser a preocupação primária, esta seria território de domínio dos homens e, por isso, a transformação dos espaços domésticos teria sido de competência das mulheres, que possivelmente estavam refletidas na organização desses espaços.

Através de relatos obtidos em entrevistas, a autora verificou que os quintais eram espaços dominados por mulheres e crianças e, em diálogo com as pesquisas de Angela Davis, as denominou como “guardiãs da casa de resistência”, como no trecho em destaque:

Angela Davis (1981) descreve como podemos apenas supor, em um sentido muito real, como foi a vida doméstica – longe dos olhos e do chicote do feitor – que os africanos cativos puderam tentar afirmar o mínimo de liberdade que ainda retinham; foi somente ali que eles poderiam se inspirar a projetar técnicas para expandi-la ainda mais, utilizando as poucas armas que tinham contra a classe dos proprietários, cuja busca implacável por lucro era a fonte de sua miséria (Davis 1981:118). Assim, de várias maneiras, foi a mulher cativa que se tornou a 'guardiã de uma casa de

---

<sup>48</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “*The projection of Jackson as a common man, a man of the people, the humble son orphaned at an early age to become president of the United States, has always neglected to mention his role as one of the largest plantation owners in the Middle Tennessee region*” (Battle-Baptiste 2010, p. 83).

resistência', um espaço que transformava os oprimidos em agentes ativos nas ações cotidianas que moldam vidas. (Davis 1981:118 *apud* Battle-Baptiste 2010, 87) <sup>49</sup>.

De acordo com a pesquisadora, o quintal era compreendido como uma extensão da casa, uma espécie de “sala de estar”. No contexto pesquisado, a paisagem do pátio ao redor das moradias de *First Hermitage* poderia ser um lugar de abrigo e de recuperação não vinculado ao trabalho forçado. O quintal, enquanto conexão espiritual dos trabalhadores e trabalhadoras escravizadas com a terra, passava longe do olhar colonial (Battle-Baptiste, 2010).

O movimento da vassoura no quintal, que visava manter este espaço de convivência limpo, físico e espiritualmente, era operado pelas mulheres e era socialmente significativo. Battle-Baptiste (2010) interpreta que ato de varrer era a metáfora que evidenciava como as mulheres moldaram a paisagem doméstica criando um espaço importante para os habitantes e que serviu como local para a produção cultural negra, como no trecho em destaque:

(...) o ato de varrer também servia para proteger contra o senhor e os espíritos indesejáveis da plantação. Os movimentos [as passadas] muito intencionais da vassoura de uma mulher idosa tinham poder, separavam e protegiam a área de tudo o que é mau. Assim, à medida que a vassoura é empurrada para frente e para trás, há passadas intencionais, passadas que movem diferentes energias para diferentes locais. Quando uma mulher idosa move sua vassoura para frente e para trás, ela pode cantar uma canção para invocar o sentimento ou o trabalho que precisa realizar. Ela está protegendo sua casa, sua família, sua comunidade ao criar uma barreira espiritual que é reconhecida por seu povo. Essas ações eram realizadas por mulheres, e os métodos eram passados de mulher para mulher, de geração em geração (Battle-Baptiste 2010, p. 89) <sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “Angela Davis (1981) describes how we can only assume that in a very real sense, it was in domestic life – away from the eyes and whip of the overseer – that captive Africans could attempt to assert the modicum of freedom they still retained, it was only there that they might be inspired to project techniques of expanding it further by leveling what few weapons they had against the planter class whose unmitigated drive for profit was the source of their misery (Davis 1981:118). So in several ways it was the captive woman who became the “custodian of a house of resistance,” a space that transformed the oppressed into active agents in the pedestrian actions that shape lives” (Davis 1981:118 *apud* Battle-Baptiste 2010, 87).

<sup>50</sup> Traduzido a partir do trecho em inglês: “(...) the act of sweeping was also to protect against master and the undesirable spirits of the plantation. The very purposeful strokes of an elder woman’s broom has power, it separated and protected the area from all that is evil. So as a broom is pushed back and forth, there are purposeful strokes, strokes that move different energies to different locations. As an elder woman moves her broom back and forth, she may sing a song to invoke whatever feeling or work she needs to do. She is protecting her home, her family, her community by creating a spiritual boundary that is recognized by her people. These actions were performed by women, the methods passed down from woman to woman, generation to generation” (Battle-Baptiste 2010, p. 89).

Como busquei demonstrar a partir dos estudos de caso aqui referenciados, a relação simbólica observada na paisagem entre a espacialidade, identidade e gênero, se apresentou como um caminho para se compreender e alcançar novas informações acerca do cotidiano das pessoas não restritas aos homens, seja em contexto colonial, urbano ou em decorrência das transformações nas paisagens verificadas em consequência da expansão industrial.

Com exceção do texto de Delle e Levine (2010) que, apesar de fazer referência às transformações urbanas percebidas em decorrência das mudanças nas relações de trabalho, acabou por proporcionar uma análise da paisagem com maior foco nas relações econômicas das mulheres que residiram o Lote 134 de *Lancaster*, os demais trabalhos citados destacaram o trabalho como central para a análise das paisagens de gênero.

Nas pesquisas realizadas por Metheny (2010) e Hardesty (2010), as análises nas vilas de mineração organizadas hierarquicamente para abrigar predominantemente homens para o trabalho, evidenciaram mulheres, tanto em atividades desenvolvidas no espaço doméstico como em ocupações diversas que, em comunidade, vivenciaram e também modificaram as paisagens que preeminentemente são lidas enquanto masculinas.

Baughner (2010), por sua vez, mostrou, na paisagem do asilo em Nova Iorque, as relações de poder, as hierarquias e as disputas entre trabalhadores e trabalhadoras baseada em classe e gênero.

Já na pesquisa de Battle-Baptiste (2010), foi posto que buscar formas para a separação entre espaço de trabalho e espaço privado pode ter sido uma estratégia essencial para a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras escravizadas de *First Hermitage*. A organização familiar identificada no contexto foi descrita enquanto uma unidade social complexa que superava a esfera íntima definida pelas relações de casamento e parentesco e se apresentava também conectada pelo trabalho, a partir de onde as pessoas eram simultaneamente membros de múltiplas famílias. Esta rede complexa, servia para mediar as relações sociais que giravam em torno da produção, distribuição e reprodução (Battle-Baptiste 2010).

## **PARTE II – “MULHER SOLTEIRA”**



#### CAPÍTULO 4 – “MULHER SOLTEIRA NÃO É MOÇA”: GÊNERO, RAÇA E OS PAPEIS SEXUAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX SOB UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL

Na imagem de abertura deste capítulo, Aurora desenhou uma mulher de cabelos longos e trançados. Ela usa um vestido “vermelho sangue” que cobre quase todo o seu corpo. No peito, uma joia dourada e, em seus braços, uma criança. Em baixo, é possível ler um escrito que começa: “*identidades herdadas do papae...*”.



*Sem título (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 87.*

Retomando ao contexto objeto desta pesquisa, como evidenciado nos capítulos iniciais, a história de Fordlândia e Belterra, em geral, é contata a partir das áreas de interesse da Companhia Ford e das relações de trabalho entre os empregados homens.

Na tese elaborada por Pereira (2016), por exemplo, está mencionada em boa parte do texto a presença e a atuação de Zélia Pinto de Souza Braga, uma mulher que ocupou

posição de poder nas instituições de ensino das cidades operárias. Contudo, sua abordagem remete à uma tentativa de dar relevância mais especificamente à vida dos trabalhadores do campo, ilustrados pelo registro fotográfico de um grupo de homens (ver Figura 69).

Figura 69: Seringueiros, Belterra (1953).



**Fonte:** Acervo histórico digital - IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belterra/historico>. Disponível também no subcapítulo denominado *O Trabalho e força de trabalho* (Pereira, 2016, p. 92)

A escolha de Pereira (2016) em direcionar seu olhar para os “seringueiros”, mesmo construindo boa parte da sua argumentação a partir da atuação de uma mulher enquanto trabalhadora é compreensível quando observamos que tanto as mulheres como a classe trabalhadora estão na base da hierarquia da organização das cidades operárias da Ford, sendo que as mulheres, aparentam ocupar posição de maior subordinação.

Mas assim como o trabalho de Pereira (2016) e outros que se ocupam em compreender o contexto social dos projetos da Ford na região do Tapajós, também este que aqui apresento faz referência a uma história parcial.

As histórias que a maioria das pessoas aprende na escola, geralmente, concordam quanto à origem, às figuras-chave que desempenharam papéis importantes e aos fatos notáveis que levaram a resultados importantes. Estudantes fazem provas que avaliam seus conhecimentos sobre os supostos fatos e escrevem artigos sobre seu significado. Essas versões oficiais da história podem ser amplamente aceitas, mas a interpretação direta da história que elas fazem privilegia alguns grupos em detrimento de outros e realça certas experiências em detrimento de outras. As pessoas são ensinadas a tratá-las como universais, mas as histórias oficiais apresentam, em geral, uma visão parcial do mundo, de acordo com a perspectiva dos grupos dominantes (Collins e Bilge, 2021, p. 89).

O desafio o qual me coloco é, que mesmo parcial, a história da mulher solteira a qual irei contar parte de uma perspectiva de gênero até então não considerada nas leituras sobre este passado recente. Assim, na tentativa de melhor compreender as relações de poder em que as mulheres se encontraram dentro desta organização social em consideração à diversidade de sujeitos que compartilharam as paisagens industriais de Fordlândia e Belterra, espero alcançar uma abordagem mais complexa sobre as experiências que serão mais adiante relatadas.

(...) o olhar instruído por um conceito de gênero não se limita a observar as posições das mulheres no mercado de trabalho. A realidade, vista com um olhar de gênero (nesse caso, gênero como um instrumento analítico que orienta nosso entendimento sobre um contexto), conduz-nos a indagação, não apenas da posição que um sujeito específico (a mulher) ocupa em uma dada situação. Mas vai além, no sentido de entender quais as relações que se estabelecem entre mulheres e homens, mulheres entre si e homens entre si, de tal forma que, por serem marcadas por preconceitos de gênero, acabam afetando negativamente o desempenho profissional e a vida de homens e mulheres de forma diferenciada.

Sabemos que, no mundo do trabalho, as mulheres têm sido afetadas muito mais pesadamente pelos preconceitos e pela discriminação de gênero.

A diferença em pensar as relações de gênero está em perceber que o preconceito e a discriminação não estão assentados apenas na posição desprivilegiada das mulheres, mas podem estar sendo repostos e reforçados em vários níveis da vida de mulheres e de homens e operados nas diferentes relações em que esses sujeitos se envolvem. Assim, mesmo mulheres em postos de chefia, ou combativas sindicalistas, ou ainda, profissionais bem-sucedidas, todas não estão isentas de reproduzir preconceitos de gênero dentro e fora do mercado de trabalho.

(...)

É necessário, portanto, estar atento à forma como homens e mulheres dão sentido a estas novas posições que as mulheres vão assumindo no mundo do trabalho (Simião 2006, p. 18-19).

De acordo com Williams (2012), Foucault oferece novos métodos para refletir sobre as relações de poder, o passado e o ato de escrever e reescrever a história e, como assinala Machado (2010), o pensamento de Foucault não está pautado em identificar o lado onde está

posicionado o poder, pois este, não existiria. Nesse caso, o poder seria “*algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social*”.

Góes (2015) destaca que quando Foucault começa a criticar a perspectiva de que o Estado estaria no centro do poder, e em associação à sua compreensão de que os sujeitos humanos não são livres, ele começa também a problematizar, e se distanciar, dos conceitos de ideologia e repressão, ambos posicionados no campo da consciência, e passa a destacar o corpo como expressão material das forças do poder e do saber. Neste processo reflexivo, o homem e o Estado não são o centro da análise e o sujeito é composto pela agência e pela sujeição, sendo a ação do tornar-se sujeito possível a partir do seu processo de auto-disciplinamento.

Ao pesquisar o pensamento de Foucault para a interpretação linguística, Bora (2005) chama atenção para a negação de que o verdadeiro significado estaria na ideia de uma origem do discurso. Assim, marca-se o fim da ideia de consciência do sujeito, e o discurso é valorizado a partir da sua materialidade, onde o poder é exercido na própria interpretação. É nesta fase do pensamento de Foucault, chamada de genealogia, que os estudos da subalternidade encontram um importante referencial para o seu aprofundamento.

Nos estudos sobre a subalternidade, iniciados na Índia na década de 1980, evidencia-se uma abordagem crítica, na tentativa de superação daquelas pautadas nos reducionismos economicistas e deterministas, e que buscava dar conta de construir um esquema interpretativo mais complexo e que pudesse explicar, para o contexto indiano, as relações de poder entrecortadas por casta, gênero e classe. Se apresentam, como principal pesquisadora e pesquisadores do tema, Gayatri Spivak, Ranajit Guha e Dipesh Chakrabarty (Góes, 2015; Figueiredo, 2010).

Em diálogo aos debates realizados no contexto indiano, Figueiredo (2010) destaca também o início das discussões sobre a subalternidade na América Latina, através do Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, fundado em 1992 por John Beverly, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjines.

De acordo com Góes (2015), os estudos produzidos no contexto sul-asiático, estavam inseridos no campo das discussões sobre o pós-colonialismo e pós-imperialismo, e também acompanhavam o movimento mais amplo relacionado aos pensamentos associados à virada pós-estruturalista na década de 1980 e àqueles associados às esquerdas políticas no mundo. Na perspectiva em questão, os pesquisadores citados, inspirados pelas ideias de

Antonio Gramsci, inseriram em suas críticas, além dos pensamentos Foucault, os de Jacques Derrida, e buscaram observar a política como centro da análise.

Para Chakrabarty (apud Góes, 2015), seria fundamental “*provincializar a Europa*” a partir da percepção que as leis universais, propostas pelo positivismo e pela ciência iluminista não poderiam, de fato, ser universais, e os conceitos empregados nesses discursos jamais poderiam ser considerados puros, pois as linguagens e circunstâncias para a sua formulação seriam únicas, e se apresentariam em diversas facetas discursivas a partir dos contextos específicos.

Guha e Spivak utilizam o conceito de subalterno em associação aos grupos marginalizados que não possuem voz, ou representatividade, e em relação ao lugar social em que ocupam. A partir desta prerrogativa, buscaram pesquisar a Índia colonial a partir da perspectiva das massas, na tentativa de construção de narrativas alternativas que pudessem trazer novos olhares em contraposição aos discursos oficiais baseados em noções eurocêntricas.

Para Spivak o termo subalterno carrega consigo a condição do silêncio, marcada pela divisão internacional provocada pelo sistema capitalista e pela “*impossibilidade de representação daqueles que estão à margem ou centros silenciados*”. De acordo com a autora, o conhecimento produzido fora dos centros de poder deve ser concebido com a consciência de que quem escreve é um sujeito colonial e, para superar a forma como a produção intelectual estaria atravessada pelos interesses do capital, propõe a revisão da historiografia “*pela perspectiva de uma cadeia descontínua das insurreições*” (Figueiredo, 2010, p. 85 e 86).

Para Figueiredo (2010, p. 86), Spivak tem especial interesse em “*propor uma releitura sobre o que é tido como verdade e transportar esse debate para outro lugar, discutindo a capacidade do subalterno de representar-se. Dito de outra forma, teorizar quais são as possibilidades do subalterno de se subjetivar autonomamente*”.

Os estudos sobre a subalternidade, inseridos em uma abordagem pós-colonial e os estudos feministas se encontram especialmente na década de 1980, sendo que Spivak é uma das pensadoras que problematizam a articulação entre as abordagens. De acordo com Figueiredo (2010), Spivak daria, no desenvolver do seu trabalho, especial atenção à consciência da mulher subalterna que

Uma vez posta à margem da sociedade no contexto da produção colonial em que o homem é o dominante, a mulher subalterna não tem história e não pode falar, sendo

colocada às sombras. A pesquisadora afirma que tal reflexão sobre a mulher não pode ser reduzida a uma mera questão idealista, uma vez que ignorar o debate acerca da mulher subalterna seria um gesto apolítico que, ao longo da história, tem perpetuado o radicalismo masculino (Figueiredo, 2010, p. 87).

A mulher na discussão de subalternidade é mencionada por Spivak (2010), observada a partir das lentes do pós-colonialismo e enquanto categoria social e política, pode ser percebida a partir de uma construção histórica e cultural atravessada por relações de poder que repercutem em diferenças e desigualdades, sendo esta última vista sobretudo em opressão e invisibilidade.

Quando retomo ao título desta tese, o termo “mulher solteira” pode ser lido como um desdobramento da categoria “mulher” e, junto dela, é atravessada pela colonialidade e por marcadores tais como raça, classe, raça, sexualidade, idade, estado civil, regionalidade e outros.

Para tentar me aproximar dos significados que podem ser atribuídos ao termo “mulher solteira”, tento recuperar no debate feminista a compreensão sobre como o conceito de gênero se desenvolveu e como os estudos sobre a categoria mulher se relacionam com as formas de se pensar e problematizar o gênero.

Para isso, me baseio prioritariamente no texto escrito por Piscitelli (2002) denominado *Re-criando a (categoria) mulher* e, junto dele, busco dialogar com autoras e autores que estiveram na base do texto citado (Engels, 2019; Butler, 2019), e outros escritos posteriores à publicação de Piscitelli que, ao meu ver, contribuem para o debate a partir de estudos específicos, tais como (Oyěwùmí, 2004; Brah, 2006; Nunes, 2017; Arruzza et al., 2019; e, Collins e Bilge, 2021).

Como expõe Piscitelli (2002), o conceito de gênero foi cunhado como uma inovação no debate feminista a partir da década de 1960 e como uma alternativa analítica para pensar a diferença que, até aquele momento, era discutida prioritariamente na teoria social a partir da tradição marxista e refletida desde uma perspectiva da “diferença sexual” para explicar a dominação masculina.

A teoria marxista, baseada prioritariamente na história do texto *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* publicado por Friedrich Engels em 1884, conta que a base da divisão do trabalho se dá a partir de uma diferença dicotômica, ou binária, onde fica posta uma diferenciação de base sexual, o feminino/masculino, e que esta diferenciação repercutiu em dominação do feminino pelo masculino a partir da origem da propriedade privada

Para estabelecer a relação entre a subordinação feminina e o início da propriedade privada, Engels (2019), se baseia no estudo do antropólogo evolucionista Lewis Morgan que observou especificamente o contexto do iroqueses, um grupo nativo norte-americano, e interpretou uma organização social linear. Referenciando explicitamente Morgan, Engels pressupõe uma relação desta linearidade, como uma evolução no desenvolvimento humano, e as mudanças provocadas na produção dos meios de existência.

Sob este referencial evolucionista, a organização social foi explicada a partir da sua divisão em fases que iam do Estado selvagem, passando pela Barbárie e, por fim, a Civilização, sendo este o estágio mais evoluído até então. Para Engels (2019), o advento da propriedade privada teria se dado entre a selvageria e a barbárie, e significava o fim do “comunismo primitivo”, um modo de vida marcado pela produção coletiva que visava suprir necessidades imediatas, sem a necessidade de acúmulo e sem a divisão de classes.

Nesta perspectiva evolutiva seguida por Engels (2019), quanto mais o caráter primitivo das relações era alterado em decorrência da transformação das condições econômicas, mais opressivas se tornaram as relações vivenciadas pelas mulheres que, pela condição biológica e dado ao seu papel na reprodução, foram cada vez mais submetidas à um tipo de matrimônio monogâmico, onde as sociedades matrilineares foram se transformando em sociedade patrilineares e, que teria repercutido na ruptura do direito materno pelo direito hereditário paterno e pela garantia de descendência familiar demarcada no homem.

Apesar do matrimônio monogâmico servir ao homem e à mulher, as relações monogâmicas eram restritas às mulheres e, ao homem, era permitida a manutenção das suas relações sexuais com mulheres fora do contexto do matrimônio, seja pelo adultério, condenado para as mulheres e não para os homens, seja com mulheres solteiras que, com o passar do tempo, passaram a ser percebidas no contexto da prostituição (Engels, 2019).

Com a noção de propriedade privada, o argumento de Engels (2019), embasado em Morgan, presume que houve a necessidade da criação de um aparato jurídico e da centralização do poder no Estado para viabilizar a identificação de quem assumiria o controle sucessório da propriedade e garantir à prole o seu direito de herança até o surgimento do sistema capitalista e o que seria a efetivação do patriarcado, uma forma específica de perceber a dominação centrada no homem enquanto detentor do poder (Rubin, 1993).

Na base argumentativa de Engels (2019, p. 68), *“o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem*

*e mulher no casamento monogâmico, e a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo masculino”.*

Diante das ideias de Engels sobre a origem da desigualdade entre homens e mulheres, aqui apresentadas de forma resumida e simplificada, é que algumas vertentes do feminismo estruturaram suas discussões, reivindicações e seus posicionamentos políticos a fim de resolver tais desigualdades percebidas dentro de um fenômeno universal. Para Piscitelli (2002),

O pensamento feminista, como expressão de idéias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, está longe de constituir um todo unificado. No entanto, apesar das importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas após finais da década de 1960 compartilham algumas ideias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas as partes e em todos os períodos históricos conhecidos (Piscitelli, 2002, p. 9).

De acordo com Piscitelli (2002, p. 10 e 11), algumas vertentes do feminismo socialista, por exemplo seguiram a argumentação de Engels sobre a opressão de classe entre homem e mulher e, para elas, *“a opressão das mulheres, assim como a exploração de classe, poderiam ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo”*. Por outro lado, outras vertentes desta corrente evidenciaram que em países tidos como socialistas estavam mantidas hierarquias de base sexual e, por isso, *“as causas originais da opressão feminina são colocadas, portanto, na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes”*.

Já no feminismo radical, a origem da opressão sobre as mulheres estaria relacionada à sua condição biológica percebida através da capacidade de gestar, parir e amamentar, ou seja, ao papel das mulheres aprisionado no processo reprodutivo e, por isso, a opressão seria resolvida através da *“eliminação da própria distinção sexual”* e do controle da mulher sobre a reprodução (Piscitelli, 2002, p. 11).

A partir da leitura de Piscitelli (2002), as interpretações que remetem a uma abordagem marxista materialista evidenciam um impasse que se relaciona com a pressuposição de que a origem da desigualdade entre homens e mulheres estaria fundamentada na condição biológica da mulher como o corpo que reproduz e gera filhos herdeiros para o controle da



propriedade. Ou seja, a diferença, que ressoa em desigualdade, é percebida especificamente desde uma esfera biológica, como no trecho em destaque:

Nessas explicações sobre as causas da opressão feminina, a reprodução adquire um lugar importante: as funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual. Chamo atenção para esse ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento, a “condição” compartilhada pelas mulheres [como categoria universal] - e da qual se deriva a identidade entre elas - está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. O corpo aparece, assim, como centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (Piscitelli, 2002, p. 11 e 12).

#### **4.1 Sobre a categoria “mulher”: Gênero, sexo, raça e poder**

A discussão sobre a construção do conceito de gênero se inicia no sentido de questionar se as desigualdades sociais, pensadas desde a diferença, estariam ou não baseadas em uma lógica da natureza que percebe o mundo dividido em dois polos insuperáveis, feminino e masculino e, com isso, contrapor a visão que reduz o que significa ser mulher a uma condição biológica e desnaturalizar essa opressão (Piscitelli, 2002).

Para tanto, a separação da condição do que era biológico e natural entre e que seria socialmente e culturalmente construído, fez com que emergisse nas dimensões de “sexo” e “gênero” uma articulação oposta entre natureza e cultura. Assim, “sexo” e gênero” passaram a ser utilizados como campos de disputas opostos onde, de um lado, o do “sexo”, foram consideradas as características estritamente biológicas e fisiológicas do corpo, percebidas dentro de um universo binário de macho e fêmea. Do outro lado da moeda, no “gênero”, são consideradas as dimensões subjetivas do que “ser mulher” e do “ser homem” e, de acordo com Haraway (2004), na década de 1970, as feministas tomaram a distinção entre sexo e gênero para argumentar a predileção da cultura/gênero em relação à biologia/sexo.

Como expressou Piscitelli (2002), o texto de Gayle Rubin (1975/1993\*), denominado “*O tráfico de mulheres: notas para uma economia política do sexo*” pode ser considerando uma das principais referências para os estudos de gênero e sexo entre as décadas de 1960 a 1980, e contribuiu para a noção que já estava em voga de que a opressão das mulheres é de caráter social.

Ao problematizar os escritos de Marx, Engels, Claude Lévi-Strauss, Sigmund Freud e Jacques Lacan, Rubin (1993, p. 2-3) objetivou explicar por que meios uma mulher se tornaria uma mulher subordinada em um sistema de opressão. Assim, tentando explicar a origem desta opressão e evidenciando “*a falha do marxismo clássico em exprimir ou conceituar a opressão sexual*”, criou o conceito “sistema sexo/gênero”, definido preliminarmente por ela como “*um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas*”.

De acordo com Rubin (apud Piscitelli, 2002), as sociedades apresentam diferentes sistemas sexo/gênero, organizados e produzidos em contextos específicos que operacionalizam relações de poder. No caso do ocidente moderno, este se caracterizaria a partir da busca por naturalizar a heterossexualidade e pelo constrangimento da sexualidade feminina (Rubin, 1993). Como apreende Piscitelli (2002),

Rubin pensa o intercâmbio de mulheres Levistraussiano - um dos princípios fundamentais do parentesco, na teoria desse autor - como conceito que situa e “explica” a opressão das mulheres dentro dos sistemas sociais. “Explica”, no sentido em que, para ela “o intercâmbio de mulheres” não seria uma definição de cultura, nem um sistema em si mesmo, mas a percepção de certos aspectos das relações de sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Para Rubin, o “intercambio de mulheres” seria um “primeiro passo” para a construção de conceitos através dos quais pensar a subordinação das mulheres, na medida em que mostraria essa subordinação como produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos. Isto leva a autora a pensar na necessidade de estudar cada sociedade para determinar os mecanismos através dos quais as convenções da sexualidade se produzem e mantêm.

Na formulação de Rubin, no que se refere à diferença sexual, a cultura se sobrepõe à natureza. Na perspectiva da autora, se a natureza fornece “dados”, esses dados mostrariam que a “diferença” é, sobretudo, cultural (Piscitelli, 2002, p. 18).

Retomando o trabalho de Rubin (1975/1993\*), Piscitelli (2002) chama atenção para outro ponto relevante que se associa à possibilidade de aplicar gênero como categoria de análise de forma alternativa aos estudos sobre o patriarcado que, percebido como um sistema de opressão, pressupõe uma universalização e uma estabilidade estrutural da desigualdade. Para Piscitelli (2002, p. 21), o trabalho de Rubin se insere em uma linha de análise crítica sobre como o poder é operado entre os sexos e que a ideia até então propaganda sobre uma dominação masculina universal não seria apropriada para todos os grupos humanos, visto que não há indícios que todos os grupos “*dicotomizem seu mundo em termos de domínios de poder*”.

O que me interessa reter de tudo isto é que o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres (Piscitelli, 2002, p. 21).

Para Quijano (2005), as categorizações de gênero estão comportadas no processo de colonização e, compartilhando deste pensamento, Lugones (2007) informa que o sistema de gênero binário e hierárquico está inserido dentro de um processo colonial e reflete também uma dinâmica colonial de poder. Neste caso, o patriarcado estabelece um sistema de opressão onde a prática da heterossexualidade organiza a vida.

Para Haraway (2004, p. 218), na tentativa de construir a categoria gênero enquanto domínio cultural, o oposto, sexo e natureza, não foram historicizados e, portanto, o estabelecimento de “mulheres” e “homens” como identidades essenciais *“permaneceram analiticamente intocadas e politicamente perigosas”*.

O texto denominado *“Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas”* de autoria de Oyèrónké Oyěwùmí (2004) nos tenciona a refletir sobre a hegemonia cultural e a universalidade verificada nas perspectivas euro e norte-americano centradas e, a problematizar as discussões sobre as abordagens de gênero, como categoria analítica, diante de outras realidades, tomando como base em experiências desde o continente África.

Para iniciar sua discussão, Oyěwùmí (2004) traz uma crítica à “era da modernidade” a partir de processos históricos percebidos como globais e necessários para a compreensão das “realidades africanas”. De acordo com a autora, esses processos são marcados: pelo desenvolvimento da movimentação marítima e colonização europeia sobre populações de territórios vistos, em perspectiva eurocêntrica, como novos e menos desenvolvidos: África, Ásia e América Equatorial e do Sul; pelo controle dos territórios focados em uma ideia de estado-nação; pela movimentação forçada de populações visando a sua exploração a partir do trabalho, subordinação e escravização; pelas ideias desenvolvimentistas encampadas pelas transformações tecnológicas verificadas diante dos

processos de industrialização; pelo desenvolvimento e expansão do sistema capitalista e da reconfiguração de processos de exploração: colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, e “o estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-americana”.

Para Oyěwùmí (2004), a percepção desses processos históricos evidencia a “*racialização do conhecimento*” desde a Europa, “representada como fonte de conhecimento” e, como consequência de uma construção baseada em uma leitura de gênero, o homem europeu, detentor do “privilegio de gênero masculino”, é visto como possuidor legítimo e natural deste conhecimento.

É nesta categoria analítica de gênero que Oyěwùmí (2004, p. 01 e 02) busca construir a sua argumentação e, baseada em “experiências e epistemologias culturais africanas”, lança o questionamento acerca do “*lugar do ‘gênero’ em realidades africanas*” e a realização de pesquisas que tenham como foco “*preocupações e interpretações locais (...) a pesar do racismo estrutural do sistema global*”.

Para a autora, as pesquisas realizadas por teóricas feministas ocidentais, sobretudo norte-americanas brancas, e que utilizam “o gênero como modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo mundo” estão “*em grande parte destilada desde a Europa e experiências americanas*” e, sobre esse aspecto, Oyěwùmí (2004, p. 02) afirma a importância de se questionar a “identidade social, interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos”.

Oyěwùmí (2004) então verifica uma universalidade inadequada presente neste debate, onde a categoria social da “mulher” e a percepção de uma hierarquia de gênero a coloca sempre em condição subordinada ao homem, numa relação dual, dicotômica e binária, demarcando uma oposição “entre masculino/ feminino, homem/mulher, em que o macho é presumido como superior”.

Como contraposição a este discurso universal, Oyěwùmí (2004, p. 03) faz referência a autoras afro-americanas que buscam contribuir para o debate interseccional e considerando o gênero em associação a outras categorias de desigualdade, tais como raça e classe, para assim “*teorizar múltiplas formas de opressão*”.

A partir desta observação e buscando articular com uma crítica Africana, Oyěwùmí (2004, p. 03) propõe que “*os conceitos feministas [consolidados nas perspectivas euro/ norte-americano centradas] estão enraizados sobre a família nuclear*”, generificada e

construída sobre as bases do sistema capitalista, racista e patriarcal - onde “*a casa unifamiliar*” é formada por uma “*unidade conjugal no centro*”, formada por uma mulher subordinada, associada a um feminino submetido ao “*doméstico e ao cuidado*”, um marido patriarcal, e suas filhas e filhos que reproduzem os papéis sociais marcados pelo padrão binário dos seus corpos, delimitando o “*gênero como categoria natural e inevitável*”, mesmo que se tenha referências suficientes para afirmar que se trata de uma categoria cultural e socialmente construída.

Diante desta “divisão sexual do trabalho”, Oyěwùmí (2004) dialoga com a socióloga feminista Nancy Chodorow que, por sua vez, relata as diferentes trajetórias psicológicas de desenvolvimento para filhos e filhas em famílias nucleares onde a mulher exerce a função da maternidade, e cita o trecho:

A divisão do trabalho familiar em que as mulheres exercem a maternagem dá sentido social e histórico específico para o gênero em si. O engendramento de homens e mulheres com personalidades, necessidades, defesas e capacidades particulares cria condições e contribui para a reprodução dessa mesma divisão do trabalho. Assim, o fato de as mulheres serem mães inadvertidamente e inevitavelmente se reproduz. (Chodorow 1978: 12 apud Oyěwùmí, 2004, p. 04).

Em soma à abordagem relacionada ao papel da maternidade, a noção feminista branca sobre a feminilidade, ainda sem considerar categorias como classe e raça, também se encontra enraizada na organização da família nuclear, evidencia ainda a redução da noção de mulher à categoria de “esposa” que, como trata a pesquisadora Miriam Johnson (apud Oyěwùmí, 2004, p. 04), “a relação de matrimônio tende a ser a relação nuclear de solidariedade adulta e, como tal, faz com que a própria definição de mulher se torne a definição de esposa”.

Tal abordagem evidencia o papel da mãe em laço indissociável ao lugar de “*esposa do patriarca*”, fazendo com que o papel desta mulher seja percebido exclusivamente pela presença “*de seus laços sexuais com um pai*” (Oyěwùmí, 2004, p. 05).

Como contraposição à esta visão feminista branca onde a ideia de família nuclear está baseada em um conhecimento predominantemente euro/ norte-americana centrado, Oyěwùmí (2004, p. 06) apresenta experiências vivenciadas por famílias Iorubás que, por estarem organizadas de forma diferente da família nuclear patriarcal, em observação focada em seu contexto, se apresentou por uma organização onde “*os centros de poder dentro da família são difusos*” e os “*papeis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero*”.

De acordo com Oyěwùmí (2004, p. 07), no contexto da família Iorubá, a idade relativa é o que organiza as relações e, esta antiguidade é percebida em associação ao “*modo de recrutamento para a linhagem*”, onde o nascimento e as relações de sangue (insider) é percebido em relação ao casamento (outsider). Dessa forma, os membros da família são “*organizados individualmente por ordem de nascimento*” e, os nascidos ocupam posição diferenciada daqueles que assumem o lugar a partir do casamento.

Para exemplificar, Oyěwùmí (2004, p. 06) faz referência ao trabalho da antropóloga Niara Sudarkasa sobre “*os sistemas familiares baseados em África*”, onde:

Após o casamento, os casais normalmente não estabeleciam famílias separadas, mas sim se juntavam ao composto familiar da noiva ou do noivo, dependendo das regras vigentes de descendência. Em uma sociedade em que a descendência é patrilinear, o grupo principal do composto consistia de um grupo de irmãos, algumas irmãs, seus filhos adultos e netos. O núcleo da unidade co-residencial era composto de parentes de sangue. Os cônjuges são considerados pessoas de fora e, portanto, não parte da família [grifo da autora]. (Niara Sudarkasa 1996: 81 apud Oyěwùmí, 2004, p. 07).

Outras leituras referenciadas por Oyěwùmí (2004) fazem relação ao estudo da antropóloga Ifi Amaduime, à biografia de Sekai Nzenza Shand sobre a sua família e ao estudo de Kwesi Yanhan em seu estudo realizado no contexto da África Ocidental que, referenciadas por Oyěwùmí (2004, p. 08-09) evidenciam outras concepções como “*filhas do sexo masculino, maridos fêmeas*”, mulheres que possuem status patriarcal. Formas de organização social que exigem um repensar sobre as categorias de mulher e gênero e que confundem a “*compreensão ocidental generificada em que o papel social ‘esposa’ é inerente ao corpo feminino*”.

O texto de Oyěwùmí (2004) evidencia diversos desafios relacionados às perspectivas universais adotadas em discursos de gênero baseados em perspectivas ocidentais e, como afirma Piscitelli (2002, p. 24), o problema reside no gênero como identidade global.

Além das leituras de que o gênero não pode ser visto em uma perspectiva global, mas sim a partir de um contexto específico, o sexo também é repensado e os desdobramentos disso são estudos que problematizam que, para diferentes sociedades, o sexo, percebido a partir da genitália masculina ou feminina, não dá conta de explicar a variedade de corpos que vão além do sistema sexual binário.

Thomas Laqueur (2001), em seu livro denominado “*Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*”, historiciza a noção de corpo e demarca que só a partir do século

XVII, sob um pensamento colonialista e ocidental, é que se encontram evidências sobre a distinção sexual de forma binária do masculino em oposição/complementar ao feminino. Assim, a discussão do gênero é levada também ao sexo, onde se argumenta que, assim como gênero, sexo também é construído a partir das relações sociais. Linda Nicholson (2000), por exemplo, é uma das pesquisadoras que defende que o sexo é produzido pelo gênero.

Nos termos de Nicholson, trata-se de uma ideia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu destino não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos - o que não quer dizer que possam ser universalizadas. Nessa proposta, não se trata de pensar em “mulheres como tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos” (Piscitelli, 2002, p. 35).

Para Piscitelli (p. 28), outra contribuição relevante na virada de pensar o sexo como construção social está no pensamento de Butler, a qual evidencia que o “gênero não se constitui de modo coerente e consistente em diversos contextos históricos” e, por partir do pressuposto que gênero se interconecta a várias “modalidades de identidades constituídas discursivamente”, se torna “impossível separar “gênero” das interseções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado”. Sobre os escritos de Butler, Piscitelli (2002) interpreta que:

Para Butler, a distinção sexo/gênero assume pressupostos que devem ser discutidos. A autora considera necessário refletir, de maneira crítica, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a ser considerados como “dados”. Com esse objetivo, ela propõe uma pesquisa genealógica que, ao mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente, desafie o caráter imutável do sexo. Nesse procedimento, o sexo aparece como culturalmente construído. Por esse motivo, Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como “dado”. (...). Gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo produzindo a aparência de uma substância de ser natural. Uma genealogia política bem sucedida em seus atos constitutivos que localizaria e descreveria esses atos dentro dos marcos compulsivos estabelecidos por forças diversas que “vigiam” a aparência social do gênero. (...). Na perspectiva de Butler, gênero poderia ser considerado como um “ato” intencional e, ao mesmo tempo, “performático”, no sentido de construção dramática e contingente de significado (Piscitelli, 2002, p. 27 e 28).

Para Nicholson (2000, p. 22), a evidência de sociedades africanas em que a genitália feminina pode ser pensada a partir de um “papel de marido”, ou em “sociedades indígenas americanas” onde a genitália masculina pode ser compreendida como um papel de “meio-homem/meio-mulher”, informam que o corpo e o sexo são interpretados e instituídos pelo gênero, como no trecho destacado do texto de Joan Scott:

gênero é a organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens; mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais (...). Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (Scott, 1988 apud Nicholson, 2000, p. 2).

Para Scott (1990), gênero é uma forma de explicar as relações de poder percebidas através das diferenças entre os sexos. A diferença, contudo, deve ser percebida a partir de uma perspectiva múltipla, e não binária, compreendendo que as pessoas se diferenciam entre si a partir de uma diversidade de marcadores como gênero, sexo, classe e raça.

Neste contexto de discussões, ao expor os problemas e limitações para os estudos sobre o patriarcado e para as tentativas de universalização da opressão, abre-se um caminho e uma virada importante nos estudos sobre a diferença e as origens da desigualdade e, portanto, para se discutir **a diferença** no âmbito da cultura, ou seja, criada fora do âmbito da natureza e do biológico e, como já anunciava Scott (1990), como relações de poder.

De acordo com Piscitelli (2008, p. 272), *“a história do feminismo está marcada pela procura de ferramentas analíticas para compreender as distribuições diferenciadas de poder que situam as mulheres em posições desiguais e, com base no conhecimento, modificar essas posições”*. Nesta mesma linha, visto que as desigualdades de gênero penetram em todas as esferas da vida, Avtar Brah (2006) afirma que *“o objetivo principal do feminismo tem sido mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero”* e, com isso, enfrentar a *“posição subordinada das mulheres tanto dentro das instituições do estado como da sociedade civil”*

A força por trás da teoria e da prática feminista no período do pós-guerra tem sido seu compromisso de erradicar desigualdades derivadas da noção de diferença sexual inerente a teorias biologicamente deterministas, que explicam a posição social das mulheres como resultado de diferenças inatas. (...). As feministas, é claro, não ignoram a biologia das mulheres, mas questionam ideologias que constroem e



representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas (Brah, 2006, p. 342).

Sob esta perspectiva, o poder é percebido no campo das relações sociais e exercido em uma relação dinâmica, flutuante, estratégica e específica, podendo se alternar entre as sujeitas e sujeitos a partir de condições específicas e de acordo com quem está se relacionando, onde e como o poder está sendo exercido. Uma sujeita ou um sujeito que se encontra em uma posição de subordinação em uma relação pode estar em uma posição de vantagem em outra. Assim, como afirma Brah (2006), a diferença pode construir tanto uma posição de opressão, como de privilégio.

No âmbito das discussões de gênero, e como alternativa ao patriarcado, Brah (2006) trabalha com a perspectiva de “relações patriarcais” como *“uma forma específica de relação de gênero em que as mulheres estão numa posição subordinada”*. Para a autora, esta demarcação é importante, pois permite que possamos pensar em outras formas de ver as relações que não seja especificamente pelo campo da dominação. Como afirma Brah (2006, p. 351), *“em teoria, pelo menos, deveria ser possível imaginar um contexto social em que relações de gênero não estejam associadas à desigualdade”*.

Longe de concluir o debate sobre os estudos de gênero e as limitações da categoria “mulher”, a discussão aqui trazida foi no sentido de pensar se caberia aqui discutir “mulher solteira” como uma categoria de análise para o contexto dos projetos da Ford em Fordlândia e Belterra. O texto de Brah (2006), nos dá pistas de que esta, assim como “mulher”, pode não ser suficiente.

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais **não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”**. Cada descrição está referida a uma condição social específica. **Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. É agora axiomático na teoria e prática feministas que “mulher” não é uma categoria unitária.** Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. **Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais.** Aqui o foco analítico está colocado na **construção social de diferentes categorias de mulheres dentro dos processos estruturais e ideológicos mais amplos**. Não se afirma que uma categoria individual é internamente homogênea. Mulheres da classe

trabalhadora, por exemplo, compreende grupos muito diferentes de pessoas tanto dentro quanto entre diferentes formações sociais. A posição de classe assinala certas comunalidades de resultados sociais, mas a classe se articula com outros eixos de diferenciação como o racismo, o heterossexismo ou a casta no delineamento de formas variáveis de oportunidades de vida para categorias específicas de mulheres (Brah, p. 341-342 [grifo meu]).

O trecho destacado do texto de Brah (2006), assim como em diversos fragmentos espalhados por entre os parágrafos deste capítulo, apontaram para a necessidade de pensar como as dimensões de diferenciação podem se articular para construir uma diversidade de categorias de identificação das sujeitas e sujeitos e, dentro dessas relações, onde, como e quem exerce o poder.

A possibilidade analítica de articulação entre as dimensões de diferenciação ganhou força mais especificamente pós-década de 1990 e teve como marco o uso do conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw em texto publicado em 1989, e que contribuiu para a sua mais ampla aplicação nas pesquisas acadêmicas, sobretudo no contexto do feminismo negro norte-americano sob uma abordagem crítica.

Contudo, como aponta Collins e Bilge (2001), as ideias por trás do conceito da interseccionalidade são anteriores à Crenshaw e remontam às décadas de 1960 e 1970, quando uma diversidade de movimentos sociais feministas que criticam e buscavam alternativas para as desigualdades sociais.

Uns sem-número de especialistas contemporâneos ignora ou não tem consciência desse período, pressupondo que a interseccionalidade não existia antes do fim da década de 1980 e do início da década de 1990, quando foi nomeada. Ao contrário, apontam a “cunhagem” do termo pela estudiosa de direito afro-americana Kimberlé Crenshaw como um momento fundamental da interseccionalidade. O trabalho de Crenshaw é vital, mas discordamos da visão de que a interseccionalidade começou a partir do momento em que foi nomeada. A escolha desse ponto de origem específico apaga o período anterior, quando houve uma forte sinergia entre a investigação crítica da interseccionalidade e a práxis crítica, e facilita a reformulação da interseccionalidade como apenas mais um campo acadêmico. A incorporação institucional da interseccionalidade durante a década de 1990, período em que ela se institucionalizou no ensino superior, não foi fácil nem direta. Frequentemente entendida em algumas narrativas como o suposto advento da interseccionalidade, a década de 1990 somente faz sentido em relação às décadas imediatamente precedentes a ela. Essas décadas também estabeleceram o contexto para o alcance global subsequente da interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021, p. 90).

É sobre o conceito de interseccionalidade que irei a partir de agora me debruçar.

## 4.2 Articulando diferenças: uma introdução à interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade tem como uma base pensar a desigualdade, desde uma perspectiva relacional. Para este pensar, Piscitelli, (2008) esclarece que não se trata apenas de perceber que a desigualdade de gênero é relacional, que a desigualdade de raça é relacional, ou até que a diferença é relacional, mas sim, pensar que existe diferença entre as diferenças e que o racismo, ou o sexismo, por exemplo, são experienciados de forma diferentes.

Sob uma perspectiva de gênero, a discussão da interseccionalidade, passa desde sua base, por repensar a noção de opressão universal a partir das experiências. Assim, quando se contrapõe a vida de diferentes mulheres, por mais que estejam todas sendo percebidas a partir de uma diferenciação de gênero, as experiências entre elas não são iguais (Collins e Bilge, 2021).

Para Collins e Bilge (2021), a noção de experiência é fundamental para a discussão da interseccionalidade e, nesse caso, a desigualdade não pode ser percebida de forma isolada visto que diferentes modos de diferenciação, tais como raça, classe, gênero, deficiência, regionalidade, entre outros, se articulam e operam simultaneamente na sua produção e reprodução.

Dessa maneira, a desigualdade não é percebida como algo dado onde determinadas pessoas tem e outras não tem, mas sim, como algo vivido e experienciado, podendo ser analisada a partir da percepção de como os diferentes processos de diferenciação são articulados. Ou seja, um grupo de pessoas que compartilham de um certo corpo biológico, percebido desde a classificação de seu aparelho reprodutor, não garante que todos os corpos com estas mesmas características vivenciem as mesmas experiências e que sintam de forma proporcional os mesmos pesos oriundos das relações desiguais. Como exemplifica Brah (2006),

Membros dos grupos dominantes de fato ocupam posições “privilegiadas” dentro de práticas políticas e materiais que se ocupam dessas divisões sociais, embora a precisa interconexão desse poder em instituições específicas ou em relações interpessoais não possa ser estipulada de antemão, possa ser contraditória, e possa ser contestada (Brah, 2006, p. 355).

De acordo com Collins e Bilge (2021, p. 86), *“estudiosos, estudiosas e praticantes contemporâneos interessados na interseccionalidade demonstram em geral sensibilidades similares em relação às desigualdades sociais e aos problemas sociais causados por elas”*. Diante deste nível de comprometimento e engajamento com a transformação e a redução das desigualdades, pesquisas que consideram a abordagem interseccional *“costumam criticar injustiças sociais que caracterizam complexas desigualdades sociais, imaginar alternativas e/ou propor estratégias de ação viáveis para a mudança”* e, por isso, *“buscam análises de questões sociais que não apenas descrevem o mundo, mas tomam posição”*.

Para contar mais especificamente sobre a história da interseccionalidade, Collins e Bilge (2021) remontam à história do ativismo social nos Estados Unidos antes mesmo do termo ser institucionalmente incorporado ao meio acadêmico. Para isso, recuam para as décadas de 1960 e 1970 quando a observação entrelaçada entre os diferentes marcadores de desigualdade podia ser claramente percebida na forma como diversos grupos, formados por mulheres historicamente subalternizadas, se organizavam politicamente em torno das reivindicações por justiça social.

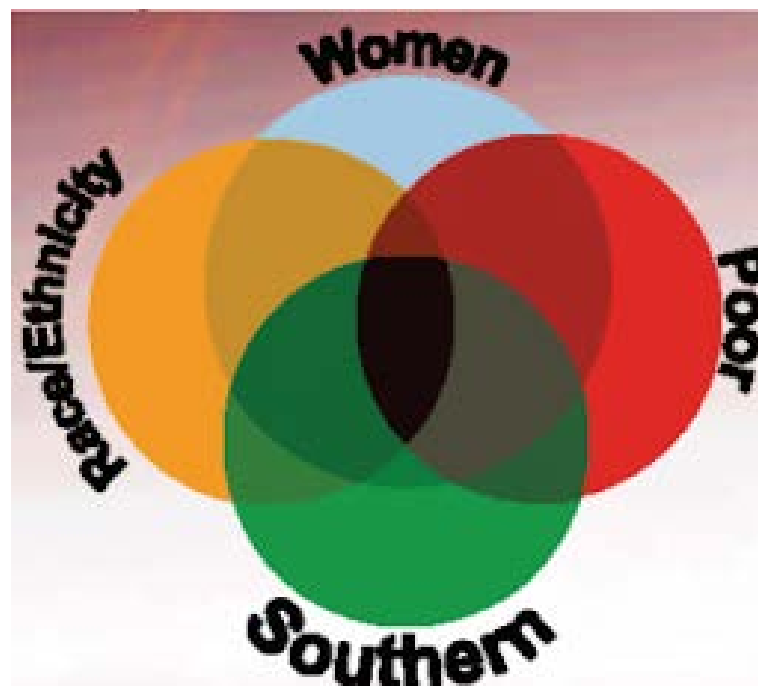
Dada a discriminação histórica contra as mulheres de ascendência africana, é tentador atribuir às afro-americanas a propriedade da suposta descoberta da interseccionalidade, então sem nome. No entanto, nos Estados Unidos, as afro-americanas faziam parte de alianças heterogêneas com chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas. Embora as experiências e os movimentos sociais que elas criaram ou aos quais aderiram tivessem formas diferentes, esses grupos foram os primeiros a reivindicar a interconectividade de raça, classe, gênero e sexualidade em suas experiências cotidianas, bem como a importância dessa análise interseccional para suas aspirações políticas (Collins e Bilge, 2021, p. 97).

Em relação a esta construção coletiva e já no decorrer da década de 1980, Collins e Bilge (2021, p. 99) destacam o trabalho de Anzaldúa (1987) como um marco para a discussão interseccional no feminismo latino que *“não apenas influenciou a teoria cultural chicana, como continua sendo um texto central para os estudos de raça, classe, gênero e sexualidade”*.

Os feminismos indígenas têm sido particularmente notáveis na desnaturalização da legitimidade dos Estados-nação coloniais e das sociedades coloniais brancas. A consciência feminista indígena, como ponto de vista político adquirido, não é dissociada de questões como a soberania indígena e o respeito pelos tratados. O nexo de poder que elas enfrentam inclui o colonialismo, o patriarcado, a supremacia branca e a pobreza. É importante ressaltar que os feminismos indígenas situam a prática anticolonial no centro de sua organização e de seus discursos (Collins e Bilge, 2021).

Quanto à incorporação do conceito no meio acadêmico, buscando refletir sobre os esquecimentos e as discriminações no contexto norte-americano, Crenshaw (2002) se embasou em um caso judicial de uma mulher preta para perceber a discriminação direcionada a ela devido ao gênero e raça. Através do conceito de interseccionalidade, buscou evidenciar formas de compreender as consequências estruturais e a manutenção de desigualdades diante da interação entre duas ou mais categorias de subordinação (ver Figura 70), sendo elas o sexismo, o racismo e o patriarcalismo.

Figura 70: Ilustração de como Crenshaw observa a sobreposição de marcadores de discriminação.



**Fonte:** Disponível em Crenshaw (2012, p. 10).

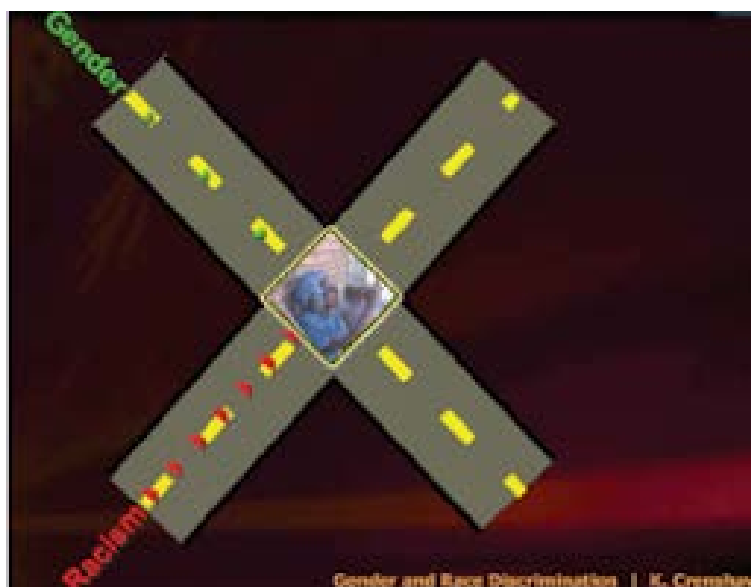
Em seu trabalho, Crenshaw (2002) evidenciou que homens e mulheres experienciam situações de racismo de maneiras diferentes em atenção ao gênero e, a discriminação racial e de gênero operam juntas. Nesse caso, mulheres não brancas, encontram chances mais limitadas de sucesso em comparação às experiências de mulheres brancas.

Ainda acompanhando a proposta de Crenshaw (2002), outras categorias de discriminação como classe, idade e/ou deficiência precisam ser incorporadas na formulação da interseccionalidade e, entre elas, percebe-se que, ao invés de lidarmos com grupos diferentes, estamos tratando sobre pessoas que se conectam e grupos a partir de diferentes combinações de discriminação. De acordo com a pesquisadora, podemos pensar

na discriminação racial como uma rua que segue do norte para o sul. E podemos pensar sobre a discriminação de gênero como uma rua que cruza a primeira na direção leste-oeste. Esses são os sulcos profundos que podem ser observados em qualquer sociedade pelos quais o poder flui. O tráfego, os carros que trafegam na interseção, representa a discriminação ativa, as políticas contemporâneas que excluem indivíduos em função de sua raça e de seu gênero. (...). Vamos imaginar: os eixos seriam os sulcos profundos criados, ao longo de séculos, por políticas e práticas baseadas na raça e no gênero. A parte ativa é o contemporâneo, aquilo que passa por esses sulcos e efetivamente afeta os que estão na interseção. Se uma pessoa estiver no meio de uma interseção, ela poderá prever que ocorrerão colisões nessa interseção e que provavelmente estará no meio dessas colisões (Crenshaw, 2012, p. 11-12).

A Figura 71 e Figura 72 ilustram a analogia entre vias e eixos que, de acordo com Crenshaw (2012), podem ajudar a compreender como opera a intersecção entre as opressões.

Figura 71: Ilustração de como Crenshaw observa os marcadores de discriminação como vias que se interseccionam.



**Fonte:** Disponível em Crenshaw (2012, p. 11).

Figura 72: Ilustração de como Crenshaw observa os marcadores de discriminação como vias que se interseccionam.



**Fonte:** Disponível em Crenshaw (2012, p. 11).

Diante desta abordagem proposta por Crenshaw para perceber como se dá a articulação entre as diferenças, abre-se um novo campo de disputa e discordância. Para Brah (2006), a analogia entre avenidas e opressão visualizada por Crenshaw, de cunho ainda estruturalista, pode ser problemático. De acordo com Brah (2006), se cada via for um eixo de opressão que em determinado momento se cruza e, se ao cruzar as opressões, elas se somam, fica posto que cada opressão correria de forma independente.

Brah (2006) argumenta que os processos de diferenciação não estão sendo exercidos de forma independentes uns dos outros, mas sim ao mesmo tempo e de forma articulada entre eles. Para a autora, não há possibilidade de a desigualdade de gênero ser pensada sem que sejam consideradas desigualdades de raça, gênero, classe e outras. O ponto de vista de Brah (2006) pode ser percebido nos trechos em destaque:

(...) a análise das intersecções entre racismo, classe, gênero, sexualidade ou qualquer outro marcador de “diferença” deve levar em conta a posição dos diferentes racismos entre si. Acima de tudo, sublinho a importância de uma macro-análise que estude as inter-relações das várias formas de diferenciação social, empírica e historicamente, mas sem necessariamente derivar todas elas de uma só instância determinante. Em outras palavras, tentarei também evitar o perigo do “reducionismo”. Ao mesmo

tempo, chamo atenção para a importância de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social.

Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra - é constituída pela outra e é constitutiva dela (Brah, 2006, p. 331-332 e 351).

O trecho recortado do texto de Brah (2006) chama atenção para o fato de que tudo tem relação de poder e que as relações de poder vão sendo operadas em qualquer situação. Para Piscitelli (2008), esta forma de perceber as diferenças provoca uma inversão importante nos estudos interseccionais onde a pergunta de pesquisa passa a ser voltada a compreender quais os processos de diferença que estão sendo operados em cada contexto específico e como se dá a articulação entre eles em consideração às relações que estão sendo analisadas.

#### 4.2.1 A interseccionalidade como ferramenta de análise

As análises que utilizam interseccionalidade como uma ferramenta analítica guardam um potencial de construção de explicações mais complexas sobre a desigualdade em termos globais. De acordo com Collins e Bilge (2021, p. 33), a interseccionalidade permite ver as pessoas para além de *“uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos”* e evidencia que *“a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas”*.

De acordo com Collins e Bilge (2021, 252), *“examinar as relações de poder interseccionais dentro de um contexto específico”* é de extrema importância, principalmente quando se trata de *“projetos interseccionais produzidos no Sul global”*. Contudo, as autoras enfatizam que as *“particularidades históricas”* devem, sempre que possível, ser percebidas em consideração ao contexto global.

Além de ter possibilitado novas formas de olhar e interpretações alternativas acerca de diferentes questões que envolvem as relações sociais, tais como família e trabalho, a interseccionalidade vem estimulando o desenvolvimento de novos questionamentos para *“disciplinas acadêmicas já existentes, em especial nos campos que tratam da interconectividade da academia com algum aspecto do público geral”* (Collins e Bilge, 2021, p. 57 e 59).



Para Collins e Bilge (2021, p. 46 a 49), seis ideias/ temas são centrais para a análise interseccional, sendo: a **desigualdade social**, percebida “através das interações entre as várias categorias de poder”; as **relações de poder interseccionais**, que “*devem ser analisadas por meio de interseções específicas (...) bem como entre domínios de poder – a saber, estrutural, disciplinar, cultural e interpessoal*”; o **contexto social**, em relação ao contexto nacional e global; a **relacionalidade**, a qual “*abrange uma estrutura analítica que muda o foco da oposição entre as categorias (por exemplo, as diferenças entre raça e gênero) para o exame de suas interconexões*”; a **complexidade**, que evidencia o caráter multifacetado a análise interseccional e onde determinadas categorias, analisadas conjuntamente, podem indicar a necessidade de outras categorias de análise; e, a **justiça social**, que leva em consideração a conexão da interseccionalidade com uma prática crítica.

Em observação às possibilidades de aplicação da interseccionalidade como ferramenta analítica neste estudo arqueológico e retomando os dados iniciais que foram apresentados na parte introdutória desta tese, mais especificamente àqueles que possibilitaram a formulação da hipótese que norteou esta pesquisa a qual se relaciona à uma possível diferença entre a prostituição que ocorreu entre os dois projetos da Ford na região do Tapajós no estado do Pará, de imediato, a articulação entre alguns marcadores de desigualdade são passíveis de identificação.

Em um primeiro momento, em decorrência das entrevistas exploratórias já abordadas e onde foram expostas as narrativas que diferem as memórias e o imaginário sobre a prostituição entre Fordlândia e Belterra, foram evidenciados papéis sociais para as mulheres que, conectados aos papéis sexuais, evidenciaram que na transição entre “moça” e “mulher solteira” poderia haver uma chave relevante para a compreensão de diferentes posicionamentos das mulheres naquela organização social. Sob este aspecto, ficou demonstrado, de imediato, que uma análise articulada entre gênero, idade e sexualidade poderia fornecer uma compreensão mais complexa sobre a vida das mulheres no período.

Já no segundo momento, e com o início da pesquisa documental, o conjunto de matérias jornalísticas disponibilizadas nas Figuras 10, 11 e 12 do capítulo introdutório que, publicadas em jornais da época, apresentaram relatos sobre o tráfico sexual de “*jovens tapuyas*” deslocadas do município de Alenquer para trabalhar em “*empresas organizadas*” de prostituição em Fordlândia, evidenciou que além das categorias gênero, idade e sexualidade, outras, tais como raça e localidade, poderiam ser articuladas para melhor explicar os processos

desiguais que pressionaram as comunidades no interior da Amazônia e, de forma particular, as mulheres.

Em decorrência dos marcadores preliminarmente identificados, é de especial importância para esta pesquisa evidenciar, no contexto nacional brasileiro, como se dá a compreensão e construção da noção papéis sexuais em uma articulação entre gênero, sexualidade e raça e, aliado a estes, como a localidade, exemplificada singularmente para o contexto da Amazônia, pode refletir em processos desiguais específicos.

Buscando nos aproximar do papel socialmente construído para a categoria mulher na primeira metade do século XX, e retomando ao que já discutido neste capítulo, dentre as categorias de gênero predominantemente polarizadas na noção binária de homem e mulher, o ser mulher é aqui compreendido como um conceito que reflete uma identidade social historicamente e culturalmente construída forjada na dinâmica de uma sociedade capitalista onde ficam evidentes as relações patriarcais (Eisenstein, 1980; Saffiotti, 1987, 2004).

Sob essa perspectiva, estão contempladas estratégias para a manutenção dos privilégios associados à identidade do homem e, com isso, a subordinação das mulheres que, dentro das relações capitalistas, ocuparam espaços menos valorizados (Santos Souza, 2015).

De acordo com Saffiotti (1987), a identidade social do ser mulher e do ser homem, a construção da ideia de inferioridade física e intelectual da mulher e a divisão desigual da população em classes sociais são elementos importantes para a compreensão das sociedades tidas como modernas e capitalistas. Para a autora, os papéis sociais estão associados a identidades, também sociais, atribuídas e delimitadas por determinado grupo / sociedade e, por isso, estão carregados de funções pré-determinadas que precisam ser cumpridas para a manutenção de uma estrutura social.

Ao analisar o discurso médico higienista difundido no Brasil entre o final do século XIX e início do XX, Rago (1985) defende que este contribuiu enormemente para o estabelecimento de precedentes ideológicos que foram utilizados pelos industriais e pelos órgãos de vigilância para a normalização do controle sobre os homens, mas principalmente, sobre as mulheres e as crianças das classes sociais mais pobres, o que levou a um aprofundamento das desigualdades.

Esse discurso médico-higienista se voltou para a criação de um novo conceito de família, onde a criança e a mulher eram os sujeitos que justificariam a intervenção do médico

e do Estado na construção dos papéis sociais associados ao “reizinho da família” e à “rainha do lar”, aprimorada na década de 1910 e intensificada nas décadas de 1920 e 1930.

Nesse cenário, para o menino — “reizinho da família” e futuro trabalhador para o desenvolvimento da nação — seriam ensinados a ordem e o respeito aos superiores. Já para as meninas e para as mulheres, “rainhas do lar”, seria exigida a responsabilidade sobre a saúde dela própria enquanto gestante e puérpera, e das crianças e do homem trabalhador, para que estes continuassem a produzir e, se meninas, reproduzir. Assim, a medicina e a pedagogia ocuparam importantes lugares no campo da política e no cotidiano da vida privada das famílias pobres (Rago, 1985).

Matos (1995) argumenta que:

A partir de diferentes setores, em particular do médico-sanitarista, propalava-se um modelo imaginário de família orientado para a intimidade do lar e que conduzia a mulher ao território da vida doméstica, locus privilegiado para a realização de seus talentos, procurando-se introjetar-lhe a importância da missão da mãe. A essa nova mulher - mãe e esposa - caberia desempenhar um papel fundamental na família: sempre vigilante, atenta, responsável pela saúde e felicidade das crianças e do marido, dedicada ao lar e à sua higiene (Matos, 1995, pp. 114-115).

Na construção desta ordem social, a questão sexual também estava em pauta. A construção científica de uma noção moral sobre a mulher como “guardiã” e “rainha do lar”, não abarcava o sexo que, para ela, servia apenas para procriação e nunca para o prazer.

Como observa Soihet (1989), a conduta da mulher, enquanto “moça”, é avaliada a partir da defesa da sua virgindade e, enquanto “esposa”, a partir da sua fidelidade conjugal, sendo que nos dois casos, o homem é o agente legitimador da honra, seja pela sua ausência, indicando a manutenção da honra pela virgindade, seja pela sua presença, legitimada a partir do casamento.

Nesse sentido, o caso de defloração trazido para este texto é representativo, pois, como expõe Caulfield (2000), principalmente a partir da década de 1930, e apesar da conduta do acusado continuar a ser avaliada, é sobre a conduta da mulher que havia maior preocupação, visto que era posto sobre ela o discurso que implicava a ordem nacional à uma noção de honra que, por sua vez, estava enraizada na sua honra sexual.

Para Caulfield (2000, p. 26), “*a honra sexual [da mulher] era a base da família, e esta, a base da nação*”. Nesse sentido, para o controle da sexualidade feminina, deveriam ser privilegiadas estratégias em que o homem ocupasse o lugar provedor e de produção, enquanto para a mulher, em seu trabalho desvalorizado, seria preferido o ambiente doméstico e privado (Rago, 1985).

A honra sexual da mulher a partir da manutenção da sua virgindade e fidelidade era alvo de preocupação tanto no contexto político, jurídico, quanto social através do controle da sua honestidade sexual, medida a partir de uma régua que percorria desde o seu passado regresso até o momento do ato que a posicionou enquanto vítima.

De acordo com Rago (1985), a questão sexual associada ao modelo de família na sociedade industrial do início do século XX acabou por criar uma nova contradição relacionada à existência da prostituição que, até aquele momento, era percebida por aqueles que controlavam o poder como uma atividade a ser criminalizada.

Nesta nova contradição, a procura da mulher prostituta pelo homem passou a ser justificada em respeito à construção moral da “noiva” e da “mulher-esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” que, dentro do modelo de união preconizado para a constituição da família, às suas vezes, viu as suas sexualidades serem negadas, sendo as primeiras, as “moças”, excluídas do processo de iniciação sexual dos seus noivos e, para a segunda, depois da oficialização do casamento, eram impostas “uma série de interdições sexuais” (Rago, 1985, p. 108).

Entre o ideal da mulher virtuosa e a figura da prostituta, fica refletido um profundo conflito da sociedade moderna, que ainda se manifesta de maneira específica nas relações de gênero e nas expectativas sociais. Esta dualidade revela como a sexualidade feminina, reprimida e controlada, é subordinada a normas morais que, em última instância, limitam a liberdade e a autonomia das mulheres.

Enquanto a prostituição é percebida como uma transgressão, seu papel se torna ainda mais complexo à medida que a busca pela manutenção da honra familiar ainda é frequentemente justificativa para o controle das sexualidades femininas. Assim, a marginalização da mulher, seja ela prostituta ou uma mulher que não corresponde aos papéis sexuais esperados, evidencia as contradições existentes nas normas sociais e também ilustra um sistema que, por utilizar a figura da mulher no papel de “rainha-do-lar”, sustenta um tipo de manifestação de poder na relação patriarcal que, mesmo em sua criticidade, utiliza da figura da

prostituta como um espelho distorcido do que é aceito e do que é negado dentro da dinâmica de uma construção familiar conservadora.

Para Nunes (2017), o processo de reflexão sobre a construção histórica da prostituição no Brasil e, nesse caso, acrescento a construção da noção e o exercício da sexualidade como um todo, deve buscar compreender a importância da questão racial que, em geral, acaba por não ser contemplada e, mais uma vez invisibilizada no campo de estudo, como reflexo “*particular de racismo que insiste em pensar o mesmo como não estruturante das opressões existentes*”.

Para a pesquisadora, aceitar que foram as mulheres negras que estiveram ocupando esse espaço desde a época colonial até os dias atuais é fundamental para se alcançar uma percepção mais realista sobre o desenvolvimento da atividade de forma a não manter os discursos que excluem “*o racismo como elemento central das opressões que estruturam nossa sociedade*” e contribuem para a manutenção de “*privilégios para uma parcela da sociedade*” (Nunes, 2017, p. 6).

Cadweell (2017 apud Collins e Bilge, 2021) mencionam o termo mulata como uma identidade social direcionada às mulheres negras onde, na construção da imagem do país, foram e ainda são altamente objetificadas e sexualizadas.

a popular imagem do Brasil como um país carnavalesco, um paraíso tropical, tem desempenhado papel central nas construções contemporâneas de identidade social das mulheres mulatas. A reputação internacional do Brasil como democracia racial está intimamente ligada à objetificação sexual de mulheres de origem racial mista como a essência da brasilidade (Cadwell, 2017, p. 58 apud Collins e Bilge, 2021, p. 42).

Destarte, o debate sobre agência e subjetividade associado aos dados de exclusão revelam que as mulheres negras e pobres, numa estrutura de opressão onde raça e gênero se articulam e se interseccionam a outros marcadores, são mais destituídas da possibilidade de reconhecimento positivo da identidade do que mulheres brancas, mesmo que em uma condição de classe semelhante (Nunes, 2017, p. 6). Os trechos em destaque da escrita de Brah (2006) exemplificam a questão:

Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque “branco” é um

significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto, analisar que nos constroem como, digamos, “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais.

(...).

Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis. A representação das mulheres brancas como “guardiãs morais de uma raça superior”, por exemplo, serve para homogeneizar a sexualidade das mulheres brancas ao mesmo tempo em que as fraturam através da classe, na medida em que a mulher branca de classe trabalhadora, ainda que também apresentada como “portadora da raça”, é simultaneamente construída como tendente à “degeneração” por causa de sua situação de classe. Vemos aqui como contradições de classe podem ser trabalhadas e “resolvidas” ideologicamente dentro da estruturação racializada de gênero (Brah, 2006, p. 345-346 e 351-352).

Ainda de acordo com Brah (2006, p. 352 e 344) “*racismos têm origem histórica diversa, mas se articulam com estruturas patriarcais de classe de maneiras específicas, em condições históricas dadas*” e que “*processos de racialização são, é claro, historicamente específicos, e diferentes grupos foram racializados de maneira diferentes em circunstâncias variadas, e na base de diferentes significantes de “diferença”*”.

Alves e Guiraldelli (2022, p. 60) afirmam que para o caso do Brasil, “*a apreensão crítica da questão racial permite compreender particularidades do caso brasileiro que estão relacionadas com a formação econômica, histórica, política e social do país*”.

A questão racial no Brasil é um tema complexo e multifacetado, permeado por desigualdades que remontam ao processo de colonização que impôs sobre os povos originários o genocídio, a expropriação de seus territórios, a exploração econômica dos seus recursos, a apropriação das suas referências culturais e outras violências sistemáticas justificadas em uma noção de raça superior para as pessoas brancas – percebidas dentro de um padrão europeu de branquitude – e, de raça inferior para as pessoas não-brancas.

Para Schwarcz (2012), o conceito de raça se estabeleceu no Brasil de forma diferente do que, por exemplo, em comparação aos Estados Unidos. Para o caso do Brasil, a autora faz um referencial utilizando relatos de viajantes, leis, matérias de jornais, entre outros

textos históricos para demonstrar que o conceito de raça no Brasil está diretamente associado a cor.

Remetendo aos referenciais que buscaram interpretar a formação do Brasil, tais como Gilberto Freire, Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Holanda, e evidenciado as contradições entre eles, Schwarcz (2012) argumenta que a percepção da raça a partir da cor, para o caso do Brasil, repercute em alguma instância no exercício de um racismo que é “autorizado” na esfera do privado, mas negado na esfera pública.

Nesse caso, para o caso Brasileiro, a autora identifica que o racismo é negado no indivíduo para ser vivenciado na prática cotidiana, sendo que o indivíduo não se percebe atuando na reprodução da violência através de “*um preconceito do outro*”, onde se opera um racismo silencioso, que acaba “*lançando para o terreno do privado o jogo da discriminação*” (Schwarcz, 2012, p. 31 e 32).

Schwartz (2012) reforça ainda que o branqueamento caracterizado no Brasil como política de estado na construção da identidade nacional e como se deu a transição da percepção sobre a mestiçagem, em aspectos positivos e negativos, incluindo na atuação de órgãos do governo para formatar um perfil do brasileiro em aspectos culturais e que repercutem ainda hoje na naturalização de preconceitos tanto para as pessoas negras e pretas como para o que faz do Brasil o Brasil, sendo que este último ainda está em aberto.

Conforme a autora aponta, o conceito de raça remonta ao século XVI. Já as teorias deterministas raciais seriam de meados do século XVIII, ou seja, ambas ideias muito recentes. No caso do determinismo racial, baseado na biologia e no darwinismo racial, a miscigenação era vista como uma condição de degeneração, onde determinadas atitudes eram inerentes à determinadas raças, fato que levou ao pensamento de que o código penal brasileiro no final do século XIX deveria atuar sobre a população de forma diferente a depender da raça da qual fazia parte (Schwartz, 2012).

Esse pensamento vinha ao encontro do momento em que a discussão acontecia, pós-abolição da escravatura e com uma série de questionamentos de como se daria as relações com a população negra recém-saída da escravidão e como ela seria percebida dentro de uma recente república que se propunha a uma “*igualdade cidadã*” (Schwartz, 2012).

Na transição para a república e diante da necessidade de se construir uma identidade nacional que remetesse à uma nova história sobre o que seria o Brasil, a

miscigenação passou a ser percebida não mais de uma perspectiva biológica, mais sim cultural, como foco na diversidade, vista de forma positiva. Esta mistura, difundida de forma romantizada, e posteriormente criticada enquanto era construído o “mito da democracia racial”, a população colorida, formada por três raças principais, branca europeia, negra e indígena, era percebida em relação harmoniosa e sem conflitos (Schwartz, 2012).

Não obstante, o mito da democracia racial e a história específica do Brasil, com a escravidão, colonialismo, ditadura e instituições democráticas, moldaram padrões distintos de relações interseccionais de poder quanto a raça, gênero e sexualidade. Encontros sexuais, consensuais e forçados, entre populações de ascendência africana, indígena e europeia geraram um povo com variadas texturas de cabelo, cores de pele, formas voláteis para descrever as misturas resultantes. A cor da pele, a textura do cabelo, as características faciais e outros aspectos físicos tornaram-se marcadores raciais de fato para a distribuição de educação, emprego e outros bens sociais (Collins e Bilge, 2021, p. 41 e 42).

Ao abordar a forma interseccional como o Movimento das Mulheres Negras no Brasil analisou as desigualdades que acometiam sobretudo as mulheres negras na década de 1970, Collins e Bilge (2021) apresentam uma breve leitura sobre o contexto nacional em relação às noções de raça que enfatizam o apagamento encoberto pelo mito da democracia racial.

O Brasil alegou oficialmente não ter “raças”, posição que se baseava no modo como o governo abordava as estatísticas raciais. Sem categorias raciais, o Brasil oficialmente não tinha “raças” nem negros como grupo “racial” socialmente reconhecido. Ironicamente, o mito da identidade nacional brasileira apagou a raça para construir uma filosofia de democracia racial em que ser brasileiro substituiu outras identidades, como as de raça. Em essência, ao apagar a categoria política de raça, o discurso nacional da democracia racial eliminou a linguagem que poderia descrever as desigualdades raciais que afetam a vida das pessoas negras brasileiras. Esse apagamento da “negritude” como categoria política permitiu que práticas discriminatórias contra pessoas manifestamente de ascendência africana ocorressem em áreas como educação e emprego, porque não havia termos oficialmente reconhecidos para descrever a discriminação racial nem recursos oficiais para remediá-la. A imagem de identidade nacional que o Brasil cultivava postulava que o racismo não existia e que a cor carece de significado, exceto quando celebrada como uma dimensão do orgulho nacional. Essa identidade nacional não surgiu por acidente nem significou que pessoas de ascendência africana acreditavam nela. As mulheres de ascendência africana possivelmente constituíam um segmento visível e considerável da sociedade brasileira; no entanto, em um Brasil que ostensivamente não possuía raça, as mulheres negras não existiam como categoria de população oficialmente reconhecida. As mulheres negras desafiaram essas interconexões históricas entre ideias de raça e projeto de construção de nação do Brasil como cenário de apagamento das mulheres afro-brasileiras (Collins e Bilge, 2021, p. 39 e 40).



Ao direcionar o olhar para região norte do Brasil, no decorrer do processo de colonização, houveram processos de violências em que as populações indígenas foram dizimadas, seja pela guerra ou pelas epidemias que assolaram a região. Desde meados do século XVIII, a entrada de pessoas escravizadas desde o continente Africano para a região Amazônica foi intensificada, o que acabou “*impulsionando a demanda de mão de obra [escravizada] na região*”. Já no final do século XIX, houveram as migrações internas de pessoas oriundas desde a região Nordeste do Brasil para responder as demandas de trabalho necessárias para a produção da borracha tanto em seu primeiro como no segundo ciclo.

Esses variados e intensos deslocamentos repercutiram em uma construção sociocultural complexa que alterou consideravelmente a paisagem da região, como afirma Sena (2023) ao reitera que, em consequência deles, foi formada uma

dinâmica complexa de construção sociocultural [que alterou] radicalmente a paisagem humana da região, tanto por meio da experiência trazida pelos africanos, mesmo na condição de escravizados, quanto, e especialmente, por meio das lutas e resistências articuladas por povos negros e indígenas (Sena, 2023, p. 44 e 45).

Para Lima (1999 apud Castro, 2013), este processo relacional entre diferentes grupos sociais na Amazônia repercutiu no termo caboclo, empregado para pessoas que, no momento da relação, são percebidas em posição social inferior em relação à sujeita/sujeito que a/o identifica, como no trecho em destaque:

Na região amazônica, o termo caboclo é também empregado como categoria relacional. Nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada. Como categoria relacional, não há um grupo fixo identificado como caboclos. O termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica em relação ao locutor ou à locutora. Nesse sentido, a utilização do termo é também um meio de o locutor ou a locutora afirmar sua identidade? Não cabocla ou branca (Lima, 1999, p. 7 apud Castro, 2013, p. 436).

Para Sena (2023, p. 30), “*é inquestionável o teor negativo que assombra essa categoria e os sujeitos por ela nomeados em diferentes contextos amazônicos (e brasileiros) desde o período colonial até os dias atuais*”.

A identidade dos caboclos é uma contraidentidade. Caboclo é um termo depreciativo usado para indicar pessoas que não se sabiam com a mesma identidade e que pertenciam à escala mais baixa da sociedade colonial amazônica. Não obstante, presente no tecido intersubjetivo dessa sociedade, por meio de uma equação complexa, o termo acabou sendo usado por essa mesma população para se autorreferir em relação às expectativas do dominador. A carga simbólica negativa, longe de se tornar positiva, se tornou de-negativa, ou seja, passou a ser reconhecida como tal e a veicular um tipo de violência simbólica que se assemelha à autocensura, prenhe de um sentimento confuso que ora pertencia à vergonha, ora à culpa, ora ao saber-se inferior. O lugar social ocupado pelo caboclo na escala de tipos humanos e sociais amazônicos é determinado pela longa tradição segregatória que o envolve. Ainda que possua uma participação ativa no modo de produção regional, o caboclo – aqui visto, ainda, como uma categoria social difusa – estaria no final da escala social dessa região, sendo superado, até mesmo, muitas vezes, por grupos humanos recentemente imigrados, atraídos pelos grandes projetos desenvolvimentistas impostos à região a partir do final da década de 1960 ou pela oferta muitas vezes imaginária de trabalho e renda em garimpos ou empreendimentos agrícolas (Castro, 2013, p. 434 e 435).

Semelhante ao termo caboclo, o termo *tapuya* referenciado na matéria jornalística sobre o desenvolvimento da prostituição e Fordlândia, também remete ao apagamento e a uma forma depreciativa de se identificar pessoas percebidas enquanto inferiores e de forma a justificar e perdurar a manutenção de sua posição em lugares de subordinação.

“*Tapuia*”, enquanto termo direcionado às pessoas indígenas que não pertenciam ao tronco linguístico Tupiguarani, reflete a homogeneização da diferença. Jose de Alencar, no livro denominado *Iracema*, publicado em 1865, conceitua *tapuia* como “*bárbaro, inimigo. De taba – aldeia, e puir – fugir: os fugidos da aldeia*”. Numa interpretação colonialista, pessoas inferiores.

O relato de Olaia e Leite disponibilizado em Sena (2023), evidencia a articulação entre os termos caboclo e *tapuya* para caracterizar o lugar inferior em que a mulher mencionada, avó do interlocutor, está posicionada dentro de uma dinâmica colonial.

Minha avó, caboca *tapuia*, aprendeu com a colonização que era proibido falar sobre povos colonizados, e que sua ascendência europeia valia mais do que qualquer outra ascendência em processos de embranquecimento, dizimação e escravização de nações indígenas e africanas. Minha mãe evangélica, caboca embranquecida, administrava orações e repreensões de demônios para que meu corpo fosse “liberto” das tradições ancestrais fora do padrão eurocêntrico colonizador. E apesar dos esforços, minha mãe nunca conseguiu apagar de meu corpo-mente memórias, traços, encantarias e encantamento reservados a mim pelos que vieram antes (Olaia; Leite, 2021, p. 34 apud Sena, p. 51).

Como afirma Castro (2013, p. 433) “*as tentativas de nomear identidades*” tais como caboclo, mulata e tapuia “*contra sua própria compreensão, desejo de significação ou processo de representação, constitui uma violência simbólica das mais importantes para a formação da sociedade amazônica contemporânea*”.

Violência porque foi uma identidade imposta. Imposta pela hesitação da lógica colonial, eternamente perdida entre um pragmatismo mercantilista que via as populações amazônicas como um recurso econômico e uma moral religiosa que as via como um desafio de redenção. Porém, também, hesitação da prática científica, que apenas muito tardiamente começou a nomeá-los (Castro, 2013, p. 433).

Diante da complexa teia em que se dá a construção dos papéis sexuais em articulação à raça no Brasil, para fins desta pesquisa, cumpre ainda relevante destacar que o conjunto de informações expostas evidencia as tensões sobre os direitos diferenciados associados às reivindicações das mulheres que foram subalternizadas pelo exercício da sexualidade.

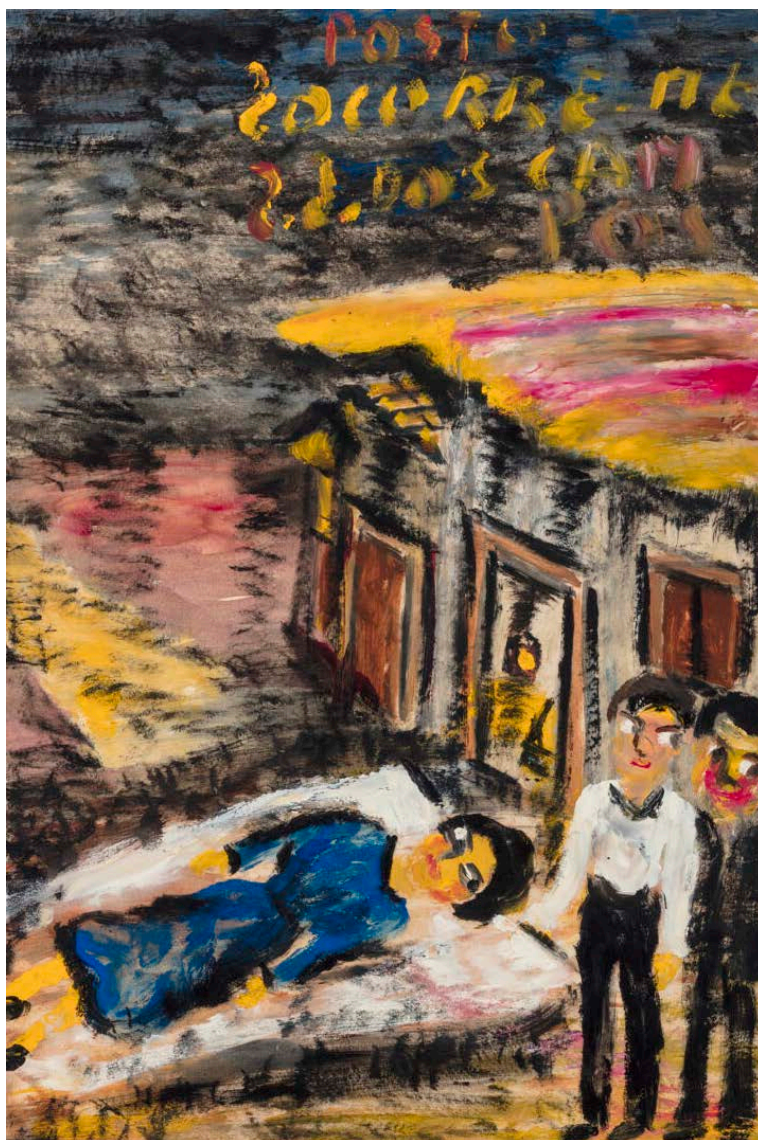
Sob uma perspectiva feminista emancipacionista, a busca pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária passa por perceber as diferenças, a diversidade e discutir profundamente as desigualdades marcadas pelas intersecções entre as relações de gênero, classe, raça, sexualidade, dentre outros marcadores de desigualdade, e que sustentam, ainda hoje, as mulheres em condição subalternizada (Arruzza et al., 2019 e Zdebskyi, 2016) e submetidas, em algum momento e contexto, às explicações reducionistas e deterministas que argumentam e essencializam a sua inferiorização (Zdebskyi, 2016).

À vista disto, a partir dos marcadores de desigualdade que foram até aqui destacados, gênero, classe, raça, sexualidade, idade e localidade, para esta pesquisa, me debruço a experimentar a interseccionalidade como instrumento de análise e, através do olhar arqueológico sobre as paisagens de Fordlândia e de Belterra, fui instigada a verificar se a análise compartilhada entre as diferentes abordagens, interseccionalidade e arqueologia do capitalismo, de gênero e da paisagem, jogaria luz sobre estes e outros possíveis marcadores que, articulados, poderiam favorecer para a proposta de interpretações mais complexas sobre o contexto pesquisado e sobre os processos de desigualdade que foram vivenciados pelos sujeitos.

Diante de todo o referencial aqui exposto, no capítulo que segue, serão apresentadas as cinco personagens sobre as quais buscarei compreender suas paisagens de gênero sob uma perspectiva interseccional.

## CAPÍTULO 5 – CARTOGRAFANDO “A MULHER SOLTEIRA”

No primeiro plano da pintura, uma mulher está deitada em um colchão, ou uma maca, disposta em meio à rua no chão. Ao lado, dois homens estão em pé. Os personagens parecem se olhar desconfiadamente. Ao fundo, da janela de uma das casas, uma pessoa observa o que acontece na rua.



*Sem título (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível na página digital da 35ª Bienal de São Paulo - <https://35.bienal.org.br/aurora-cursino-dos-santos-e-ceija-stojka/>*

Durante a pesquisa documental, cinco personagens que poderiam ser percebidas enquanto “moças” ou “mulheres solteiras” foram identificadas, sendo duas em relação ao projeto de Fordlândia, e três em Belterra.

## 5.1 Dentro da área planejada para Fordlândia: América

Diferente do episódio que foi narrado e que revelou parte da paisagem da Ilha dos Inocentes, no entorno de Fordlândia, o relato de América nos transporta de para dentro da configuração urbana projetada para Fordlândia e reflete a paisagem vivenciada por ela na Vila Americana a partir do trabalho do cuidado.

Identifiquei América Lobato (Figura 73) em duas referências sobre Fordlândia. Na primeira delas, no livro de Grandin (2010), o autor conta sobre a entrevista que fez com ela no ano de 2005, quando ela tinha 81 anos de idade. No breve relato em que é citada, América foi apresentada como o exemplo de uma moradora que depois de vivenciar em Fordlândia o auge do “*programa social*” oferecido pela Ford, já perto da sua partida, teve que recorrer a longas viagens de barco para acessar os cuidados necessários com a sua saúde.

Na segunda referência, e sobre ela onde mais me debrucei, América participou enquanto entrevistada no documentário denominado *Fordlândia*<sup>51</sup>. Quando o documentário foi lançado, em 2008, América já havia falecido e a produção foi a ela dedicada.

No documentário, a história de Fordlândia é contada pela voz da própria América, e somada à descrição apresentada pelos irmãos Charles e Ed Townsend, filhos de um dos norte-americanos enviados pela Ford para administrar Fordlândia. Desses relatos, busquei captar um pouco da trajetória de América e decifrar, mesmo que ainda parcialmente, a sua paisagem e, em consequência, a paisagem de Fordlândia.

América foi ainda muito jovem, com 14 anos, para Fordlândia para ser copeira/servente na casa da família de Charles Townsend, uma das famílias norte-americanas que veio para o Brasil para trabalhar na administração das concessões.

América (áudio original - 14'13"): Eu fui me criando nesse estilo da Fordlândia, né? E com 14 anos eu já vim trabalhar na casa do Seu Charles com a família dele, com a dona Elsa. Lá eu era copeira, sabe o que é copeira? Sabe, né? Eu era servente e eu tomava conta de toda a responsabilidade da casa, sabe?

---

<sup>51</sup> No documentário dirigido por Marinho Andrade e Daniel Augusto, mostra... (preencher). Disponível em: . Último acesso em: set. 2022.

Figura 73: América Lobato, copeira/ servente/ babá na Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** Imagem retirada do documentário “Fordlândia”, de 2008. (21’37”).

Ed Townsend, que nasceu em Fordlândia quando seu pai, Charles Townsend<sup>52</sup>, fazia parte do “Staff” da Companhia, teve seu retorno ao local registrado no documentário e, na oportunidade, apresentou para a sua família, esposa e filhas, o lugar que nasceu, cresceu e viveu até se mudar para Belterra.

Ao chegar na Vila Americana, reconheceu de imediato a casa em que morou com os pais, irmãos e uma irmã: a primeira casa ao lado direito da “Avenue”.

A casa da família Townsend (ver Figura 74 a Figura 77), pintada em verde e branco, foi construída na Vila Americana junto com outras cinco casas que, mesmo sem ver os

---

<sup>52</sup> O nome “Townsend” foi verificado em associação a duas pessoas: “Edward Townsend” e “Townsend Jr. C.H.T.” que, por sua vez, também é mencionado como “Charles C.H.Townsend Jr.” e “C.H.T Townsend”. Este segundo é quem acredito ser pai de Ed e Charles, filhos do casal Charles e Elsa e que eram cuidados por América. No documento datado de 5 de maio de 1937, “Townsend Jr. C.H.T” tinha como ocupação “Plantation Asst.”, o qual recebia uma taxa de “2:700\$000”. (CFIB, 1937). No documento datado de 31 de março de 1943, na linha 55, sob o título ““B’ Roll Fordlândia”, “Charles C. H. Townsend Jr., American, Fordlandia Superintendent”, constava com indicação de salário equivalente a “5.200,00” (CFIB, 1943). Já no documento datado de 30 de julho, ainda de 1943, na linha 57, sob o título ““B’ Roll - Fordlândia”, consta o nome de “Charles C.H.Townsend Jr., American, Fordlandia Superintendent”, com indicação de salário equivalente a “5.500,00” e uma anotação a caneta ao lado com o valor de “6.500,00”, o que parecia indicar um possível reajuste salarial.



cuidados necessários para a preservação das suas características originais, permaneceram no tempo.

Figura 74: Fachada frontal, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



Figura 75: Fachada lateral, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** FIDESIA-IPHAN (2010), disponíveis no Processo IPHAN SEI n. 01458.002985/2010-82 (acesso público).

Figura 76: Fachada lateral, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** FIDESIA-IPHAN (2010), disponíveis no Processo IPHAN SEI n. 01458.002985/2010-82 (acesso público).



Figura 77: Vista lateral, Casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** Vista lateral da casa n. 01, Quadra 32, retirada do documentário “Fordlândia” (13’26”).

Passeando pela casa, Ed afirmou que tinha lembranças dos três pátios. Sua esposa, Barbara, comentou sobre uma foto que teria visto de Ed com seu irmão gêmeo naquele local.

Ao entrar na casa, Ed foi até o seu quarto, mostrou o closet e, ao entrar no banheiro, trouxe o relato que evidencia outra atribuição para América: “*A mulher que trabalhava para nós, a copeira, a gente vinha aqui escovava os dentes e ao invés de tomar água no copo ela pegava assim, com a mão, e eu bebia... e por causa disso eu a chamava de "casquinha"*” (Fala de Ed Townsend no documentário Fordlândia - legendado - 16’38”).

Ed e seu irmão gêmeo, quando nasceram, já havia Charles, filho mais velho da família Townsend. A quarta filha da família Townsend nasceu em Belterra.

Como mostra o documentário, assim como Ed, Charles também retornou para Fordlândia, contudo, antes do irmão. Nas filmagens, ambos se comunicavam em um português impecável, mesmo após 54 anos desde a partida da família do Brasil.

Ao descrever parte da sua rotina de trabalho com as crianças, América informou que, com frequência levava Charles para “*se entrosar com os meninos*” e que ela gostava, pois assim poderia “*dar uma volta*”:

América (áudio original - 32’24”): O Charles... ele era magrinho, sabe? E todo sábado, como já falei, eu ia levar ele lá no grupo para ele se entrosar com os meninos,

sabe? Ele era muito perguntador, perguntava as coisas para caramba. Então ele ia perguntando e eu dizendo pra ele. Mas eu não me cansava não porque eu achava que era bom ir dar uma volta.

Em outro trecho do documentário, América informou sobre a relação de confiança que estabeleceu com a família Townsend desde que se deslocou para trabalhar em Fordlândia. Lá, ela trabalhou por 4 anos, até o seu casamento, realizado na Vila Americana.

América (áudio original - 16'57"): eu fui uma Americazinha vinda de lá do sítio e vim trabalhar com eles, e nunca sofri nada, graças a deus. Sempre eles me trataram bem. Eu... eu sinto falta.. Senti falta quando eles foram embora. Senti muita saudade, sabe?

América (áudio original – 15'00"): Americanos, ele é uma pessoa que quando ele confia na gente, a gente tem toda a liberdade. E eu tive essa felicidade de eles confiarem em mim apenas com 15 anos né? Eu passei 4 anos. Eu já sai da casa deles casada. Eu me casei lá na Vila Americana mesmo. Na segunda casa que eu me preguei.

No levantamento documental realizado em Fordlândia, consta o registro de nascimento de Maria Raimunda Lobato, nascida em 21 de junho de 1945, correspondente aos últimos meses da Companhia Ford no Tapajós, filha de América Lobato [Conceição] e [Alderino Pereira] Conceição.

Nos depoimentos constantes no documentário, a Vila Americana acabou por ter maior destaque. Contudo, rastrear parte dos caminhos percorridos de América, possibilita uma outra perspectiva para a compreensão da paisagem desta vila que vai além dos trabalhadores norte-americanos que fizeram parte da administração de Fordlândia ocupando os mais altos cargos da concessão. Além da casa onde América trabalhou e, talvez, morou enquanto trabalhou na Vila Americana (A), a casa em que ela se casou (B), e a escola “Henry Ford”, onde Ed estudou e onde América o levava e aproveitava para passear (C), foram os locais centrais para avaliar a sua movimentação (ver Figura 78).

Figura 78: Mapa com a indicação da paisagem de América, em Fordlândia.



Fonte: Da autora.

## 5.2 Dentro da área planejada para Belterra: estradas de três Flores

Para estabelecer o comparativo entre o imaginário sobre a prostituição na Ilha dos Inocentes, em Fordlândia, com o silenciamento sobre o tema percebido nos relatos associados à concessão da Ford em Belterra, percorri pelo mesmo caminho realizado para Fordlândia e recorri aos processos judiciais. Para o caso de Belterra, tomei como base, em especial os autos de defloração<sup>53</sup>, sedução e estupro. Três dos processos identificados apresentaram informações que permitiram um breve conhecimento sobre a paisagem das moradoras e moradores de Belterra.

O primeiro deles guarda os testemunhos do defloração de [Ana]<sup>54</sup>, fato ocorrido no ano 1942. Os outros dois remetem ao ano de 1945 e contam sobre os casos de [Tais]<sup>55</sup> e de [Neusa]<sup>56</sup>. As três vítimas nos processos judiciais eram menores de 18 anos.

[Ana] tinha 15 anos quando cruzou, perto de 16 horas da tarde do dia 18 de março de 1942, o mesmo caminho que [André]. Ele, acusado pelo crime de defloração, tinha 34 anos, era encarregado pelo transporte de carnes do matadouro de Belterra e era casado “*catolicamente*” com uma “*amásia*” com quem já tinha um filho.

No relato de Ana, André e ela mantinham um relacionamento havia dois anos e do qual o mesmo lhe prometia casamento. André, por seu lado, confirmou que conhecia Ana desde o ano anterior ao caso. Mas, negou namorar a menor, apresentando outra versão do ocorrido.

[André] explicou em seu testemunho que para exercer seu trabalho no matadouro de Belterra, utilizava o caminhão com o objetivo de efetuar o “*serviço de distribuição de carnes*

---

<sup>53</sup> Delito sexual tipificado no Código Penal Brasileiro desde 1890 até 1940, a partir do artigo 267. O delito sexual é assim enquadrado quando havia consentimento, mesmo que a vítima fosse menor de idade. De acordo com o artigo 267, “*Deflorar mulher de menor idade, empregando sedução, engano ou fraude: Pena - de prisão celular por um a quatro annos*” (Decreto n. 847, 1890).

<sup>54</sup> Informações retiradas do processo da Justiça do Estado do Pará, iniciado em 1942 e datado de 1943, tendo sido consultado no acervo do CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa Autos Criminais do Século XX - “Sedução (1942-1959) – Comarca de Santarém – Pasta 02.

<sup>55</sup> Informações retiradas do processo da Justiça do Estado do Pará, iniciado em 1945 e datado de 1947, tendo sido consultado no acervo do CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa “Estupro (1937-1969) – Criminal – Comarca de Santarém XX – Pasta 16.

<sup>56</sup> Informações retiradas do processo da Justiça do Estado do Pará, iniciado em 1945, e datado de 1946, tendo sido consultado no acervo do CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa Autos Criminais do Século XX - “Sedução (1942-1959) – Comarca de Santarém – Pasta 06.

*nas divisões de números um a quatro” e, por ter acesso ao carro do matadouro, “insistentemente” recebia pedidos por parte de [Ana] para que ele lhe desse carona “a título de passeio”, informando que por vezes atendeu aos pedidos, mas, que outras vezes não, por receio de possíveis “comentários do público” e porque “tinha-a na conta de uma moça virgem”.*

Contudo, numa das vezes em que decidiu por atender aos [insistentes] pedidos de Ana e depois de tê-la embarcado no carro, por estar *“desconfiando de sua conduta”*, considerou pertinente questionar se a mesma ainda era virgem. [Ana], por sua vez, afirmou que não.

Diante da resposta, [André], que estava *“convencido mesmo de que a menor não era mais do que uma mulher de vida fácil, convidou-a a manter consigo relações sexuais”*.

Após o ato, [Ana], que teria aceito o *“justo convite”* com *“toda facilidade”*, desembarcou no *“Centro Comercial”*, enquanto André prosseguiu no carro do matadouro para continuar seu serviço de distribuição de carne.

Antes de encerrar seu depoimento, [André] garantiu que se encontrou com Ana outras vezes, mas que sempre *“pagava-a bem pois, sempre gostou de gratificar bem as mulheres de vida fácil com quem manteve relações sexuais”*.

Das testemunhas do processo, [Rui] que *“regressava do serviço pela Estrada 2 (...) viu o carro do açougue parado à margem da mesma estrada”*, quando observou [André] *“despindo a calça e a camisa, ficando apenas de cueca”*. Ao lado dele *“tava uma mocinha que conhecia apenas de vista”*. Declarou por fim que, *“ao se deparar com os mesmos, prosseguiu seu caminho”*.

Outra testemunha informou em seu depoimento que conhecia [Ana] *“há bastante tempo e pode dizer que [ela] é uma menina levada”*

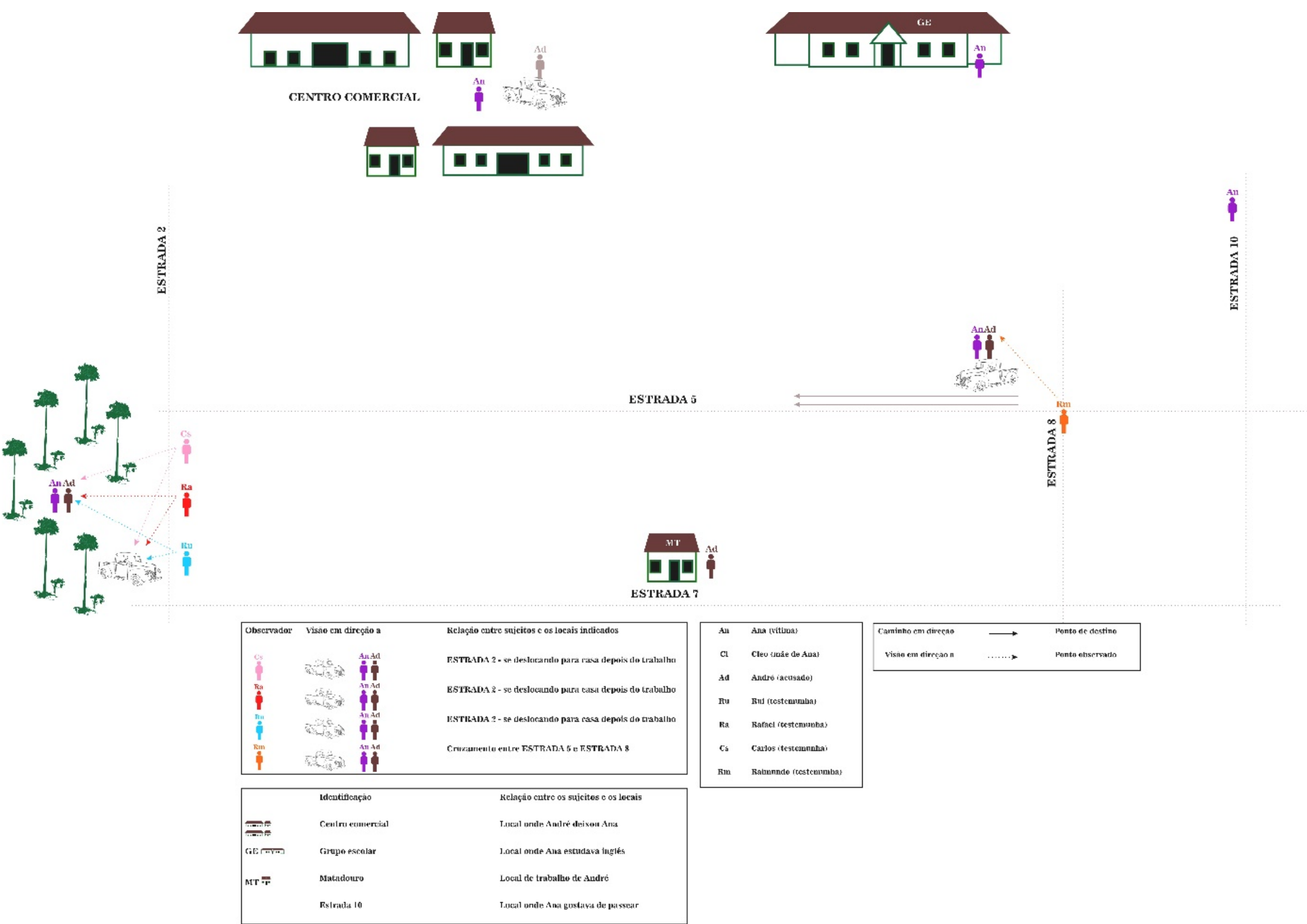
A mãe de [Ana], autora da denúncia, foi identificada no processo enquanto mulher de cor morena, prendas domésticas e considerada pobre nos termos da lei. Ela informou em seu depoimento que foi para Belterra junto de [Ana] e do seu marido, pai de [Ana], já falecido, desde Alenquer, município às margens do Rio Amazonas. [Ana] nasceu em Alenquer antes da mudança.

Relatou ainda que quando soube do que ocorrera com a filha, procurou [André] na tentativa de que ele assumisse sua responsabilidade diante do defloramento da filha, mas como ele a *“enrolou”*, decidiu denunciar.

Após os testemunhos, o juiz responsável pelo caso julgou “*improcedente a denúncia*” absolvendo o acusado da acusação de defloração.

Me debruçando especificamente na paisagem da vítima, acusado e testemunhas do caso relatado, foram citados lugares que puderam ser especializados e demonstrados na Figura 79.

Figura 79: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloração de [Ana], ocorrido em Belterra em março de 1942.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos testemunhos disponibilizados nos autos do processo judicial.

A paisagem da Estrada 10, que em 1942 guardava atrativos que faziam com que [Ana] seguisse para lá sozinha a passear, três anos depois, em setembro de 1945, foi lugar de abrigo, morada, promessas, conflitos e olhares para [Taís]<sup>57</sup>, jovem estudante de 14 anos, identificada como vítima no processo de defloração em que [Eliseu], de 22 anos, era o acusado<sup>58</sup>.

Na época do acontecimento, Tais morava na Estrada 10, na casa de número 47, com a sua irmã mais velha, Sabrina, que com 22 anos, era responsável pelos seus cuidados, e com o marido de [Sabrina]. Os pais de [Taís] e [Sabrina] se encontravam/ moravam em Santarém e, no processo, não havia informações sobre o motivo da distância/ separação.

[Margarete], moradora da Estrada 10, na casa de número 46, e vizinha de [Tais] e [Sabrina], havia se programado para levar a sua filha em uma festa que aconteceu na noite do dia 01 de setembro no “*Barracão da sede danssante da Estrada Dez*”. Por ter confirmado sua presença na festa, ficou incumbida por Sabrina de levar consigo [Tais], desde que a trouxesse de volta para casa em segurança. Nesta mesma festa, estava também [Eliseu], que ao chegar, encontrou [Taís] dançando.

Perto de meia noite, [Margarete] foi até [Taís] e a convidou para retornar para casa. Contudo, a menina negou ao chamado já que estava gostando da festa e queria continuar a dançar. [Margarete] deixou [Taís] no “*Barracão*” e, até o momento de sua saída, não havia percebido por parte da menina “*nenhum interesse de menino e nem algum interessado com ela*”.

Por volta de três da manhã, e com o término da festa, as/ os “*dançantes*” foram abandonando o lugar. Deste fim de festa, não se sabe ao certo se foi [Taís] quem pediu a [Eliseu] que a acompanhasse até sua casa, ou se ele quem se ofereceu para levá-la de volta. Fato é que ambos seguiram juntos caminhando e conversando pela Estrada 10 e seu entorno.

De acordo com Tais, “*com uma certa distância para chegar em sua casa*”, [Eliseu] a teria levado “*para outro caminho que seguia em outro rumo de sua casa*”. Quando

---

<sup>57</sup> O relato que segue sobre o caso de defloração de [Tais] foi disponibilizado e discutido em Ferreira e Allen (2024b).

<sup>58</sup> O caso de defloração de [Taís] e parte das discussões que serão apresentadas no capítulo 6, em especial àquelas disponibilizadas entre os tópicos 6.1, 6.4 e 6.5, possibilitaram a construção do texto intitulado “Flor no Seringal: arqueologia na paisagem de transição entre “menina”, “moça”, “rainha do lar” e “mulher solteira” na cidade operária da Ford, Belterra” (Ferreira e Allen, 2024b), de minha autoria em parceria com o Professor Scott Joseph Allen, orientador desta tese. O texto está publicado como capítulo do livro “Arqueologias Históricas nos rios Tapajós, Trombetas e Amazonas”, organizado por Sarah Hissa, Anne Py-Daniel e Camila Jácome.



já tinham se afastado, [Taís] ouviu de [Eliseu] “*promessa de todo que era bom*” e, após as ofertas, pediu para com ela ter relações sexuais.

Mesmo sabendo que [Eliseu] era “*casado catolicamente*”, [Taís], que no momento indicou não ter motivos para duvidar das promessas do rapaz e por acreditar que ele sabia “*cumprir suas obrigações*”, aceitou ter relações com ele por essa e outras vezes, das quais, em algumas, ele chegou a “*lhe gratificar com dinheiro*”.

Já pela parte de [Eliseu], foi [Taís] que o convidou para acompanhá-la até sua casa logo após o fim da festa dançante. Afirmou que antes desse dia, conversavam “*sempre quando apresentava oportunidade*”, e que nesse dia, em determinado ponto do trajeto de retorno para casa, ele pediu para que ela tivesse com ele relações sexuais.

Contudo, no momento em que [Taís] “*satisfez o seu desejo libidinoso*”, em meio à relação, o rapaz “*verificou que a sua namorada não era moça virgem, e que por isto [afirmou que] nada lhe dev[ia]*”.

Para se defender da denúncia feita por [Sabrina], irmã mais velha e responsável por [Taís], [Eliseu] relatou que em algum momento das conversas com a menina, ouviu que o responsável pelo ato do defloramento seria um comerciante de uma loja localizada no bairro de Aldeia, em Santarém, e que naquela cidade, [Taís] “*teve mais dois namorados*”.

Dos encontros entre [Taís] e [Eliseu], por duas dessas vezes, [Denis], que trabalhava como fiscal no ponto da Estrada 10, chegou a vê-los juntos: uma vez enquanto “*conduzia uma machina de cinema perto do Barracão de festas da Estrada dez*” e, em outra vez, “*no meio [...] da quadra que saía da Estrada dez para a Estrada cinco*”.

Outro encontro da menina e do rapaz foi presenciado por [Pedro], também residente na Estrada 10, na casa de número 33.

[Pedro] contou em seu depoimento que enquanto “*viajava da Estrada oito para a sua residência, [se] deparou [com os dois] em uma certa altura da Estrada oito, já próximo a Estrada dez*”. Por não ter certeza de quem eram as pessoas que tinha visto, chegou no “*ponto fiscal da Estrada dez*” onde [Denis] trabalhava, e lá foi saber que se tratava de [Taís] e [Eliseu].

Das testemunhas ouvidas no processo, os olhos voltavam-se para a menina, enquanto vítima, e para o rapaz, enquanto réu, sendo que todas declararam que não tinham conhecimento de nada que colocasse em dúvida a conduta nem de [Taís], e tão pouco de

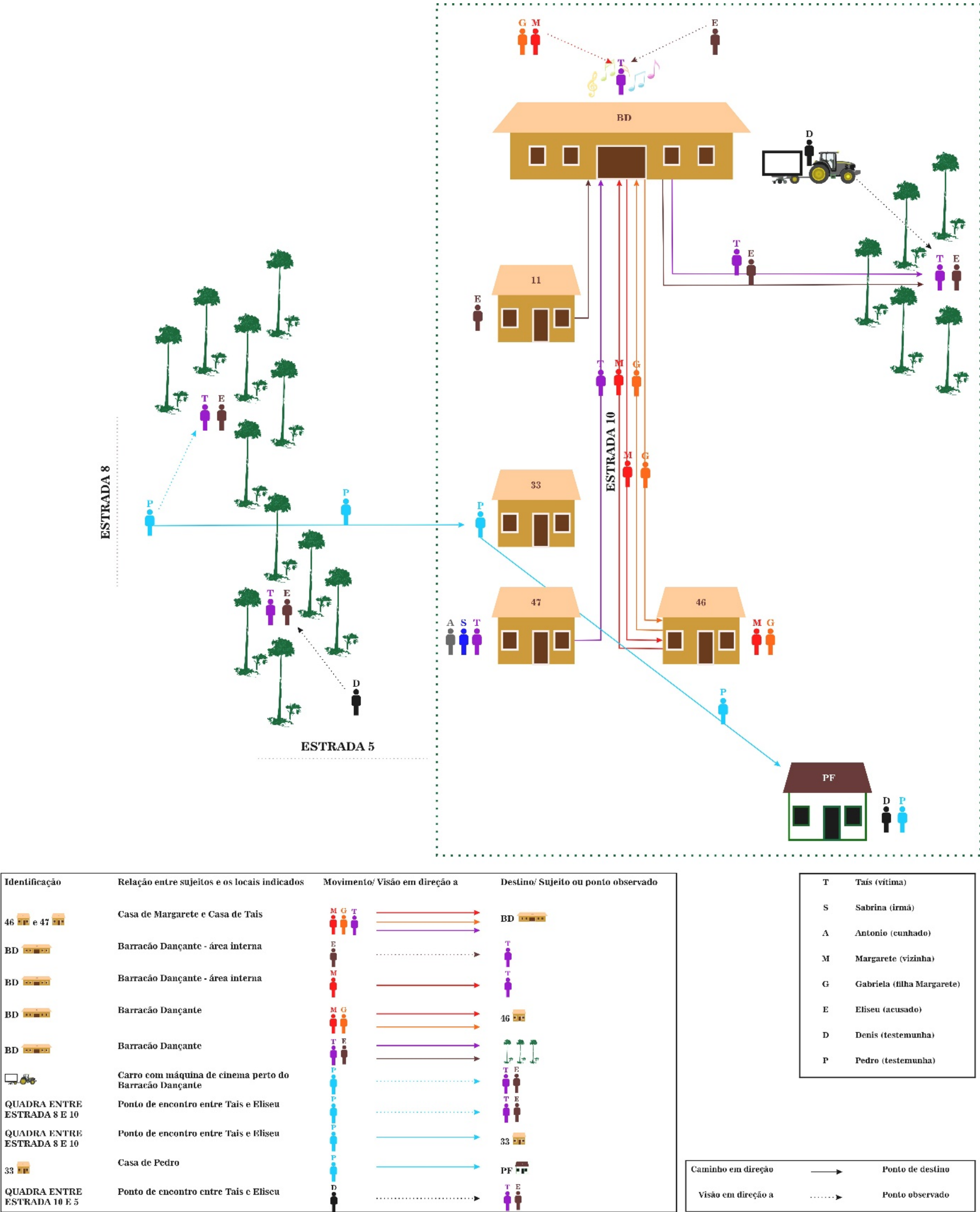
[Eliseu], que foi considerado um rapaz “*muito trabalhador e cumpridor de seu dever*” apesar de “um pouco conquistador com as moças”.

[Sabrina], irmã mais velha da menina e considerada pobre nos termos da lei, também recebeu a sua avaliação. De acordo com as testemunhas, não havia nada que “*demonstrava que as suas responsáveis tivesse[m] desmazelo com a mesma*”.

Quatro anos após, em 1949, o processo-crime de defloração de [Taís] foi concluído sem que houvesse uma resposta ao caso, como se nada tivesse acontecido.

Os relatos expostos no processo sobre o caso de defloração de [Taís] nos apresentou alguns lugares que puderam ser especializados na Figura 80.

Figura 80: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloração de {Taís}, ocorrido em Belterra em setembro de 1945.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos testemunhos disponibilizados nos autos do processo judicial.

Cerca de um mês após o caso de [Tais], [Neusa], com 17 anos, seguia pela Estrada 8 em direção à sua casa, quando se encontrou com seu vizinho, [Jeferson], com 19 anos, acusado nos autos do processo pelo seu defloramento.

Na tarde do dia 04 de outubro de 1945, [Neusa], que residia na Estrada 8 com seu pai, mais especificamente na casa de número 35, saiu de sua casa em direção ao Posto de Saúde localizado na mesma Estrada. Após ser atendida, perto das 16 horas da tarde, enquanto retornava para a sua casa que ficava a uma “*distância regular*”, encontrou com [Jeferson].

Após o encontro, [Neusa] retornou para a casa de seu pai somente perto de 2 horas da madrugada e acompanhada pelo seu irmão mais velho que morava em outro lugar.

Os relatos sobre o que teria acontecido entre o encontro de [Neusa] e [Jeferson] e o retorno da jovem para casa me permitiu explorar um pouco mais a paisagem da Estrada 8 e do seu entorno.

No relato de [Neusa], [Jeferson], que morava na casa de número 45 na Estrada 8, a pediu em namoro no mês de março de 1945, no período em que as moradoras e os moradores da Estrada 8 comemoravam em Festa o santo São José. Desde então, ouviu de seu namorado “*promessas amorosas que por diversas vezes lhe prometeram casamento*”.

Que ao voltar do Posto Médico na tarde do dia 04 de outubro, encontrou Jefferson no caminho que a convidou para entrar na mata, na área do “*quebra fogo*”, e ali ficaram a conversar.

Nessa ocasião, [Jeferson] pediu para ter relações com ela, que não aceitou. Depois de muito ter negado, e também do tempo ter passado, [Jeferson] lhe fez promessas de casamento, fato que contribuiu para que [Neusa] cedesse aos pedidos e tivesse com ele relações sexuais. Ao fim, e com a roupa suja de sangue, seguiu com [Jeferson] até o local em que ele teria que “*bater o ponto de saída no relógio*”. Lá, [Neusa] ficou esperando [Jeferson] em frente a um piquete. Contudo, diante do não retorno do namorado e quando já era perto da 1 hora da madrugada, [Neusa] seguiu para a casa do seu irmão que estava localizada na Estrada 7.

Os depoimentos de [Ricardo] e [Jacinto], testemunhas no processo, exploraram ainda mais os acontecimentos que ocorreram no período noturno.

Assim como [Neusa] e [Jeferson], [Ricardo] também morava na Estrada 8, mas na casa de número 46. Na noite do dia 4 para o dia 5 de outubro, ele trabalhava na “*casa do relógio de ponto da Companhia*” quando [Neusa] apareceu “*perguntando pelas horas*”. Após

[Neusa] ser informada que eram duas horas da manhã, saiu do local e, cerca de cinco minutos depois, passou pelo local caminhando ao lado de [Jacinto], também morador na Estrada 8, na casa de número 58,

Um pouco antes disso, [Jacinto], que morava na Estrada 8, na casa de número 58, na ocasião, trabalhava no mesmo “*posto de fiscalização de campo*” que [Jeferson], localizado na Estrada 7, foi surpreendido ao perceber que [Neusa] estava sozinha naquela hora, decidindo, assim, conferir o que ela estava fazendo ali.

[Neusa], por sua vez, perguntou a ele por [Jeferson]. Ao responder que [Jeferson] já não estava há muito tempo ali, [Neusa] confidenciou que não queria seguir para casa por estar com “*medo dos seus, devido estes quererem açoitá-la*”.

Diante da situação, a testemunha se ofereceu para acompanhar [Neusa] até a casa do seu irmão, perto do lugar onde estavam, também na Estrada 7, mais especificamente na casa de número 9, perto da Estrada 1.

Em contradição às declarações de [Neusa], [Jeferson] disse que, perto das 16 horas, encontrou a jovem que já estava “*no quebra fogo da Estrada 8*” e lá ficaram até aproximadamente sete e meia da noite onde conversavam “*sobre a viagem de [Neusa] em relação de onde vinha e para onde ia*”.

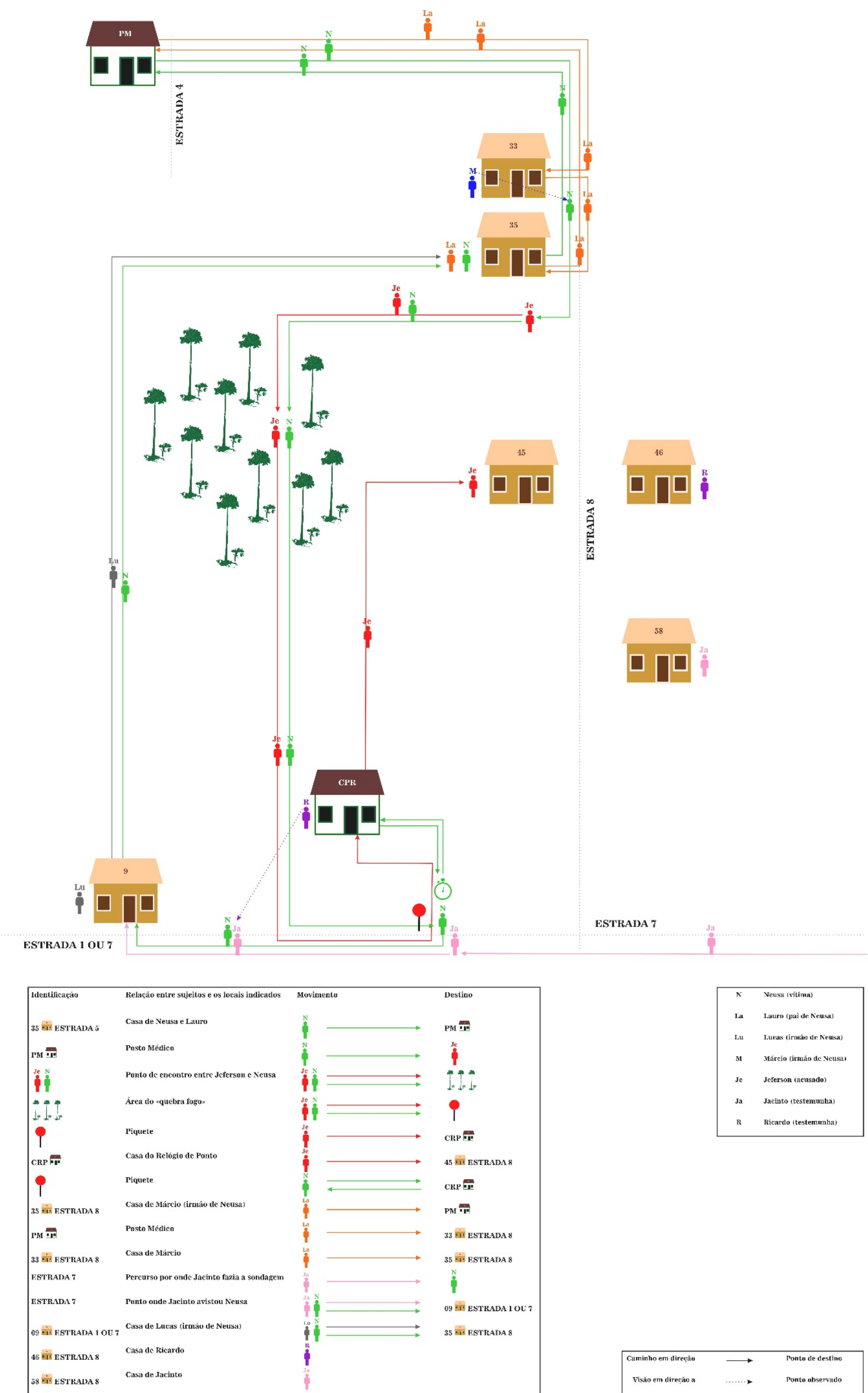
Afirmou que em nenhum momento pediu a [Neusa] para ter com ele relações, mas que, em passo contrário, foi [Neusa] quem ofereceu a ele uma possibilidade de fuga, a qual prontamente [Jeferson] negou. Que em determinado momento, [Neusa] pediu para que [Jeferson] a acompanhasse até a sua casa por ter medo de seguir naquele horário e de “*seu pai lhe surrar*”.

[Jeferson], por sua vez, “*não aceitou o pedido de [Neusa] para levar-a a sua casa porque receava o pai lhe acusar em tal coincidência que se achava o acusado*”. Pela recusa, [Jeferson] afirmou ter deixado [Neusa] “*em um piquete da estrada sem saber depois o seu destino*”.

No processo de defloração de [Neusa] não foram identificados documentos que permitissem compreender o desfecho do caso na justiça.

Nos depoimentos constantes no processo de defloração de [Neusa], a **Estrada 8 (A)**, ganha destaque. Além dela, os lugares no seu entorno puderam ser espacializados e passíveis de visualização na Figura 81.

Figura 81: Infográfico de relações entre os locais e personagens do caso de defloração de [Neusa], ocorrido em Belterra em outubro de 1945.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos testemunhos disponibilizados nos autos do processo judicial.

### 5.3 No entorno de Fordlândia: as Ilhas

As histórias das mulheres no contexto das Concessões da Companhia Ford na região do Tapajós remetem, em maior parte, ao imaginário sobre a Ilha dos Inocentes, área localizada fora dos limites da concessão de Fordlândia, e onde estariam abrigadas as “mulheres solteiras” que não podiam acessar Fordlândia no período de administração da Ford.

De acordo com Grandin (*apud* Haag, 2009, p. 20), a Ilha dos Inocentes era o apelido para **as regiões vizinhas de Fordlândia** para onde os trabalhadores se direcionaram quando queriam ter experiências que eram proibidas dentro dos limites administrados pela Ford em Fordlândia, sobretudo a prostituição e o consumo de bebidas alcoólicas e, por isso, seria uma área marcada por “*criminalidade e violência*”.

Ao buscar por personagens que teriam vivenciado, ou que poderiam guardar memórias sobre as ilhas, recorri ao estigma predominantemente direcionado à Ilha dos Inocentes e pesquisei por acontecimentos que se conectam ao imaginário da prostituição, “*criminalidade e violência*” referenciados por Grandin (2010). Através da pesquisa documental realizada junto aos processos judiciais<sup>59</sup>, uma série de testemunhos puderam revelar, mesmo que parcialmente, a paisagem da Ilha dos Inocentes.

Diferente das demais personagens que ainda serão apresentadas no decorrer das próximas páginas e que, em geral, ocuparam o papel de vítima nos processos judiciais analisados, [Mari]<sup>60</sup> (27 anos, solteira, de serviços domésticos, não sabendo ler e escrever), foi testemunha de uma briga entre outros dois homens: [Geraldo] (27 anos, solteiro, lavrador, sabendo assinar o nome) e [Ivo] (catraieiro, sabendo ler e escrever).

Além de [Mari], [Jorge], também foi testemunha e acompanhou parte dos acontecimentos junto da [Mari]. [José], por sua vez, foi

[Geraldo] e [Ivo], por gostarem de uma mesma mulher, não mantinham simpatia entre si. Entre 22 e 23 horas do dia 30 de novembro de 1941, Ivo dormia no interior da sua casa,

---

<sup>59</sup> Processo datado de 1941 e consultado no acervo do CDHBA - Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, caixa “Ferimentos Leves (1902-1942) - Criminal - Comarca de Santarém XX”.

<sup>60</sup> Como explicado no capítulo de Introdução, com objetivo de preservar a privacidade das/dos personagens e evitar possíveis constrangimentos nas comunidades envolvidas, os nomes das/os personagens apresentados nesta pesquisa são fictícios. Para identificação, os nomes foram delimitados por colchetes [ ].

localizada na Ilha dos Inocentes, quando “*acordou com os insultos do dito seu desafeto que com palavras ofensivas lhe convidou para brigar*”.

Do lado de fora, [José] (28 anos, solteiro, auxiliar de comércio, sabendo ler e escrever), também morador da Ilha, percebeu o alto grau alcoólico em que [Geraldo] se encontrava e buscou rapidamente tirá-lo dali, mas sem sucesso.

Enquanto [Geraldo], fora do seu bom juízo, continuava com as provocações, aquelas e aqueles que estavam no interior das casas vizinhas buscaram meios de saber do que se tratava. Exceto [Jorge] (23 anos, solteiro, auxiliar de comércio, sabendo ler e escrever) que, apesar de ouvir os insultos, não pôde se levantar “*da rede onde se achava deitado*” e presenciar a sequência dos acontecimentos, pois se encontrava em “*trajes menores*” no interior da casa de [Mari], que também ouvia os insultos proferidos por [Geraldo].

Incomodado com as provocações, [Ivo] decidiu se levantar e sair da casa “*a dar umas pauladas*” em [Geraldo] que “*caí sob o solo, levantando-se em seguida*”, o que gerou barulhos e gritos que instigaram [Mari] a acompanhar o episódio em segurança desde a janela do seu lar. Ao se posicionar na janela, [Mari] observava [Geraldo] correr em fuga “*e se atirar nagua*”, enquanto [Ivo] “*corria pelo barranco do rio em perseguição*”.

Preocupado com o estado ébrio de [Geraldo], [José] seguiu até ele, o chamando para sair da água sob “*o receio que o mesmo morresse afogado*”.

Após a fuga de [Geraldo] em direção à água, [Mari] saiu da janela e se direcionou para Jorge, relatando a ele o que havia presenciado até ali.

[Geraldo], que já estava com a sua memória sobre os fatos um pouco prejudicada, se viu em um encontro abrupto com o rio, o que provavelmente contribuiu para que ele recuperasse um pouco de sua situação alcoólica. Tanto que, atendendo ao pedido de José Raposo, saiu da água e perguntou a José se via algum ferimento nele. Diante da ausência de iluminação e sem poder ver com certeza, [José] convidou [Geraldo] para seguir até a sua casa. Lá notaram que de fato [Geraldo] “*tinha um ferimento sobre o mamilo direito*”.

[Jorge], que até então se encontrava no refúgio da casa de [Mari], iniciou seu percurso de regresso para a sua casa e, no caminho, “*ouviu diser que [Ivo] tinha ferido [Geraldo]*” e, diferente de antes, decidiu que queria saber mais. Desviou seu caminho e se direcionou “*até a casa de [José] onde se achava [Geraldo] com um ferimento sobre o peito direito, produzido por uma arma branca*”.



Enquanto isso, [Mari], que também já não estava contente em saber apenas pelo que tinha conseguido ver da janela da sua casa, se dirigiu à uma casa vizinha e *“lá veio saber que ‘Ivo’ havia ferido com uma faca a [Geraldo]”*.

Voltando à cena onde estava [Geraldo], diante do ferimento, [José] pediu ajuda ao seu amigo de casa, que seguiu para informar o agente da polícia local sobre o ocorrido. O agente, no dever de sua função, se direcionou até a Ilha e levou a todos para o comissariado de Fordlândia, *“onde [Ivo] ficou recolhido no xadrez”*.

Em sua defesa, [Ivo] informou que ao sair da casa e se colocar frente a frente a [Geraldo], que este lhe deu uma bofetada, não conhecendo outro caminho para seguir a não ser se defender *“com um pedasso de vara, dando-lhe algumas pauladas”*. Que no calor da briga, os dois se atracaram, caíram ao chão e, que em decorrência desta queda, teria [Geraldo] se ferido com uma *“pequena faca de casinha”* e, que só aplicou este golpe, *“para se ver livre de [Geraldo]”*.

Buscando espacializar os locais citados nos depoimentos (ver Figura 81), a relação entre eles e centrando o olhar a partir da casa de [Mari], é possível identificar que sua moradia ocupava um lugar privilegiado no episódio narrado. De uma janela da sua casa, foi possível visualizar a entrada da casa de [Ivo], o percurso dele e de [Geraldo] enquanto se atracavam pelo chão, até que o último se jogou no Tapajós. Ainda da janela da [Mari], era visível o barranco que margeava o rio por onde Ivo perseguiu [Geraldo].

Partindo da casa de [Mari], [Jorge] seguiu em direção à sua própria casa, mas desviou do seu caminho para obter mais informações sobre a briga, desta vez se direcionando para a casa de [José]. O caminho para a casa de Jorge não se fez claro, mas pelo relato, é possível inferir que, para a casa de [José], [Jorge] precisou descontinuar o seu movimento inicial, indicando uma “dobra” em seu trajeto.

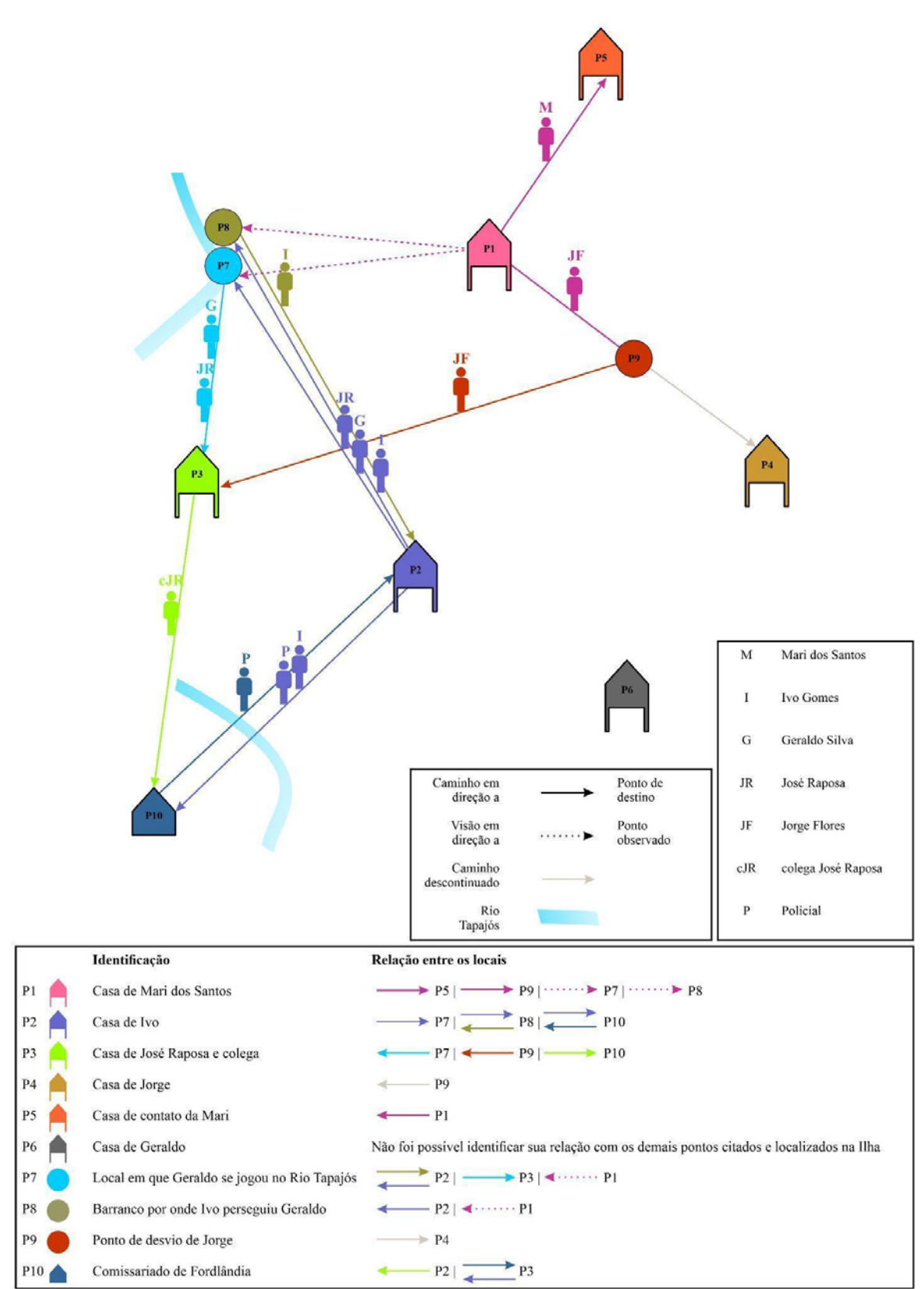
Já [Mari], após a saída de [Jorge] de sua casa, acabou por seguir em direção a uma casa próxima à sua com o objetivo de obter mais informações sobre a briga. Casa esta que não era a de [Ivo], mas, possivelmente, de alguém com quem ela teria maior proximidade ou confiança para conversar sobre o ocorrido. Da casa de [Mari], o que fica a entender é que não era possível visualizar a casa de [José], caso contrário, ela mesma poderia ter seguido até lá, como [Jorge] o fez.

A casa de [Geraldo] não foi citada em nenhum dos depoimentos. Contudo, a proposta feita por [José] de levá-lo até sua casa para verificar o ferimento, pode indicar que, desde o lugar em que estavam, no rio para onde [Geraldo] se jogou, a casa de [José] estaria em local mais próximo e de mais fácil acesso do que a casa de [Geraldo].

Ao ser conectada ao imaginário da população recente e da história predominantemente contada sobre a Ilha dos Inocentes, [Mari], a única “mulher solteira” que tem voz no processo, poderia ser facilmente identificada como prostituta e, os homens solteiros como clientes dela ou de outras mulheres que habitavam a Ilha. Dos relatos identificados, é possível inferir que as mulheres não eram as únicas moradoras da Ilha, e que os homens não eram apenas visitantes passageiros. Dados que corroboram para a percepção de que a paisagem da Ilha dos Inocentes é mais complexa do que a história predominantemente contada.

Na Figura 82 é possível observar um infográfico que ilustra a relação entre os lugares e a movimentação das/ dos personagens identificados nos relatos lidos do processo judicial.

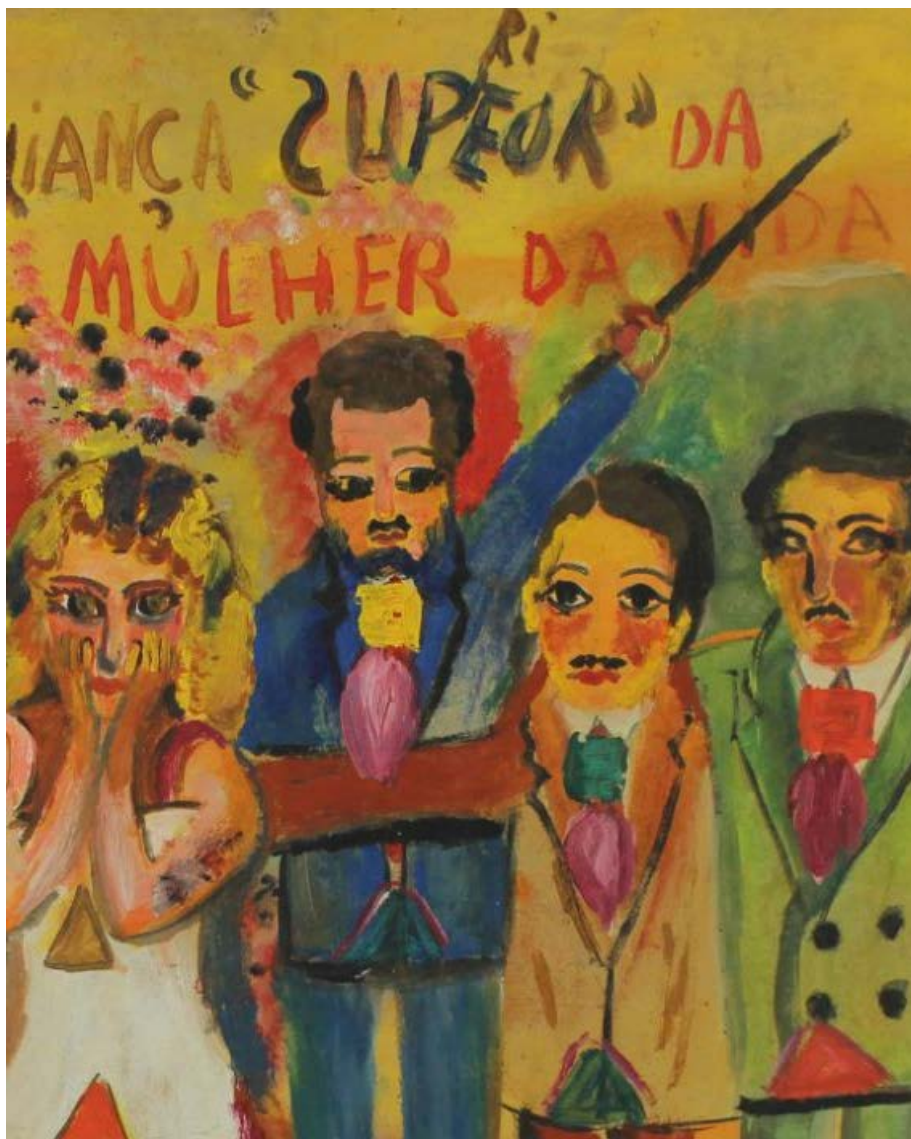
Figura 82: Infográfico de relações entre os locais e personagens de uma briga ocorrida na Ilha dos Inocentes no ano de 1941.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos testemunhos disponibilizados nos autos do processo judicial.

## CAPÍTULO 6 - MOÇA E “MULHER SOLTEIRA” NAS PAISAGENS DE GÊNERO DE FORDLÂNDIA E BELTERRA

Na ilustração, três homens engravatados estão posicionados do centro da pintura ao canto direito. Um deles, o que está no centro, parece estar em um palanque discursando. Ao lado, a mulher posicionada no canto esquerdo está com as mãos no rosto parecendo apresentar um semblante de preocupação ou susto. Logo acima, a escrita: “Aliança “superior” da mulher da vida”.



*Aliança superior da mulher da vida (sem data), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível em Jeha e Birman (2022), p. 142.*

As paisagens de transição dos papéis sociais impostos às mulheres nos contextos dos projetos administrados pela Ford na região do Rio Tapajós, serão discutidas a partir de cinco partes:

1. Dos casos de defloração verificados em Belterra e de como a configuração urbana da cidade operária foi palco ao mesmo tempo que possibilitou os acontecimentos narrados;
2. Do modo de viver no qual a menina brasileira experienciou em Fordlândia junto aos seus patrões norte-americanos;
3. Das ilhas enquanto lugares de moradia para aquelas e aquelas que não podiam acessar as estruturas construídas pela Ford para Fordlândia;
4. De como a visibilidade foi manejada como ferramenta para controle tanto em Belterra como em Fordlândia; e,
5. De como as relações trabalho das mulheres foram alteradas entre os projetos e como essas alterações estão permitindo reflexões sobre a manutenção do sistema capitalista e sua relação com o aprofundamento das desigualdades no período estudado.

### **6.1 Meninas [mal] criadas: As Estradas 2, 8 e 10 como espaços segregados**

*Ela sabia o que era o desejo - embora não soubesse  
que sabia. Era assim: ficava faminta, mas não de  
comida, era um gosto meio doloroso que subia do  
baixo-ventre e arrepiava o bico dos seios e os braços  
vazios sem abraço.*

(Clarice Lispector - A hora da estrela, p. 45, 1977)

Nos episódios narrados envolvendo os casos de defloração de [Ana], [Taís] e [Neusa], as Estradas 2, 8 e 10 foram moradia para a classe trabalhadora, mas também espaço de transição entre os papéis socialmente impostos às mulheres e que, nos casos narrados, pesavam também sobre as vítimas identificadas nos processos judiciais:

- de “menina” que poderia se tornar “moça”, enquanto indivíduo do sexo feminino que preservava uma boa conduta diante da comunidade da qual fazia parte através da manutenção da sua honra sexual pela virgindade;

- de “rainha do lar”, quando evidenciava sua “boa” conduta através da fidelidade sexual (Rago, 1985; Caulfield, 2000);
- ou, como “mulher solteira”, termo utilizado localmente para se referir às meninas e mulheres, em geral pobres, que tiveram sua honra sexual violada e, por estarem posicionadas fora do contrato do casamento, foram encobertas sob os véus estigmatizados da prostituição (Rago, 1990; Federici, 2017, 2019).

A desonra, marcada pela perda ou pelo conhecimento tardio da ausência da virgindade de [Ana], de [Tais] e de [Neusa] foi exposta tendo como palco a paisagem da cidade operária de Belterra. Esta paisagem, percebida como ativa na construção das relações e das experiências vivenciadas, pode ter viabilizado, facilitado, ou impedido e dificultado trocas.

Retomando primeiramente ao processo de defloração de [Ana], a paisagem cotidiana e a vida pública de [André] e [Ana] atravessavam especificamente o “centro” de atração construído pela empresa Ford.

No processo, está posto que [Ana] e [André] cruzavam o caminho um do outro durante o dia enquanto realizavam suas atividades, ele de trabalho, e ela de estudo. Dentre os documentos acessados, não foram identificados os locais de moradia nem da vítima e nem do acusado.

Contudo, buscando localizar outros pontos indicados, as “divisões de um a quatro”, por onde [André] fazia as entregas de carne parecem guardar relação com as quadras delimitadas entre as Estradas 1 e 4, limitadas nos extremos sul e oeste pelas Estradas 7 e 2, respectivamente.

Consta ainda que [Ana] gostava de passear pela Estrada 10 e que estudava inglês. O grupo escolar mais próximo ao Centro Comercial e que está localizado em uma área em que a movimentação de ambos possibilitaria os encontros, é a Escola Henry Ford, localizada na Estrada 1, entre as Estradas 4 e 6.

Dos encontros entre vítima e acusado, o carro de [André] foi visto por testemunhas de dois pontos em específico, em um trecho da Estrada 2 e sendo guiado pela Estrada 5. Esta informação pode indicar que o encontro de ambos se deu no interior da quadra localizada no canto sudoeste da configuração urbana de Belterra.

No caso de defloração de [Tais], ocorrido 3 anos após o caso de [Ana], o local de encontro entre vítima e acusado foi o extremo oposto daquele percebido no processo de [Ana], ou seja, no lado leste da Estrada 10.

A descrição do trajeto percorrido por [Tais] e [Eliseu] do barracão de festas da Estrada 10 até o local do defloração e a casa de [Taís], localizada na mesma estrada, indica que havia uma distância considerável entre o primeiro e o último lugar: primeiro, por impedir que [Taís] o fizesse sozinha; e segundo, que o desvio do caminho deveria ser suficiente para garantir certa discrição ao ato que culminaria no defloração da menina.

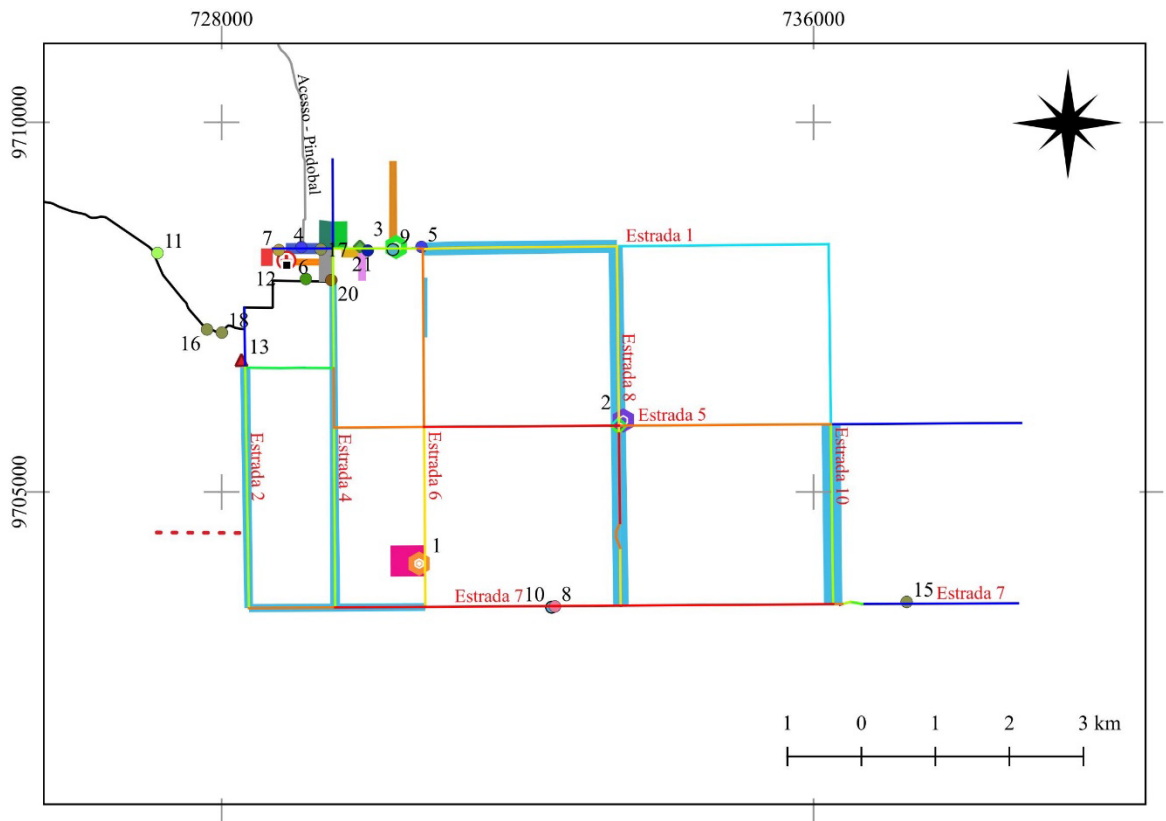
Ainda sobre o caso de [Taís], os demais lugares citados por duas das testemunhas permitiram uma melhor visualização espacial dos acontecimentos. A primeira, que trabalhava como “*fiscal no ponto da Estrada 10*”, indicou que viu a vítima e o acusado juntos dois dias após a festa realizada no barracão “*no meio (...) da quadra que saía da Estrada dez para a Estrada cinco*”.

Sobre o local indicado pela primeira testemunha, no mapa das estruturas de Belterra (ver Figura 83), não foi possível identificar o ponto fiscal da Estrada 10. Contudo, consta na Estrada 7, próximo a Estrada 10, uma guarita que pode ter relação com a instalação indicada.

Já no caso de [Neusa] o encontro entre vítima e acusado parece ter acontecido nas proximidades da Estrada 7, entre o posto médico onde [Neusa] foi atendida, e que suponho estar localizado na estrutura 8 da Figura 83 e o “*posto de fiscalização de campo*” da Estrada 7, o que presumo estar relacionada à estrutura 15 demonstrada também na Figura 83.

Para melhor demonstrar a paisagem dos casos narrados, pretendo neste trecho atualizar o mapa disponibilizado na Figura 83 para evidenciar especificamente os locais identificados nos processos e que foram passíveis de ser georreferenciados.

Figura 83: Mapa dos locais identificados nos casos de defloração de [Ana] em 1942 e de [Taís] e [Neusa] em 1945, Belterra.



**LEGENDA**

- |  |   |
|--|---|
| 1 - Escola Benson Ford                       | Área Industrial   |
| 2 - Escola Edsel Ford                        | Campo de Golfe  |
| 3 - Escola Henry Ford                        | Casas de palha  |
| 4 e 5 - Alojamento - Trabalhadores solteiros | Vila Piquiá- seringueiros e campeiros                           |
| 6 - Depósito de mercadorias                  | Vila 129  |
| 7 - Escritório - Administração               | Vila Americana  |
| 8 - Estrutura auxiliar- atendimento          | Vila Mensalista   |
| 9 e 10 - Caixa d'água                        | Vila Operária (Mecânicos, Marceneiros, Pedreiros, Carpinteiros) |
| 11 - Reservatório de água                    | Vila Timbó - trabalhadores do hospital                          |
| 12 - Hospital                                | Vila Viveiros 1 e 2   |
| 13 - Cemitério                               | Área comercial  |
| 14 - Necrotério                              | - - - Pista de pouso  |
| 15 a 18 - Guarita                            | — Acesso - Pindobal   |
| 19 - Açougue                                 | — Acesso - Porto Novo   |
| 20 - Estrutura auxiliar - serviços           |   |
| 21 - Cinema                                  |   |

**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos testemunhos disponibilizados nos autos do processo judicial.

Algo em comum entre os três processos judiciais aqui tratados, é que os encontros entre vítimas e acusados parecem ter acontecido no interior das quadras onde



residiam as famílias mais pobres e que serviria de moradia, inclusive, para a maior parte das/dos personagens citadas/os e onde trabalhavam o grupo operário pertencente à menor hierarquia da organização da empresa, os/as trabalhadores/as de campo. Nesse sentido, para melhor discutir as paisagens de [Ana], de [Tais] e de [Neusa], se faz necessário, antes, pormenorizar a configuração urbana de Belterra.

Como já exposto no capítulo 2, a maior Estrada identificada em Belterra é a de número 7, que está localizada no limite sul da configuração urbana da cidade operária e atravessa toda a sua extensão, formando um percurso de mais de 10 km.

Dessa extensão, as quadras possuem uma dimensão que varia entre aproximadamente 1,2 km (entre as Estrada 3 e Estrada 7 e no perímetro da Estrada 2 até a Estrada 4) e 2,9 km, correspondente aos trechos orientados pelo eixo leste/oeste, mais especificamente entre as Estradas 8 e 10.

Direcionando o olhar para as informações relacionadas ao uso e à função das construções existentes no projeto de Belterra, nas estruturas básicas instaladas para atender a cidade operária, é possível observar que a maior parte daquelas que foram identificadas com alguma função voltada para prestação de serviços, comércio, ou mesmo àquelas delimitadas como parte da área industrial, estão concentradas na parte oeste da Estrada 1, mais especificamente na intersecção com a Estrada 6.

Algo interessante sobre esta configuração é que a localização dessas áreas que possuem maior potencial de movimentação não está articulada com as medidas de integração e escolha já verificadas através do uso da sintaxe espacial.

Como também exposto no capítulo 2, a porção oeste da Estrada 1 está entre os trechos mais segregados do projeto e, por outro lado, as áreas mais integradas são as Estradas 7, e a intersecção entre as Estradas 5 e 8. O índice de integração por sua vez, refletiu também no índice de escolha, mantendo as Estradas 5 e 8 com maior potencial de atravessamento.

Do exposto, quando fazemos uma leitura considerando um cenário hipotético de planejamento urbano, os índices de integração e escolha indicariam que entre as Estradas 5 e 8 estariam as melhores áreas para a instalação de empreendimentos que exigem maior movimentação de pessoas. Algo esperado para a formação de um centro comercial ou mesmo de uma área industrial que pode ser lido como o coração de uma cidade operária.

Contudo, a localização do centro comercial e da área industrial para uma das porções mais segregadas da configuração urbana, parece deslocar e criar um ‘centro’, que serviu como atração para fomentar a movimentação na área que apresenta índices baixos de integração e possibilidade de escolha para deslocamento, ao mesmo tempo em que demarcava uma ‘fronteira’ entre as moradias direcionadas aos trabalhadores de maior e menor hierarquia na estrutura organizacional da empresa.

Por outro lado, quando observamos especificamente a intersecção das Estradas 5 e 8, identificamos duas estruturas importantes para a manutenção de um projeto capitalista: a Escola Edsel Ford e a creche Darcy Vargas.

Além da escola e creche citadas, duas outras instituições de ensino foram instaladas em Belterra e, das estruturas básicas necessárias ao projeto, foram as únicas posicionadas de forma a atender a distribuição da população sobre o espaço urbano da cidade operária.

A escolha pelo posicionamento de duas instituições de ensino no cruzamento com maior integração da configuração urbana, assim como a distribuição de outras instituições com a mesma função por Belterra pode evidenciar, nos termos de Althusser (1971), a importância do aparato escolar para o controle e o disciplinamento da comunidade para a administração da Companhia Ford.

Como posto, ao estabelecer um distanciamento do ‘centro’ criado e posicionado na porção noroeste do desenho urbano de Belterra, ao se deslocar em direção leste do projeto, as quadras foram sendo ocupadas cada vez menos por estruturas de apoio, serviços e comércio, e mais por residências.

Como é possível verificar na expansão da plantação de seringueira (1935-1938), já ilustrada previamente na Figura 42, por entre parte das residências, estavam as plantações da *hevea*, a seringueira.

Desta organização é possível inferir que, no planejamento utilizado para a ocupação das áreas do projeto em Belterra, os indivíduos trabalhadores da administração, indústria e comércio residiram as Vilas Americana, Mensalista, Operária, Timbó e Viveiros 1 e 2 e, os seringueiros, foram posicionados nas moradias alocadas nos limites das quadras entre a Vila Piquiá, a Vila 129 e nas Estradas 2, 4, parte da Estrada 7, Estradas 8 e 10, sendo que esses últimos, foram colocados por onde as árvores do látex, uma das principais matérias-

primas exploradas, eram plantadas, fato que impôs o trabalho nos quintais das famílias mais pobres (Ferreira e Allen, 2024b).

Em documento elaborado pela EMBRATER/EMATER-Acre e EMBRAPA (1980) com o objetivo de estabelecer orientações para a exploração de um seringal, está descrito que o corte das seringueiras, em geral, deveria ser feito em dias alternados, sendo que o seringueiro (no caso da Ford, trabalhador do campo) iniciava seu trabalho fazendo os cortes e posicionando a cuia para onde o látex seria coletado. Sobre isto, a pesquisa documental não retornou com nenhuma informação que ficasse exposto uma alteração específica sobre o manejo com a seringueira para os projetos da Ford.

A partir desta informação e direcionando o olhar mais especificamente para o caso de Belterra, é possível inferir que no interior das quadras, por entre a plantação, havia um fluxo constante de movimentação de pessoas e uso do espaço pela rotina do trabalho, o que fazia desse um lugar alvo de controle. Contudo, a rotatividade necessária para a extração do látex possibilitaria momentos de privacidade e locais com pouco ou nenhuma movimentação, fato que contribuiria para que esses locais fossem utilizados para se fazer o que deveria ser escondido.

A análise espacial das áreas onde podem ter acontecido os encontros entre as vítimas e acusados, seja no entorno da Estrada 2, da Estrada 7 ou da Estrada 10 mostrou que as quadras localizadas no extremo oeste (Estrada 2), extremo leste (Estrada 10) e extremo sul (Estrada 7) apresentaram menor potencial de escolha e integração, fatores que congregados, parecem relevantes em relação ao uso da paisagem e que podem ter sido considerados para a escolha dos locais onde aconteceram os encontros realizados entre as vítima e os acusados.

## **6.2 Moça: a Vila Americana como espaço para se criar [e casar]**

Buscando recuperar a paisagem vivenciada por América, no desenho elaborado para compor o processo de tombamento de Belterra e Fordlândia<sup>61</sup>, a casa em que as crianças da família Townsend passaram parte da infância e para onde América foi muito jovem trabalhar

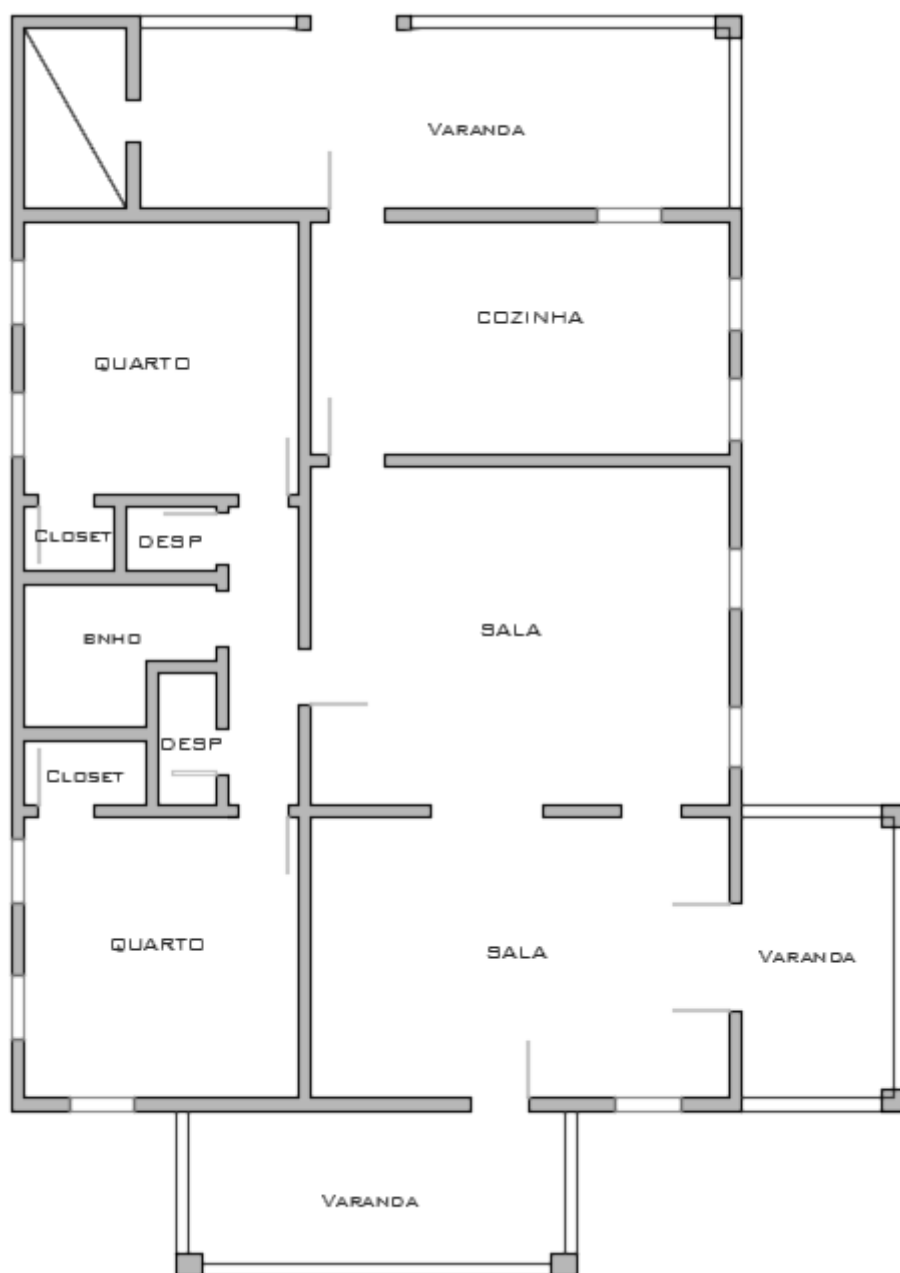
---

<sup>61</sup> No levantamento realizado para o processo do IPHAN, a casa da família Townsend foi identificada como a planta do tipo B (FIDESIA-IPHAN, 2010).

contava com duas salas, cozinha, corredor que dava acesso ao banheiro, dois depósitos e a dois quartos, cada um com um closet.

Para acesso à casa desde a área externa, uma das salas era acessível a partir de duas varandas, uma posicionada na fachada, direcionada para a avenida principal e outra na lateral direita da casa, em direção à estrada de acesso para a Fordlândia. Pelos fundos da casa, a cozinha dava acesso a outra varanda que apresentava ainda um outro pequeno cômodo, sem identificação (ver Figura 84).

Figura 84: Planta da casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** Desenho realizado por Anna Pujals para o levantamento da FIDESIA-IPHAN (2010), disponível no Processo IPHAN SEI n. 01458.002985/2010-82 (acesso público).

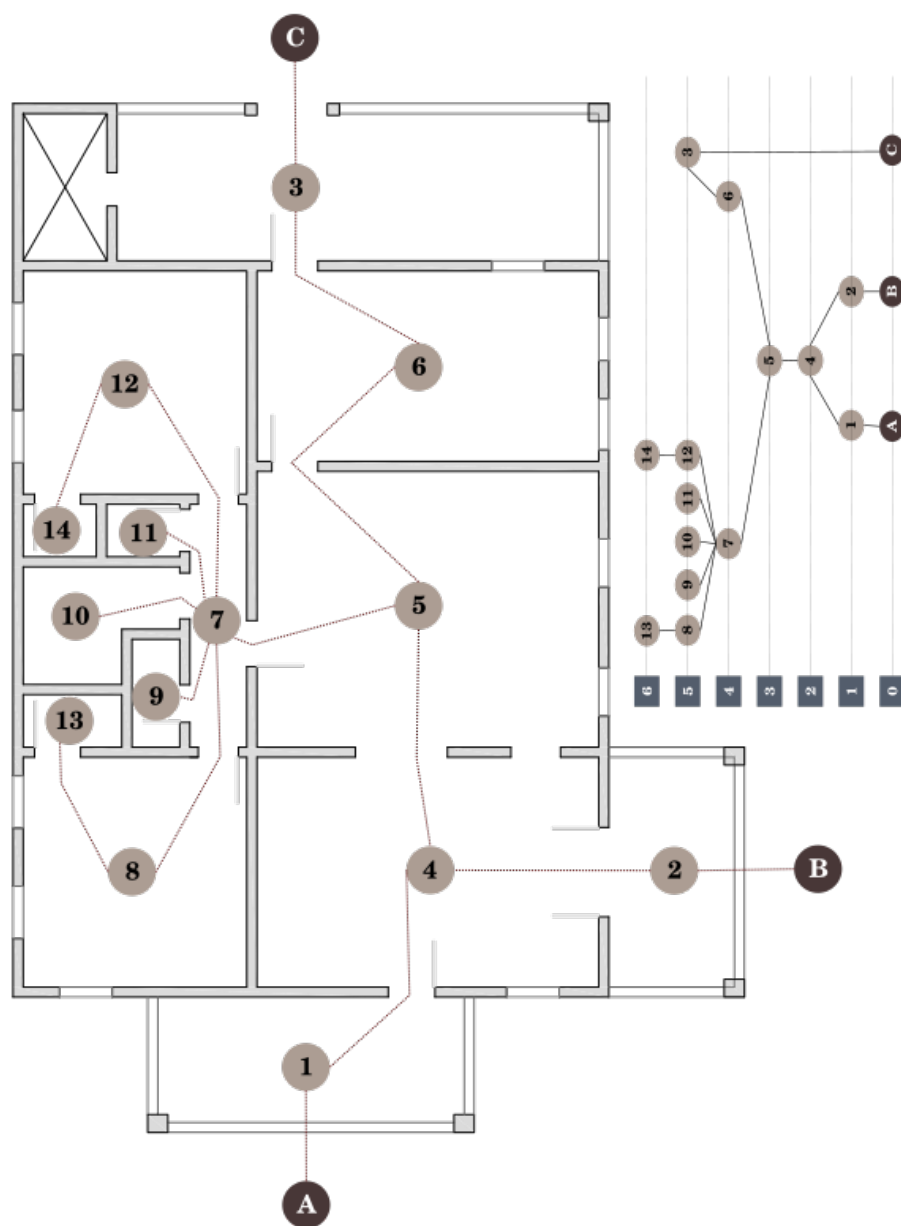
Na análise gamma elaborada a partir da planta disponibilizada na Figura 84, é possível visualizar que a construção possui dois blocos bem definidos de cômodos. Um mais privado que o outro.

A observação do lado direito do desenho (ver Figura 85), onde constam as três varandas, as duas salas e a cozinha se apresentam enquanto áreas com maior comunicação entre

elas. Da área externa, a varanda localizada logo à frente da “Avenue” (1) serve como entrada para residentes e visitantes à área da primeira sala (4) que, por sua vez, possibilita o acesso para a varanda lateral (2) e para outra sala localizada no centro da estrutura (5).

A varanda lateral possibilita uma vista da entrada da Vila Americana e, pelo outro lado, está protegida de possíveis olhares desde as outras casas que estão localizadas na vila. A segunda sala possibilita o acesso para a área de serviço, aos fundos e também ao corredor de circulação, a área mais privada da casa e que está relacionada aos quartos, depósitos e banheiros.

Figura 85: Gráfico de acessibilidade e análise gamma da planta arquitetônica da casa n. 01, Quadra 32, Vila Americana, em Fordlândia.



**Fonte:** Elaborado pela autora com base no levantamento e desenho realizado por Anna Pujals (FIDES-IPHAN, 2010).

**Nota explicativa:** a aplicação da análise Gamma foi realizada manualmente a partir do desenho da planta arquitetônica da casa. As letras A, B e C representam as áreas externas à construção e a indicação numérica representa cada um dos cômodos identificados no desenho. As linhas representam as conexões.

Sob esta análise, os cômodos 4 e 5 possuem características distributivas, ou seja, com mais de uma possibilidade de acesso, enquanto os cômodos 8 a 14, que correspondem aos quartos, banheiro e depósitos, possuem características não-distributivas. Nessas últimas áreas, fica evidente o controle de acesso, em correspondência ao uso específico dos cômodos.

Ao analisar a planta da casa onde a família Townsend morava, e a quantidade de cômodos internos, em primeira vista, nos fez refletir sobre o local em que América poderia viver.

Do conjunto de informações uma possibilidade seria que América poderia morar com a família na casa localizada na Vila Americana, mesmo que não sendo possível identificar, em princípio, um espaço específico direcionado para o seu descanso. Retomando a planta da casa, e levando em consideração a função de babá que América ocupava para a família, sob este cenário, é provável que a jovem dormia junto com Ed e Charles, filhos do casal norte-americano, no segundo quarto (cômodo 12 - Figura 85).

Outra possibilidade é que, ao observar a planta de Fordlândia (rever Figura 51), três estruturas estão localizadas próximas às casas dos norte-americanos, entre a Vila Americana e o Hospital. Estas casas que não são identificadas em nenhum dos documentos da época, poderiam servir de moradia para as pessoas que trabalhavam na Vila Americana, algo que poderá ser mais bem explorado em outras pesquisas na perspectiva de futuras escavações arqueológicas.

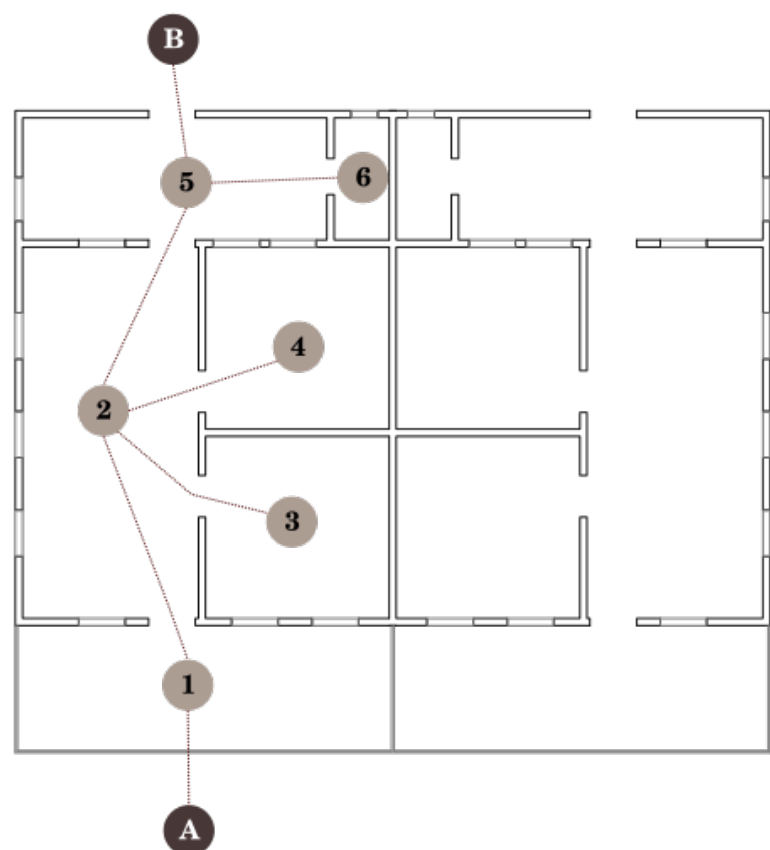
Por ser também copeira, e tomar conta “*de toda a responsabilidade da casa*”, é esperado que América tivesse acesso a todos os lugares da casa da família assim como ao seu modo de viver.

Quando comparado com outras casas de Fordlândia, é possível ir além e afirmar que, mesmo não necessariamente residindo na casa onde a família norte-americana vivia, América tinha acesso a um modo de morar que grande parte da população da vila não pôde conhecer (ver Figura 86, Figura 87, Figura 88 e Figura 89).

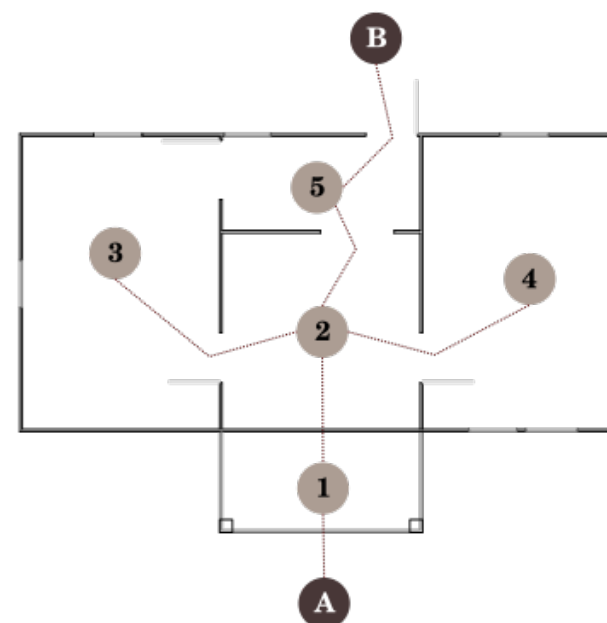


Figura 89: Uma das plantas levantadas no Bairro dos Trabalhadores do Campo (d), Fordlândia.

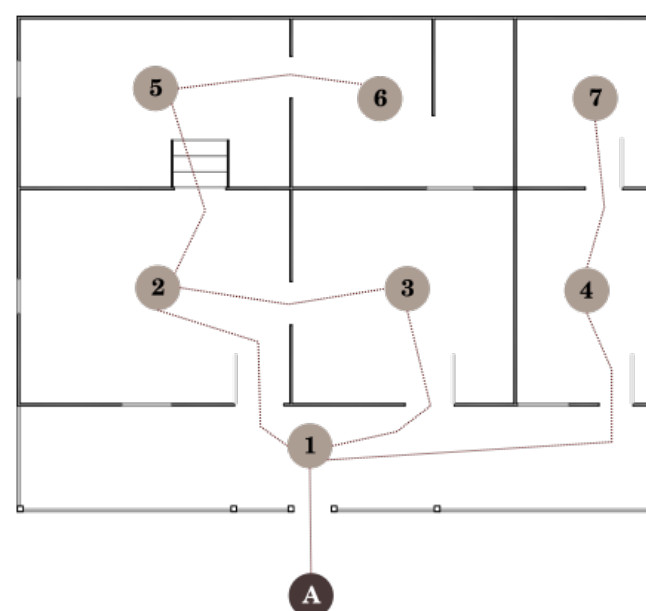
b)



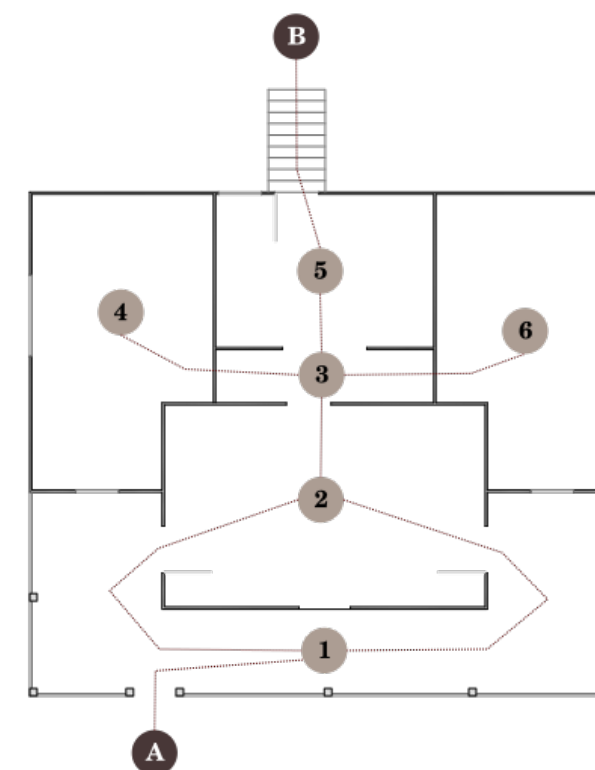
b)



c)



d)



**Nota explicativa:** a aplicação da análise Gamma foi realizada manualmente a partir do desenho da planta arquitetônica da casa. As letras A e B representam as áreas externas à construção e a indicação numérica representa cada um dos cômodos identificados no desenho. As linhas representam as conexões.

As diferentes plantas das casas construídas pela Companhia Ford em Fordlândia evidenciam que na casa voltada para os norte-americanos, havia maior quantidade de cômodos e a existência de corredores específicos que viabilizariam o acesso para aqueles cômodos mais restritos, além da existência de banheiro interno. Das plantas identificadas no dossiê elaborado para o IPHAN (FIDESA-IPHAN, 2010), das casas construídas fora da Vila Americana, apenas a planta “c” identificada na Figura 88 possuía banheiro interno. Este tipo de casa era voltado para a família de pessoas que ocupavam alguma função de chefia (capataz, supervisor). As demais casas contavam com banheiro especificamente na parte externa.

Permanecendo fora da Vila Americana, e buscando acompanhar América enquanto ela levava Charles para conhecer, conversar e brincar com outras crianças de Fordlândia, a análise espacial indicou que alguns lugares se mostraram mais propensos para movimentação do que outros.

Ao analisar os índices de integração e escolha, a escola Henry Ford está localizada na, ou próximo das vias com maior potencial de movimentação, algo também verificado em Belterra e que reforça a importância das instituições escolares para os dois projetos da Ford no Tapajós.

Retornando para a Vila Americana, América informou que seu casamento ocorreu na casa de número dois, localizada na mesma Vila, logo ao lado da casa da família Townsend. A casa em questão também era utilizada por uma família de norte-americanos, mas o seu entorno servia também para o lazer da pequena comunidade que ali residia, como o uso da piscina que está localizada aos fundos da construção, em área mais restrita e de onde era permitida maior privacidade (ver Figura 90).

Figura 90: Crianças utilizando a piscina localizada na Vila Americana, Fordlândia.



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

O casamento de América e sua realização na Vila Americana evidenciam a construção de uma relação de confiança entre ela e a família de norte-americanos, cujo patriarca foi administrador de Fordlândia. Esse vínculo ressalta o fortalecimento do discurso comunitário, que era promovido pelo paternalismo característico do sistema capitalista da primeira metade do século XX, onde as relações de trabalho e família se entrelaçavam.

Como citado no capítulo 4, o documentário Fordlândia (2008) mostrou que tanto Charles como Ed Townsend falavam português perfeitamente, algo que poderia não ser comum para os adultos das famílias de norte-americanos que trabalharam na cidade operária. Sobre este ponto, Grandin (2010), relatou que:

Alguns americanos, em especial as crianças, gostavam da aventura propiciada pela Amazônia. Leonor Weeks, filha de Archie Weeks, tinha oito anos quando chegou à plantação. Ela gostou da sua estadia na Fordlândia e hoje a considera a parte mais interessante da sua longa vida. Ela se lembra de nadar na piscina dos americanos, que ficava ao lado de sua casa, e de jogar golfe com seu pai. Ela sofreu um acesso de malária, mas não o achou muito pior do que uma gripe. Detestava as “horríveis aranhas peludas” que com frequência entravam em sua casa. Se encontrava uma cobra, ela simplesmente fazia o que o pai lhe havia ensinado e a deixava passar. Os garotos e garotas americanos, ao contrário dos pais, conviviam bem com os brasileiros, frequentando as escolas da plantação juntamente com os filhos dos trabalhadores brasileiros e alguns, como Charles Townsend, que nasceu em Fordlândia em 1938, cresceram falando português como seu primeiro idioma. (Quando Townsend voltou, há alguns anos, para visitar a casa em que tinha vivido, hoje morada de centenas de

morcegos, não conseguiu acreditar que tinha sobrevivido a tanta umidade). Leonor, mais jovem, tinha aulas em casa, mas também aprendeu português e andava de bicicleta com os filhos das empregadas. Sua melhor lembrança do tempo na Fordlândia é de Chico, seu macaco de estimação, que ela descreve como diferente da maioria, com “longos pelos negros”. Leonor levou Chico quando retornou aos Estados Unidos, pela diversão de seus colegas de escola em Michigan (Grandin, 2010, p. 201-202).

Barbara, esposa de Ed que visitou com ele Fordlândia, chegou a dar um depoimento interessante que evidencia a relação de seu companheiro com o português e com Fordlândia:

Barbara (legenda disponibilizada no documentário – 17’40’): O Ed está... acho que ele ficou muito emocionado ao voltar à casa de sua infância. Ele vive nos EUA há tantos anos, mas eu o ouço frequentemente dizer coisas... que é como se ele estivesse falando português, mas usando as palavras em inglês.

Não se pode excluir o fato de que o vínculo criado pelas crianças guardava relação com a sua vivência com as trabalhadoras brasileiras que, por sua vez, possibilitaram a interação delas com outras crianças também brasileiras.

Do depoimento de América no mesmo documentário, o que fica implícito é que, após o seu casamento na Vila Americana, e não necessariamente por causa dele, a mesma teria deixado de trabalhar com a família Townsend. Mas da relação estabelecida, ficou exposta a relação construída entre crianças e trabalhadora, como no diálogo registrado no momento do reencontro entre América e Charles no ano de 2005.

Charles: A Dona America, é uma das empregadas que trabalhava com meus pais e ela tomou conta de mim quando eu era criança. Um bebê. Tomou conta de mim.

(...)

Charles: Dona America? Eu sou o Charlinho.

América: Diz menino, é verdade?

Charles: É verdade cê se lembra? (...). Você tomou conta de mim.

América: Pois é, também to te vendo tão.... [e se abraçaram em lágrimas].

(Fordlândia, 2008, áudio original – 45’00’’).

América, que se mudou para Fordlândia em busca de melhores condições de vida e começou a trabalhar aos 14 anos com a família Townsend exercendo funções que se acumulavam entre o cuidado das crianças, da família e da casa, completou sua transição para moça e, como nada teve contra a sua virgindade, manteve sua honra sexual assegurada e, posteriormente, maculada pelo contrato do casamento, construindo, ela própria, a sua família e assumindo seu novo lugar enquanto rainha do seu próprio lar.

### **6.3 “Mulher solteira”: Um rio secando fronteiras**

Em Fordlândia, as informações sobre as mulheres, em geral, se conectam ao imaginário sobre a Ilha dos Inocentes e sua relação com os estigmas da prostituição.

Dentre os escritos de Grandin, não foi possível identificar com melhor precisão quais os locais que estariam localizados no entorno de Fordlândia e que, somados, poderiam corresponder à conhecida Ilha dos Inocentes. Tão pouco, ela é identificada nos mapas das concessões. Contudo, é comum percorrer por Fordlândia e a população indicar a referida Ilha apontando para uma área em meio ao Rio Tapajós que, devido ao movimento das águas, se mantém em boa parte submersa durante o inverno amazônico<sup>62</sup> e, com maior visibilidade e disponibilidade de acesso no restante do ano.

Durante levantamento em campo realizado no mês de março de 2022 (período da cheia), o professor Magno Ribeiro<sup>63</sup>, morador de Fordlândia e participante desta pesquisa, me acompanhou pelo rio em barco para que eu pudesse conhecer e registrar a localização da área que a população reconhece como Ilha dos Inocentes, assim como me apresentou outras duas ilhas, a “Ilha do Gato” e a “Ilha da Antonia” que, de acordo com o interlocutor, também estariam conectadas pelas narrativas e os estigmas sobre a prostituição<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Os rios que compõem a bacia Amazônica, dentre eles o Tapajós, experienciam anualmente dois ciclos: o inverno amazônico, que percorre, com variações, os meses de dezembro a maio, é caracterizado por um período de chuvas mais intensas na região e que resulta na cheia dos rios; e, o verão amazônico, que contempla os meses de junho e novembro, ocorrendo o processo contrário, onde a cota dos rios fica menor, e resultando na sua vazante.

<sup>63</sup> Magno Ribeiro é professor de História e filho de Fordlândia, como ele gosta de se apresentar. Durante toda esta pesquisa, o professor Magno foi meu grande ponto de apoio conseguir me localizar na cidade operária, assim como para conversar e também para conhecer as pessoas de Fordlândia que gentilmente contribuíram com esta tese a partir dos seus relatos.

<sup>64</sup> A identificação e a denominação das ilhas “do Gato” e “da Antônia” foi informada exclusivamente pelo Professor Magno no período em que estive em Fordlândia no mês de março de 2022. Nas demais entrevistas obtidas, sempre que questionados/as sobre a prostituição, os/as participantes fizeram referência somente ao nome “Ilha dos Inocentes”.

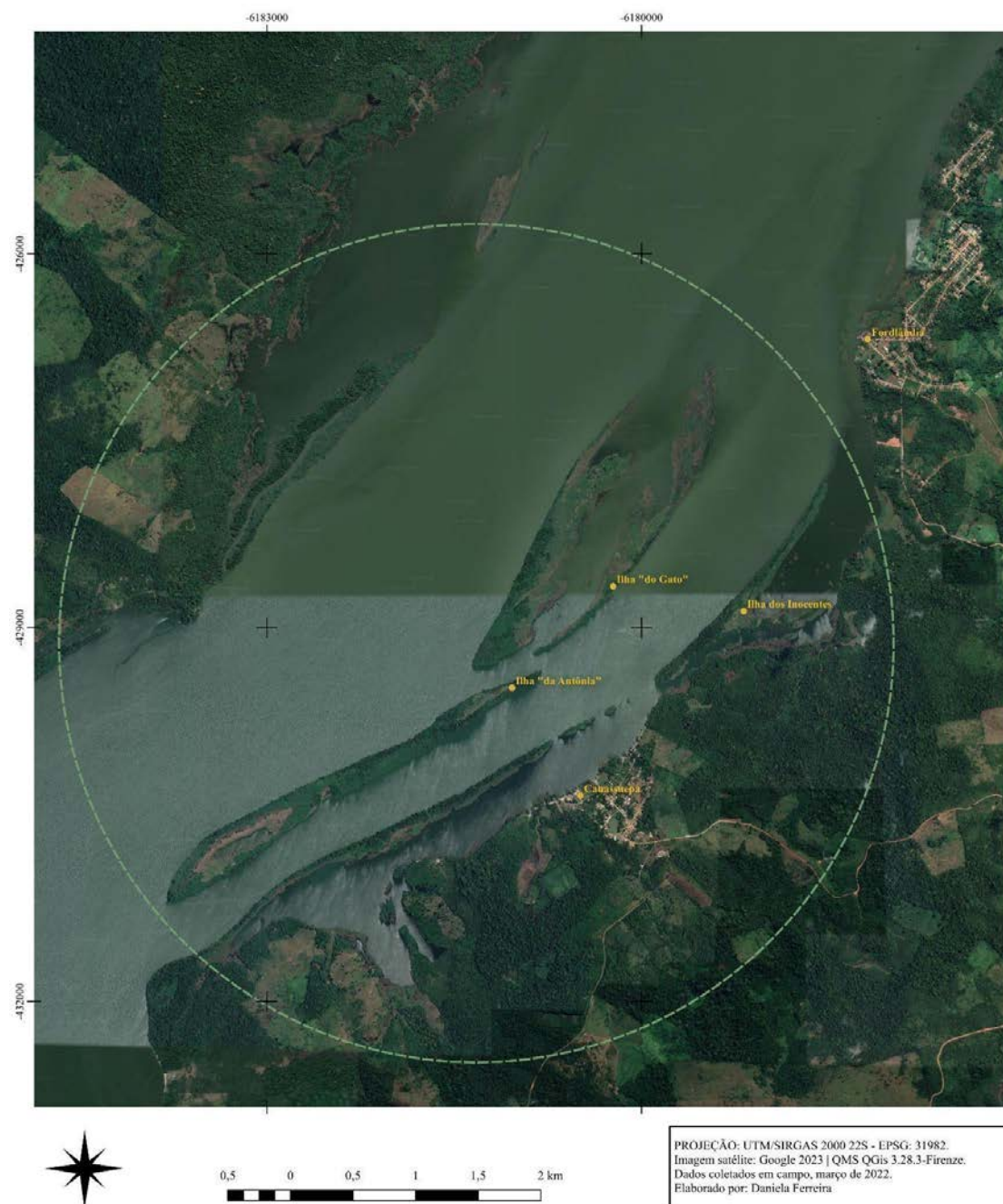
A área identificada pela população como a Ilha dos Inocentes faz referência a uma porção localizada nas proximidades de Fordlândia, mais ao sul da vila operária, e mais visivelmente próxima à margem direita do Tapajós.

Em direção oeste da área que foi indicada a Ilha dos Inocentes, está localizada a ilha identificada como Ilha “do Gato”, sendo “gato” também termo popular utilizado para referenciar prostitutas.

Já a sudoeste da área indicada como Ilha dos Inocentes, ao sul da Ilha identificada como Ilha “do Gato”, é possível observar a área identificada como Ilha “da Antônia”, sendo que no relato do Professor Magno, a denominação da ilha também estaria relacionada a uma mulher, Antônia, que seria a gerente de um bordel no local.

A área identificada como Ilha “da Antônia” está ainda localizada no entorno imediato da comunidade de Cauassu-ê-Pá que, por sua vez, está a 20 minutos de barco de Fordlândia, sendo também possível o seu acesso por via terrestre não pavimentada por um percurso de aproximadamente 10 km (ver Figura 91).

Figura 91: Mapa de localização das Ilhas, Cauassu-ê-Pá e Fordlândia.



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir dos dados coletados em campo em março de 2022.

Um dos elementos protagonistas das paisagens na região Amazônica, o rio, se impõe e interfere diretamente na tipologia das estruturas e na organização dos espaços que o margeia. De acordo com os relatos da população, a Ilha dos Inocentes, localizada em meio ao rio, só se fazia habitável a partir de construções palafíticas que poderiam se adaptar aos períodos de cheia e ou de vazante (ver exemplo na Figura 92, Figura 93 e Figura 94).



Figura 92: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará.



**Fonte:** Da autora, Parque do Charapucu, Afuá/ PA, 2020.

**Nota explicativa:** Na proximidade das casas, é possível visualizar que existe uma vegetação mais baixa em relação ao seu entorno.

Figura 93: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará.



**Fonte:** Da autora, Parque do Charapucu, Afuá/ PA, 2020.

**Nota explicativa:** Na proximidade das casas, é possível visualizar que existe uma vegetação mais baixa em relação ao seu entorno.



Figura 94: Exemplo de estruturas em palafitas localizadas na região da bacia Amazônica, no estado do Pará.



**Fonte:** Da autora, Parque do Charapucu, Afuá/ PA, 2020.

**Nota explicativa:** Na proximidade das casas, é possível visualizar que existe uma vegetação mais baixa em relação ao seu entorno.

A informação adicional às estruturas em palafitas é que, de acordo com o Professor Magno, especialmente na Ilha “da Antonia” ainda hoje persistem algumas estacas de madeira que podem fazer referência às armações que sustentavam as estruturas. Contudo, não foram observadas durante a etapa de campo, por esta ter sido realizada no período da cheia.

Já na Ilha do Gato e na Ilha dos Inocentes, uma vegetação mais baixa foi percebida e pode estar relacionada com estruturas do passado. Objetivando uma melhor investigação da paisagem dessas áreas, realizei o registro fotográfico georreferenciado na tentativa de evidenciar os pontos onde foi verificada a vegetação mais baixa (ver Figura 95, Figura 96, Figura 97 e Figura 98).

Figura 95: Diferença na vegetação observada na Ilha “do Gato” (período da cheia).



**Fonte:** Da autora, março de 2022.

**Nota explicativa:** a informação georreferenciada dos locais onde os registros fotográficos foram tirados pode ser observada na Figura 97.

Figura 96: Diferença na vegetação observada na Ilha dos Inocentes (período da cheia).



**Fonte:** Da autora, março de 2022.

**Nota explicativa:** a informação georreferenciada dos locais onde os registros fotográficos foram tirados pode ser observada na Figura 97.

Figura 97: Diferença na vegetação observada na Ilha dos Inocentes (período da cheia).

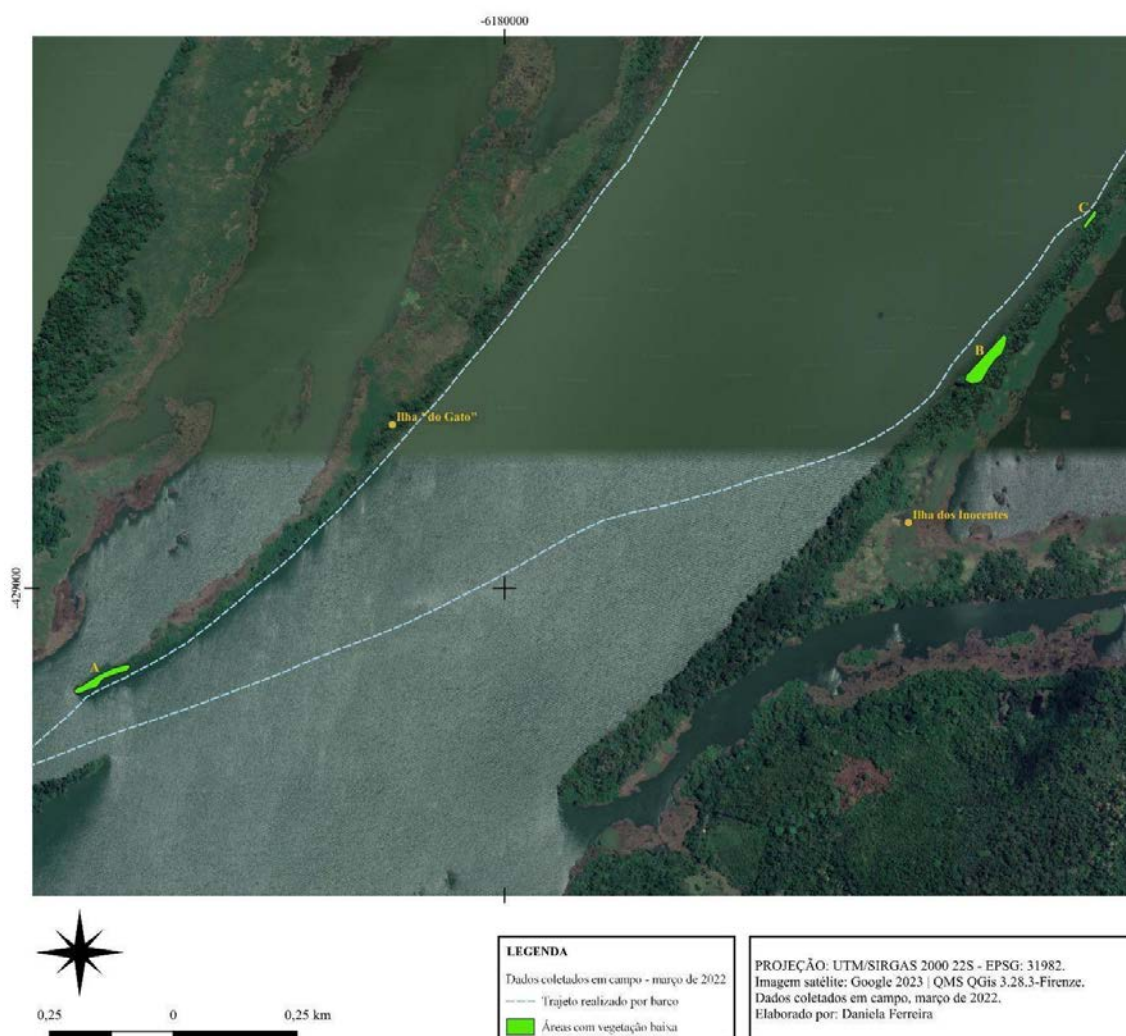


**Fonte:** Da autora, março de 2022.

**Nota explicativa:** a informação georreferenciada dos locais onde os registros fotográficos foram tirados pode ser observada na Figura 97.



Figura 98: Mapa com a localização dos pontos onde foi observada vegetação mais baixa na área das Ilhas.



**Fonte:** Elaborado pela autora, a partir dos dados coletados em campo em março de 2022.

Se o episódio da briga ocorrida nas proximidades de Fordlândia pôde demonstrar que a paisagem da Ilha dos Inocentes não se limitava em acolher temporariamente os homens sob o abrigo do teto das mulheres que, por sua vez, não conseguiram residir a vila mais próxima estruturada pela Ford devido aos códigos morais imbricados na organização social, este mesmo cenário nos alerta para a complexidade do contexto espacial e social em que se encontrava Fordlândia, Ilha dos Inocentes e entorno.

Estas áreas, enquanto reflexo da vivência de [e] entre mulheres e homens, foram atravessadas por experiências múltiplas que não se encerraram no homem, trabalhador da Companhia, na sua família, enquanto agregados passivos na vila operária, sequer na mulher, lida como prostituta, enquanto o rio, visto em parte como fronteira para delimitar a área da concessão, era espaço vivo e habitado.

Na briga detalhada, a relação entre [Mari], “mulher solteira” e [Jorge], homem solteiro, nos chama atenção, pois nos relatos de ambos, há pistas que evidenciam que entre eles havia uma relação de intimidade.

Um dado diferencial de [Mari] é que ela é identificada em seu depoimento como “*de serviços domésticos*”, enquanto em outros processos judiciais do período, uma ocupação comum para mulheres é a sua indicação enquanto “*prendas domésticas*”.

Não é possível, contudo, afirmar se [Mari] foi ou exerceu a prostituição em algum momento da sua vida, assim como não é possível dizer que Jorge era seu cliente. Mas, e se fosse o contrário?

Do episódio relatado, o que fica posto é que Mari, enquanto “mulher solteira”, esteve sob o julgamento moral associado ao termo e que este não recaiu sobre Jorge, identificado sobre a condição de pessoa do sexo masculino percebida fora do contrato do casamento, mas não percebido sob os véus estigmatizados da prostituição.

#### **6.4 As armadilhas da visibilidade**

No caso de Belterra, e sobre a identificação do trajeto percorrido por [Tais] e [Eliseu], uma das testemunhas declarou ter visto os dois “*em uma certa altura da Estrada oito, já próximo a Estrada dez*”, enquanto voltava para a sua casa, da Estrada 8 para a Estrada 10.

O mesmo ocorreu com o caso de [Ana], em que tanto o carro, como vítima e acusado, foram percebidos pelas testemunhas que se deslocavam pelo local onde ocorreu o encontro.

Destes relatos, reitera-se que as Estradas 2, 5, 7 e boa parte da Estrada 8 apresentaram índices com maior potencial de escolha para deslocamento. Sob este aspecto, o interior das quadras poderia servir de atalho para quem queria se deslocar entre as áreas de trabalho e moradia de forma mais discreta, ou um refúgio para quem estivesse cometendo atos considerados impróprios.

Outra informação interessante a se tirar do processo de defloração de [Taís] é que nos depoimentos das testemunhas que em algum momento visualizaram os encontros entre vítima e acusado, chama atenção que ambas ficaram surpresas por terem sido chamadas na delegacia para depor. O que parece ocorrer é que, tanto quem utilizou o meio da quadra como atalho, como quem a utilizou como esconderijo, estava passível de ser visto.

Neste último sentido, a topografia de Belterra também informa sobre os espaços citados nos processos de estupro e de defloramento detalhados nesta pesquisa. Com já referenciado no capítulo 4, a cidade operária, construída no alto do platô, mantém, desde as estruturas construídas até a plantação, uma horizontalidade neutra (Figura 99 e Figura 100), permitindo que tanto vítimas, como acusados e testemunhas pudessem, mesmo sem saber, ser vistos (Ferreira e Allen, 2024b).

No desenho urbano de Belterra, as construções, das maiores até as menores, não se sobressaem à altura das plantações da seringueira, permitindo um maior potencial de visibilidade e, conseqüentemente, vigilância. Assim, as árvores da plantação serviriam como uma quebra da visibilidade facilitada pela topografia plana da cidade (ver Figura 100).

Figura 99: Vista de um dos tipos de moradias voltadas para a classe operária, Belterra, com destaque, a topografia plana de Belterra (1937).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Figura 100: Plantação de seringueiras, com destaque, a topografia plana característica de Belterra (1935).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

Para o caso de Fordlândia, a topografia irregular possibilita uma outra noção de visibilidade. Do alto, os prédios associados à área industrial e a caixa d'água (ver Figura 103), era possível visualizar todas as quadras direcionadas para moradia da classe operária, o Rio Tapajós e as Ilhas (ver Figura 101 e Figura 102).

Figura 101: Vista para o Rio Tapajós desde a área industrial de Fordlândia, em construção.



**Fonte:** Rondon (1929).

Figura 102: Vista das moradias construídas para os trabalhadores e do Rio Tapajós, com destaque à topografia de Fordlândia (1933).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.



Figura 103: Vista desde o Rio Tapajós. Em destaque, a Caixa d'água e a área industrial de Fordlândia.



**Fonte:** [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/PA\\_Eventos/fordlandia.jpg](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/images/Diversas/PA_Eventos/fordlandia.jpg)

Sobre a caixa d'água, uma das estruturas mais emblemática para ambos os projetos da Ford no Tapajós, compartilho da perspectiva Seabra (2020) que, por sua vez, analisou as estruturas associadas a um educandário e centro de detenção localizado em Cotijuba, Belém/PA:

Adequando essa análise para a realidade do objeto aqui estudado, pode-se dizer que provavelmente as caixas d'água foram utilizadas como “torres de vigilância”, pois, depois do segundo piso existente no prédio principal, elas são o outro local mais alto dentro da instituição, proporcionando uma visão ampla de toda a parte posterior do educandário, além de possuírem um acesso mais restrito (Seabra, 2020, p. 66).

No caso das cidades operárias aqui analisadas, a diferença na topografia entre Belterra e Fordlândia pode ter sido utilizada em relação às suas especificidades. No caso de Fordlândia, a área industrial e a Vila Americana localizadas nas áreas mais altas da cidade, permitem um tipo de controle centralizado na administração da empresa Ford. Já no caso de Belterra, esta “torre de controle” pode ter sido diluída pela configuração urbana da cidade onde todos e todas atuariam enquanto observadores de quaisquer acontecimentos.

Das diferenças de visibilidade percebidas entre Fordlândia e Belterra, a forma panóptica (Foucault, 2016) é passível de ser verificada no desenho urbano e na topografia das cidades operárias, onde pode ter sido empregado um tipo de vigilância que permitiu uma inversão da “*função disciplinar*” onde tudo pode ser visível, sem necessariamente o sujeito saber se está sendo visto, ou não. Sob esta perspectiva, “*a visibilidade é uma armadilha*” e passa a ser utilizada como uma ferramenta de poder onde todas e todos, de alguma forma, foram submetidos.

### **6.5 “Moça” e “Mulher solteira” para além do estado civil: Atravessamentos entre gênero, classe, raça, sexualidade, idade, localidade e regionalidade**

A casa ainda pode ser compreendida como um referencial espacial do trabalho da mulher (Sousa, 2005), mesmo quando imersas em um mercado de trabalho masculinizado. O entorno das casas pode, por sua vez, ser lido como um espaço passível de ser mobilizado por ela de forma a estabelecer novas relações, formar laços de solidariedade, realizar trabalhos coletivos e negociar estratégias de sobrevivência, na mesma medida em que assumia um lugar de “*controle e regulação das condutas e procedimentos*” (Matos, 1995, p. 105).

Ao retornarmos nosso olhar para o contexto de Fordlândia, como observado nos tópicos sobre o cotidiano da América, a casa da família norte-americana era o espaço onde ela construía as suas relações de trabalho. Em um dos registros fotográficos mostrado no documentário “Fordlândia” (2008), América posa junto com mais uma trabalhadora e as crianças da família Townsend (ver Figura 104). Como já relatado, a casa da família Townsend como uma das principais paisagens de América, permitiu a ela acessar um modo de morar que não era o mesmo daquele vivenciado nas casas construídas para as famílias da classe trabalhadora em geral.

Figura 104: Registro fotográfico de América (à esquerda) com mais uma trabalhadora e as crianças Townsend na Vila Americana, em Fordlândia no período de administração da Companhia Ford (1927-1945).



**Fonte:** Fordlândia, 2008, 17'23".

No caso de Belterra, a Vila Americana, posicionada no extremo oeste da Estrada 1, abrigava as estruturas relacionadas às moradias dos administradores do empreendimento em Belterra e das suas famílias. Ao deslocar para leste e para sul, as camadas hierárquicas vão sendo reveladas através de um padrão construtivo das residências que, por sua vez, vai se distanciando espacialmente e materialmente da planta arquitetônica mais completa, com maior metragem e divisão de espaços e, construída com matéria-prima mais durável. As figuras 9 a 12 exemplificam a transformação das moradias em relação à posição da classe operária na estrutura organizacional do projeto.

Figura 105: Casa localizada na Vila Americana, Belterra (1938).



**Fonte:** Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, retirado de Pereira (2012, p. 86).

Figura 106: Vista das casas na Vila Mensalista, Belterra (1939).



**Fonte:** Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, retirado de Pereira (2012, p. 90).

Figura 107: Vista das casas na Vila Viveiros, Belterra (1939).



**Fonte:** Arquivo pessoal de Osvaldo Góes, retirado de Pereira (2012, p. 91).

Figura 108: Vista frontal de uma das tipologias de casas dos trabalhadores, Belterra (sem data).



**Fonte:** Arquivo digital - The Henry Ford Archives.

A última casa (ver Figura 108) possui as características das moradias localizadas nas Estradas 2, 7, 8 e 10 onde as famílias das vítimas, acusados e testemunhas citadas nos processos de defloração residiam.

No caso de defloração [Ana], sua mãe, e no caso de [Taís], a irmã mais velha da vítima, assim como sua vizinha, foram todas ambas identificadas como “*prendas domésticas*” e tinham nessa tipologia de casa o *locus* do seu trabalho.

Nas entrevistas exploratórias realizadas para esta pesquisa, tanto para Fordlândia como para Belterra, uma função comum para as mulheres (e crianças) era coleta de sementes, a retirada das lagartas das plantações e a lavagem das cuias que eram utilizadas para coletar o látex retirado das seringueiras.

No relato da moradora de Belterra, foi detalhada parte das suas memórias enquanto criança no final do período da Ford e início do período de administração das concessões pelo governo brasileiro e que nos possibilita conhecer um pouco mais sobre o cotidiano das mulheres no período:

Entrevistada: Eles vinham numa caçamba com as cuias, traziam, jogavam lá. A gente recolhia aquelas cuias, aí a gente ia, botava de molho e ia raspar tudinho. Deixava de molho mais ou menos uma hora, aí depois a gente ia raspar tudinho e ir areando com bucha. 38:29

Era um trabalho temporário.

Daniela: Então não tinha um registro, assim, certinho?

Entrevistada: Não.

Daniela: Muito menos para vocês, né?

Entrevistada: Era. Porque era tudo criancinha e só ajudava. A gente só ajudava mesmo. Mas não era só a mamãe não, tinham várias. Tinha várias. Só que eu não lembro, só lembro de duas famílias aqui, mas já morreram.

Daniela: Geralmente era mulher que fazia esse trabalho ou era homens também faziam?

Entrevistada: Era só mulher. E todas levavam o filho para ajudar. Porque a mãe tinha que dar, por exemplo, 300 tigelas limpas no dia. Aí uma pessoa só não tinha como.

Daniela: Então todas as mulheres acabavam levando seus filhos?

Entrevistada: Levando os filhos para ajudar.

Daniela: Acontecia de... e se não conseguisse cumprir?

Entrevistada: Não, sempre conseguia. Sempre. A gente sempre terminava até mais cedo ainda.

Eu só não lembro se a minha mãe recebia por semana, se eu não me engano. Eu não lembro bem como era o pagamento dessas tigelas. Mas eu acho que ela recebia por semana.

Daniela: E a senhora disse algo sobre pegar sementes, né?

Entrevistada: Era, essa época a gente era... todo mundo recolhia sementes porque o seringão era grande aqui, né?

Daniela: Então vocês iam no seringão...

Entrevistada: A gente ia pro seringão escolher as sementes pra vender. A gente vendia ali no posto na época. Chegava com aqueles sacos, botava tudo num saco grande, pesava, eles pagavam uma quantia.

Daniela: E tinha que pegar muito?

Entrevistada: Não, a gente pegava o quanto mais pegasse, melhor.

Daniela: Eles pagavam peso?

Entrevistada: Por peso, era peso. Eles pesavam tudo direitinho. Aí pagavam, na hora pra gente.

Daniela: E como é que era o comércio aqui na época?

Entrevistada: Tinha bem pouquinho comércio A gente comprava mais fiado

Daniela: Mais fiado?

Entrevistada: Era, era quase tudo anotado. Tinha bem pouco comércio. Bem pouco mesmo.

Daniela: E comida? Encontrava tudo por aqui?

Entrevistada: É, a gente ia às 4 horas da manhã para conseguir um quilo de carne. Era tudo muito difícil.

Daniela: Mas porque faltava?

Entrevistada: Porque não tinha, porque não tinha. Era muito difícil. Só tinha um açouguezinho que era ali. Então a gente para pegar um quilo de carne a gente tinha que ir de madrugada. Ficar na fila.

Daniela: Tinha uma quantidade reduzida para comprar ou não conseguia comprar por causa do dinheiro?

Entrevistada: Não, também tinha problema do dinheiro, mas tinha também porque era muito difícil a carne mesmo aqui, era muito difícil.

Daniela: E aí comiam o que para compensar?

Entrevistada: Ah, o pessoal tinha muita criação de galinha, de pato, essas coisas...e a gente comia essas coisas.

Daniela: E aí ia comprando de quem tinha criação?

Entrevistada: É, e geralmente, lá minha mãe criava galinha. (...). A gente criava galinha, né? Criava bastante galinha, porque as casas aqui eram um quintal muito grande, né? E não era cercado, mas era um quintal assim que o fundo era bem grande mesmo, aí a gente criava. (...).

Daniela: Plantava macaxeira também?

Entrevistada: Macaxeira, cará, tudo a gente plantava. Banana. As frutas, tinha todo tipo de fruta. Tinha muita tangerina. A mamãe tinha bastante tangerina.

Os papéis ocupados pelas mulheres como força de trabalho no contexto das cidades industriais da Ford são pouco referenciados. Em documento da Companhia Ford datado de 1944 (ver Tabela 7 e Figura 109) é demonstrado que, ao menos para Belterra, a empresa contratava mulheres como parte da força de trabalho desde agosto de 1935, correspondente à fase inicial do projeto em Belterra. Do documento citado, não há menção sobre a contratação de mulheres em Fordlândia<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup> Sobre os dados de mulheres contratadas em Fordlândia, foi verificado um documento no qual os dados relacionados a elas estão somados aos dados dos trabalhadores com menor remuneração e, por isso, seu tratamento em específico não foi possível.



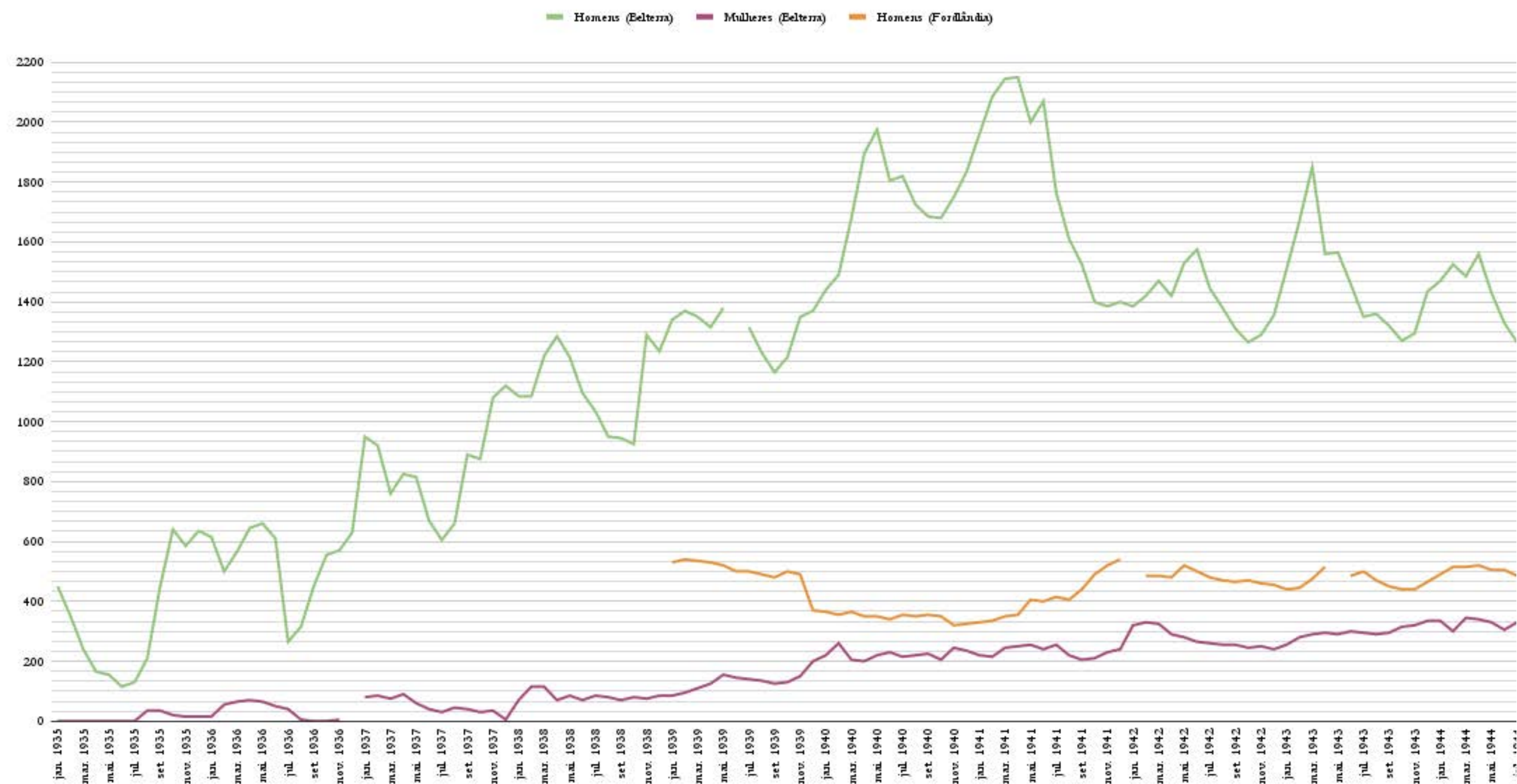
Tabela 7: Quantidade de empregados e empregadas da CFIB em Fordlândia e Belterra entre o período de Janeiro de 1935 e Julho de 1944.

ANO	MÊS	FORDLÂNDIA		BELTERRA	
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1935	Janeiro	ND	ND	450	0
1935	Fevereiro	ND	ND	350	0
1935	Março	ND	ND	240	0
1935	Abril	ND	ND	165	0
1935	Maio	ND	ND	155	0
1935	Junho	ND	ND	115	0
1935	Julho	ND	ND	130	0
1935	Agosto	ND	ND	210	35
1935	Setembro	ND	ND	450	35
1935	Outubro	ND	ND	640	20
1935	Novembro	ND	ND	585	15
1935	Dezembro	ND	ND	635	15
1936	Janeiro	ND	ND	615	15
1936	Fevereiro	ND	ND	500	55
1936	Março	ND	ND	565	65
1936	Abril	ND	ND	645	70
1936	Maio	ND	ND	660	65
1936	Junho	ND	ND	610	50
1936	Julho	ND	ND	265	40
1936	Agosto	ND	ND	315	5
1936	Setembro	ND	ND	450	0
1936	Outubro	ND	ND	555	0
1936	Novembro	ND	ND	570	5
1936	Dezembro	ND	ND	630	ND
1937	Janeiro	ND	ND	950	80
1937	Fevereiro	ND	ND	920	85
1937	Março	ND	ND	760	75
1937	Abril	ND	ND	825	90
1937	Maio	ND	ND	815	60
1937	Junho	ND	ND	670	40
1937	Julho	ND	ND	605	30
1937	Agosto	ND	ND	660	45
1937	Setembro	ND	ND	890	40
1937	Outubro	ND	ND	875	30
1937	Novembro	ND	ND	1080	35
1937	Dezembro	ND	ND	1120	5
1938	Janeiro	ND	ND	1085	70
1938	Fevereiro	ND	ND	1085	115
1938	Março	ND	ND	1220	115
1938	Abril	ND	ND	1285	70
1938	Maio	ND	ND	1215	85
1938	Junho	ND	ND	1095	70
1938	Julho	ND	ND	1035	85
1938	Agosto	ND	ND	950	80
1938	Setembro	ND	ND	945	70
1938	Outubro	ND	ND	925	80
1938	Novembro	ND	ND	1290	75
1938	Dezembro	ND	ND	1235	85
1939	Janeiro	530	ND	1340	85
1939	Fevereiro	540	ND	1370	95
1939	Março	535	ND	1350	110
1939	Abril	530	ND	1315	125
1939	Maio	520	ND	1380	155
1939	Junho	500	ND	ND	145
1939	Julho	500	ND	1315	140
1939	Agosto	490	ND	1230	135
1939	Setembro	480	ND	1165	125
1939	Outubro	500	ND	1215	130

ANO	MÊS	FORDLÂNDIA		BELTERRA	
		HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
1939	Novembro	490	ND	1350	150
1939	Dezembro	370	ND	1370	200
1940	Janeiro	365	ND	1440	220
1940	Fevereiro	355	ND	1490	260
1940	Março	365	ND	1680	205
1940	Abril	350	ND	1895	200
1940	Maio	350	ND	1975	220
1940	Junho	340	ND	1805	230
1940	Julho	355	ND	1820	215
1940	Agosto	350	ND	1725	220
1940	Setembro	355	ND	1685	225
1940	Outubro	350	ND	1680	205
1940	Novembro	320	ND	1750	245
1940	Dezembro	325	ND	1835	235
1941	Janeiro	330	ND	1960	220
1941	Fevereiro	335	ND	2085	215
1941	Março	350	ND	2145	245
1941	Abril	355	ND	2150	250
1941	Maio	405	ND	2000	255
1941	Junho	400	ND	2070	240
1941	Julho	415	ND	1765	255
1941	Agosto	405	ND	1610	220
1941	Setembro	440	ND	1525	205
1941	Outubro	490	ND	1400	210
1941	Novembro	520	ND	1385	230
1941	Dezembro	540	ND	1400	240
1942	Janeiro		ND	1385	320
1942	Fevereiro	485	ND	1420	330
1942	Março	485	ND	1470	325
1942	Abril	480	ND	1420	290
1942	Maio	520	ND	1530	280
1942	Junho	500	ND	1575	265
1942	Julho	480	ND	1445	260
1942	Agosto	470	ND	1380	255
1942	Setembro	465	ND	1310	255
1942	Outubro	470	ND	1265	245
1942	Novembro	460	ND	1290	250
1942	Dezembro	455	ND	1355	240
1943	Janeiro	440	ND	1510	255
1943	Fevereiro	445	ND	1670	280
1943	Março	475	ND	1850	290
1943	Abril	515	ND	1560	295
1943	Maio		ND	1565	290
1943	Junho	485	ND	1460	300
1943	Julho	500	ND	1350	295
1943	Agosto	470	ND	1360	290
1943	Setembro	450	ND	1320	295
1943	Outubro	440	ND	1270	315
1943	Novembro	440	ND	1295	320
1943	Dezembro	465	ND	1435	335
1944	Janeiro	490	ND	1470	335
1944	Fevereiro	515	ND	1525	300
1944	Março	515	ND	1485	345
1944	Abril	520	ND	1560	340
1944	Maio	505	ND	1430	330
1944	Junho	505	ND	1330	305
1944	Julho	485	ND	1265	330

Fonte: Elaborado por Daniela Ferreira a partir de dados disponibilizados em documento elaborado pela Companhia. (Referência - Acc. 74\_6\_number\_of\_employees. The Henry Ford Archives).

Figura 109: Gráfico da quantidade de empregados e empregadas da CFIB em Fordlândia e Belterra entre o período de Janeiro de 1935 e Julho de 1944.



Fonte: Elaborado por Daniela Ferreira a partir de dados disponibilizados em documento elaborado pela Companhia. (Referência - Acc. 74\_6\_number\_of\_employees. The Henry Ford Archives).

Quando possível de identificar especificamente os dados relacionadas ao trabalho e remuneração das mulheres entre 1935 e 1943, o valor das diárias pagas para elas, foi inferior ao dos homens, chegando a uma diferença de 67% no ano de 1937 (ver Tabela 8).

Tabela 8: Diferença entre valor das diárias pagas pela Companhia Ford para Mulheres e Homens em Fordlândia e Belterra nos anos de 1935, 1937, 1939 e 1943.

	REMUNERAÇÃO DIÁRIA PAGA EM CR\$							
	F.	B.	F.	B.	F.	B.	F.	B.
	JAN. 1935		DEZ. 1937		JAN. 1939		OUT. 1943	
<b>Mulheres</b>	-	2,00	-	2,00	-	4,00	-	<b>6,00</b>
<b>Homens</b>	-	4,00	-	6,00	-	7,00	-	<b>9,00</b>
<b>Diferença</b>	-	50%	-	67%	-	43%	-	<b>33%</b>

**Fonte:** Elaborado por Daniela Ferreira a partir de dados disponibilizados em documento elaborado pela Companhia. (Referência - Acc. 74\_6\_number\_of\_employees. The Henry Ford Archives).

**Nota explicativa:** F. – Fordlândia | B. Belterra

O dado sobre os salários repercute nas desigualdades e assimetrias na divisão do trabalho entre homens e mulheres que atravessaram, sobretudo, as mulheres posicionadas nas classes sociais mais vulneráveis. Como o caso das famílias de [Ana] e [Taís], consideradas pobres, nos termos da lei.

Outro aspecto relevante ao trabalho das mulheres observado especialmente no contexto de Belterra tem relação com o tipo de trabalho apropriado para mulheres e a prioridade por mantê-la no ambiente familiar voltado para o cuidado da família. O relato de um dos entrevistados sobre a seus pais, especialmente sua mãe, nos apresentou um pouco deste cenário:

Daniela: A sua mãe então ia para o campo também para ajudar?

Entrevistado: Ia.

Daniela: Mas os dois eram contratados da companhia ou só ele?

Entrevistado: Cada um tinha um salário. Era. Os dois no campo. Era.

Daniela: E aí depois, em 39, então o senhor nasceu.

Entrevistado: Nasci. Daí a minha mãe... Ah... Aliás, foi nesse tempo que a minha mãe conseguiu um emprego, porque era só ela de arrimo da família, praticamente. A minha irmã ainda era novinha, 15 anos, quase 16. E daí a minha mãe conseguiu um emprego, uma chapa.

Naquela época tinha uma chapa, vocês conhecem isso?

Daniela: Não, o que é a chapa?

Entrevistado: Chapa é uma identificação do funcionário, é desse tamanho. Ah, ela tinha a chapa.

Daniela: Isso quando o senhor nasceu, que ela se empregou?

Entrevistado: Só o funcionário que tinha a chapa. Ela não era funcionária ainda. Só quando meu pai morreu e que ela foi obrigada a se empregar, né? Que era para ser o arrimo da família.

Daniela: Ah, então enquanto seu pai era vivo sua mãe não trabalhava?

Entrevistado: Não.

Daniela: E aí quando ela começou a trabalhar ela foi para o campo?

Entrevistado: Só tinha emprego no campo para ela. Daí ela aceitou e foi fazer serviço de poda ... esse negócio.... Talvez até fosse o mais fácil para ela fazer e ela fez.

Daniela: E na época os seus irmãos que eram mais velhos, eles já trabalhavam?

Entrevistado: Não, eles eram todos jovens ainda, muito jovens.

Daniela: Aí estudavam nas escolas aqui?

Entrevistado: Não, aquela época a escola não tinha idade para estar estudando ainda. E eram jovens pequenos, mas...

(...)

O meu estudo foi só até a quinta série e depois eu fui trabalhar. Quando eu entrei a quinta série, eu já tinha a idade para me alistar. Daí eu conversei com a minha mãe, ela disse que eu ia servir o Exército. Daí ela disse assim, eu disse para o pai, mãe, eu vou trabalhar no seu lugar, a senhora desiste, dá descarga<sup>66</sup>, né?

O ato de desistir da “chapa” (ver Figura 110), ou seja, do registro de trabalho oficializado pela Companhia Ford para Belterra, também foi verificado em um documento da Ford do qual é discutida a gratuidade do atendimento hospitalar direcionado à uma mulher, ex-trabalhadora da concessão, que por estar próximo de ter filho, pediu a sua “descarga” de forma antecipada ao parto.

---

<sup>66</sup> “Dar descarga” ou “pedir descarga”, neste contexto, tem o sentido de demissão.

Figura 110: Chapas de identificação dos trabalhadores e trabalhadoras da Companhia Ford nos projetos de Fordlândia e Belterra.



**Fonte:** Da autora (2022). As chapas representadas na fotografia compõe o acervo do Instituto Boanerges Sena.

O pedido de descarga, como ato formal de desligamento, não implicava, necessariamente, na inexistência de relação de trabalho entre as mulheres e a Companhia Ford, ou mesmo depois, com o governo brasileiro. Como mostra o trecho de outra entrevista, nem todas as mulheres conseguiam vínculo de trabalho com a empresa, tendo que desenvolver outras estratégias de trabalho e sobrevivência para ela e a família:

Entrevistada: Depois que meu pai morreu ficou bem difícil mesmo para sustentar a gente, que seis mulheres, ele morreu muito novo. Ele morreu com 52 anos e a minha mãe morreu com 86. Daniela: Ela ficou mais de 30 anos sozinha com vocês.

Entrevistada: Ela trabalhou até o limite.

(...)

Depois que terminou a parte das tigelinhas, ela não arrumou mais emprego. Ela ficou... ela fazia bolo pra gente vender, ela vendia nas portas pra vender, pra se estudar. Era assim a nossa vida era bem...

Daniela: Foi nessa época que vocês foram também cuidadoras lá no hospital?

Entrevistada: No hospital também, foi nessa época tudinho.

Daniela: E como é que era ir pro hospital? Vocês acolheram? Ia lá só pra dormir?

Entrevistada: Não, a mamãe... era assim: a mamãe quando pegava uma pessoa pra cuidar ela mandava merenda, o almoço e a janta. Aí a gente levava tudinho, de manhã. Aí quando... com o tempo, o hospital já dava refeição. Aí a gente já ia só mesmo para acompanhar. Porque ia melhorando. Cada ano que passava as coisas melhoravam aqui para a gente. Mas aí, emprego mesmo para os filhos de Belterra não tinha não. A gente terminava o nosso estudo aqui, tinha que procurar. Sair para procurar outra.

Daniela: Como é que era pra senhora, por exemplo, nessa época que a sua mãe recebia gente em casa? Sua mãe recebia gente em casa, né? Como é que era vocês sair da caminha de vocês? Entrevistada: É, porque ela trazia eles, estava operada, a gente não ia deixar eles ficarem... Como a sala era bem grande assim, a mamãe colocava colchão e aquelas [...] que forravam, a gente deitava lá e botava eles na cama, na rede. Porque também na época a gente não tinha, tinha só umas três camas lá em casa. O resto dormia em rede, né? Aí era mais fácil.

Mas ela colheu muito doente mesmo.

Daniela: E o que a senhora acha, por exemplo... a senhora, que é uma mulher e tal, que começou, se mudou para construir a vida, o que a senhora pensa da sua mãe de ter vindo para cá na época para tentar construir a vida dela?

Entrevistada: Pois é, eu fico imaginando. Foi do mesmo jeito como eu tentei (...) que eu também fui, praticamente sem ninguém. (...) Eu acho que a minha mãe também veio pra cá com essa intenção de arrumar o emprego e tudo, aí encontrou o meu pai, casou e ficou. Mas a minha mãe também sofreu muito, porque o meu pai era muito danado demais, era muito safado. Mulher, né? Ela sofreu muito, mas ela nunca abandonou. Mas a gente tinha como mulher daqui, era prostituta, assim de sopa. Mulher mesmo, sim. Ele era muito danado. Ele era tentado. E a sua mãe cuidando dele. Ela sempre cuidando da gente e cuidando dele também. Às vezes ele saía de casa e ela ficava dois, três dias fora. E quando ele chegava, eu dizia: mãe, mas isso não é vida, mãe. A senhora ter que aguentar ele. E aí ela dizia que a casa era dele, porque a casa era no nome dele, porque ele que era na época que ele que era um funcionário da época.

Daniela: A senhora falou agora que vocês conversavam um pouco sobre isso, né? Essa questão de ela aguentar e tal. Ela tinha escolha?

Entrevistada: Não. Ela tinha mesmo... Ela dizia, porque ruim com ele... Olha as palavras que ela dizia: Ruim com ele, pior sem ele.

Daniela: Difícil, né?

Entrevistada: Difícil. Nem sempre as mulheres tiveram essa possibilidade de estar nos lugares, de trabalhar. Mas aqui na época da minha mãe, na época do meu pai, não tinha essa separação que a gente vê hoje em dia tão fácil. Não tinha não. Naquela época, se ela se separasse, talvez ainda ia ser mais difícil. Mas depois que ele morreu, ela assumiu tudo.

Estratégias semelhantes às utilizadas pela mãe da entrevistada, podem ter sido operadas por tantas outras mulheres, mas chama atenção as 133 mulheres que, no contexto de Fordlândia e dos povoados e Ilhas do seu entorno, foram identificadas enquanto mães solo nos registros de batismo pesquisados entre os anos de 1921 e 1945.

Tabela 9: Registros de batismo realizados exclusivamente com indicação da mãe e relacionados ao contexto de Fordlândia e entorno.

	1921- 1926	1927- 1933	1934- 1940	1941- 1945	s/d	TOTAL POR DOMICÍLIO
Boa Vista	2	12	11	5	1	31
Boa Vista, Igarapé-assú/ Aveiro	-	-	1	-	-	1
Boa Vista, Ilha de Cassipá	-	1	-	-	-	1
Boa Vista, Paradão (Itaituba)	-	-	1	-	-	1
Boa Vista, Samauma	-	1	-	-	-	1
Boa Vista, Santa Cruz	-	-	1	-	-	1
Boa Vista, São Raimundo	-	-	1	-	-	1
Boa Vista, Sipotuba	-	-	1	-	-	1
Boa Vista, Urucurituba	-	-	1	-	-	1
Fordlandia	-	3	17	28	1	49
Fordlandia, Cury	-	-	1	-	-	1
Fordlandia, Santarem	-	1	-	-	-	1
Ilha	-	-	1	2	-	3
Ilha dos Inocentes	-	-	-	1	-	1
Ilha, Curuay de Alenquer	-	-	1	-	-	1
Samahuma de baixo	2	-	3	-	-	5
Samahuma de cima	-	1	2	-	2	5
Samauma/ Sumauma	1	6	2	-	1	10
Uricurituba	-	-	1	-	-	1
Urucurituba	2	2	5	5	1	15
Urucurituba, Aveiro	1	-	-	-	-	1
Urucurituba, Môrcego	-	1	-	-	-	1
<b>Total por período</b>	<b>8</b>	<b>28</b>	<b>50</b>	<b>41</b>	<b>6</b>	

Fonte: Registros de Batismo (1921 a 1945) pesquisados no acervo documental da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, localizada em Fordlândia.

De acordo com Carrasco (2008), a remuneração mais baixa associada à pessoas do sexo feminino assim como o seu direcionamento para atividades lidas como mais leves e, como no caso relatado, o controle financeiro e da propriedade pelo homem, se relaciona a uma ideia de que a mulher representa uma força de trabalho secundária, onde o homem detém o papel de provedor principal dentro da noção de família nuclear e, para a mulher, a remuneração mais baixa é justificada enquanto uma necessidade menor de subsistência, o que as relega a um lugar de maior vulnerabilidade, violência, pobreza e, com isso, o desenvolvimento de atividades precarizadas em níveis variados de exploração ou, como nos casos de defloramento, de estarem sujeitas à exploração sexual<sup>67</sup>.

<sup>67</sup> Como abordo também em (Ferreira e Allen, 2024b) a exploração sexual de menores de idade é definida por Barnitz (2005) e Faleiros (2004) como um abuso do corpo de crianças e adolescentes por conta de uma relação desigual em termos econômicos, cognitivos e psicossociais entre vítima e acusado. Como discursou a Deputada



Nesse sentido, Federici (2017 e 2019) defende que não há justificativa que sustente o fato de um mesmo tipo de trabalho, ou o desenvolvimento de atividades comparáveis, sejam remuneradas de forma diferente entre homens e mulheres. Em especial para as mulheres, a autora afirma que o sexo sempre foi trabalho e que este está imbricado no contrato de casamento junto ao trabalho doméstico.

No depoimento de [Taís], vítima no processo de defloramento, o ato sexual lido como “consentido”, e por isso caracterizado enquanto defloramento, foi “recompensado” com “gratificações” materiais que para ela, naquele contexto, fizeram sentido. O acusado, por sua vez, reconhecidamente “*um pouco conquistador com as moças*” e que já mantinha um contrato de casamento com outra mulher, selou a violência praticada ao deixar implícito que a honra da menina já havia sido anteriormente quebrada e, por isso, “*não lhe devia nada*”.

No documento de defesa final do caso de defloramento de [Ana], o advogado do acusado, [André], declarou que “*As provas nestes autos contra o acusado são deficientes, ou quase inexistentes. Uma confusão da qual resulta que a ofendida “pequena leva” e sem o recato natural das mulheres de sua idade, já era habituada aos amores livres*”. Em seu texto, e citando um texto de Felipo Mancini identificado como “*Delitti sessuali*”, concluiu que “*já foi dito. Como muito acerto, que “nos crimes sexuais”, nunca o homem é tão algoz que não possa ser, também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e a única vítima dos seus pretendidos infortúnios sexuais*”.

A quebra da honra sexual vivenciada pelas vítimas dos processos de defloramento nas proximidades das Estradas 2, 7 e 10 de Belterra, é a marca da violência pela qual as meninas, pobres e menores de idade, foram submetidas a processos judiciais que, pelo texto da lei, apenas implicaram em evidenciar que para aquelas meninas, não mais caberia o papel de ‘moça’, mas sim o de ‘mulher solteira’, ou seja, aquela que, independentemente da idade, ‘entregou’ a sua virgindade fora do contrato de casamento, ou nas palavras de Federici (2019), fora do trabalho sexual validado pelo contrato de casamento e em oposição às funções inerentes ao papel ao qual ela deveria estar apta a representar, o da ‘mulher-esposa-dona-de-casa-mãe-de-família’, resumidamente, ‘rainha do lar’.

---

Federal Erika Kokay no relatório final da CPI – ‘Exploração sexual de crianças e adolescentes’ no ano de 2012: “*Não existe o termo prostituição infantil, penso eu, porque crianças e adolescentes são explorados sexualmente. Quando falamos de prostituição estamos falando de pessoas adultas que exercem a atividade, capazes*” (Câmara dos Deputados do Brasil, 2012).



Para o caso da mãe da entrevistada, uma mulher em uma família pobre da qual era esperado o comportamento de “rainha do lar, o vínculo de casamento apresentou a ela outras formas de vivenciar experiências de violência, subordinação e exploração. De acordo com a entrevistada, após a morte do seu pai, a mãe nunca mais se envolveu com nenhum homem. Manteve, com isso, a honra da sua vida sexual preservada mesmo quando não mais vivenciava a experiência do casamento e, assim, escolheu construir com as filhas o legado que se mantém.

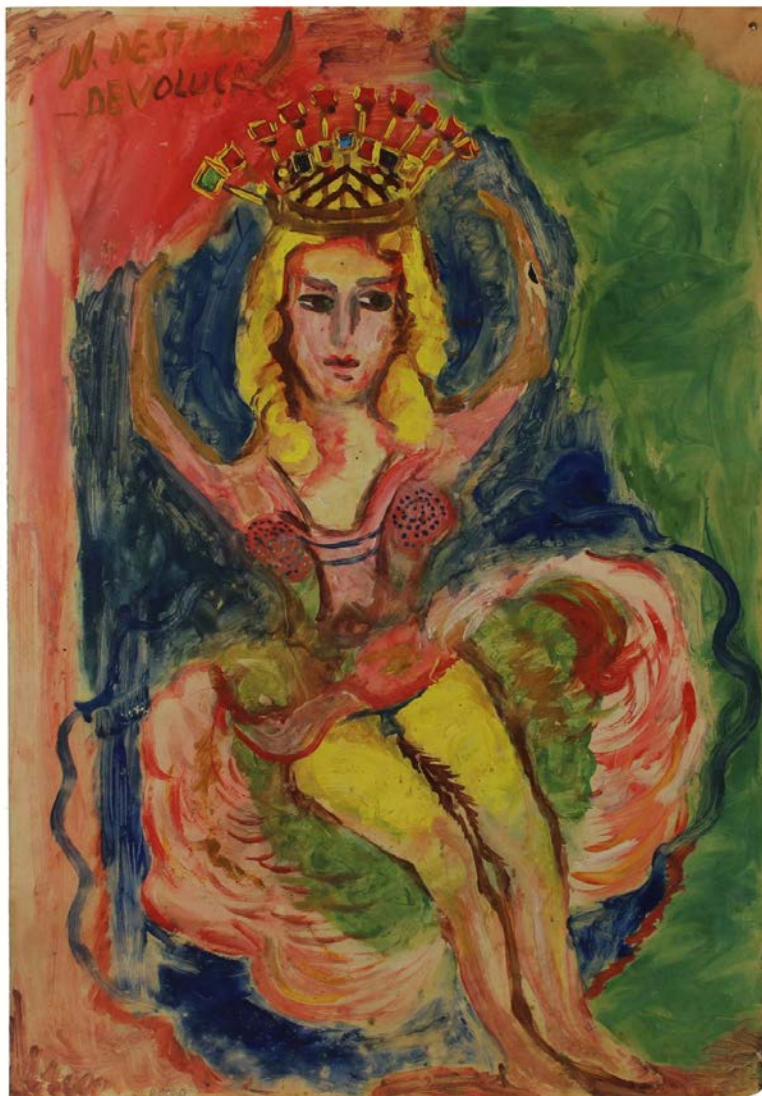
## CONSIDERAÇÕES

Na imagem, uma mulher usa um vestido rodado e com suas pernas à mostra.

Na cabeça, uma coroa ostentando pedrarias.

Acima da coroa, a escrita:

“Destino  
Revolução”.



*Sem título (1951), por Aurora Cursino (1896-1959).*

*Disponível na página digital do Museu de Arte Osório Cesar -*

*<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=152602256465847&id=104377711288302&set=a.105408461185>*

227

Eu me localizo melhor no tempo quando me localizo em anos, não em dias ou meses, que me confundem facilmente. Buscando na memória, vi o nome Fordlândia pela primeira vez há 9 anos. Desde que fui a Belterra, se passaram 6 anos e o último campo foi há 3. Comecei a pesquisar os projetos e, desde então, durmo, bebo, como e, ousou dizer, não houve um dia sequer nesse tempo que Fordlândia e Belterra não estiveram na minha mente.

Me perguntando qual o maior desafio, hoje, responderia que delimitar. Traçar aquela linha invisível entre concluir uma ideia e deixar rastros para a sua continuidade. Quais rastros seguir? Como não me comprometer com novos rastros que poderiam surgir? Gosto de ter a possibilidade de voltar, de revisitar caminhos já percorridos e de ampliar seus traçados. Seguindo as pistas que surgiam ao longo do caminho, tomei decisões que transformaram completamente o rumo da pesquisa.

No início, quis pesquisar o cotidiano dos trabalhadores. Sonhei em escavar uma amostra de quintais espalhados por Fordlândia e por Belterra, em casas de diferentes plantas e correspondentes às diferentes hierarquias da classe trabalhadora, um caminho que se mantém em aberto.

Me jogaram a isca do homem solteiro e eu peguei. Vi o rastro até a mulher solteira e segui. Achei que meu trabalho era sobre prostituição. Conversando com Scott, expus minha visão de “salvadora”. De ver aquelas mulheres como pessoas que precisavam ser resgatadas, todas elas vivendo sobre um altíssimo grau de violência e exploração. Enquanto orientador, ele me alertou, muito sutilmente, que eu poderia rever a forma como eu estava percebendo as relações de poder.

Na tentativa de acessar meus preconceitos sobre a prostituição, me lembrei de que quando era criança, morava em um bairro distante de onde ficava a minha escola. Quando meus pais saíam do trabalho na indústria calçadista, me buscavam e, no retorno para a casa, sempre passávamos por um bairro em Franca onde havia várias pequenas fábricas de calçado. Era também um bairro residencial, mas era diferente. Havia um clima diferente. Algo que ficava no campo do subliminar, do implícito, de que “talvez” não seria um lugar assim muito adequado para uma família morar.

Cavucando mais na memória, me lembrei que sempre que a gente passava pelas ruas desse bairro, em direção à rodovia que nos levaria para casa, havia várias mulheres andando pela rua, posicionadas nas esquinas. Alguns carros passavam devagar por elas. Enquanto passávamos, meu pai, que estava na direção, sempre dizia: olha a “tia”. E eu olhava.

Me lembro de ver muitas “tias” sem entender porque eu nunca reconhecia um rosto. Será que era uma tia que eu não conhecia? Que faltou em alguma festa? Eram irmãs da minha mãe ou do meu pai? Na época, minha irmã, se aproveitando da condição de ser mais

velha, adorava dizer que eu era adotada. E eu pensava: será que as “tias” eram então irmãs de quem era meu pai ou mãe “de verdade”?<sup>68</sup>.

Um dia decidi que queria falar oi para as tias. Baixei o vidro, pronta para gritar um sonoro “oi tiaaaaaa”, mas senti o peso da mão da minha irmã e ouvi: “não faça isso”.

Será que estavam todos brigados? O que foi que as minhas “tias” fizeram que não podiam ir na nossa casa? Por que nós não podíamos ir na casa delas? Por que nem um oi eu podia dizer?

Um tempo depois, uma tia “de verdade”<sup>69</sup> foi expulsa de casa. A filha, minha prima “de verdade”, que na época era bem pequenininha, ela não pôde levar. Entendi que ela tinha feito algo de muito errado com um amigo do meu tio.

Eu adorava essa minha tia. Ela me levava ao cinema. Trazia roscas com açúcar da padaria que ela trabalhava e eram as minhas favoritas. Enchia balões com água para a gente brincar no quintal. Corria atrás de mim enquanto eu circulava pela casa da minha avó. Mas ela fez algo imperdoável. Não parecia correto passear com ela, brincar com ela ou falar com ela. Nossa relação quebrou ali.

Pensei então que as “tias” que eu sempre via no final da tarde quando voltava para casa da escola eram “tias” que fizeram coisas imperdoáveis, que foram expulsas de casa e que eu só podia ver de longe. Do vidro do carro.

Em outro dia, passando pelo mesmo lugar, mudei a pergunta:

- Elas são irmãs de quem?

- Elas quem?

- As “tias”.

Minha mãe, pai e irmã riram.

- Não são irmãs de ninguém não, menina.

---

<sup>68</sup> Na minha família estendida do meu pai e mãe aos meus avós, tios, tias, primos e primas, a percepção de relação verdadeira tem conexão com a compatibilidade biológica e a garantia da prole pelo sangue. A herança. Claro que isto também é velado. “O amor é igual”. Dizem. Mas vez e outra surge um comentário: ela não é sua tia “de verdade”, ela é esposa do seu tio. Mas é filho “de verdade”? Fulano fez isso com o tio porque não é filho “de verdade”.

<sup>69</sup> Tia por relação biológica. “De verdade”.

- Então, como elas são minhas “tias”?

Silêncio. Pausa<sup>70</sup>.

- Elas estão trabalhando.

Ouvi o sussurro: “A Daniela pergunta demais”.

Entendi que tinha que parar. No dia seguinte, não passamos mais por ali. O novo trajeto contornava o bairro por outra avenida. As perguntas, pelo menos sobre as “tias”, também pararam.

Já na adolescência, voltei ao bairro quando meu tio abriu uma pequena empresa de calçado. Era o único lugar que eu poderia ter acesso a um computador. Ia lá sempre que precisava digitar os trabalhos da escola e imprimir as capas em WordPad na impressora matricial. Da janela que ficava por trás do computador dava para ver um hotel que ficava em frente à fábrica. O escritório, localizado no andar de cima, permitia ver a movimentação das “tias”.

Naquela fase, a preocupação de outrora sobre nosso possível vínculo familiar já tinha ficado muito para trás.

Eu gostava de monitorar a entrada e saída delas. Via os carros parando na esquina e sendo direcionado para a porta do hotel. Conseguia ver na parte interna um pátio central onde estacionavam, desciam e seguiam para os quartos que ficam localizados no entorno desse estacionamento. Nessa época, eu tinha uma mania por placas de carro. Gostava de decorar a sequência. Vez e outra reconhecia as placas que repetidamente passavam e ficavam um tempo por lá.

Ficava um olho no computador e outro na curiosidade juvenil de quem estava despertando para a própria sexualidade. Mas eu sabia o que elas eram. Prostitutas. Algo que longe de ser problematizado, sabia que era péssimo para mulheres.

Acessando essas minhas memórias sobre a prostituição, entendi que, se eu fosse falar sobre o tema nesta tese, teria urgentemente que bagunçar a minha base ancorada em uma criação cristã moralizadora e, como Scott me alertou, repensar as relações de poder.

---

<sup>70</sup> Algo parecido com quando perguntei em Belterra: e a “mulher solteira”?

Durante a pandemia, acessei remotamente vários eventos da Rede Brasileira de Prostitutas, do Coletivo Puta Davida e tentei acompanhar o Observatório da Prostituição, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Queria ouvir.

Em um dos eventos, na primeira “puta”<sup>71</sup> fala, ouvi a “puta” mulher, Lourdes Barreto, liderança do movimento de prostitutas no Pará<sup>72</sup>, falar de sua “puta” trajetória de vida e lutas. Ouvi e li sobre a “puta” ativista Gabriela Leite em vários momentos, até que pude ler suas palavras (Leite, 2009a) e ouvir sua “puta” voz quando participei brevemente do projeto “Memórias da Vida”<sup>73</sup>, responsável por organizar os arquivos da ONG Davida. No pouco tempo em que participei das atividades e reuniões do projeto “Memórias da Vida”, eu pude ouvir várias e colaborar para a transcrição de algumas poucas gravações de reuniões realizadas pelo movimento.

Durante o evento “Café Puta Dei”, realizado em 09 de junho de 2021, em resposta à ideia de que a prostituta precisa ser salva, Patrícia Rosa disse: “*A prostituição me salvou do capitalismo*”.

Entrevistada no programa Roda Viva da TV Cultura, levado ao ar em junho de 2009, Gabriela Leite disse:

Eu acho que, a princípio... é muito boba essa história de querer salvar pessoas, né? É de uma pretensão imensa. E, salva o quê? As pessoas fazem suas opções. Às vezes as opções são menores, às vezes são um pouquinho maiores, né? Mas as pessoas fazem. E elas vão para os seus lugares, porque elas estão optando por isso. E se ela quiser sair, eu acho que ela, como mulher, ela sai por ela mesma, né? Ela começa a pensar: “Não, não quero. Eu não me dou bem nessa história. Eu vou fazer outra coisa” - como todas as pessoas. Então, isso para mim, sempre me incomodou, porque eu nunca quis que ninguém me salvasse. (...). Então eu acho que não é por aí que a gente deve ver a questão da prostituição. Na minha opinião, a questão da prostituição deve estar inserida dentro das questões da sexualidade, das políticas da sexualidade, dos direitos sexuais (...). Ninguém nunca mexeu com os direitos sexuais. E a prostituição, na minha opinião, é um direito sexual (Gabriela Leite, Programa Roda Viva de 01 de junho de 2009b).

---

<sup>71</sup> Gabriela Leite, ativista e precursora no movimento de prostitutas no Brasil, defendia que o termo “puta” tinha que ser reivindicado pelo movimento como uma forma de quebrar o estigma predominantemente associado ao termo, utilizado também como xingamento direcionado a mulheres. Gabriela dizia ainda não gostar do termo prostituta ou trabalhadora do sexo e que “puta” era o melhor nome para definir a sua profissão. A forma como utilizei o termo no parágrafo remete a como ele foi utilizado durante as reuniões em que pude presenciar para combater o estigma.

<sup>72</sup> O Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC-PA) foi fundado em 1990.

<sup>73</sup> O projeto “Memória da Vida: Organização e disseminação do acervo do movimento brasileiro de prostitutas”, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas e Direitos Humanos Suely de Souza Almeida (NEPP-DH)

A partir das falas de Patrícia Rosa e Gabriela Leite, me coloquei a refletir sobre como eram contadas as histórias sobre a prostituição em Fordlândia e de como havia sido difícil chegar no assunto em Belterra.

Me pareceu fazer sentido, no início da pesquisa, que a prostituição fazia parte das relações, tanto em Fordlândia como em Belterra, mas que a forma como ela era contada, ou não contada, teria a ver com a forma como os regramentos impostos e idealizados pela Companhia Ford foram negociados e renegociados em associação à construção dos papéis sociais e sexuais direcionados às mulheres no contexto nacional. Foi sob esta hipótese que me debrucei a responder.

Na época, peguei a isca e segui o rastro das pesquisas arqueológicas realizadas em contextos de prostituição, tais como Wilkie e Hayes, 2006; Seifert, 1991 e Meyer et al., 2005 e Spude, 2005. Pensando em uma possível pesquisa de campo na qual realizaria escavações mais sistemáticas, queria entender como eu poderia reconhecer um lugar de prostituição em comparação a outros lugares, como casas de família, alojamentos coletivos, ou mesmo a bares, restaurantes.

Quais seriam os dados arqueológicos que poderiam me indicar que estaríamos escavando um lugar onde a prostituição foi exercida? E sob uma perspectiva de gênero, será que esses dados poderiam me informar mais do que as leituras binárias que predominam as interpretações? Se eu encontrasse algum lugar de prostituição para escavar, eu poderia afirmar que a pessoa prostituta era mulher? Vi alguns destes questionamentos serem repetidos em vários dos referenciais enquadrados como arqueologia de bordéis. Os meus continuam em aberto.

Me lembrei da Ilha dos Inocentes frequentemente associada à prostituição pela população de Fordlândia. Conectei esta memória também à menção de Grandin (2010) sobre as Ilhas, localizadas fora das terras concedidas pela Ford, como áreas de prostituição e consumo bebidas alcoólicas, demarcando que o comportamento visto como desvio acontecia fora, e não dentro, da área de administração e controle da empresa.

Tínhamos informações que a Ford coletava o lixo das casas localizadas na área estruturada pela companhia e queimava na área da usina. Pensei que se a Ford coletava o lixo e a bebida alcoólica era proibida, o consumo poderia acontecer em segredo e os resíduos escondidos sob o risco de a administração da empresa identificar o consumo e punir quem não seguia a regra. Imaginava que ao escavar os quintais, ou retirando os assoalhos das casas, poderíamos ter a sorte de encontrar algumas garrafinhas.

Nesse mesmo sentido, e refletindo sobre a possibilidade de o consumo de bebida alcoólica acontecer também dentro da área estruturada para a Ford, pensei que a prostituição também poderia ocorrer fora das Ilhas e dentro de Fordlândia. Retomei então os questionamentos expostos uns três parágrafos atrás.

Seguindo para Belterra, onde a prostituição não era assunto para ninguém, tentei localizar possíveis alojamentos de “mulheres solteiras” dentro e fora da área estruturada pela Ford, considerando também os povoados no entorno. Sem sucesso.

Partindo então do conhecido para o desconhecido, e tendo a Ilha dos Inocentes como o único referencial espacial conhecido onde a prostituição acontecia, pensei em como seria uma pesquisa arqueológica em uma ilha que fica metade do ano semi-alagada e metade do ano totalmente submersa. Num contexto de descarte, como seria a dispersão da tralha doméstica em relação ao movimento das águas?

Vi a isca das pesquisas arqueológicas em estearias no Maranhão sob a coordenação do professor Alexandre Navarro (Navarro et al., 2024a; Navarro et al., 2024b; Guida Navarro, et al., 2024; Guida Navarro, 2023; Guida Navarro, 2022a e Guida Navarro, 2022b) e pensei que elas poderiam me dar alguma inspiração sobre como pesquisar as ilhas. Peguei este rastro, que foi logo interrompido. Com a pandemia e o prazo para a conclusão do doutorado contando, qualquer possibilidade de escavação ou mesmo o uso de equipamentos de geofísica foi reduzida a zero.

Enquanto isso, continuando na pesquisa documental e buscando qualquer referência que pudesse me levar a compreender onde estariam as áreas de prostituição em Fordlândia e Belterra para então fazer uma análise das paisagens, me vi apegada ao conjunto de matérias publicadas em jornais no ano de 1930 sobre a “exploração das jovens tapuyas levadas para a prostituição em Fordlândia”. Essa única referência seguiu solitária por um bom tempo.

Ao me dedicar à pesquisa oral, tive algumas pistas para os dois lugares: para o caso de Fordlândia, uma interlocutora que morava em Cauassuepá, vila localizada ao sul de Fordlândia, na década de 1960/1970, disse se lembrar de ver várias casinhas nas ilhas. Mesmo esse período sendo posterior ao da administração da Ford, imaginei que estas construções, se existiram, poderiam ter persistido desde antes.



Em Belterra, uma das interlocutoras me confirmou ter nascido na Ilha dos Inocentes em 1948, quando as terras da concessão já haviam sido devolvidas ao governo brasileiro. Ela se mudou com os pais para Belterra quando tinha 3 anos de idade. Disse que a mãe era descendente de italianos e morava na Ilha dos Inocentes com os pais e os irmãos e que lá na Ilha conheceu o pai, um “caboclo em Fordlândia” que foi transferido como seringueiro para Belterra. Informou que o avô era um “comerciante forte” na Ilha dos Inocentes, que eles “não tinham parada” já que “trabalhava numa lancha” que “chamava regatão” onde “vendia pras pessoas”.

Já para o caso de Belterra, um dos meus interlocutores disse que se havia prostitutas na época da companhia, muito provavelmente seriam “menininhas dos bairros mais pobres”.

Novas perguntas e reflexões surgiram, trazendo com elas alguns alertas.

Sobre a matéria jornalística de 1930, ficava pensando: será que as “jovens tapuyas” foram levadas forçadamente ou, mesmo em um cenário de poucas opções, como alertado por Gabriela Leite, escolheram seguir para Fordlândia? Seguindo para Fordlândia, será que elas sabiam que seriam “*o ‘material humano’ a ser explorado*” por uma “*verdadeira empresa, perfeitamente organizada*”? Se não, e na possibilidade de elas não terem sido sequestradas, mas sim de terem aceitado se deslocar para Fordlândia, será que elas seguiram viagem pensando que a empresa as contrataria, assim como fez com milhares de homens que seguiram esse e outros trajetos? Sendo sim ou não, e se eram jovens, lendo jovens como menores de idade, poderia eu abordar o tema nesta tese dentro de uma discussão da prostituição? Na possibilidade de terem sido aliciadas para serem sexualmente exploradas, ser “jovem” foi o marcador que as colocou na mira? Será que foi “tapuya”? Será que ambos? “Tapuya” seria uma identidade social objetificada e sexualizada no contexto do projeto, assim como as mulheres negras são percebidas nos estudos interseccionais? Ou seria no contexto da região? Ou seria ainda em uma outra escala? Qual era o objetivo da publicação das matérias em tom de denúncia e, sendo denúncia, quem estaria mais propensa a ocupar o papel de acusado: a Ford que não fez funcionar seu regramento, a empresa organizada e seus “agenciadores capitalistas”, ou as “jovens tapuyas”? Será que a empresa de prostituição se organizou na Ilha dos Inocentes? Retomando o posicionamento da Ford em relação às mulheres prostitutas<sup>74</sup> e os mecanismos

---

<sup>74</sup> Aqui, faço referência ao relatório da gerência já citado no capítulo introdutório desta tese onde fica posto o posicionamento da Companhia Ford quanto ao acesso das mulheres prostitutas identificadas com infecções ginecológicas e venéreas aos hospitais administrados pela empresa. Para reiterar, nele consta a seguinte afirmação:

utilizados pela companhia para suprimir a prostituição em Fordlândia, pensando no relato sobre as “jovens tapuyas”, será que em algum momento elas também foram esquecidas para que se sentissem “forçadas a sair”? Guardei esses questionamentos.

Já sobre a Ilha dos Inocentes, a lembrança da moradora de Cauassuepá sobre a existência de várias casas, aliada à informação sobre o regatão que pertencia ao avô de uma das interlocutoras me levou a pensar que, se a Ilha era uma área de prostituição e do consumo de bebida alcoólica, todas as casas seriam utilizadas para este fim? Seriam prostituição e consumo de bebida alcoólica as únicas atividades que enredavam as relações?

Recuperando o relato da matéria jornalística publicada em 1932 (ver Figura 9), onde fica exposta a intervenção do Estado, a pedido da Companhia Ford, para a destruição de *“300 e tantas barracas existentes no rio Tapajoz, perto da Fordlandia”* que, apesar de ficarem *“fôra das terras da concessão”* facilitariam a *“venda de bebidas alcoolicas”*, será que as “300 e tantas barracas” estariam localizadas na Ilha dos Inocentes ou em outro lugar nas proximidades da concessão? Considerando que *“300 e tantas barracas”* representam um número considerável de construções, que marcas elas poderiam deixar na paisagem?

Quanto a Belterra, que carrega a alcunha de “projeto da Ford que deu certo”, a ausência de informações sobre a prostituição poderia indicar que os regramentos morais da Companhia tinham sido realmente incorporados e que a prostituição teria sido de fato suprimida? Algo que sinceramente, parece difícil de acreditar.

Voltando à Ilha dos Inocentes, na tentativa de buscar alternativas para pesquisar a paisagem em meio às águas e aproveitando que já estava com acesso a uma diversidade de imagens de satélite das áreas correspondentes às concessões, vi a isca do Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI) e pensei que, se havia palafitas construídas sobre as ilhas, essas construções impactariam a forma como a vegetação crescia<sup>75</sup>. Assim, o índice poderia me informar sobre possíveis lugares nas ilhas onde tinham as palafitas, assim como a densidade dessas construções. Seguindo o rastro do NDVI, identifiquei teses inteiras escritas para tratar sobre ele, a partir de conhecimento específicos. Além disso, a análise do índice exigiria ainda uma etapa de campo, algo inviável para o momento. Guardei o rastro.

---

*“Não queremos ter nada a ver com elas e temos recusado seu tratamento, qualquer que seja a maneira. Esperamos que, assim fazendo, elas serão forçadas a sair”* (Grandin, 2010, p. 169).

<sup>75</sup> A diferença na vegetação percebida durante visita em campo em período de inverno amazônico, ou seja, de águas cheias, e que poderia também fornecer informações acerca da localização das palafitas foi abordada no capítulo 4.2.3, denominado “No entorreno de Fordlândia: as ilhas”.

De novo à Belterra, além da suposição indicada pelo interlocutor sobre a prostituição existir nos bairros mais pobres, as tentativas de localizar as áreas e de identificar possíveis diferenças na prostituição não trouxeram resultados que possibilitassem ir além.

Diferenças sobre os tipos de prostituição em relação aos bairros onde a ela ocorria e que foram, por exemplo, identificadas por Madu Gaspar (1985) em sua pesquisa etnográfica realizada no Rio de Janeiro, não foram possíveis de ser identificadas nem em Fordlândia e nem em Belterra. Os dados aqui não se apresentavam da mesma forma que lá e a prostituição já não parecia mais ser central. Voltei então aos motivos pelos quais quis iniciar esta tese: os questionamentos abordados no capítulo introdutório.

Do primeiro questionamento, *“paisagens iguais, mas diferentes”*, enquanto servidora pública que atua nos últimos 9 anos no órgão de preservação do patrimônio cultural considerado relevante para a nação, foi difícil seguir com a tese sem problematizar o tortuoso processo de tombamento conjunto do qual foram submetidas as paisagens e a população de Fordlândia e Belterra. O processo em questão foi instruído por quase 30 anos pelo IPHAN, culminando no seu indeferimento e a não aplicação de instrumento de proteção para as áreas.

Penso que é um tanto contraditório perceber os projetos da Ford enquanto um empreendimento que transformou de forma violenta a paisagem, interferiu nas relações que eram vivenciadas na região, e destruiu um número incalculável de sítios arqueológicos de períodos mais recuados, enquanto acompanho o processo de tombamento na expectativa de que aquela memória também não seja perdida.

Pode parecer mais contraditório ainda se eu disser que, pessoalmente, torci para a efetivação do tombamento, ao mesmo tempo que, sabendo do estado de precarização do IPHAN e após anos de pesquisa nas áreas, percebendo a forma limitada como as cidades foram avaliadas, dificilmente a aplicação do instrumento de proteção repercutiria em um projeto de salvaguarda que fizesse diferença no status de conservação das estruturas que remetem ao período de administração da Companhia.

Não querendo me alongar muito no tema, até porque ele só com certeza daria outra tese, mas o processo de tombamento de Fordlândia e de Belterra é sintomático de como o IPHAN percebeu os instrumentos de proteção e como atuou durante a maior parte de sua vida institucional com olhos vidrados no que Márcia Chuva (2012) já criticou há muito como política da “pedra e cal”.

Com o tombamento focado nos bens edificados, os dossiês que embasaram o processo de tombamento se limitaram a levantar, muito superficialmente, as casas que remetiam a um padrão construtivo norte-americano. A partir de uma similaridade entre as plantas, foram selecionados conjuntos que poderiam ser alvo da política de preservação. Com isso, as casas e os esparsos conjuntos acabaram sendo mais percebidos de forma isolada do que como parte de uma paisagem construída mais extensa e mais complexa.

Além disso, especialmente no caso de Fordlândia, a falta de diálogo no processo entre as diferentes áreas de atuação do IPHAN, seja patrimônio imaterial, seja o arqueológico, limitaram sobremaneira a forma de se pensar as áreas e de alcançar uma diversidade de narrativas que poderiam ser mais bem discutidas na dinâmica de preservação do patrimônio cultural.

Atuando no IPHAN desde 2016, só neste ano de 2024 pude ouvir nas reuniões do Conselho Consultivo proposições que valorizam a possibilidade de sair das caixinhas do bem edificado, patrimônio imaterial e arqueológico, para olhar o patrimônio cultural de forma mais transversal e assim, proporcionando leituras mais completas e complexas das quais é possível esperar políticas de preservação mais efetivas.

O processo de tombamento de Fordlândia e Belterra, iniciado na década de 1980, teve seus dossiês com os estudos que subsidiaram a decisão sobre a aplicação do instrumento finalizados por volta de 2010 e, desde então, até a decisão final para o não tombamento, houveram apenas ações pontuais no sentido de atualizar e georreferenciar as poligonais propostas no dossiê. Nesse sentido, me parece que há uma desconexão com a forma como o Conselho Consultivo tem abordado o patrimônio cultural para a forma como foi instruído o processo.

Agora, sua negativa total e sem qualquer indicação para a retomada dos estudos, ou mesmo para o encaminhamento para que outras instâncias avaliem a possibilidade de preservação, dentro das competências de cada uma, me parece contribuir para a destruição irreversível das paisagens já severamente degradadas.

A quem pode beneficiar a falta de preservação de duas grandes extensões de terras localizadas em áreas estratégicas, como a região do Rio Tapajós onde Fordlândia e Belterra estão situadas e que são permanentemente pressionadas por grandes empreendimentos que aguardam a liberação para se instalar?

Sobre este primeiro questionamento e a problematização que desenrolo a partir dele, a minha decisão, ao menos neste momento e, enquanto pesquisadora, foi de não deixar de trabalhar as duas áreas conjuntamente. Ao meu ver, é de extrema importância para a compreensão do contexto regional e para o fortalecimento e a preservação das áreas, compreender que, mesmo se tratando de projetos diferentes, com paisagens diferentes, experiências e memórias diferentes, os questionamentos que eu tenho não permitem ainda explicar Fordlândia e Belterra isoladamente.

Nesse sentido, a pesquisa aqui realizada, na qual utilizei uma diversidade de fontes que foi associada à análise da sintaxe espacial, possibilitou uma melhor compreensão sobre as paisagens das duas cidades operárias.

Para o caso da configuração urbana de Fordlândia, chama atenção que toda a sua planta apresenta característica de espaços segregados, indicando que a cidade não foi desenhada para favorecer os contatos e as trocas. A indústria, por sua vez, foi posicionada no centro da planta, dividindo a classe trabalhadora norte-americana das moradias direcionadas para a maior parte dos trabalhadores e expondo como operava a hierarquia da empresa.

Para outras etapas da pesquisa, vislumbro ainda ampliar a análise da sintaxe espacial para os povoados no entorno e que estão posicionados na mesma margem do rio Tapajós, assim como para os acampamentos instalados pela Ford no interior da área da concessão.

Para o caso das Ilhas e dos povoados localizados na outra margem, vejo um desafio na aplicação do método devido à infinidade de possibilidades de movimentação proporcionas pelo rio, o que pode ser difícil de decifrar, sobretudo quando buscamos compreender as relações vivenciadas no passado.

Já para o caso de Belterra, as áreas mais segregadas da configuração urbana podem ter sido relevantes para a escolha dos locais onde ocorreram os casos de defloração, mesmo que eles tenham sido visualizados por pessoas que transitavam pelas vias e quadras. Fato que informa sobre como a armadilha da visibilidade foi empregada em Belterra, deixando os espaços e as pessoas, mesmo nas áreas segregadas, em evidência e passíveis de serem observadas e vigiadas.

Partindo para o segundo questionamento, identificado no capítulo introdutório como “*a mulher solteira*”, e conectando com as “tias” da minha infância, a pesquisa me mostrou

que meu trabalho era sobre prostituição ao mesmo tempo que não. Queria poder explicar isso de outra forma, mas como ainda não encontrei as palavras, diria que é sobre prostituição porque sabemos que ela está lá. Mas como? E o que caracteriza a prostituição para não ser confundida com exploração ou como um relacionamento assimétrico em que um dos sujeitos, no caso desta pesquisa, a menina, menor de idade, ou a “mulher solteira”, tem sua moral questionada por não cumprir determinado papel social?

Nos três casos de defloração, por exemplo, nos foram apresentadas meninas, menores de idade, que foram indicadas como prostitutas pelos acusados.

Para os casos de defloração, os atos sexuais são vistos enquanto consentidos, sendo que a vítima seria convencida a “entregar” a sua virgindade sob promessas de casamento. Como aponta Caulfield (2000), o processo de defloração é um instrumento jurídico utilizado, muitas vezes pela família da vítima, para defender a sua honra diante da quebra da virgindade fora do contexto do casamento. Esses processos eram passíveis de extinção quando ocorria o casamento entre vítima e réu e, quando o casamento não era a escolha do homem, já que era dele a escolha, como defesa e para fugir da prisão, era comum que os acusados buscassem evidenciar nos processos um possível histórico da desonra sexual da vítima.

Algo que, de alguma forma, parece se comunicar com a história de Aurora Cursino, narrada no prólogo desta tese, não pelos fins, mas pelos meios. Enquanto em Belterra, as famílias buscaram na justiça formas de recuperar a honra sexual das meninas que ainda se encontravam em idade adequada ao casamento, Aurora, mulher adulta da qual o casamento não parecia viável, teve sua sanidade condenada e retirada do convívio social. No hospital psiquiátrico, de certa maneira, sua família recuperava também um pouco de sua honra, afinal de contas, sua vida em desonra poderia ser explicada enquanto doença.

Voltando à entrevista de Gabriela Leite no programa Roda Viva em 2009, a entrevistada apresenta um certo conceito para a prostituição. Gabriela informa que prostituta é a pessoa que escolhe, mesmo em situações precarizadas, exercer a prostituição, seja pela vontade do exercício, seja como uma alternativa a se submeter, por exemplo, a outros tipos de relacionamentos degradantes, tal como o casamento pode ser. Penso que a afirmação de Gabriela Leite traça um limite importante para entendermos se o que vemos em Fordlândia e Belterra é prostituição, ou não.

Para o caso desta pesquisa, a prostituição não se apresentou na forma tradicional de um bordel, casa de prostituição, ou bairro de luz vermelha, mas sim como uma armadilha

que muda rapidamente de lugar, permeando o cotidiano das famílias mais pobres e de onde a moça/mulher que de alguma forma não atendesse aos papéis esperados a ela, poderia ser vista.

Gabriela Leite afirma ainda que “*prostituta é, acima de tudo, também uma mulher, como outra qualquer*”. Assim, se os dados não me permitem aprofundar no tema da prostituição como inicialmente achei que iria, o vínculo da prostituição à categoria mulher talvez tenha me ajudado a ver que o tema central desta pesquisa tenha mais a ver com o estigma, a marca deixada na pessoa que não corresponde ao papel sexual esperado.

Assim, em consideração aos dois questionamentos, apesar de não poder detalhar os tipos de prostituição, ou indicar com precisão os locais onde a prostituição ocorreu em Fordlândia e Belterra, hoje, posso ir além e afirmar que a questão da moral foi importante para a compreensão da espacialidade e de como as mulheres se movimentaram nas cidades operárias, ainda que desafiando a ordem implícita na organização espacial. Afirmando ainda que, tanto para Fordlândia como para Belterra, a prostituição está muito mais velada do que a narrativa da Ilha dos Inocentes enquanto lugar específico de prostituição, violência e criminalidade.

É fácil pensar na paisagem das ilhas e imaginar os homens brigando e se jogando no rio. É instigante imaginar a personagem que testemunhou a briga ocorrida em 1942 relatada no processo judicial e, acompanhando todo o imaginário sobre a prostituição, se torna fácil pensar em [Mary] como uma pessoa que exerceu a prostituição. Seria também pertinente inverter a lógica de que prostituta é sempre ou quase sempre mulher e que na verdade quem exercia a prostituição era [Jorge], homem que estava com ela em trajes menores enquanto os outros se batiam do lado de fora. Seria totalmente pertinente também pensar que [Jorge] e [Mari] se relacionavam, sexualmente ou não, e dessa relação, nada ter a ver com a prostituição. Quem vai saber?

Já em Belterra, e fazendo uma alusão às minhas memórias de infância sobre a prostituição, o impulso parece estar exatamente naquilo que não é dito. Por que tanto pudor? O que faz uma pessoa exercer a prostituição por uma ou mais vezes ser tão grave ao ponto de justificar sua exclusão, seu apagamento, aquilo do qual não se fala? Se fosse predominantemente exercida por homens, seria um problema grave? Reduzir o debate à uma discussão binária de gênero responde as questões?

Compreendendo a interseccionalidade como uma abordagem que revela como a desigualdade se articula a partir de marcadores distintos e de diferentes formas em contextos específicos (Brah, 2006), eu identifico os marcadores que, quando articulados, poderiam

contribuir para a percepção de que determinadas pessoas estavam mais propensas que outras para serem identificadas enquanto "mulheres solteiras" no contexto da Ford, especialmente nas paisagens de Fordlândia e Belterra. Ou seja, vistas sob os estigmas da prostituição.

Para o caso das Ilhas de Fordlândia, por exemplo, a testemunha da briga que era uma mulher adulta, seu estado civil ser solteira, e o fato de sua moradia estar localizada na Ilha dos Inocentes, chama atenção a articulação entre gênero, idade, estado civil e localidade para a percepção dos outros em direção a ela enquanto uma mulher que poderia ser prostituta.

Já nos casos de Belterra, as meninas, todas menores de idade, identificadas enquanto morenas, residentes nas estradas onde foram construídas as moradias da classe operária mais baixa da hierarquia organizacional da Ford, e que não cumpriram com o papel sexual direcionado a elas, evidenciam a articulação entre marcadores tais como gênero, classe, raça, idade, sexualidade e também regionalidade, já que as três meninas tinham origem familiar em comunidades ribeirinhas e cidades próximas localizadas às margens do Rio Tapajós.

Por fim, América, enquanto uma jovem que cumpriu determinado papel e não teve sua honra sexual exposta fora do casamento, solteira e sozinha, percebida enquanto moça, acessou Fordlândia e foi contratada para desenvolver atividades que não eram valorizadas enquanto trabalho da mesma forma que atividades desenvolvidas por homens, algo que pode ser explicado através da articulação entre gênero, classe, idade, sexualidade e localidade.

Assim, do que pude interpretar das cidades operárias analisadas também sob uma abordagem interseccional foi que, mesmo quando as mulheres ocuparam espaços formais de trabalho junto à Companhia Ford, sua condição de trabalhadora precarizada em articulação com marcadores de raça, idade, local de moradia e origem, podem ter contribuído para que meninas não-brancas<sup>76</sup> ("tapuyas" em Fordlândia, ou "morenas" em Belterra), pobres, moradoras das estradas 8 e 10 (para o caso de Belterra), ou moradoras das ilhas ou das áreas fora da configuração urbana planejada e construída para a Ford (para o caso de Fordlândia) e nascidas na região, escolhessem buscar formas alternativas para estabelecer suas relações, inclusive subvertendo os papéis sociais que eram a elas direcionados, e rompendo com a ordem moral através da não preservação da sua honra quebrada a partir das trocas sexuais, mesmo que a consequência do ato fosse ser percebida enquanto "mulher solteira" e sofrer os estigmas da prostituição.

---

<sup>76</sup> Mulheres brancas são compreendidas aqui como mulheres norte-americanas.



Sobre este aspecto, a pesquisa aqui apresentada evidenciou que as vidas das “mulheres solteiras” no contexto das cidades operárias, passaram por escolhas, das melhores ou piores, que fizeram delas grandes protagonistas de um espaço predominantemente contado como de domínio masculino, mesmo que, muitas vezes, relatadas desde um lugar em que deveriam ser resgatadas ou, em oposto, totalmente excluídas.

Uma hipótese para ser mais trabalhada no futuro, é que a Ilha pode se tratar de uma área periférica à Fordlândia, onde as pessoas que não conseguiram acessar as casas localizadas na área estruturada pela Ford foram residir, tendo sido mais densamente ocupada do que os relatos dão a entender. Nesse sentido, mas não de forma óbvia, é que devido ao fato da Ford priorizar a contratação de homens, mulheres que porventura tenham se deslocado para buscar no projeto da Ford alternativas de trabalho, tenham encontrado maior necessidade de recorrer às possibilidades de se estabelecer no seu entorno.

Sobre esta hipótese, e pensando em trabalhos futuros, acredito que as ilhas podem ter sido densamente ocupadas e, quanto a isso, vislumbro que uma investigação nessas áreas exigirá, além da incursão nas ilhas para uma melhor verificação dos solos, a aplicação de procedimentos tecnológicos, tais como a captura de imagens realizadas por aeronaves não tripuladas (tipo drone), aprimoramento das análises de vegetação e verificação de anomalias a partir do uso de equipamentos de geofísica, para assim, realizar uma investigação a respeito da existência e estado de conservação do registro arqueológico que por ventura esteja submerso. Um desafio que poderá ser enfrentado em novas fases da pesquisa.

Além das ilhas, no antigo engenho Urucurituba, localizado do outro lado do rio Tapajós, também é possível identificar relatos de pessoas associados ao contexto de administração da Ford e a área precisa ser mais bem investigada. Cauassuepá e Pau d’arco, por sua vez, localizada ao lado da área estruturada pela Ford, mas fora da área planejada pela empresa, pode informar sobre a forma como a empresa negociou sua administração em povoados que já existiam antes das concessões.

No caso de Belterra, a existência de um local de prostituição, dentro ou fora da área projetada pela Ford, também não pode ser descartada, mas há de considerar que para os dois contextos, na ausência de outros documentos para dialogar, quais dados arqueológicos nos trariam mais segurança para pesquisar sob este tipo de afirmação?

A tentativa de conectar os dois questionamentos que me fizeram pesquisar e iniciar esta tese, não me permite ainda ousar e estabelecer uma relação direta entre os processos

desiguais que acometeram sobremaneira as mulheres pobres e não-brancas, que vivenciaram e contribuíram para construir as paisagens de Fordlândia e Belterra, com os problemas que podemos hoje verificar em relação à preservação das áreas industriais.

Mas posso afirmar que o compromisso desta pesquisa com a análise arqueológica da paisagem de gênero possibilitou perceber que as paisagens de Fordlândia e Belterra são mais complexas do que aquelas que em primeira instância verificamos e assimilamos desde a configuração urbana projetada pela Companhia Ford.

Considerando que o campo permanece em aberto, pesquisas futuras podem ainda informar sobre a presença de meninas e mulheres em outros espaços das cidades operárias, assim como sobre as transformações vivenciadas por elas nas relações sociais e de trabalho e que superam a dicotomia público e privado visto que “*sempre houve[ram] mulheres também na esfera pública, sobretudo na esfera da atividade capitalista remunerada*” (Scholz, 2000, p. 11). Como narra Sousa (2005):

As mulheres do meio popular não viviam apenas no restrito mundo do lar, como muitos queriam. Faziam incursões diversas pelas ruas da cidade, fosse em busca de uma nova morada, de alguém que procuravam caluniar, ou mesmo de uma desafeta caluniadora; passeavam e faziam compras, visitavam amigos e familiares, iam à procura de políticos e compadres, pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; levavam filhos, vizinhos e amigos para o hospital ou a delegacia; visitavam as igrejas e a tenda de curandeiros; iam à feira vender e comprar; eram rezadeiras respeitadas, operárias assediadas, donas de casas enclausuradas, espancadas ou difamadas.

(...).

Elas dominavam, de maneira própria, como mulheres num mundo fortemente masculinizado, os códigos que um certo viver na cidade implicavam (Sousa 2005, p. 71).

Reafirmo então que, a reconstrução desses passados alternativos, a partir da arqueologia histórica, pode contribuir para que seja percebida, na cartografia das cidades, especificamente nos casos de Fordlândia e Belterra, de que forma as mulheres negociaram e ampliaram seus espaços de movimentação e atuação. Por fim, defendo que qualquer proposta de poligonal que esteja limitada nas configurações projetadas pela Ford, não dará conta de compreender as experiências que foram vivenciadas no período.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L. D.; GHIRALDELLI, R. (2022). A divisão racial do trabalho na formação social brasileira. In: NEVES, A. V.; GHIRALDELLI, R. (org.). **Trabalho, democracia e participação no Brasil** [online]. Brasília: Editora UnB, p. 59-83. ISBN: 978-65-5846-130-2. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786558461654.0004>.
- ALTHUSSER, L. (1971). Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes towards an Investigation). Traduzido do Francês por Brewster. In: **Lenin and Philosophy and Other Essays**. Nova York: Monthly Review Press.
- AMORIM, A. T. dos S. (1995). **A dominação norte-americana no Tapajós**. Santarém.
- ANZALDUA, G. (1987). **Borderlands/La Frontera: The New Mestiza**. São Francisco: Aunt Lute Books. Introdução.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. (2019). **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo.
- BARNITZ, L. (2005). Effectively responding to the commercial sexual exploitation of children: a comprehensive approach to prevention, protection, and reintegration services. **Child Welfare**, v. 80, n. 5, p. 597-610.
- BATTLE-BAPTISTE, W. (2010). Sweepin' Spirits: Power and Transformation on the Plantation Landscape. In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer, p. 81-94. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6\_4.
- BAUGHER, S. (2010). Sailors' Snug Harbor: A Landscape of Gender and Power. In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer, p. 165-187. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6\_8.
- BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (2010). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6.
- BEAUDRY, M. C. (2010). Stitching Women's Lives: Interpreting the Artifacts of Sewing and Needlework. In: BEAUDRY, M. C.; SYMONDS, J. (ed.). **Interpreting the Early Modern World: Transatlantic Perspectives**. Nova York: Springer, p. 143-158. DOI: 10.1007/978-0-387-70759-4\_7.
- BEAUDRY, M. C. (2017). Documentary Archaeology: Dialogues and Discourses. In: SYMONDS, J.; HERVA, V. P. (ed.). **The Oxford Handbook of Historical Archaeology**. Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199562350.013.3.
- BENAVIDES, H. O. (2011). Retornando à origem: arqueologia social como filosofia latino-americana. **Revista Terceiro Incluído**, v. 1, n. 2, p. 164-192. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/17779>.

BENCHIMOL, S. (2010). **Amazônia**: um pouco-antes e além-depois. 2. ed. rev. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas.

BERMEJO TIRADO, J. (2009). Leyendo los espacios: una aproximación crítica a la sintaxis espacial como herramienta de análise arqueológico. **Arqueología de la Arquitectura**, n. 6, p. 47-62. DOI: <https://doi.org/10.3989/arqarqt.2009.09004>.

BEYOND FORDLÂNDIA. (2017). Documentário. Produção de Marcos Cólón. Disponível em: <https://beyondfordlandia.com/>.

BLANCHETTE, T. G.; SILVA, A. P. (2011). Amor um real por minuto: a prostituição como atividade econômica no Brasil urbano. In: CORREA, S.; PARKER, R. (org.). **Sexualidade e política na América Latina**: histórias, intersecções, paradoxos. Rio de Janeiro: Sexual Policies Watch, p. 192-233.

BLANCHETTE, T. G. (2012). On bullshit and the trafficking of women: moral entrepreneurs and the invention of trafficking in persons in Brazil. **Dialectical Anthropology**, v. 36, n. 3, p. 107-125.

BORA, M. A. J. de O. (2005). O pós-estruturalismo em duas vertentes de interpretação. In: **Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ixcnlf/3/08.htm>. Acesso em: jun. 2021.

BRAGA, O. J.; ARRAIS NETO, E. (2012). Ideologia burguesa e dominação capitalista como movimento científico e político-filosófico na Dialética do Esclarecimento. **Revista LABOR**, v. 8, n. 1, p. 34-47. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6696/4897>. Acesso em: jun. 2021.

BRAH, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. **Caderno Pagu**, n. 26, p. 329-376.

BUTLER, J. (2019). **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CAULFIELD, S. (2000). **Em Defesa da Honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora UNICAMP.

CARRASCO, C. (2008). La economía feminista: una apuesta por otra economía. In: VARA, M. J. (coord.). **Estúdios sobre género y economía**. Madrid: Akal.

CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. (org.). (1995). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: Edufpa.

CASTRO, F. (2013). A identidade denegada: discutindo as representações e a autorrepresentação dos caboclos da Amazônia. **Revista de Antropologia**, v. 56, n. 2, p. 431-475.

CERUTTI, S. (1998). Processos e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, J. (org.). **Jogos de Escala**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 173-201.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. (2021). **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo.

COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL. Fotografias. Acc. 1660 box 143 – Fordlandia Construction. Acervo do The Henry Ford Archives.

COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL. Employees and wages paid Fordlandia and Belterra. Acc. 74\_6\_number\_of\_employees. Acervo do The Henry Ford Archives, 1935-1944.

COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL. (1934). **Map of Ford concessions and exploration Trails**. Acervo Digital da American Geographical Society Library.

COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL. (1936). **Fordlandia estatemap**. Acervo digital da American Geographical Society Library.

COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL. (1938). **Mapa da concessão Ford no Plateau de Santarém**. Acervo digital da American Geographical Society Library.

COSTA, F. de A. (1981). **Capital Estrangeiro e agricultura na Amazônia**: A experiência da Ford Motor Company (1922-1945). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Escola Interamericana de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

CRENSHAW, K. (2002). A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem. Disponível em: <https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>.

CRUMLEY, C. L. (1994). **Historical Ecology**: Cultural Knowledge and Changing Landscapes. Santa Fé: School for Advanced Research Press.

DAMASCENO NETO, H. M. (2019). **Amazonia, borracha e imigração**: o caso Fordlandia (1925-1945). Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

DECRETO N. 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro.

DELLE, J. A.; LEVINE, M. A. (2010). Remembering the Women of Vine Street: Archaeology and Historic Preservation of an Urban Landscape in Lancaster, Pennsylvania. In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer, p. 113-138. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6\_6.

DÍAZ-ANDREU, M. (2005). Arqueología y Género: una nueva síntesis. In: SÁNCHEZ ROMERO, M. (ed.). **Arqueología y Género**. Granada: Universidad de Granada, p. 13-51.

EISENSTEIN, Z. R. (1980). Algunas notas sobre las relaciones del patriarcado capitalista. In: **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. México: Siglo Veintiuno.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL;  
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. (1980). **Sistemas de produção para a cultura da seringueira**: microregiões Alto Purus e Vale do Juruá. Rio Branco: Embrater/Emater/Embrapa-UEPAE.

ENGELS, F. (2019). **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo.

FALEIROS, V. P. (2004). O fetiche da mercadoria na exploração sexual. In: LIBÓRIO, R. M. C.; SOUZA, S. M. G. (org.). **A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil**: reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenções psicossociais. Goiânia: Casa do Psicólogo, p. 51-72.

FEDERICI, S. (2017). **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

FEDERICI, S. (2019). **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante.

FERRAZ, M. H. C. de T. (1989). **Escola Livre de Artes Plásticas do Juqueri**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERREIRA, D. A.; ALLEN, S. J. (2024a). Um olhar arqueológico sobre as paisagens industriais de Fordlândia e Belterra na Amazônia Paraense. **Revista Arqueologia Pública**, v. 19, n. 00, p. e024001. DOI: 10.20396/rap.v19i00.8671445. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8671445>. Acesso em: 15 ago. 2024.

FERREIRA, D. A.; ALLEN, S. J. (2024b). Flor no Seringal: arqueologia na paisagem de transição entre “menina”, “moça”, “rainha do lar” e “mulher solteira” na cidade operária da Ford, Belterra. In: HISSA, S.; PY-DANIEL, A.; JÁCOME, C. (org.). **Arqueologias Históricas nos rios Tapajós, Trombetas e Amazonas**. Curitiba: Editora Appris, p. 113-155.

FIGUEIREDO, C. V. da S. (2010). Estudos Subalternos: uma introdução. **Raído**, v. 4, n. 7, p. 83-92. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/viewFile/619/522>. Acesso em: jun. 2021.

FORDLÂNDIA. (2008). Documentário. Publicado em 02 de março de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x2SpGRuwqA4>. Acesso em: 18 dez. 2024.

FOUCAULT, M. (2016). **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 42. ed. 3. reimpressão. Petrópolis: Editora Vozes.

FRANCO, E. (1998). **O Tapajós que eu vi**. Santarém: Instituto Cultural Boanerges Sena (ICBS).

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. (1985). **Levantamento topográfico de Fordlândia**. Acervo da Funasa/Belém-PA.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA;  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.  
(2010). **Fordlândia**: A colonização norte-americana na Amazônia paraense da primeira metade do séc. XX. IPHAN. Disponível no processo SEI n. 01458.002985/2010-82.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA;  
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.  
(2010). **Belterra**: A plantation norte-americana na Amazônia Paraense da primeira metade do séc. XX. IPHAN. Disponível no processo SEI n. 01458.002985/2010-82.

FURINI, L. A.; GÓES, E. M. (2006). Ideologia e espaço geográfico. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 28, p. 35-46.

GELLER, P. L. (2009). Identity and Difference: complicating gender in Archaeology. **Annual Review of Anthropology**, v. 38, p. 65-81.

GINZBURG, C. (2007). **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, p. 249-293.

GINZBURG, C.; PONI, C. (1989). O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 169-178.

GRANDIN, G. (2010). **Fordlândia**: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva. Tradução de Novaldo Montingelli. Rio de Janeiro: Rocco.

GÓES, C. M. de. (2015). Análises em disputa: Foucault e a virada pós-estruturalista nos Subaltern Studies. **PLURAL**, v. 22, n. 2, p. 222-246.

GONTIJO, F.; SCHAAN, D. (2017). Sexualidade e Teoria Queer: apontamentos para a Arqueologia e para a Antropologia Brasileira. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 51-70.

GUIDA NAVARRO, A.; GOUVEIA NETO, J. C.; CONCEIÇÃO, K. C. C. (2024). Antes da colonização já havia civilização: as estearias e os povos aquáticos da Baixada Maranhense. **BRATHAIR (Online)**, v. 23, p. 307-328.

GUIDA NAVARRO, A. (2023). A estearia do Formoso: uma nova fase da Tradição Inciso-Ponteadá/Araucinoide no Maranhão. **Revista de Arqueologia**, v. 36, p. 166-193.

GUIDA NAVARRO, A. (2022a). As Pequenas Venezas americanas: revisitando as moradias de palafitas nas terras baixas da América do Sul. **Revista de Arqueologia**, v. 35, p. 85-120.

GUIDA NAVARRO, A. (2022b). Grafismos das águas: a arte das estearias do Maranhão. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 10, p. 45-72.

HARAWAY, D. (2004). "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246. DOI: 10.1590/S0104-83332004000100009.

HARDESTY, D. L. (2010). Gendering Mining Landscapes. In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer, p. 293-310. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6\_13.

HARTEMANN, G. (2019). Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans\*) além do binário. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13, n. 1[22], p. 99-115. DOI: 10.20396/rap.v13i1.8654589. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654589>.

HILLIER, B.; HANSON, J. (1984). **The social logic of space**. Cambridge: Cambridge University Press.

HILLIER, B.; PENN, A.; HANSON, J.; GRAJEWSKI, T.; XU, J. (1993). Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 20, n. 1, p. 29-66.

HILLIER, B. (2007). **Space is the machine**: configurational theory of architecture. Londres: UCL.

HILLIER, B.; YANG, T.; TURNER, A. (2012). Normalising least angle choice in Depthmap and how it opens new perspectives on the global and local analysis of city space. **Journal of Space Syntax**, v. 3, p. 155-193.

HOLANDA, F. R. B. de M. (2012). **Ordem e desordem**: arquitetura e vida social. Brasília: EdUnB.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Processo de tombamento Fordlândia e Belterra**. Disponível no processo SEI n. 01458.002985/2010-82.

JEHA, S.; BIRMAN, J. (2019). **Aurora**: Memórias e Delírios de uma Mulher da Vida. São Paulo: Editora Veneta.

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. (1941). **Ferimentos Leves (1902-1942)**. CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, caixa “Ferimentos Leves (1902-1942) - Criminal - Comarca de Santarém XX”.

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. (1943). **Autos crime de sedução (Art. 217)**. CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa Autos Criminais do Século XX - “Sedução (1942-1959) – Comarca de Santarém – Pasta 02.

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. (1946). **Autos crime de sedução (Art. 217)**. CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa Autos Criminais do Século XX - “Sedução (1942-1959) – Comarca de Santarém – Pasta 06.

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. (1947). **Estupro (1937-1969)**. CDHBA – Centro de Documentação Histórica do Baixo Amazonas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, Caixa “Estupro (1937-1969) - Criminal - Comarca de Santarém XX” - Pasta 16.



KLINK, L. V. (2023). **O que a Arquitetura mascara?** Uma Arqueologia da compartimentação, da vigilância e dos aspectos de concessão e restrição à circulação no Solar dos Ferreiras, Campanha/MG (século XIX). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/55042>.

KOKAY, E. (2012). **CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**. Câmara dos Deputados. EVENTO: Audiência Pública N°: 0651/12 DATA: 22/05/2012 INÍCIO: 15h08min TÉRMINO: 18h01min DURAÇÃO: 02h52min TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h52min PÁGINAS: 67 QUARTOS: 35. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>.

KOWARICK, L. (1987). **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

LAQUEUR, T. (2001). **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

LEAL, D. A. (2017). Trabalho, territorialização e conflito pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira /AM (1861 - 1932). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 47-61. DOI: 10.5007/1984-9222.2017v9n17p47. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2017v9n17p47>. Acesso em: 18 dez. 2024.

LEITE, G. (2009a). **Filha, mãe, avó e puta**: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva.

LEITE, G. (2009b). **Entrevista ao Programa Roda Vida**, TV Cultura. Transmitida em 01 de junho de 2009. Disponível em: [https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/2485\\_roda-viva-gabriela-leite-2009.html](https://cultura.uol.com.br/programas/rodaviva/videos/2485_roda-viva-gabriela-leite-2009.html).

LEONE, M. P. (1984). Chapter 3 - Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in the William Paca Garden in Annapolis. In: TILLEY, C. Y.; MILLER, D. (ed.). **Ideology, Power and Prehistory**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 25-36. DOI: 10.1017/CBO9780511897443.004.

LEONE, M. P.; POTTER JR., P. B.; SHACKEL, P. A. (2021). Rumo a uma arqueologia crítica. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 15, n. 2, p. 141-174. DOI: 10.31239/vtg.v15i2.35411.

LERNER, G. (2019). **A Criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix.

LEVI, G. (1992). Sobre a micro-história. In: BURKE, P. (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, p. 133-161.

LEVI, G. (2016). 30 anos depois: repensando a Micro-história. In: MOREIRA, P.; VENDRAME, M.; KARSBURG, A. (org.). **Ensaio de Micro-história**: trajetória e migração. São Leopoldo: Oikos, p. 18-31.

LIMA, F. A. de O. (2013). **Soldados da Borracha**, das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

LIMA, Z. E. A. (2015). **Fordlândia**: Arquitetura norte-americana do início do século XX na Amazônia, suas tipologias e adaptações. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará.

LIMA, Z. E. A. (2019). **A patrimonialização de Company Towns**: o caso de Fordlândia e Belterra. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

LISPECTOR, C. (1998). **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco.

LITTLE, B. J. (1994). People with history: An update on historical archaeology in the United States. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 1, p. 05-40. DOI: 10.1007/BF02229422.

LOUREIRO, V. R. (2022). **Amazônia**: colônia do Brasil. Manaus: Editora Valer.

LOUREIRO, V. R. (2002). Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, p. 107-121. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/DzYjwpvT3vxySGCnwpK6BDw/?format=pdf>.

LUGONES, M. (2007). Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. **Hypatia**, v. 22, n. 1, p. 186-209.

MACHADO, R. (2010). Introdução. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. VII-XXII.

MASSEY, D. (2000). Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, p. 177-185.

MATOS, M. I. S. (1995). Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 97-115. DOI: 10.1590/S0104-83331995000100005.

METHENY, K. (2010). Engendering the Corporate Landscape: A View from the Miners' Doublehouse. In: BAUGHER, S.; SPENCER-WOOD, S. M. (ed.). **Archaeology and Preservation of Gendered Landscapes**. Nova York: Springer, p. 313-340. DOI: 10.1007/978-1-4419-1501-6\_14.

MEYER, M.; GIBSON, E.; COSTELLO, J. (2005). City of Angels, City of Sin: Archaeology in the Los Angeles Red-Light District ca. 1900. **Historical Archaeology Journal**, v. 39, n. 1, p. 107-125.

MOREIRA, J. M. B. (2015). **Arqueologia da Loucura**: Narrativas alternativas, cultura material e história do Hospital Colônia de Barbacena. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/45725>.

MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. A. (2014). A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Revista de Sociologia e Política**, v. 22, n. 50, p. 125-147. DOI: 10.1590/0104-447814225009. Acesso em: maio de 2021.

MURRAY, L. (2024). Puta Politics / Putapolítica: The Innovative Political Theories and Protest Praxis of Putas. In: AMAR, P. (ed.). **Rio as Method**. Durham: Duke University Press.

NAVARRO, A. G.; FUNARI, P. P. A.; ASSUNÇÃO, D. C.; GOUVEIA NETO, J. C. (2024a). O mundo ancestral das águas: as moradias pré-coloniais sobre palafitas na Amazônia Oriental. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, p. e4294-24.

NAVARRO, A. G.; PORSANI, J. L.; SOUZA, L. A. P. de; LIMA, L. G. de; GOUVEIA NETO, J. C.; OLIVEIRA, F. S. de; GOMES, G. A. (2024b). Novas evidências arqueológicas do formativo na Amazônia: o caso das estearias do Maranhão e a Tradição Borda Incisa. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 22, p. e5780-21.

NUNES, A. I. F. (2017). Violência racial e prostituição: um debate para além do gênero. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress** (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: [https://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759\\_ARQUIVO\\_AlyneNunesFG.pdf](https://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499425759_ARQUIVO_AlyneNunesFG.pdf).

NICHOLSON, L. (2000). Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 9-41.

OPENTOPOMAP. (2024). Topografia de Fordlândia. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-4wt4tp/Fordl%C3%A2ndia/?center=-3.82983%2C-55.48914&base=2&zoom=15>.

OPENTOPOMAP. (2024). Topografia de Belterra. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/map-3231h/Belterra/?center=-2.65105%2C-54.93374&zoom=13&base=2>.

OYËWUMÍ, O. (2004). Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução de Juliana Araújo Lopes. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\\_-\\_conceitualizando\\_o\\_g%C3%AAnero.os\\_fundamentos\\_euroc%C3%AAntrico\\_dos\\_conceitos\\_feministas\\_e\\_o\\_desafio\\_das\\_epistemologias\\_africanas.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero.os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf).

PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. (1921-1945). **Registros de Batismo (1921 a 1945)**. Acervo documental da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Fordlândia.

PAULS, E. P. (2006). The Place of Space: Architecture, Landscape, and Social Life. In: HALL, M.; SILLIMAN, S. (ed.). **Historical archaeology: Studies in global archaeology**, p. 65-83.

PAZ, A.; DE CASTRO, L. (2017). Trabalho e trabalhadores na história da Amazônia. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 9, n. 17, p. 5-9. DOI: 10.5007/1984-9222.2017v9n17p5. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundsdotrabalho/article/view/1984-9222.2017v9n17p5>. Acesso em: 18 dez. 2024.

PEREIRA, E. M. (2016). **História das instituições escolares da/na companhia Ford Industrial do Brasil na Amazônia brasileira (1927 a 1945)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1629962>.

PEREIRA, J. C. M. (2012). **Os modos de vida em Belterra**: um estudo de caso na Amazônia Brasileira. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/8336>.

PISCITELLI, A. (1996). Sexo tropical. Comentários sobre gênero, raça e outras categorias de diferenciação social em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 6/7, p. 303-307.

PISCITELLI, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. M. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH.

PISCITELLI, A. (2003). Comentário à entrevista tráfico sexual. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 211-219.

PISCITELLI, A. (2008). Entre as ‘máfias’ e a ‘ajuda’: a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 29-63.

PRADA, M. (2018). **Putafeminista**. São Paulo: Veneta.

PURSER, M. (1991). Towards a Feminist Historical Archaeology of the construction of gender. In: WALDE, D.; WILLOWS, N. (ed.). **The Archaeology of gender**: proceedings of the twenty-second annual Conference of the Archaeological Association of the University of Calgary. Calgary: University of Calgary Archaeological Association.

QUIJANO, A. (2005). A Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO.

RAGO, L. M. (1985). **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAGO, L. M. (1990). **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.1990.50386.

REIS, A. C. F. (1997). **O Seringal e o seringueiro**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas (EDUA).

RIBEIRO, L. M. (2018). “Que sonho é esse, Ford?” - Vídeo gravado em setembro de 2018, em Fordlândia por Débora Flor, Véronique Isabelle e Mireille Pic. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3mi-Bh9BysM>. Acesso em: maio de 2021.

ROCHA, B. C.; FERREIRA, D. A.; OLIVEIRA, V. E. H.; ALLEN, S. J. (2020). L’héritage culturel du Tapajós. Depuis les bibliothèques et les sanctuaires des peuples de la forêt

aujourd'hui, jusqu'aux friches industrielles du capitalisme naissant. In: **Suspended Spaces #05. Fordlândia**. Paris: Les presses du réel, p. 106-112.

RONDON, B. (1929). Fundação Ford – Aspectos das construções iniciais – (Casa da Força, Serraria, Estufa e residências da Gerencia). **Álbum Inspeção de Fronteiras 1929-1930 (Ministério da Guerra)**. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliانا/handle/20.500.12156.1/4884/discover>  
Acesso em: abril de 2023.

RUBIN, G. (1993). **O tráfico de mulheres**. Notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo.

SAFFIOTI, H. (1987). **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna.

SAFFIOTI, H. (2004). **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, M. (2008). **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP.

SANTOS, R. (1980). **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz.

SANTOS SOUZA, T. M. (2016). Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494. DOI: 10.22422/2238-1856.2015v15n30p475-494.

SCHOLZ, R. (2000). O sexo do capitalismo: teorias feministas e a metamorfose pós-moderna do patriarcado (Excertos). Disponível em: [http://www.obeco-online.org/roswitha\\_scholz6.htm](http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz6.htm).

SEIFERT, D. J. (1991). Within site of the White House: The Archaeology of Working Women. **Historical Archaeology Journal**, v. 25, p. 82-108.

SENA, J. (2023). De Cabokos a Negro/Indígenas: sobre a emergência de sujeitos políticos da raça e a mundialização da Matriz Colonial do Poder. In: **Raça e Amazonidades**. Disponível em: [https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie\\_Ra%C3%A7a\\_e\\_Amazonidades.pdf](https://africaeaficanidades.com.br/documentos/Dossie_Ra%C3%A7a_e_Amazonidades.pdf).

SCHWARCZ, L. M. (2012). **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociedade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma.

SCOTT, E. M. (1994). **Those of little note: gender, race and class in historical archaeology**. Tucson: The University of Arizona Press.

SCOTT, J. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22.

SEABRA, A. C. S. (2020). Arqueologia da Arquitetura em uma Ilha Amazônica: o Educandário Dr. Nogueira de Faria. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 14, n. 1, p. 47-73. DOI: 10.31239/vtg.v14i1.14869.

SEABRA, A. C. S. (2019). **Arquitetura disciplinar na Amazônia**: o Educandário Dr. Nogueira de Faria – Ilha de Cotijuba – Belém – Pará. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, C. A. da. (2009). Espaço e tempo em Milton Santos: Alguns elementos para a reflexão da História Social do Território. **Intellèctus**, v. 8, n. 2. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/issue/view/1425>. Acesso em: jul. 2021.

SIMIÃO, D. S. (2006). Gênero no mundo do trabalho: variações sobre um tema. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 2, n. 5, p. 9-20. DOI: 10.3895/cgt.v2n5.6143.

SOIHET, R. (1989). **Condição Feminina e Formas de Violência – Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária.

SOUSA, F. G. (2005). Na casa e... na rua: cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande, 1930-1945). **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 153-174. DOI: 10.1590/S0104-83332005000100008.

SOUZA, M. A. (2002). Entre práticas e discursos: a construção social do espaço no contexto de Goiás do século XVIII. In: ZARANKIN, A.; SENATORE, M. (org.). **Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul**: cultura material, discursos e práticas. Buenos Aires: Tridente, p. 63-86.

SOUZA, M. (2023). **A expressão amazonense**: do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Editora Valer.

SOUZA, M. (1997). **História da Amazônia**. Manaus: Editora Valer.

SPIVAK, G. C. (2010). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

SPUDE, C. H. (2005). Brothels and Saloons: an archaeology of gender in the American West. **Historical Archaeology Journal**, v. 39, n. 1, p. 89-106.

STANCHI, R. P. (2008). **Modernidade, mas nem tanto**: o caso da Vila Operária da Fábrica Confiança, Rio de Janeiro, Séculos XIX e XX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TRINDADE JUNIOR, S. C. (2010). Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 51, p. 113-138. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i51p113-138.

VIEIRA, I. C. G. (2023). Desafios para o enfrentamento da crise ambiental da Amazônia: Região é peça-chave no equilíbrio climático global e na conservação de parte relevante da biodiversidade mundial. **Ciência e Cultura**, v. 75, n. 4, p. 01-08. DOI: 10.5935/2317-6660.20230046.



VOSS, B. L. (2017). Gênero, raça e trabalho na arqueologia colonial das Américas Espanholas. **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 11, n. 2, p. 125-161. DOI: 10.31239/vtg.v11i2.10449.

VOSS, B.; CASELLA, E. (ed.). (2012). **The archaeology of colonialism: intimate encounters and sexual effects**. Cambridge: Cambridge University Press.

WEINSTEIN, B. (1993). **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: Hucitec/Edusp.

WGN. (1932). **Fordlândia ou a descrição da cidade maravilhosa que Henry Ford está edificando no interior do Estado do Pará**. Acervo Cultural dos Povos da Amazônia.

WILLIAMS, J. (2012). **Pós-estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvig. Petrópolis: Vozes.

WILKIE, L. A.; HAYES, K. H. (2006). Engendered and feminist archaeology of the recent and documented pasts. **Journal of Archaeological Research**, v. 14, n. 3, p. 243-264. DOI: 10.1007/s10814-006-9005-4.

WOORTMANN, E. F. (1992). Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades "pesqueiras" do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n. 18. Disponível em: [https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18\\_04.pdf](https://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/18/rbcs18_04.pdf).

ZARANKIN, A. (2002). **Paredes que Domesticam: arqueologia da arquitetura escolar capitalista: o caso de Buenos Aires**. Campinas: Universidade de Campinas.

ZARANKIN, A.; NIRO, C. (2009). La materialización del sadismo: Arqueología de la arquitectura de los centros clandestinos de detención de la dictadura militar argentina (1976-1983). In: FUNARI, P.; ZARANKIN, A. (ed.). **Arqueología de la represión y resistencia en América Latina (1960-1980)**. Córdoba: Encuentro, p. 159-182.

ZDEBSKYI, J. de F. (2016). Feminismo emancipacionista: uma perspectiva materialista histórica feminista. In: **XVI Encontro Estadual de História da ANPUH-SC. História e Movimentos Sociais**.

## **APÊNDICES**

### **Apêndice 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa **Arqueologia industrial na Amazônia Paraense: os seringais de Henry Ford**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **DANIELA APARECIDA FERREIRA** (residente em Belém/ PA, Telefone para contato: (xx) xxxxx-xxxx. E-mail: xxxxxxxxx@xxxxxxxxxx) sob a orientação do Prof. Dr. Scott Joseph Allen, E-mail: scott.allen@ufpe.br).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas, em qualquer momento, com a responsável por esta pesquisa através do e-mail ou telefone (ligação, mensagens de texto ou por aplicativos whatsapp, telegram ou signal). Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e, caso você concorde em participar, pedimos que assinale a opção “Aceito participar da pesquisa”. Caso decida não participar, basta assinalar o campo “Não aceito participar da pesquisa”, estando ambas as opções disponíveis no final deste termo.

O (a) senhor (a) estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema. Desistir é um direito seu, e você poderá retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

**INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:**

- Esta pesquisa tem como objetivo melhor compreender a instalação e o funcionamento de Fordlândia e Belterra, buscando analisar, a partir de uma perspectiva arqueológica, as relações sociais e de trabalho que se formaram entre homens e mulheres que vivenciaram as duas áreas, sobretudo no período em que foram administradas pela Companhia Ford;
- Caso aceite participar da pesquisa, a pesquisadora responsável irá realizar uma entrevista com você. Nesta entrevista você poderá ficar a vontade em falar sobre suas experiências, memórias, histórias ou curiosidades que tenha conhecimento ou que vivenciou sobre as áreas da pesquisa e, quando, necessário, serão feitos questionamentos que poderão ajudar a responder os objetivos do estudo;
- As entrevistas serão gravadas (anotação, imagem e/ou voz) para garantir a melhor coleta dos dados;
- O tempo da entrevista será de acordo com a sua disponibilidade, podendo acontecer por mais de um encontro, caso se sinta mais confortável desta forma;
- Como poderemos abordar questões sobre suas experiências pessoais, em algum momento, pode acontecer de você se sentir incomodado com alguma pergunta. Nesse caso, você pode escolher não responder. Esta decisão não irá prejudicar o estudo e nem a continuidade da sua participação;
- Esperamos que esta pesquisa possa contribuir para que você e a população em geral possam acessar novas informações sobre o passado recente associado às duas áreas e, com isso, preservar a memória das pessoas que habitaram esses espaços.

As informações obtidas através desta pesquisa poderão ser divulgadas em eventos, publicações ou outros meios que facilitem a socialização do conhecimento científico.

A sua identificação se dará apenas através de consentimento a ser declarado no final deste documento (“Autorizo a minha identificação”, “Não autorizo a minha identificação” e “Autorizo parcialmente a minha identificação” - neste campo, você poderá detalhar quais as informações são sensíveis para você). Contudo, esclarecemos que será privilegiada a confidencialidade de todas as informações pessoais relatadas, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo priorizado o sigilo sobre a sua participação.

Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, anotações, fotografias e filmagens), ficarão armazenados sob a responsabilidade de Daniela Aparecida Ferreira e Scott Joseph Allen em pasta localizada em servidor digital vinculado aos e-mails institucionais da pesquisadora responsável e do seu orientador (Google Drive – domínio ufpe.br), pelo período mínimo de 5 anos após o término da pesquisa, ou até que o acesso à referida plataforma seja interrompido.

A sua aceitação para participação é voluntária e, por este motivo, nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora responsável (ressarcimento de transporte e alimentação).

A pesquisa em questão será submetida à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE e, em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê no endereço: **Avenida da Engenharia s/n – 1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Tel.: (81) 2126.8588 – e-mail: cephumanos.ufpe@ufpe.br.**

---

(Assinatura da Pesquisadora)

## **Apêndice 2 – Consentimento da participação da pessoa como voluntário (a)**

## CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo **Arqueologia industrial na Amazônia Paraense: os seringais de Henry Ford**, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento para participar da pesquisa.

Sobre a participação:

- ( ) Aceito Participar da pesquisa
- ( ) Não aceito participar da pesquisa

Sobre a identificação:

- ( ) Autorizo a minha identificação
- ( ) Não autorizo a minha identificação
- ( ) Autorizo parcialmente a minha identificação (responder quadro abaixo)

Detalhe neste campo os pontos abordados por você na entrevista que gostaria que tivéssemos maior atenção para não identificar você:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Local e data \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2022.

Assinatura do (da) responsável:

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do voluntário em participar.** 02 testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

### **Apêndice 3 – Termo de Autorização de uso de imagem e depoimento**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora Daniela Aparecida Ferreira e seu orientador, Scott Joseph Allen, do projeto de pesquisa intitulado **Arqueologia industrial na Amazônia Paraense: os seringais de Henry Ford** a realizar as fotos/filme/gravação de voz que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas gravações/fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Entrevistada/o

\_\_\_\_\_  
Responsável Legal CPF e IDT (Caso a/o entrevistada/o seja menor - incapaz)

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora responsável pela entrevista – Daniela Aparecida Ferreira

#### **Apêndice 4 – Modelo utilizado de carta de anuência com autorização para uso de dados**

**SUBSTITUIR O CABEÇALHO PELO DA INSTITUIÇÃO ONDE A PESQUISA  
SERÁ REALIZADA**

(apagar essa orientação antes da impressão do documento)

**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Daniela Aparecida Ferreira**, aluna matriculada junto ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (matrícula nº 20193010634), a desenvolver o seu projeto de pesquisa intitulado **Arqueologia industrial na Amazônia Paraense: os seringais de Henry Ford** que está sob a orientação do Prof. Dr. **Scott Joseph Allen** *(cujo objetivo principal é contribuir para a construção do conhecimento relacionado à instalação e funcionamento dos seringais do Ford Motor Company - final da década de 1920 até meados da década de 1940 - na região do Rio Tapajós, como área industrial, buscando analisar, a partir de uma perspectiva arqueológica, as relações sociais e de trabalho que se formaram)* no/a

---

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, respeitando o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Assim que aprovado, a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

---

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

**Apêndice 5 – Tabela de índices da sintaxe espacial identificados através do uso do depthmapX, Fordlândia**



ref	NACH	NAIN	ref	NACH	NAIN	ref	NACH	NAIN	ref	NACH	NAIN	ref	NACH	NAIN	ref	NACH	NAIN
0	0,000	0,664	31	1,028	0,864	62	0,978	0,831	93	1,448	1,040	124	1,331	0,736	155	1,236	0,554
1	0,868	0,664	32	0,943	0,864	63	0,889	0,831	94	1,209	0,971	125	1,320	0,719	156	1,217	0,523
2	0,000	0,664	33	0,760	0,864	64	0,000	0,831	95	1,081	0,971	126	1,308	0,697	157	1,205	0,515
3	0,000	0,864	34	1,176	0,840	65	1,031	0,817	96	0,907	1,023	127	1,295	0,676	158	1,175	0,485
4	0,954	0,864	35	1,173	0,840	66	0,996	0,818	97	1,487	1,020	128	0,868	0,658	159	1,192	0,503
5	0,785	0,716	36	1,025	0,820	67	0,758	0,818	98	1,521	1,024	129	0,000	0,642	160	1,158	0,471
6	1,131	0,716	37	1,030	0,820	68	0,890	0,829	99	1,150	0,966	130	0,901	0,523	161	1,126	0,453
7	0,880	0,712	38	0,982	0,820	69	0,871	0,829	100	1,500	0,961	131	0,000	0,523	162	1,143	0,463
8	0,000	0,454	39	0,935	0,820	70	0,824	0,829	101	1,504	0,960	132	0,629	0,453	163	1,106	0,443
9	0,000	0,552	40	0,939	0,804	71	0,215	0,829	102	0,000	0,967	133	0,658	0,513	164	1,087	0,438
10	1,055	0,602	41	0,968	0,850	72	0,240	0,650	103	1,453	0,858	134	0,784	0,519	165	0,000	0,434
11	0,954	0,602	42	0,907	0,850	73	0,591	0,731	104	1,445	0,834	135	0,852	0,532	166	1,038	0,429
12	0,000	0,549	43	0,000	0,849	74	0,919	0,731	105	1,442	0,826	136	0,898	0,542	167	1,006	0,425
13	0,292	0,674	44	0,976	0,796	75	1,028	0,731	106	1,390	0,817	137	0,933	0,554	168	0,963	0,415
14	1,109	0,849	45	1,396	0,988	76	0,994	0,731	107	1,417	0,832	138	1,085	0,705	169	0,903	0,400
15	0,000	0,849	46	1,370	0,981	77	0,944	0,731	108	1,004	0,807	139	0,000	0,697	170	0,000	0,720
16	1,193	0,846	47	1,375	0,988	78	0,000	0,731	109	1,116	0,806	140	1,006	0,640	171	0,984	0,721
17	0,907	0,846	48	1,332	0,976	79	1,003	0,784	110	1,058	0,842	141	0,969	0,586	172	0,863	0,634
18	0,000	0,846	49	1,329	0,988	80	0,996	0,784	111	1,009	0,844	142	0,968	0,862	173	0,000	0,570
19	1,073	0,893	50	1,030	0,831	81	0,950	0,784	112	1,006	0,823	143	1,230	0,862	174	0,805	0,392
20	0,992	0,875	51	1,106	0,867	82	0,855	0,784	113	1,088	0,869	144	1,200	0,823	175	0,000	0,390
21	0,956	0,875	52	1,049	0,867	83	0,000	0,754	114	1,115	0,903	145	1,206	0,822	176	1,047	0,563
22	0,475	0,871	53	0,966	0,867	84	1,091	0,802	115	1,397	0,791	146	0,000	1,041	177	1,003	0,550
23	1,113	0,879	54	0,000	0,867	85	1,057	0,800	116	1,122	0,745	147	0,811	0,861	178	0,944	0,545
24	1,130	0,879	55	1,169	0,984	86	0,705	0,737	117	1,127	0,750	148	1,218	0,854	179	0,000	0,528
25	1,125	0,878	56	1,238	0,973	87	1,493	1,068	118	0,000	0,581	149	1,206	0,847	180	0,000	0,406
26	1,128	0,878	57	1,358	0,978	88	1,499	1,071	119	1,409	0,826	150	1,197	0,844	181	1,191	0,691
27	1,072	0,878	58	1,089	0,841	89	1,496	1,039	120	0,000	0,612	151	0,000	0,721	182	1,228	0,690
28	0,988	0,878	59	0,745	0,797	90	1,493	1,039	121	0,868	0,658	152	1,179	0,840	183	1,181	0,696
29	0,883	0,864	60	1,182	0,833	91	1,490	1,040	122	1,346	0,750	153	1,274	0,629	184	0,978	0,696
30	0,965	0,864	61	1,067	0,833	92	1,466	1,040	123	1,336	0,749	154	1,249	0,571	185	0,000	0,626

**Fonte:** Planilha gerada através do uso da plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** ref - Referência | NACH - Escolha Normalizada | NAIN - Integração Normalizada.

**Apêndice 6 – Tabela de índices da sintaxe espacial identificados através do uso do depthmapX, Belterra**

ref	x1	y1	x2	y2	angCONN	axCONN	axid	axLEN	axref	CONN	segLEN	CH	INT	NC	TD	NACH	NAIN
0	729518,0752	9705870,225	730734,3253	9705878,487	4	8	1	9292,5029	0	5	1216,2782	395	45,008373	63	88,183594	1,325411013	1,599856833
1	730734,3253	9705878,487	733260,4543	9705895,647	0	8	1	9292,5029	0	5	2526,1873	676	45,008373	63	88,183594	1,444239268	1,599856833
2	733260,4543	9705895,647	733261,1535	9705895,652	0	8	1	9292,5029	0	5	0,69918388	486	43,466118	63	91,3125	1,361071004	1,546211269
3	733261,1535	9705895,652	733367,5156	9705896,374	4	8	1	9292,5029	0	6	106,36458	446	43,002541	63	92,296875	1,339162297	1,530070207
4	733367,5156	9705896,374	733467,7433	9705897,055	4	8	1	9292,5029	0	6	100,23006	343	42,991623	63	92,320313	1,281617359	1,529689995
5	733467,7433	9705897,055	733469,7572	9705897,069	0	8	1	9292,5029	0	5	2,013967	297	43,458683	63	91,328125	1,25299536	1,545952403
6	733469,7572	9705897,069	736233,1452	9705915,84	0	8	1	9292,5029	0	5	2763,4517	334	44,958584	63	88,28125	1,288037408	1,59812629
7	736233,1452	9705915,84	738804,1965	9705933,305	2	8	1	9292,5029	0	3	2571,1106	0	44,938698	63	88,320313	0	1,597435109
8	729029,7231	9706679,33	729513,3826	9706674,066	4	2	2	531,013	1	4	483,68808	104	26,671146	63	148,8125	0,926595296	0,956690189
9	728316,3242	9706681,834	728801,6181	9706673,933	0	2	3	505,15512	2	3	485,35825	116	26,649462	63	148,93359	0,947989943	0,955922662
10	728801,6181	9706673,933	729029,7231	9706679,33	0	2	4	357,05112	3	3	228,16888	108	26,83811	63	147,88672	0,935177998	0,962599215
11	729029,7231	9706679,33	729118,728	9706681,436	0	2	4	357,05112	3	2	89,0298	0	18,717215	63	212,05078	0	0,674049583
12	728690,0977	9708291,55	729503,9381	9708291,915	2	2	5	1982,5685	4	3	813,84045	0	37,938316	63	104,61719	0	1,353260568
13	729503,9381	9708291,915	730650,328	9708292,429	4	2	5	1982,5685	4	5	1146,3901	192	37,921326	63	104,66406	1,124742977	1,352665922
14	730584,6506	9708295,995	730650,328	9708292,429	0	3	6	196,76817	5	2	65,774208	0	33,456173	63	118,63281	0	1,196033145
15	730650,328	9708292,429	730717,047	9708288,806	0	3	6	196,76817	5	4	66,817245	363	39,15921	63	101,35547	1,268804595	1,395967132
16	730717,047	9708288,806	730752,1853	9708286,898	0	3	6	196,76817	5	4	35,190025	180	38,440678	63	103,25	1,114171807	1,370839326
17	730717,0687	9708285,779	730752,1853	9708286,898	0	3	7	613,75214	6	4	35,134403	66	32,530704	63	122,00781	0,870829536	1,163481873
18	730752,1853	9708286,898	731204,6159	9708301,324	0	3	7	613,75214	6	3	452,66058	259	39,931774	63	99,394531	1,201313866	1,422964707
19	731204,6159	9708301,324	733341,3294	9708322,585	0	3	8	5093,1411	7	3	2136,8191	269	39,856586	63	99,582031	1,208989344	1,4203382
20	733341,3294	9708322,585	736203,1515	9708351,06	0	3	8	5093,1411	7	3	2861,9639	32	39,856586	63	99,582031	0,75507713	1,4203382
21	728303,808	9707494,522	728316,3242	9706681,834	0	2	9	4185,6714	8	2	812,78461	0	25,792355	63	153,88281	0	0,92557248
22	728316,3242	9706681,834	728366,4325	9703428,249	0	2	9	4185,6714	8	3	3253,9707	278	25,766191	63	154,03906	1,113659218	0,924645657
23	728366,4325	9703428,249	729532,2844	9703436,185	0	6	10	8097,6011	9	3	1165,8789	388	38,482899	63	103,13672	1,27844094	1,372316343
24	729532,2844	9703436,185	730751,7733	9703444,486	0	6	10	8097,6011	9	4	1219,5172	502	38,482899	63	103,13672	1,333537576	1,372316343
25	730751,7733	9703444,486	733392,2206	9703462,461	0	6	10	8097,6011	9	4	2640,5085	611	38,482899	63	103,13672	1,375585496	1,372316343
26	733392,2206	9703462,461	736263,1218	9703482,003	0	6	10	8097,6011	9	4	2870,9675	547	38,529598	63	103,01172	1,352247913	1,37394987
27	736263,1218	9703482,003	736387,9419	9703482,853	0	6	10	8097,6011	9	4	124,82307	456	38,564693	63	102,91797	1,313558552	1,37517757
28	736658,0309	9703483,41	738761,6335	9703493,824	0	1	11	2155,0693	10	1	2103,6284	0	29,818459	63	133,10547	0	1,06791264
29	736354,9912	9703474,265	736387,9419	9703482,853	0	2	12	172,72412	11	2	34,051571	0	18,955357	63	209,38672	0	0,682544481
30	736387,9419	9703482,853	736500,0443	9703512,071	0	2	12	172,72412	11	3	115,84745	236	36,139568	63	109,82422	1,157057902	1,290246774
31	736500,0443	9703512,071	736658,0309	9703483,41	0	2	13	204,20357	12	2	160,56538	120	31,510746	63	125,95703	0,986893924	1,127572585
32	729496,9052	9709496,649	729503,9381	9708291,915	2	4	14	6091,834	13	3	1204,7549	0	40,443577	63	98,136719	0	1,440838491
33	729503,9381	9708291,915	729513,3826	9706674,066	0	4	14	6091,834	13	5	1617,8767	202	40,414623	63	98,207031	1,150749921	1,439827502
34	729513,3826	9706674,066	729518,0752	9705870,225	0	4	14	6091,834	13	4	803,8548	388	40,453239	63	98,113281	1,291869016	1,441175812
35	729518,0752	9705870,225	729532,2844	9703436,185	0	4	14	6091,834	13	4	2434,0813	201	40,453239	63	98,113281	1,149911182	1,441175812
36	730717,047	9708288,806	730717,0687	9708285,779	0	4	15	4960,9937	14	4	3,0276964	216	38,95652	63	101,88281	1,156260081	1,388880789
37	730717,0687	9708285,779	730734,3253	9705878,487	0	4	15	4960,9937	14	5	2407,3538	380	39,019356	63	101,71875	1,277670167	1,391077689
38	730734,3253	9705878,487	730751,7733	9703444,486	4	4	15	4960,9937	14	5	2434,063	293	39,019356	63	101,71875	1,221939334	1,391077689
39	733341,3294	9708322,585	733366,3793	9706001,651	0	7	16	3789,3267	15	4	2321,0686	279	44,309624	63	89,574219	1,244429395	1,575561776

40	733366,3793	9706001,651	733366,4066	9705999,121	0	7	16	3789,3267	15	5	2,5306425	265	42,859241	63	92,605469	1,224389182	1,525079265
41	733366,4066	9705999,121	733367,5156	9705896,374	4	7	16	3789,3267	15	6	102,75256	280	42,392525	63	93,625	1,233549576	1,508819232
42	733367,5156	9705896,374	733368,5999	9705795,911	4	7	16	3789,3267	15	6	100,4687	302	42,413757	63	93,578125	1,250173394	1,509559212
43	733368,5999	9705795,911	733368,6492	9705791,344	0	7	16	3789,3267	15	5	4,5676651	381	42,87009	63	92,582031	1,303824643	1,525457188
44	733368,6492	9705791,344	733381,7102	9704581,217	0	7	16	3789,3267	15	3	1210,1978	468	44,29417	63	89,605469	1,35824422	1,575024293
45	733383,9877	9704242,945	733392,2206	9703462,461	0	2	17	842,86066	16	3	780,52826	380	35,737892	63	111,05859	1,25462537	1,276159902
46	733329,8229	9704383,346	733383,9877	9704242,945	0	2	18	187,72308	17	2	150,48653	402	36,711494	63	108,11328	1,273510796	1,310294626
47	733331,9701	9704464,222	733381,7102	9704581,217	0	2	19	161,3315	18	2	127,12881	441	40,616566	63	97,71875	1,320657297	1,446877734
48	733329,8229	9704383,346	733331,9701	9704464,222	0	2	20	100,49738	19	2	80,90461	420	37,66967	63	105,36328	1,289648202	1,343856476
49	733260,8091	9705895,305	733261,1535	9705895,652	4	4	21	171,62236	20	5	0,48872188	11	33,888004	63	117,12109	0,518932126	1,211211542
50	733261,1535	9705895,652	733365,1369	9706000,399	0	4	21	171,62236	20	5	147,59637	60	35,667637	63	111,27734	0,867524018	1,273695508
51	733365,1369	9706000,399	733366,3793	9706001,651	0	4	21	171,62236	20	4	1,7635704	49	35,702732	63	111,16797	0,825727068	1,274926457
52	733365,1369	9706000,399	733366,4066	9705999,121	4	4	22	175,39423	21	5	1,8021944	12	32,859997	63	120,78516	0,532307582	1,175067403
53	733366,4066	9705999,121	733467,7433	9705897,055	4	4	22	175,39423	21	6	143,82816	76	33,555614	63	118,28125	0,905315511	1,19952893
54	733467,7433	9705897,055	733468,7399	9705896,051	4	4	22	175,39423	21	5	1,4143925	50	36,642647	63	108,31641	0,83436149	1,307881929
55	733260,4543	9705895,647	733260,8091	9705895,305	0	4	23	171,64998	22	4	0,49290073	160	34,1362	63	116,26953	1,062747179	1,219932463
56	733260,8091	9705895,305	733366,2986	9705793,61	0	4	23	171,64998	22	4	146,52594	162	34,108696	63	116,36328	1,065154204	1,218966212
57	733366,2986	9705793,61	733368,6492	9705791,344	0	4	23	171,64998	22	4	3,265044	84	34,051544	63	116,55859	0,928685392	1,216958122
58	733366,2986	9705793,61	733368,5999	9705795,911	4	4	24	167,22067	23	5	3,2545707	67	33,886871	63	117,125	0,881169206	1,211171787
59	733368,5999	9705795,911	733468,7399	9705896,051	0	4	24	167,22067	23	5	141,61932	151	32,05249	63	123,82813	1,03738466	1,14665011
60	733468,7399	9705896,051	733469,7572	9705897,069	0	4	24	167,22067	23	4	1,4388	83	32,020168	63	123,95313	0,91473644	1,145512137
61	736203,1515	9708351,06	736233,1452	9705915,84	0	3	25	4908,7847	24	4	2435,405	24	38,000748	63	104,44531	0,688237809	1,355445713
62	736233,1452	9705915,84	736263,1218	9703482,003	4	3	25	4908,7847	24	5	2434,0215	245	38,076221	63	104,23828	1,177597604	1,358087114

**Fonte:** Planilha gerada através do uso da plataforma depthmapX.

**Nota explicativa:** ref - Referência | NACH - Escolha Normalizada | NAIN - Integração Normalizada.